



O MELHOR  
ATENDIMENTO  
SÓ QUEM ESTÁ  
SEMPRE JUNTO  
PODE OFERECER

## PROPOSTA COMERCIAL

MODALIDADE: Pregão Eletrônico 90003/2024

Data: 26/03/2024

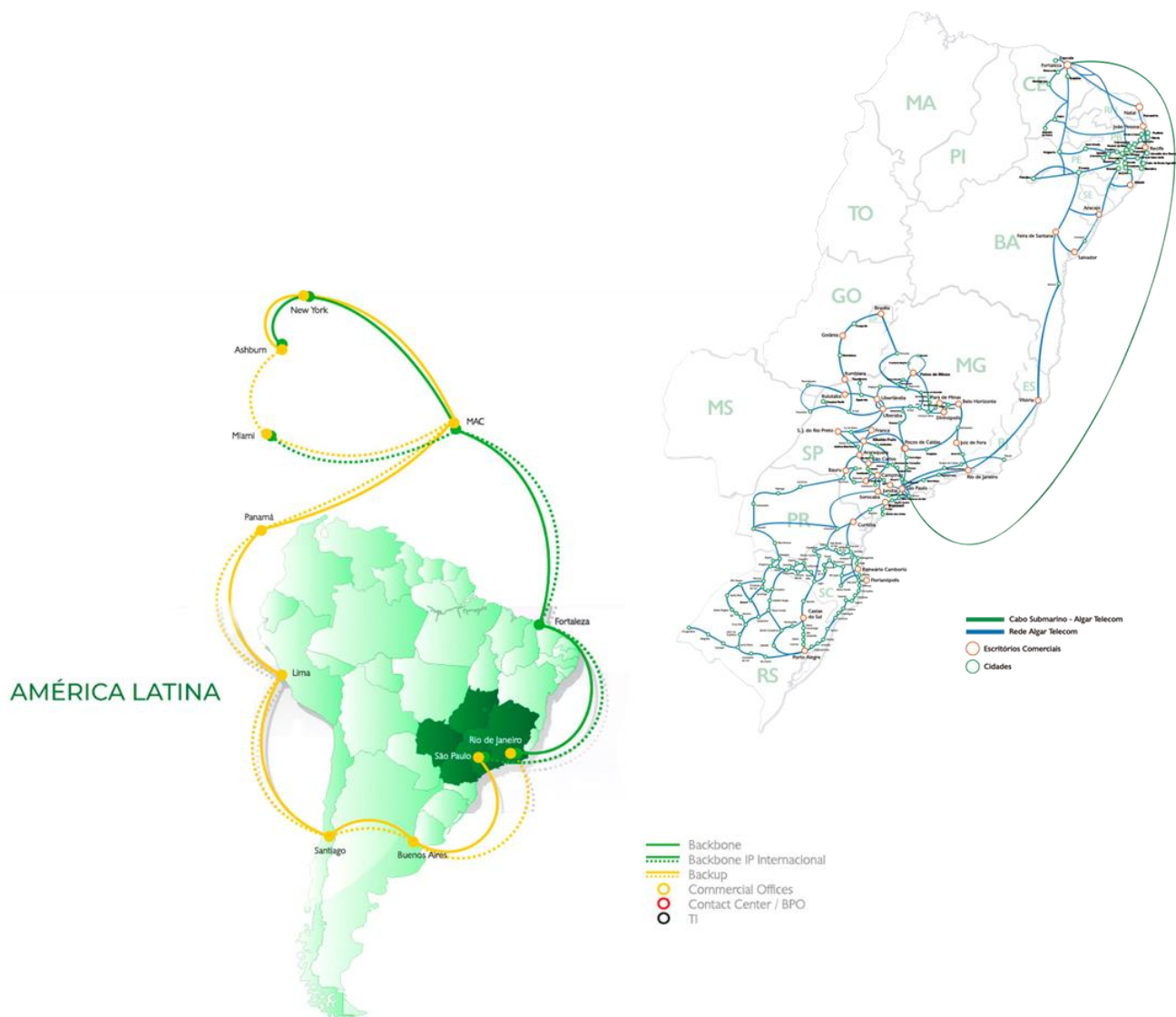
Horário: 13:30 HS



Somos a empresa de telecomunicações e tecnologia da informação que faz parte do grupo Algar. Na Algar Telecom, trabalhamos com tecnologia para trazer soluções que conectem as pessoas e melhorem o desempenho das empresas. Acreditamos na inovação para levar produtos e serviços cada vez mais eficientes e assertivos para os nossos clientes.

Nossas soluções chegam a 372 cidades, distribuídas em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal. Produtos e serviços de conectividade são a base para a vida contemporânea e fazem parte da inclusão digital do país. Em 2022, implantamos cerca de 6 mil Km de fibra ótica, atingindo um total de 122 mil Km. (Saiba mais Área de Atuação).

Esse incremento melhora consideravelmente a qualidade de conexão para os clientes, além de eliminar o uso de cabos de cobre. Ao fim do ano, mais de 98% dos nossos clientes de internet banda larga já eram atendidos via fibra ótica com dupla ou tripla abordagem, que garante grande resiliência.



**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**





## Nossa qualidade é reconhecida



### Valor Inovação 2023

Conquistamos o prêmio de 3ª empresa mais inovadora do país no setor de Telecomunicações



### Melhores do ESG EXAME 2023

Algar Telecom eleita por 10 anos consecutivos como a Telecom mais sustentável do país pela Revista Exame



### Great Place to Work® - Brasil 2022

Melhores empresas para trabalhar no Brasil



### Prêmio Valor Inovação Brasil 2022

Terceira empresa mais inovadora no setor de Telecomunicações



100+  
inovadoras

### 100+ Inovadoras no Uso de TI 2022

Entre as empresas mais inovadoras no uso de TI do Brasil



### Great Place to Work® - Minas Gerais 2022

Melhores empresas para trabalhar em Minas Gerais

## SELO CERTIGOV:

Nossa empresa possui o selo CertiGov. Esta certificação demonstra nosso comprometimento com as boas práticas de vendas no mercado e atesta nossas ações de integridade nos processos, políticas e na disseminação da cultura ética.



**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



**Ao**

**Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**

Prezados Senhores,

A ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ sob o número 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, 415 – Bairro Brasil, cidade de Uberlândia/MG, representada pela Sra. Mariana Bernardes Ferreira de Souza, portadora do RG 16.432.911 SSP/MG e inscrita no CPF nº 108.364.006-23, nos termos do presente Pregão e de acordo com as características descritas no Termo de Referência, apresenta a seguinte proposta conforme abaixo:

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800) para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

**PROPOSTA COMERCIAL E TABELA DE PREÇOS**

**ITEM 01:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL
1	Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixomóvel e LDN (Longa Distância Nacional) para o Edifício-Sede, seus anexos e CAT, com instalação de tronco SIP e faixa de numeração de 1000 (mil) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.1 do Anexo B e Anexo C;	UNIDADE	1	R\$ 63.973,16

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



**Tráfego estimado para chamadas locais – item 1**  
**(preencher apenas os quadros V.U, C.F e C.I.I. São admitidos itens com valor zero)**  
**Valores Unitários (V.U)**

Tipo de Ligação	Preço unitário por minuto com impostos
Tráfego Fixo-Fixo	R\$ 0,0046
Tráfego Fixo-Móvel (VC-1)	R\$ 0,0264
Fixo-Fixo Intrarregionais	R\$ 0,0198
Fixo-Fixo Inter-Regionais	R\$ 0,0198
Fixo-Móvel Intrarregionais (VC-2)	R\$ 0,0356
Fixo-Móvel Inter-Regionais (VC-3)	R\$ 0,0356

**Custos fixos estimados (C.F)**

Descrição	Preço mensal com impostos
Assinatura mensal de 2 (dois) troncos SIP (10 Mbps)	1.632,35
Outros (detalhar) - Assinatura Faixa DDR	90,91
Total	<b>1.723,26</b>

**Custos iniciais de implantação (C.I.I)**

Descrição	Preço único com impostos
Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR	1.498,76
Outros (detalhar)	
Total	<b>1.498,76</b>

**Consumo estimado mensal**

**Ano não eleitoral (todos os meses) e Ano eleitoral (janeiro a maio, e dezembro)**

Tipo de Ligação	Quantidade estimada de minutos por mês	Preço mensal com impostos
Tráfego Fixo-Fixo	33.000	151,80
Tráfego Fixo-Móvel (VC-1)	5.000	132,00
Fixo-Fixo Intrarregionais	5.000	99,00
Fixo-Fixo Inter-Regionais	5.000	99,00
Fixo-Móvel Intrarregionais (VC-2)	6.000	213,60
Fixo-Móvel Inter-Regionais (VC-3)	1.500	53,40
Total		<b>748,80</b>

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



**Consumo estimado mensal  
Ano eleitoral (junho a novembro)**

Tipo de Ligação	Quantidade estimada de minutos por mês	Preço mensal com impostos
Tráfego Fixo-Fixo	56.100	R\$ 258,06
Tráfego Fixo-Móvel (VC-1)	8.500	R\$ 224,40
Fixo-Fixo Intrarregionais	8.500	R\$ 168,30
Fixo-Fixo Inter-Regionais	8.500	R\$ 168,30
Fixo-Móvel Intrarregionais (VC-2)	10.200	R\$ 363,12
Fixo-Móvel Inter-Regionais (VC-3)	2.550	R\$ 90,78
<b>Total</b>		<b>R\$ 1.272,96</b>

**Ano não eleitoral**

Descrição	Valor Mensal	Valor Total
Custos fixos estimados	1.723,26	20.679,12
Consumo estimado	748,80	8.985,60
<b>Total</b>	<b>2.472,06</b>	<b>29.664,72</b>

**Ano eleitoral (janeiro a maio, e dezembro)**

Descrição	Valor Mensal	Valor Total
Custos fixos estimados	1.723,26	10.339,56
Consumo estimado	748,80	4.492,80
<b>Total</b>	<b>2.472,06</b>	<b>14.832,36</b>

**Ano eleitoral (junho a novembro)**

Descrição	Valor Mensal	Valor Total
Custos fixos estimados	1.723,26	10.339,56
Consumo estimado	1.272,96	7.637,76
<b>Total</b>	<b>2.996,22</b>	<b>17.977,32</b>

<b>Valor total do item - 24 meses</b>	<b>63.973,16</b>
---------------------------------------	------------------

**Valor Total 24 meses:** R\$ 63.973,16 (Sessenta e três mil, novecentos e setenta e três reais e dezesseis centavos)

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**

**Item 04:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL
4	Prestação do Serviço de Discagem Direta Gratuita (0800), com possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do Tribunal, nos termos do subitem 1.4 do Anexo B e Anexo F. A ativação, bem como a desativação do serviço, deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas da solicitação formal da Fiscalização ou do Gestor do contrato.	UNIDADE	1	R\$ 19.500,00

**Serviços de discagem direta gratuita – 0800 – item 4****(preencher apenas os quadros V.U e A.S)****Valores Unitários (V.U)**

Tipo de Ligação	Preço unitário por minuto
Ligações recebidas de telefone fixo	0,0086
Ligações recebidas de telefone móvel	0,0435
Ligações intraestaduais recebidas de telefone fixo	0,0468
Ligações intraestaduais recebidas de telefone móvel	0,0435

**Assinatura do serviço (A.S)**

Descrição	Preço mensal
Assinatura mensal de 0800	R\$ -
<b>Total</b>	<b>R\$ -</b>

**Consumo estimado mensal**

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



Tipo de Ligação	Minutos/mês (estimado)	Preço mensal com impostos
Ligações recebidas de telefone fixo	5.000	R\$ 43,00
Ligações recebidas de telefone móvel	10.000	R\$ 435,00
Ligações intraestaduais recebidas de telefone fixo	2500	R\$ 117,00
Ligações intraestaduais recebidas de telefone móvel	5000	R\$ 217,50

**Valor Anual**

Descrição	Valor Mensal	Valor Total
Assinatura	R\$ -	
Tráfego	R\$ 812,50	R\$ 19.500,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 815,50</b>	<b>R\$ 19.500,00</b>

<b>Valor total do item - 24 meses</b>	<b>Assinatura + Tráfego</b>	<b>19.500,00</b>
---------------------------------------	-----------------------------	------------------

**Valor total 24 meses:** R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais)

**DECLARAÇÕES**

Declaramos que nos preços propostos estão computados todos os custos básicos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do Pregão, inclusive tributos, contribuições incidentes, impostos, taxas, encargos sociais, fretes até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente pregão

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

Declaramos que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, que não tentou influir na decisão de qualquer outro potencial participante desta licitação, e que com estes ou com outras pessoas não discutiu nem recebeu informações.

**CONDIÇÕES COMERCIAIS**

**Validade da proposta:** O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação.

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**





**Prazo contratual:** O prazo contratual é de **24 (vinte e quatro) meses**, prorrogáveis.

**CONSULTOR DESIGNADO PARA ATENDIMENTO AO CLIENTE**

Keilla Rosa Garcez Oliveira  
Cargo – Consultora de Vendas Governo  
Telefone (62)98130-6807  
E-mail - [keillarosa@algartelecom.com.br](mailto:keillarosa@algartelecom.com.br)

**DADOS COMPLETOS DA EMPRESA**

Razão Social: ALGAR TELECOM S/A

CNPJ: 71.208.516/0001-74

Inscrição Estadual: 702.980.945-0010

Inscrição Municipal: 111.608.00

Endereço: Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia/MG

**DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**1 - Nome: Jeankarlo Rodrigues da Cunha**

Cargo: Gerente de Negócios Governo  
CPF: 047.399.926-98  
RG: M 9.043.997 SSP/MG

**2 - Nome: Mariana Bernardes Ferreira de Souza**

Cargo: Analista de licitações  
CPF: 108.364.006-23  
RG: 16.432.911

**DADOS BANCÁRIO**

Banco: Caixa Econômica Federal  
Nº do Banco: 104  
Agência: 0162-7  
Conta corrente: 500360-8

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



## DADOS PARA PAGAMENTO

O procedimento de apresentação de fatura (nota fiscal com código de barras) ou via SIAFI, nos casos de órgãos vinculados à Administração Pública Federal, como é o caso da ANATEL, tendo em vista que o sistema de boleto permite a identificação célere do pagamento e a correta retenção dos impostos diretamente, sendo, pois, menores os riscos de problemas relacionados às emissões de faturas. Isto posto, entendemos que os pagamentos poderão ser via boleto com código de barras.

Caso opte por pagamentos via depósitos, solicitamos o envio das informações abaixo para o e-mail [cobranca.governo@algartelecom.com.br](mailto:cobranca.governo@algartelecom.com.br) para conclusão das baixas.

## DADOS DO PAGAMENTO

- ✓ Nome do órgão
- ✓ CNPJ do órgão
- ✓ N° do Contrato
- ✓ Banco e Agência
- ✓ Data do depósito
- ✓ Valor total do depósito
- ✓ Vencimento da conta
- ✓ Favorecido
- ✓ Número da fatura
- ✓ Valor da fatura
- \* Caso haja glosa informar motivo e valor

- **Atenção:** Caso não seja enviado as informações acima dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, será dado as baixas a partir das faturas mais antigas pendentes.

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**SAC Atendimento Governo/empresas:** 0800 941 2822 (24 x 7).

Portal de autoatendimento, onde você consegue ter acesso (Faturas / Contestação / Chamados / Desbloqueio em Confiança / Produtos Ativos / Etc...)

Segue abaixo o link.

**[PORTAL DE ATENDIMENTO](#)** (Clique com botão direito e selecione Abrir Hiperlink)

**ALGAR TELECOM S/A**  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**Rua José Alves Garcia, nº 415**  
**Bairro Brasil, CEP: 38.400-668**  
**Uberlândia/MG**



**Enviar o contrato para assinatura por parte desta empresa, para o seguinte destinatário:**

ALGAR TELECOM S/A

A/C: Gestão de Contratos Governo – Coordenação de Vendas Governo

Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro: Brasil

CEP: 38.400-668, Uberlândia/MG

**Contatos:**

Nome: Bárbara Costa Araújo (Contratos)

Telefone: (34) 99174-0612

E-mail: [contratosgoverno@algartelecom.com.br](mailto:contratosgoverno@algartelecom.com.br)

Nome: Mariana Bernardes (Analista de Licitações)

Telefone: (34) 99878-9834

E-mail: [marianabs@algartelecom.com.br](mailto:marianabs@algartelecom.com.br)

Uberlândia, 08 de abril de 2024.

MARIANA  
BERNARDES  
FERREIRA DE  
SOUZA:10836400623

Assinado de forma digital  
por MARIANA  
BERNARDES FERREIRA DE  
SOUZA:10836400623

Mariana Bernardes Ferreira de Souza

Analista de Licitações

CPF 108.364.006-23

RG 16.432.911



## PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2024

Objeto	Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800) para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		
Razão social	VERBIO TELECOM LTDA		
CNPJ	39.669.334/0001-98		
Representante legal	Amanda Carina Sanches	CPF	360.471.998-44
Endereço	Rua Copaíba, 1 Torre B Sala 1015 Parte 131 - CEP 71.919-540 Bairro Norte (Águas Claras) Brasília - DF		
Telefone	61 92002-6250 / 61 2244-1001		
Email	<a href="mailto:contato@verbio.com.br">contato@verbio.com.br</a>		

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade total	Valor mensal	Valor total (24 meses)
2	Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixo móvel e LDN (Longa Distância Nacional) para atender os Cartórios do Interior relacionados no Anexo B, com instalação de tronco SIP (na sede do tribunal) e faixa de numeração de 55 (cinquenta e cinco) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.2 do Anexo B e Anexo D;	Unidade	1	R\$ 3.395,83	R\$ 81.500,00

**Valores Unitários (V.U)**

Tipo de Ligação	Preço unitário por minuto com impostos
Tráfego Fixo-Fixo	R\$ 0,03
Tráfego Fixo-Móvel (VC-1)	R\$ 0,14
Fixo-Fixo Intrarregionais	R\$ 0,06
Fixo-Fixo Inter-Regionais	R\$ 0,09
Fixo-Móvel Intrarregionais (VC-2)	R\$ 0,14
Fixo-Móvel Inter-Regionais (VC-3)	R\$ 0,14

**Custos fixos estimados (C.F)**

Descrição	Preço mensal com impostos
Assinatura mensal de 2 (dois) troncos SIP (10 Mbps)	R\$ 1.708,54
Total	R\$ 1.708,54

**Custos iniciais de implantação (C.I.I)**

Descrição	Preço único com impostos
Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR	R\$ 1.495,04
Total	R\$ 1.495,04


Resumo de custos	
Assinatura de 2 (dois) troncos SIP (10 Mbps)	R\$ 41.004,96
Consumo estimado - ano eleitoral	R\$ 15.600,00
Consumo estimado - ano não eleitoral	R\$ 23.400,00
Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR	R\$ 1.495,04
<b>Total para 24 meses</b>	<b>R\$ 81.500,00</b>

Total da proposta R\$ 81.500,00 (Oitenta e um mil e quinhentos reais)

Declaro estar ciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência que acompanhou a proposta-padrão na mensagem eletrônica encaminhada pelo TER-BA

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

**Brasília – DF, 09 de Abril de 2024.**

Documento assinado digitalmente  
 **AMANDA CARINA SANCHES**  
Data: 09/04/2024 14:40:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Amanda Carina Sanches**

**Diretora**



## PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90003/2024

Objeto	Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800) para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia		
Razão social	VERBIO TELECOM LTDA		
CNPJ	39.669.334/0001-98		
Representante legal	Amanda Carina Sanches	CPF	360.471.998-44
Endereço	Rua Copaíba, 1 Torre B Sala 1015 Parte 131 - CEP 71.919-540 Bairro Norte (Águas Claras) Brasília - DF		
Telefone	61 92002-6250 / 61 2244-1001		
Email	<a href="mailto:contato@verbio.com.br">contato@verbio.com.br</a>		

Item	Descrição	Unidade de fornecimento	Quantidade total	Valor mensal	Valor total (24 meses)
3	Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixo móvel e LDN (Longa Distância Nacional) para atender os Cartórios do Interior relacionados no Anexo C, com instalação de tronco SIP (na sede do tribunal) e faixa de numeração de 125 (cento e vinte e cinco) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.3 do Anexo B e Anexo E;	Unidade	1	R\$ 5.333,33	R\$ 128.000,00

**Valores Unitários (V.U)**

Tipo de Ligação	Preço unitário por minuto com impostos
Tráfego Fixo-Fixo	R\$ 0,03
Tráfego Fixo-Móvel (VC-1)	R\$ 0,14
Fixo-Fixo Intra-regionais	R\$ 0,06
Fixo-Fixo Inter-Regionais	R\$ 0,09
Fixo-Móvel Intra-regionais (VC-2)	R\$ 0,14
Fixo-Móvel Inter-Regionais (VC-3)	R\$ 0,14

**Custos fixos estimados (C.F)**

Descrição	Preço mensal com impostos
Assinatura mensal de 2 (dois) troncos SIP (10 Mbps)	R\$ 1.589,79
Total	R\$ 1.589,79

**Custos iniciais de implantação (C.I.I)**

Descrição	Preço único com impostos
Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR	R\$ 1.495,04
Total	R\$ 1.495,04

Resumo de custos	
Assinatura de 2 (dois) troncos SIP (10 Mbps)	R\$ 38.154,96
Consumo estimado - ano eleitoral	R\$ 53.010,00
Consumo estimado - ano não eleitoral	R\$ 35.340,00
Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR	R\$ 1.495,04
<b>Total para 24 meses</b>	<b>R\$ 128.000,00</b>

Total da proposta R\$ 128.000 (Cento e vinte oito mil reais)

Declaro estar ciente de todas as condições estabelecidas no Termo de Referência que acompanhou a proposta-padrão na mensagem eletrônica encaminhada pelo TER-BA

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

**Brasília – DF, 09 de Abril de 2024.**



Documento assinado digitalmente

AMANDA CARINA SANCHES

Data: 09/04/2024 14:41:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Amanda Carina Sanches**

**Diretora**

## 1. RELATÓRIO DE DECLARAÇÕES

### i. Condições de participação

Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

### ii. Declarações para fins de habilitação

Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

### iii. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

### iv. Profissionais organizados sob a forma de cooperativa (1)

Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### (1) Declaração válida apenas para cooperativas

### v. Relação de fornecedores que declararam que cumprem e estão cientes de todas as declarações acima:

IDENTIFICADOR	NOME/RAZÃO SOCIAL	DATA DA DECLARAÇÃO	PORTE DA EMPRESA	TRATAMENTO DIFERENCIADO ME/EPP?
06043786000100	RNL TRADE AND FACILITIES LTDA	25/03/2024 18:41	ME ou EPP	Sim
00903429000199	WORLD TELECOM LTDA	25/03/2024 15:38	ME ou EPP	Sim
37168895000188	ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	11/03/2024 08:59	ME ou EPP	Sim
40432544000147	CLARO S.A.	25/03/2024 11:59	Grande Empresa	Não
71208516000174	ALGAR TELECOM S/A	25/03/2024 14:47	Grande Empresa	Não
39669334000198	VERBIO TELECOM LTDA	11/03/2024 11:59	ME ou EPP	Sim





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/081.475-9	MGP2200122188	15/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA



**ALGAR TELECOM S/A**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/ME: 71.208.516/0001-74  
NIRE: 313.000.117-98

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 02 DE  
FEVEREIRO DE 2022**

**1. LOCAL, DATA E HORÁRIO:** Sendo considerada realizada na Sede social da Companhia, localizada no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP.: 38.400-668, no dia 02 de fevereiro de 2022, às 10:00 (dez) horas, de modo exclusivamente digital e remota, via plataforma Cisco Webex, nos termos do Artigo 121, Parágrafo único da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e da Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020.

**2. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Foram publicados os editais de convocação nos dias 12, 13 e 14 de janeiro de 2022, página 10, no jornal impresso do Diário de Uberlândia e nos dias 12, 13 e 14 de janeiro de 2022, página 10, na versão digital do jornal Diário de Uberlândia.

**3. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 93% (noventa e três por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

**4. MESA:** Presidente, **Tulio Toledo Abi-Saber**. Secretário “ad hoc”, **Lucas Felliipe Duque Finotti**.

**5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre:

**5.1.** A proposta da nova estrutura organizacional da Diretoria da Companhia, em especial a alteração da composição, funções e competências específicas da Diretoria, com alteração dos Artigos 13, 14, 15 e 18 do Estatuto Social conforme Proposta da Administração; e

**5.2.** A proposta de alteração de uma das atividades do objeto social da Companhia, para permitir o exercício de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral;

**5.3** A proposta de adequação do Estatuto Social da Companhia às alterações recentes da legislação, no que se refere ao prazo de publicação do edital de convocação para a realização das Assembleias Gerais.

**5.4.** A consolidação do Estatuto Social da Companhia.



**6. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade dos presentes, salvo os legalmente impedidos ou aqueles que, porventura, se abstiveram, foram tomadas as seguintes deliberações:

**6.1.** Aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas da Acionista presente, na forma do Artigo 130, §1º e §2º, da Lei das Sociedades por Ações;

**6.2.** Aprovada a nova estrutura organizacional da Diretoria da Companhia, para:

**6.2.1.** Alterar a composição da Diretoria, mais especificamente para alterar a denominação dos cargos e criar dois cargos, 1 (um) de Diretor Vice-Presidente da BU ServB e 1 (um) de Diretor Vice-Presidente da BU ServC, passando a Diretoria a ser composta por 09 (nove) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração; (c) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores; (d) 1 (um) Diretor de Negócios Atacado; (e) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital; (f) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Gente; (g) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório; (h) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServB; e (i) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServC, razão pela qual fica aprovada a nova redação do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: *“Artigo 13 - A Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, será composta por 09 (nove) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração; (c) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores; (d) 1 (um) Diretor de Negócios Atacado; (e) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital; (f) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Gente; (g) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório; (h) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServB; e (i) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServC; na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem eleitos ou destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.”*

**6.2.2.** Diante da alteração do cargo de Diretor Vice-Presidente de Negócios, estabelecer que na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este deverá nomear outro substituto dentre os membros da Diretoria e, na ausência ou impedimento temporário dos Diretores, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor substituto indicado pelo Diretor substituído, ou, no caso de impossibilidade, pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente, razão pela qual fica aprovada a nova redação do Parágrafo Primeiro do Artigo 14 e do Parágrafo Único do Artigo 15, os quais passam a vigorar com a seguinte redação: *“Artigo 14 - Os Diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com as suas atribuições e sujeitos*





ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este deverá nomear outro substituto dentre os membros da Diretoria. Na ausência ou impedimento temporário dos Diretores, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor substituto indicado pelo Diretor substituído, ou, no caso de impossibilidade, pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente. (...) **Artigo 15** - A Diretoria funcionará de forma colegiada, devendo reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez por mês ou sempre que seja convocada pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores estatutários. As atas das reuniões serão lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Parágrafo Único** - A presença da maioria dos Diretores estatutários constituirá quórum para instalação e deliberação nas suas reuniões. Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria e, caberá ao Diretor Presidente ou, em sua ausência ou impedimento, ao Diretor substituto, além do voto comum, o voto de qualidade em caso de empate.”

**6.2.3.** Alterar as competências específicas dos cargos da Diretoria Estatutária, para refletir as alterações aprovadas nesta Assembleia, razão pela qual fica aprovada a nova redação do Artigo 18 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 18** - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária: **I. Diretor Presidente:** (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto Social, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor estatutário; (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (c) coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia; (d) definir as estratégias operacionais, visando ao desenvolvimento sustentável da Companhia, a sua continuidade através da diferenciação e identificação de oportunidades a serem explorada; (e) avaliar os impactos socioambientais (ESG) na definição e discussão da estratégia da Companhia; (f) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias; (g) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **II. Diretor Vice-Presidente da BU de Integração:** (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; (b) gerenciar toda a operação dos ISPs que serão adquirido pela Companhia e promover a padronização e as regularizações necessárias para que os mesmos possam ser incorporados na Companhia; (c) garantir que todas as ações realizadas tenham como foco a manutenção e o crescimento da base de clientes e a qualidade dos serviços prestados; (d) assegurar que as ações realizadas estejam de acordo com os objetivos estratégicos, financeiros e operacionais da Companhia; (e) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e (f) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração, pela lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas; **III. Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores:** (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele,



perante os acionistas, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o público em geral; **(b)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de relações com investidores, planejamento financeiro, faturamento, crédito e cobrança, controladoria, controle de ativos, financeiro, tesouraria, governança de projetos, suprimentos, compliance e gestão de riscos; **(c)** prestar informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada; **(d)** manter atualizado o registro de companhia na CVM bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essa Comissão, e aplicáveis à Companhia; **(e)** responsabilizar-se pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e pelas mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis em conformidade com os instrumentos regulatórios, pronunciamentos e leis aplicáveis; **(f)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área jurídica em geral; **(g)** zelar pela imagem da Companhia e o capital humano; e **(h)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **IV. Diretor de Negócios Atacado:** **(a)** representar a Companhia em todos os atos relacionados ao atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes às Ofertas de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC, aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações e eventuais alterações; **(b)** criar e desenvolver políticas e planos para exploração e desenvolvimento do Mercado de Atacado pela Companhia; **(c)** zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e **(d)** exercer outras atividades relacionadas ao Mercado de Atacado que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **V. Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital** **(a)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; **(b)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de Tecnologia e Evolução Digital; **(c)** gerenciar e assegurar a execução das estratégias de modernização das infraestruturas tecnológicas da Companhia; **(d)** criar e desenvolver políticas, operações e processos que tornem as atividades da Companhia mais eficientes, reduzindo custos e aumentando a eficiência da infraestrutura tecnológica; **(e)** alinhar a estratégia e os objetivos da organização com as equipes tecnológicas, identificando oportunidades e riscos; **(f)** acompanhar as inovações no mercado nacional e internacional relacionadas aos negócios da Companhia; **(g)** zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e **(h)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **VI. Diretor Vice-Presidente de Gente:** **(a)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; **(b)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de Talentos Humanos; **(c)** formular, revisar, implantar e coordenar políticas, diretrizes e metas corporativas referentes a recrutamento, seleção, relações trabalhistas e sindicais, administração de salários, instrução e treinamento, posicionamento interno dos associados, segurança e saúde, benefícios e serviços aos associados da Companhia e suas controladas; **(d)** assegurar um modelo de remuneração



estratégica, adequado aos diferentes cargos e adequado a capacidade de pagar de cada negócio; **(e)** Gerenciar a execução do negócio TIC e IoT, bem como o alcance dos resultados estratégico estabelecidos para Negócio TIC e IoT; **(f)** zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e **(g)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **VII. Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório:** **(a)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o público em geral; **(b)** assegurar a devida governança regulatória, específica para o setor de telecomunicações, visando o atendimento e cumprimento das obrigações das autorizações e concessões sob controle da Companhia, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação nas áreas de atuação da Companhia; **(c)** exercer a defesa dos interesses da Companhia, em qualquer matéria regulatória, bem como assistir o Conselho de Administração, a Diretoria e demais áreas da companhia nas relações político-institucionais com órgãos regulatórios; **(d)** suportar a execução do planejamento estratégico e a definição das diretrizes corporativas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia e suas controladas; **(e)** propor para aprovação do Conselho de Administração o direcionamento estratégico, o plano estratégico e o plano operacional da Companhia e suas controladas; **(f)** propor e implantar novos projetos e investimentos nas áreas de atuação da Companhia, bem como coordenar os assuntos relativos a oportunidade de novos negócios, aos projetos para aquisição e a gestão da participação da Companhia em outras sociedades; **(g)** zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e **(h)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; **VIII. Diretor Vice-Presidente da BU ServB:** **(a)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; **(b)** gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para o segmentos de Mercado Corporativo, MPE e Atacado (B2B - ServB/NetCo); **(c)** executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vinculadas e dos planos de ação; **(d)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional; **(e)** assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2B dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais; **(f)** zelar pela satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2B; **(g)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei; e **IX. Diretor Vice-Presidente da BU ServC:** **(a)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral; **(b)** gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para o Segmento de Mercado Residencial (B2C); **(c)** executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vinculadas e dos planos de ação; **(d)** estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas



áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional; **(e)** assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2C dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais; **(f)** zelar pela satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2C; **(g)** exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

**6.3.** Aprovada a proposta de alteração de uma das atividades do objeto social da Companhia, para permitir o exercício de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, razão pela qual resta aprovada a nova redação do inciso XXII do Parágrafo Primeiro do Artigo 2º, o qual passam a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração. **Parágrafo Primeiro** - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também exercer as seguintes atividades: (...) **XXII.** intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral”.

**6.4** Aprovada a proposta de adequação do Estatuto Social da Companhia às alterações recentes da legislação promovida pela Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, que alterou, dentre outros, o artigo 124, §2º, II da Lei das Sociedades por Ações, no que se refere ao prazo da primeira convocação para a realização Assembleias Gerais, razão pela qual resta aprovada a nova redação do Parágrafo Primeiro do Artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “**Artigo 21** - As Assembleias Gerais dos acionistas serão convocadas de acordo com a lei. **Parágrafo Primeiro** - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 21 (vinte e um) dias de antecedência, no mínimo, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio, não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.”

**6.5.** Aprovada a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações aprovadas nesta Assembleia e em Assembleias anteriores da Companhia, conforme Anexo I a esta ata.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada digitalmente para fins de arquivo no livro de registro de atas pelo Presidente da Mesa, Sr. Tulio Toledo Abi Saber, o Secretário “ad hoc” Sr. Lucas Fellipe Duque Finotti, a Dra. Beatriz Vieira Costa, inscrita na OAB/MG 161.985 e o Dr. Luciano Roberto Pereira, inscrito na OAB/MG 114.668, na qualidade de advogados e os acionistas ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES (p.p. Líbera Souza Ribeiro) e ARCHY LLC – CITIBANK DTVM SA (p.p.



Ivo Pereira de Freitas Filho).

Ficam autorizadas a assinar por meio de certificado digital a via eletrônica desta ata destinada ao registro na Junta Comercial o secretário “ad hoc” Lucas Felliipe Duque Finotti, certificando que a mesma é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e a Dra. Beatriz Vieira Costa, OAB/MG 161.985 e o Dr. Luciano Roberto Pereira, OAB 114.668, na qualidade de advogados. Uberlândia, 02 de fevereiro de 2022.



**ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2022**

**Estatuto Social Consolidado**

**ALGAR TELECOM S.A.**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado

**CNPJ/ME: 71.208.516/0001-74**  
**NIRE: 313.000.117-98**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A **ALGAR TELECOM S.A.** (“Companhia”) é uma sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede e foro na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), pelo presente Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio e demais normas e disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro** - A Companhia poderá adotar como nome fantasia a expressão “ALGAR TELECOM”.

**Parágrafo Segundo** - A Companhia, por deliberação colegiada da Diretoria estatutária, pode abrir e extinguir filiais, agências e escritórios de representações, no país e no exterior.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração.

**Parágrafo Primeiro** - Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também exercer as seguintes atividades:

- I. comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade;





- II. participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações, serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, ou serviços de tecnologia da informação e comunicação, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações;
- III. promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- IV. prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações;
- V. exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações;
- VI. celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades;
- VII. exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social;
- VIII. prestação de serviços de televisão a cabo e televisão por assinatura por satélite;
- IX. prestação de serviços de cabodifusão, prestando todos os serviços relacionados à área: projetos, planejamentos, instalações, administração, operação, produção, geração, edição, controle de todo o sistema de televisão a cabo, bem como antenas comunitárias, coletivas, parabólicas, televisão codificada, circuitos fechados de televisão, dando total assistência a televisores a cabo ou MMDS e suas derivações, dentro das normas legais existentes ou que vierem a existir;
- X. venda de espaço comercial na prestação de serviço de televisão a cabo e no respectivo guia de programação;
- XI. locação da rede para serviços de valor adicionado;
- XII. prestação de Serviço de Comunicação Multimídia (SCM);
- XIII. exploração de serviço móvel pessoal, a comercialização e distribuição de equipamentos, aparelhos e acessórios, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração;
- XIV. prestação de serviços de telecomunicações;



XV. prestação de serviços, operação, instalação, manutenção relativos a serviços de telecomunicações e de valor adicionado;

XVI. representação, distribuição, aquisição, locação, venda e marketing de equipamentos relacionados à indústria de telecomunicações;

XVII. exploração de serviços de telecomunicações, de provedor de serviços de Internet e de desenvolvimento, implementação, operacionalização e gerência de soluções de conteúdo e conectividade para acesso, armazenamento, apresentação, movimentação e recuperação de dados;

XVIII. venda, licenciamento e cessão de uso de software, relacionados à indústria de telecomunicações;

XIX. *help-desk* e serviços de apoio ao cliente, relacionados à prestação de serviços de telecomunicações;

XX. atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura, na prestação de serviços de telecomunicações;

XXI. atividades relacionadas a informações cadastrais, relacionadas à prestação de serviços de telecomunicações;

XXII. intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral;

XXIII. exploração, gestão de rede e a outorga a terceiros, através de contratos de franquia, licenciamento, representação, distribuição ou outra parceria comercial, para a exploração de conceitos de negócio, licenciamento de marca, intermediação ou representação de produtos ou serviços;

XXIV. prestação de outros serviços diretamente relacionados aos já acima descritos.

**Parágrafo Segundo** - É nulo de pleno direito qualquer ato assinado em nome da Companhia que extrapole as atividades e responsabilidades constantes deste objeto social.

**Artigo 3º** - A Companhia manterá em território nacional centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais, logísticas, comerciais, operacionais e técnicas envolvidas no cumprimento de seu contrato de concessão.





**Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO**

**Artigo 5º** - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.721.420.604,87 (um bilhão, setecentos e vinte um milhões, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e sete centavos).

**Parágrafo Primeiro** - O capital social autorizado poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o capital social subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício social.

**Parágrafo Segundo** - Até o limite do capital social autorizado, o capital social subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização.

**Parágrafo Terceiro** - A critério do Conselho de Administração, poderá, dentro do limite do capital social autorizado, ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, ou ainda, nos termos de lei especial de incentivos fiscais.

## **CAPÍTULO III**

### **DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

**Artigo 6º** - O capital social da Companhia é de R\$ 826.831.185,18 (oitocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 295.019.806 (duzentos e noventa e cinco milhões, dezenove mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - As capitalizações com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações.



**Parágrafo Segundo** - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**Parágrafo Terceiro** - As ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM, sem emissão de certificados.

**Parágrafo Quarto** - O custo de transferência e averbação, assim como o custo de serviço relativo às ações custodiadas, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição financeira, conforme venha a ser definido no contrato de custódia.

**Artigo 7º** - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria e posterior alienação, inclusive no âmbito de planos de opção de compra ou subscrição de ações aprovados em Assembleia Geral, ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais aplicáveis e as disposições constantes do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Artigo 8º** - O Conselho de Administração poderá autorizar a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou amortização de ações, observado o disposto no artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

## **CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

### **SEÇÃO I ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA**

**Artigo 9º** - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, os quais deverão zelar pela visão, missão e valores da Companhia e pelo cumprimento de suas políticas e diretrizes corporativas, bem como pelo cumprimento deste Estatuto Social e das disposições legais aplicáveis à Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição de termo de posse, que, uma vez assinado, obrigará os administradores a observar as disposições deste Estatuto Social, as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e demais disposições legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria



deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam empossados seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral ou Conselho de Administração, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - A renúncia ao cargo de membro do Conselho de Administração e da Diretoria deverá ser feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir deste momento perante a Companhia e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no órgão de registro do comércio e sua publicação.

**Parágrafo Terceiro** - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a administração superior da Companhia.

**Parágrafo Quarto** - A Diretoria é órgão da administração executiva da Companhia, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência.

**Parágrafo Quinto** - É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Companhia que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Estatuto Social.

**Parágrafo Sexto** - Os órgãos da administração, seus administradores e procuradores somente podem assumir obrigações e responsabilidades expressamente autorizadas no presente Estatuto Social.

## SEÇÃO II CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPETÊNCIA

**Artigo 10** - Compete ao Conselho de Administração a aprovação das matérias abaixo:

- I. zelar pelo cumprimento do Estatuto Social e propor atualizações à Assembleia Geral;
- II. convocar as Assembleias Gerais, sempre que necessário ou exigido por lei;
- III. eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto Social, a lei e o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;



IV. aprovar as políticas, os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de assessoramento e da Diretoria; (d) Política de Gerenciamento Estratégico de Risco; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários;

V. aprovar a estrutura organizacional estatutária da Companhia e encaminhar referida proposta para aprovação em Assembleia Geral, observadas as disposições legais, estatutárias e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

VI. propor a Política de Destinação dos Resultados e submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como opinar e propor à Assembleia Geral a distribuição de lucros;

VII. acompanhar a gestão dos Diretores, bem como examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

VIII. aprovar os planos de longo prazo e as decisões econômico-financeiras não previstas ou que extrapolam o orçamento anual e suas revisões periódicas, notadamente investimentos e desinvestimentos, aquisição e alienação de bens do ativo permanente, a entrada em novos ramos de negócios, observado o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

IX. fixar e monitorar a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas;

X. analisar a performance geral da Companhia e de suas controladas, acompanhando os macros desvios dos planos e determinando medidas corretivas;

XI. manifestar-se e submeter à aprovação da Assembleia Geral o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia;

XII. decidir sobre: (a) a emissão, pela Companhia, de ações dentro do limite do capital autorizado e propor a emissão de ações em limite superior ao do capital autorizado ou de outros valores mobiliários conversíveis em ações; e (b) a emissão, pela Companhia de outros valores mobiliários e/ou títulos de dívida para distribuição



pública, incluindo, sem limitação, a emissão de nota promissória para oferta pública de distribuição;

XIII. homologar os planos gerais de auditoria dos auditores independentes e da auditoria interna;

XIV. aprovar, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis;

XV. aprovar a participação, ou aumento de participação da Companhia no capital de empresas não controladas pela Companhia, bem como, a alienação total ou parcial de qualquer participação societária;

XVI. aprovar a assinatura ou rescisão, pela Companhia e/ou pelas suas controladas, de contratos de concessão relacionados aos seus objetos sociais, bem como a aprovação de alterações em tais contratos, quando essas alterações versarem sobre: (a) alterações no equilíbrio econômico-financeiro desses contratos; (b) criação ou modificação de obrigações de investimentos; (c) prestação de garantias; e/ou (d) modificação do prazo desses contratos;

XVII. aprovar a: (a) tomada; (b) concessão de empréstimos; (c) financiamentos; (d) outorga de garantias de qualquer natureza; e/ou (e) a aprovação de qualquer ato que implique em obrigações e responsabilidades da Companhia ou de quaisquer subsidiárias/controladas da Companhia em valores acima de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais);

XVIII. aprovar a celebração de contratos, em valores acima de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou 1% (um por cento) do ativo total da Companhia, entre a Companhia ou suas controladas e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*);

XIX. aprovar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sua revenda ou recolocação no mercado, desde que prevista no orçamento anual da Companhia, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;



- XX. aprovar as diretrizes e estratégias da Companhia e de suas controladas;
- XXI. aprovar a arquitetura da marca, zelar pelo cumprimento dos atributos desejados e acompanhar as ações para o fortalecimento da imagem institucional;
- XXII. exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, Acordo de Acionistas, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas;
- XXIII. aprovar o orçamento anual e de qualquer novo plano de negócios da Companhia e de suas subsidiárias, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; e/ou (b) alterações ao orçamento anual existente e/ou plano de negócios da Companhia e suas subsidiárias;
- XXIV. aprovar qualquer novo endividamento pela Companhia ou qualquer das suas subsidiárias, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, em uma ou mais séries de transações relacionadas ocorridas dentro de um período de doze (12) meses, que faça com que o endividamento consolidado da Companhia exceda em três (3) vezes a proporção de dívida líquida/EBITDA (caso esse endividamento tivesse ocorrido);
- XXV. aprovar qualquer aquisição, investimento e/ou desinvestimento pela Companhia e suas subsidiárias, em uma única transação ou em uma série de transações ocorridas dentro de um período de doze (12) meses nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- XXVI. aprovar a prestação de qualquer garantia real ou fidejussória pela Companhia ou qualquer subsidiária em dívida de terceiros, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- XXVII. aprovar a transferência, o licenciamento ou a criação de qualquer ônus sobre qualquer propriedade intelectual relevante, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- XXVIII. aprovar alterações à política de remuneração referente a determinados cargos, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, e a definição da remuneração desses cargos, bem como a criação ou alteração de qualquer plano de opção de compra de ações ou de planos similares que estabeleçam incentivos e compensações para tais cargos;



XXIX. aprovar aditamentos ao Estatuto Social de qualquer subsidiária da Companhia que resultem em (a) conflito com as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, ou (b) alterações relevantes ao objeto social das subsidiárias em questão;

XXX. aprovar o aumento de capital social de qualquer subsidiária da Companhia por um terceiro e a emissão em benefício de terceiros de ações/quotas ou outros valores conversíveis em ações/quotas de qualquer subsidiária, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

XXXI. aprovar a redução de capital social de qualquer subsidiária da Companhia, bem como toda e qualquer forma de aquisição ou negociação por uma subsidiária de suas próprias ações/quotas, incluindo, entre outras, o resgate, a recompra e o cancelamento de suas ações/quotas, desde que tal evento envolva terceiros, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

XXXII. aprovar a liquidação ou a dissolução de qualquer subsidiária da Companhia, bem como o requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência ou insolvência de qualquer subsidiária;

XXXIII. aprovar (a) transformação de tipo societário de qualquer subsidiária da Companhia, bem como (b) incorporação, incorporação de ações, cisão, drop-down ou outra reorganização societária de qualquer subsidiária da Companhia, desde que qualquer evento nesta cláusula (b) envolva um terceiro, e observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

XXXIV. aprovar a celebração de qualquer novo contrato ou acordo pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias com partes relacionadas, ou a alteração de tal contrato ou acordo, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; e

XXXV. aprovar a alteração material no negócio de qualquer subsidiária da Companhia (exceto se exigido pela lei) ou início ou descontinuação de qualquer linha de negócios por tal subsidiária (desde que em caso de início de uma nova linha de negócios, seja materialmente diferente do negócio originário), observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - As deliberações envolvendo a sociedade Algar TI Consultoria S.A. e quaisquer de suas subsidiárias/controladas não estarão sujeitas à eventuais quóruns qualificados previstos no Acordo de Acionistas da Companhia.





**Parágrafo Segundo** - Os valores definidos nos itens XVII e XVIII acima serão atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índice equivalente que vier a substituí-lo.

### SEÇÃO III CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

**Artigo 11** - O Conselho de Administração será composto no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, sem suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Na Assembleia Geral, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos nessa Assembleia, observadas as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração dentre os demais membros.

**Parágrafo Terceiro** – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, observada a definição do Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC – 5. Edição, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege.

**Parágrafo Quarto** – Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

**Parágrafo Quinto** - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que: (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia e/ou subsidiárias/controladas da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro





do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

**Parágrafo Sexto** - É vedado, na forma do artigo 115, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, o exercício do direito de voto, na eleição dos membros do Conselho de Administração, em circunstâncias que configurem conflito de interesse com a Companhia.

**Parágrafo Sétimo** - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia.

**Parágrafo Oitavo** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância.

**Parágrafo Nono** - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas interinamente pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento temporário de ambos, o Presidente do Conselho de Administração indicará, dentre os demais membros efetivos, aquele que exercerá suas funções interinamente ou no caso de impossibilidade de indicação pelo Presidente do Conselho de Administração, a função de Presidente do Conselho de Administração será assumida por conselheiro indicado pela maioria dos demais membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Décimo** - Ocorrendo impedimento ou vacância permanente no cargo de membro do Conselho de Administração, o Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral para preenchimento do respectivo cargo.

**Artigo 12** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, conforme previamente definido no calendário anual aprovado pelo Conselho de Administração, devendo ter periodicidade mínima trimestral, independentemente de quaisquer formalidades de convocação, preferencialmente nas dependências da Companhia, e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais.

**Parágrafo Primeiro** - Uma vez aprovado pelo Conselho de Administração, o calendário anual deverá ser enviado para todos os membros do Conselho de Administração, incluindo aqueles que não estiverem presentes na respectiva reunião. Não obstante a dispensa de convocação para as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho de Administração deverá, com pelo menos 05



(cinco) dias úteis de antecedência, submeter a todos os Conselheiros uma apresentação contendo a ordem do dia com os assuntos a serem discutidos, bem como os documentos pertinentes.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente, salvo se de outra forma previsto em Acordo de Acionistas da Companhia.

**Parágrafo Terceiro** - Qualquer convocação para reunião extraordinária do Conselho de Administração não previsto no calendário anual conforme previsto no *caput* deste artigo deverá ser feita com, pelo menos, 03 (três) dias úteis de antecedência e conter (i) as matérias a serem discutidas, (ii) a data, hora e local da reunião, e (iii) os documentos relevantes para a reunião.

**Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração somente serão realizadas em dias úteis e em horário comercial, exceto se de outra forma decidido por todos os Conselheiros. Os membros do Conselho de Administração poderão ser representados por outro membro por meio de procuração outorgada com poderes específicos, bem como poderão participar das reuniões por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência, sendo considerados presentes à reunião os Conselheiros que dela participem. Os Conselheiros que participarem das reuniões por qualquer desses meios deverão enviar seus respectivos votos por e-mail ao Presidente do Conselho de Administração e ao secretário da reunião imediatamente após o término de referida reunião.

**Parágrafo Quinto** - As reuniões do Conselho de Administração se instalarão com a presença da maioria dos membros em exercício da Companhia, um dos quais, necessariamente, o Presidente ou seu substituto formal, salvo se de outra forma previsto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Sexto** - Cada membro do Conselho de Administração em exercício terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, e, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, as deliberações serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos membros presentes (sendo que determinadas deliberações poderão estar sujeitas à quórum qualificado, nos termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia), cabendo ao Presidente (ou, em sua ausência, ao Vice-Presidente), além do voto comum, o voto de qualidade em caso de empate (observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia), e serão lavradas em atas e registradas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e, sempre que contiverem deliberações destinadas a



produzir efeitos perante terceiros, seus extratos serão arquivados no registro do comércio e publicados.

**Parágrafo Sétimo** - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração. O secretário da reunião será nomeado pelo presidente da respectiva reunião.

**Parágrafo Oitavo** - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções e observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas, de acordo com os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. O coordenador do comitê ou do grupo de trabalho deverá ser um membro do Conselho de Administração. Os comitês deverão ter regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração, que preveja detalhamento de suas funções, bem como seus procedimentos operacionais.

**Parágrafo Nono** – Estando presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração, estes poderão, se assim o desejarem, dispensar o aviso de convocação prévia, bem como acrescentar outros assuntos à ordem do dia proposta.

#### **SEÇÃO IV** **DIRETORIA** **COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES**

**Artigo 13** - A Diretoria, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, será composta por 09 (nove) Diretores, sendo: 1 (um) Diretor Presidente; (b) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração; (c) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores; (d) 1 (um) Diretor de Negócios Atacado; (e) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital; (f) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Gente; (g) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório; (h) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServB; e (i) 1 (um) Diretor Vice-Presidente da BU ServC, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem eleitos ou destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, observados os termos do referido Acordo de Acionistas.

**Artigo 14** - Os Diretores terão plenos poderes para administrar e gerir os negócios da Companhia, de acordo com as suas atribuições e sujeitos ao cumprimento das exigências



estabelecidas em lei e neste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, este deverá nomear outro substituto dentre os membros da Diretoria. Na ausência ou impedimento temporário dos Diretores, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor substituto indicado pelo Diretor substituído, ou, no caso de impossibilidade, pelo Diretor Presidente ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente.

**Parágrafo Segundo** - No caso de impedimento ou vacância permanente de qualquer cargo na Diretoria, o Conselho de Administração deverá, na primeira reunião realizada posteriormente, preencher o cargo vago. No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá, necessariamente, reunir-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias após tal evento para escolher o substituto. Para os fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.

**Artigo 15** - A Diretoria funcionará de forma colegiada, devendo reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez por mês ou sempre que seja convocada pelo Diretor Presidente ou por qualquer dos Diretores estatutários. As atas das reuniões serão lavradas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

**Parágrafo Único** - A presença da maioria dos Diretores estatutários constituirá quórum para instalação e deliberação nas suas reuniões. Cada Diretor terá direito a um voto nas reuniões da Diretoria e, caberá ao Diretor Presidente ou, em sua ausência ou impedimento, ao Diretor substituto, além do voto comum, o voto de qualidade em caso de empate.

## **SEÇÃO V COMPETÊNCIA**

**Artigo 16** - Compete à Diretoria estatutária:

- I. representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacionamento com quaisquer entidades;
- II. aprovar o estabelecimento de representação da Companhia em qualquer parte do território nacional ou exterior;



- III. elaborar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, submetendo-os ao Conselho Fiscal, quando instaurado, aos auditores independentes e ao Conselho de Administração, que, por sua vez, submeterá referidos documentos à aprovação da Assembleia Geral;
- IV. estabelecer objetivos, políticas e diretrizes específicas da gestão operacional;
- V. implementar as diretrizes estratégicas e a orientação geral dos negócios fixadas pelo Conselho de Administração;
- VI. aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Companhia, observada a Política de Remuneração;
- VII. deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração, pela lei, pelo Estatuto Social ou pela Assembleia Geral;
- VIII. cumprir o objeto social e as atividades, observando os limites e responsabilidades constantes neste Estatuto Social;
- IX. exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração, pelas Assembleias Gerais, pela lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas; e
- X. aprovar todos e quaisquer atos, contratos e documentos, em valores até R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), exceto se de outra forma prevista neste Estatuto Social (incluindo o disposto no artigo 10) e/ou no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, observado, ainda, o disposto no artigo 17 deste Estatuto Social.

## SEÇÃO VI

### DIRETORIA

#### PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES

**Artigo 17** - Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidades para a Companhia serão sempre assinados observados os níveis de aprovação abaixo:

Nível de Aprovação	Limites por Operação
--------------------	----------------------



<b>I.</b> 2 (dois) Diretores Estatutários; ou 1 (um) Diretor e 1 (um) Procurador, com poderes específicos; ou 2 (dois) Procuradores, com poderes específicos.	Até R\$ 15.000.000,00
<b>II.</b> 2 (dois) Diretores Estatutários, após previamente aprovado em Reunião da Diretoria da Companhia ou pelo Conselho de Administração, desde que presente a maioria de seus membros.	De R\$ 15.000.000,01 até R\$ 210.000.000,00
<b>III.</b> 2 (dois) Diretores Estatutários, após previamente aprovado pelo Conselho de Administração, desde que presente a maioria de seus membros.	A partir de R\$ 210.000.000,01

**Parágrafo Primeiro** - Em casos de ausência ou impossibilidade de 2 (dois) Diretores estatutários assinarem os atos definidos no *caput* deste artigo, referidos atos poderão ser assinados por 1 (um) Diretor estatutário em conjunto com 1 (um) procurador, não subordinado a este, desde que investido de poderes especiais, exceto para movimentação de contas bancárias a qual poderá ser assinada por 2 (dois) procuradores com poderes específicos.

**Parágrafo Segundo** - As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores estatutários, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou aquele que o substitua na função, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato judicial e para processos administrativos poderá ser por prazo indeterminado.

**Parágrafo Terceiro** - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) Diretor estatutário ou 1 (um) procurador com poderes especiais nos seguintes casos:

- I. prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias e autorizadas de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza;
- II. assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo representante;



- III. assinatura de correspondência e/ou declarações que não criem obrigações e ou responsabilidades para a Companhia;
- IV. depoimentos judiciais ou representação da Companhia em juízo;
- V. recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- VI. participação em licitações;
- VII. registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social;
- VIII. vendas de produtos e serviços e contratação de fornecedores cujos modelos de contratos sejam previamente aprovados nos termos do *caput* do presente artigo; e
- IX. quaisquer atos suportados por procuração com poderes específicos para representatividade individual, assim entendido como poderes que individualizam determinado ato e operação a que se pretenda constituir representação.

**Parágrafo Quarto** - Salvo quando da essência do ato for obrigatória a forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “*ad negotia*” por instrumento particular ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, que se outorgada a partir de 1º de dezembro poderá ter validade até 31 de dezembro do ano seguinte. As procurações “*ad negotia*” por instrumento público poderão ter validade de até 3 (três) anos a contar de sua emissão. As procurações outorgadas para representação judicial e em processos administrativos poderão vigorar por prazo indeterminado.

**Parágrafo Quinto** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor estatutário, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações, negócios, contratações ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando a, fianças, ônus, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando os referidos atos forem em benefício do grupo econômico Algar, observados os termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Parágrafo Sexto** - A Diretoria da Companhia está expressamente proibida de firmar quaisquer tipos de atos, contratos ou documentos com fim especulativo, bem como instrumentos financeiros de derivativos, especulativo ou não, independentemente do modelo, formato e/ou nomenclatura, sem prévia e expressa aprovação do Conselho de





Administração. Para fins exemplificativos entende-se por derivativos, quaisquer contratos nos quais se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de mercado, ou seja, é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo.

## **SEÇÃO VII**

### **DIRETORIA**

#### **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS**

**Artigo 18** - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária:

#### **I. Diretor Presidente:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto Social, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor estatutário;
- (b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (c) coordenar as atividades da Diretoria e supervisionar todas as atividades da Companhia;
- (d) definir as estratégias operacionais, visando ao desenvolvimento sustentável da Companhia, a sua continuidade através da diferenciação e identificação de oportunidades a serem exploradas;
- (e) avaliar os impactos socioambientais (ESG) na definição e discussão da estratégia da Companhia;
- (f) dar cumprimento às deliberações do Conselho de Administração e às disposições estatutárias;
- (g) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia;
- (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

#### **II. Diretor Vice-Presidente da BU de Integração:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;





- (b) gerenciar toda a operação dos ISPs que serão adquirido pela Companhia e promover a padronização e as regularizações necessárias para que os mesmos possam ser incorporados na Companhia;
- (c) garantir que todas as ações realizadas tenham como foco a manutenção e o crescimento da base de clientes e a qualidade dos serviços prestados;
- (d) assegurar que as ações realizadas estejam de acordo com os objetivos estratégicos, financeiros e operacionais da Companhia;
- (e) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e
- (f) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

### **III. Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o público em geral;
- (b) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de relações com investidores, planejamento financeiro, faturamento, crédito e cobrança, controladoria, controle de ativos, financeiro, tesouraria, governança de projetos, suprimentos, compliance e gestão de riscos;
- (c) prestar informações ao público investidor, à CVM e às Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada;
- (d) manter atualizado o registro de companhia na CVM bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essa Comissão, e aplicáveis à Companhia;
- (e) responsabilizar-se pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e pelas mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis em conformidade com os instrumentos regulatórios, pronunciamentos e leis aplicáveis;
- (f) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia na área jurídica em geral;
- (g) zelar pela imagem da Companhia e o capital humano; e
- (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei;



#### **IV. Diretor de Negócios Atacado:**

- (a) representar a Companhia em todos os atos relacionados ao atendimento, comercialização e entrega dos produtos referentes às Ofertas de Referência dos Produtos no Mercado de Atacado, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMCM, aprovado pela Resolução nº 600, de 08 de novembro de 2012, da Agência Nacional de Telecomunicações e eventuais alterações;
- (b) criar e desenvolver políticas e planos para exploração e desenvolvimento do Mercado de Atacado pela Companhia;
- (c) zelar pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Companhia; e
- (d) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

#### **IV. Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- (b) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de Tecnologia e Evolução Digital;
- (c) gerenciar e assegurar a execução das estratégias de modernização das infraestruturas tecnológicas da Companhia;
- (d) criar e desenvolver políticas, operações e processos que tornem as atividades da Companhia mais eficientes, reduzindo custos e aumentando a eficiência da infraestrutura tecnológica;
- (e) alinhar a estratégia e os objetivos da organização com as equipes tecnológicas, identificando oportunidades e riscos;
- (f) acompanhar as inovações no mercado nacional e internacional relacionadas aos negócios da Companhia;
- (g) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e
- (h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.



**V. Diretor Vice-Presidente de Gente:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- (b) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas de Talentos Humanos;
- (c) formular, revisar, implantar e coordenar políticas, diretrizes e metas corporativas referentes a recrutamento, seleção, relações trabalhistas e sindicais, administração de salários, instrução e treinamento, posicionamento interno dos associados, segurança e saúde, benefícios e serviços aos associados da Companhia e suas controladas;
- (d) assegurar um modelo de remuneração estratégica, adequado aos diferentes cargos e adequado a capacidade de pagar de cada negócio;
- (e) Gerenciar a execução do negócio TIC e IoT, bem como o alcance dos resultados estratégico estabelecidos para Negócio TIC e IoT;
- (f) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e
- (g) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

**VI. Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório:**

- (a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o público em geral;
- (b) assegurar a devida governança regulatória, específica para o setor de telecomunicações, visando o atendimento e cumprimento das obrigações das autorizações e concessões sob controle da Companhia, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação nas áreas de atuação da Companhia;
- (c) exercer a defesa dos interesses da Companhia, em qualquer matéria regulatória, bem como assistir o Conselho de Administração, a Diretoria e demais áreas da companhia nas relações político-institucionais com órgãos regulatórios;
- (d) suportar a execução do planejamento estratégico e a definição das diretrizes corporativas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia e suas controladas;
- (e) propor para aprovação do Conselho de Administração o direcionamento estratégico, o plano estratégico e o plano operacional da Companhia e suas controladas;



(f) propor e implantar novos projetos e investimentos nas áreas de atuação da Companhia, bem como coordenar os assuntos relativos a oportunidade de novos negócios, aos projetos para aquisição e a gestão da participação da Companhia em outras sociedades;

(g) zelar pela imagem e pelo capital humano da Companhia; e

(h) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

#### **VII. Diretor Vice-Presidente da BU ServB:**

(a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;

(b) gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para os segmentos de Mercado Corporativo, MPE e Atacado (B2B - ServB/NetCo);

(c) executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vinculadas e dos planos de ação;

(d) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional;

(e) assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2B dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais;

(f) zelar pela satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2B;

(g) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

#### **VIII. Diretor Vice-Presidente da BU ServC:**

(a) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;

(b) gerenciar a execução do negócio da Companhia, bem como o alcance dos resultados estabelecidos para o Segmento de Mercado Residencial (B2C);



- (c) executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo e acompanhando os objetivos funcionais das diversas áreas vinculadas e dos planos de ação;
- (d) estabelecer diretrizes e supervisionar as atividades da Companhia nas áreas Comercial, Operação, Marketing, Atendimento a Clientes e Relacionamento Institucional;
- (e) assegurar a atuação da Unidade de Negócios B2C dentro das melhores práticas éticas, regulatórios e legais;
- (f) zelar pela satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios, pela imagem da Companhia e pelo capital humano da Unidade de Negócios B2C;
- (g) exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pelo Conselho de Administração ou pela lei.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Artigo 19** - A Assembleia Geral é o órgão superior da Companhia, com poderes para deliberar, respeitados os limites previstos em lei, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia, incluindo as seguintes matérias:

- I. alterações ao Estatuto Social da Companhia que resultem em (a) um conflito com as disposições do Acordo de Acionistas, (b) alterações relevantes ao objeto social da Companhia, ou (c) mudança da localização da sede da Companhia;
- II. aumento de capital ou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) da Companhia e/ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia;
- III. alteração nas características, preferências ou benefícios conferidos pelas ações em circulação, bem como a criação de novo tipo ou classe de ações da Companhia, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;
- IV. redução de capital da Companhia, bem como todas e quaisquer formas de aquisição ou negociação pela Companhia de suas próprias ações, incluindo, mas não se limitando



a, o resgate, recompra e cancelamento de suas ações, exceto se estabelecido no orçamento anual da Companhia;

V. liquidação ou dissolução da Companhia, bem como a apresentação de recuperação judicial ou reorganização extrajudicial ou pedido de falência ou insolvência da Companhia;

VI. (a) transformação da Companhia em outro tipo societário, bem como (b) incorporação, incorporação de ações, cisão, *drop-down* ou outra reorganização societária da Companhia que envolva um terceiro, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

VII. declaração de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outras distribuições pela Companhia em desacordo com o Estatuto Social e/ou com a política de dividendos da Companhia, bem como a alteração da política de dividendos da Companhia, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

VIII. alterações ao número de membros do Conselho de Administração, alterações às regras operacionais do Conselho de Administração que diverjam ou conflitem de qualquer maneira com os termos e condições acordados no Acordo de Acionistas e alterações ao regimento interno do Conselho de Administração, conforme constantes do referido Acordo de Acionistas;

IX. a oferta pública inicial de ações (no Brasil ou no exterior) pela Companhia ou suas subsidiárias, observados os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia;

X. alterações relevantes às práticas contábeis da Companhia e das subsidiárias, exceto se tais alterações materiais forem exigidas pela lei;

XI. alteração relevante ao negócio da Companhia (exceto se exigido pela lei) ou início ou descontinuação de qualquer linha de negócios pela Companhia (desde que no caso de início de uma nova linha de negócios, seja diferente do negócio originário);

XII. nomeação, destituição ou substituição dos auditores independentes da Companhia e das subsidiárias, que não sejam a Ernst & Young, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e PriceWaterhouseCoopers (ou seus respectivos sucessores); e/ou



XIII. o cancelamento do registro da Companhia como uma empresa de capital aberto ou qualquer pedido de alteração do segmento de negociação em que as ações de emissão da Companhia sejam admitidas à negociação.

**Parágrafo Único** – As deliberações envolvendo a sociedade Algar TI Consultoria S.A. e quaisquer de suas subsidiárias/controladas não estarão sujeitas à eventuais quóruns qualificados previstos no Acordo de Acionistas da Companhia.

**Artigo 20** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, para deliberar sobre as matérias de sua competência, nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, observadas as previsões legais, estatutárias e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Artigo 21** - As Assembleias Gerais dos acionistas serão convocadas de acordo com a lei.

**Parágrafo Primeiro** - A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 21 (vinte e um) dias de antecedência, no mínimo, contando o prazo da publicação do primeiro anúncio, não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

**Parágrafo Segundo** - Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, além do documento de identidade, comprovante expedido pela instituição depositária, bem como poderão ser representados nas Assembleias por procuradores constituídos na forma da Lei das Sociedades por Ações, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede social da Companhia com antecedência mínima de 3 (três) dias.

**Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos referidos no parágrafo 2º acima, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**Artigo 22** - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, são instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência pelo Vice-Presidente ou, na ausência deste, por qualquer pessoa indicada por acionistas presentes detentores da maioria do capital social votante da Companhia presente à Assembleia Geral. O Presidente da Assembleia deverá indicar o secretário, que poderá ser ou não acionista da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão instaladas de acordo com os quóruns previstos na Lei das Sociedades por Ações.





**Parágrafo Segundo** - Cada ação ordinária dá direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais da Companhia. As deliberações das Assembleias Gerais deverão ser tomadas mediante o voto favorável dos acionistas presentes representando a maioria do capital votante da Companhia, exceto para as deliberações em que um quórum maior é requerido nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

## **CAPÍTULO VI DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 23** - O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por pedido de acionistas, nas hipóteses previstas em lei, ou por deliberação de Assembleia Geral, bem como possuirá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, observadas as disposições do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.

**Artigo 24** - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros efetivos, e suplentes de igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, em observância da Lei das Sociedades por Ações, e terão o mandato de 1 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima Assembleia Geral Ordinária.

**Parágrafo Primeiro** - Pelo menos um dos membros do Conselho Fiscal assistirá às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos a que deva opinar.

**Parágrafo Segundo** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do termo de posse, que, uma vez assinado, obrigará os membros do Conselho Fiscal a observar as disposições deste estatuto social e demais disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Terceiro** - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição.

**Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, com o voto de, no mínimo, a maioria dos seus membros.

**Artigo 25** - O Conselho Fiscal, quando instalado, reunir-se-á trimestralmente, em sessão ordinária ou, extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus



membros, pelo presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - A convocação dos conselheiros para as reuniões ordinárias será efetuada, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos de sua realização ou de acordo com calendário aprovado na primeira reunião após a sua instalação.

**Parágrafo Segundo** - As formalidades de convocação poderão ser dispensadas quando todos os conselheiros estiverem presentes na reunião.

**Parágrafo Terceiro** - As reuniões serão realizadas na sede da Companhia, podendo, também e excepcionalmente, ocorrer em outro local, assim como por tele ou videoconferência.

**Artigo 26** - As reuniões do Conselho Fiscal se instalarão com a presença da maioria dos seus membros efetivos ou respectivos suplentes.

**Parágrafo Único** - Na falta de quórum mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, será convocada nova reunião, que se instalará com qualquer número de presentes, devendo ser realizada em 2 (dois) dias corridos de sua convocação.

**Artigo 27** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria de votos dos presentes, presente a maioria dos seus membros, cabendo ao membro que discordar de manifestação específica, fazer constar em ata seu voto contrário, motivos e protesto, se desejar.

**Artigo 28** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

**Artigo 29** - Ocorrendo o impedimento ou vacância permanente do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará o cargo vacante, não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral procederá eleição de membro para ocupar o cargo vago.

**Artigo 30** - A remuneração dos membros efetivos e dos suplentes do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações e o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**



**Artigo 31** - O exercício social da Companhia inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro.

**Artigo 32** - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, nos termos do artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, as demonstrações financeiras constituídas de:

- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. demonstração do resultado do exercício; e
- IV. demonstração dos fluxos de caixa.

**Artigo 33** - Os lucros líquidos do exercício, ajustados de acordo com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, terão a seguinte destinação:

- I. 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- II. 35% (trinta e cinco por cento) destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e
- III. O saldo remanescente terá a sua destinação proposta pela Diretoria, respeitadas as disposições legais e estatutárias.

**Parágrafo Único** - A Diretoria poderá, mediante aprovação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, levantar balanços intercalares e distribuir dividendos “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros registrados em balanço anual ou semestral, ou ainda, declarar e distribuir juros sobre o capital próprio e imputá-los ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

**Artigo 34** - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**Parágrafo Único** - Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos a contar



da data da Assembleia Geral que houver aprovada a distribuição reverterão em favor da Companhia.

## **CAPÍTULO VIII LIQUIDAÇÃO**

**Artigo 35** - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral de acionistas nomear o liquidante e fixar os honorários correspondentes.

**Parágrafo Único** - Durante o período de liquidação, o Conselho Fiscal será instalado mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

## **CAPÍTULO IX ARBITRAGEM**

**Artigo 36** - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste instrumento, no Acordo de Acionistas da Companhia e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, caso aplicáveis.

**Artigo 37** - A arbitragem será confidencial e terá sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, seguindo o regulamento de arbitragem da Câmara de Arbitragem B3. O idioma do procedimento arbitral será o português, ficando estabelecido que quaisquer documentos poderão ser apresentados em inglês sem a necessidade de tradução, podendo as testemunhas prestar seus depoimentos em inglês ou português. A sentença arbitral será escrita em idioma português e proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Artigo 38** - O tribunal arbitral será composto por três árbitros. O(s) requerente(s) e o(s) requerido(s) nomearão, cada qual, um árbitro e tais árbitros nomeados nomearão o terceiro árbitro, o qual atuará como presidente do tribunal arbitral. Tais nomeações serão feitas nos prazos e de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem B3. Caso qualquer das partes do procedimento arbitral, mesmo como um grupo de requerentes ou um grupo de requeridos em conjunto, deixe de nomear um árbitro, ou caso não haja acordo entre os árbitros acerca da nomeação do presidente do tribunal arbitral no prazo estabelecido pelo regulamento da Câmara de Arbitragem B3, as nomeações faltantes serão feitas de acordo com tal regulamento. Se houver múltiplas partes que não possam ser reunidas em um grupo de requerentes ou em um



grupo de requeridos e não houver consenso entre todas as partes acerca da nomeação dos árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem B3.

**Artigo 39** - Todos os custos e despesas do procedimento arbitral, inclusive os honorários dos árbitros e os honorários dos peritos independentes, serão suportados pelas partes na proporção determinada pelo tribunal arbitral, excetuados os honorários contratuais dos advogados, os quais serão suportados por cada uma das partes individualmente.

**Artigo 40** - Os procedimentos de solução de litígios especificados neste capítulo serão os procedimentos únicos e exclusivos para a solução de litígios em decorrência do presente instrumento ou com relação ao mesmo, e a sentença arbitral será definitiva, conclusiva e vinculante entre as partes do procedimento arbitral e seus sucessores e cessionários a qualquer título. Antes da constituição do tribunal arbitral, contudo, qualquer interessado poderá buscar medidas liminares ou outra tutela provisória junto ao competente juízo ou ao Árbitro de Emergência da Câmara de Arbitragem B3. Após a constituição do tribunal arbitral, tais medidas serão requeridas ao tribunal arbitral, o qual terá poderes exclusivos para manter, reformar ou modificar medidas previamente concedidas pelo competente juízo ou pelo Árbitro de Emergência da Câmara de Arbitragem B3. Todas as medidas de caráter provisório e urgente, quando aplicável, bem como os procedimentos de execução, poderão ser requeridos ao Árbitro de Emergência da Câmara de Arbitragem B3, a qualquer juízo que tenha competência sobre as partes ou seus ativos, conforme o caso, ou aos juízos da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. O requerimento de tais medidas judiciais não será interpretado como renúncia a esta cláusula compromissória ou à arbitragem como único mecanismo de solução de litígios previsto neste instrumento.

**Artigo 41** - Desde que a ata de missão não tenha sido firmada pelas partes do procedimento arbitral ou aprovada pela Câmara de Arbitragem B3, o Presidente da Câmara de Arbitragem B3 poderá ordenar a consolidação de dois ou mais procedimentos arbitrais simultâneos, de acordo com o regulamento da Câmara de Arbitragem B3. Após a ata de missão ter sido firmada pelas partes ou aprovada pela Câmara de Arbitragem B3, o tribunal arbitral poderá consolidar os procedimentos arbitrais com base neste instrumento ou em qualquer outro acordo celebrado pela Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, incluindo acordos de acionistas e contratos de compra e venda de ações, desde que: (i) os procedimentos arbitrais apresentem questões de fato ou de direito significativas, (ii) as cláusulas compromissórias sejam compatíveis, (iii) nenhuma parte seja indevidamente prejudicada; e (iv) a consolidação nessas circunstâncias não acarrete atraso indevido. O tribunal arbitral primeiramente constituído terá competência para a consolidação e sua decisão será definitiva e vinculante às partes de todos os procedimentos.



## **CAPÍTULO X**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 42** - As operações e contratos com partes relacionadas devem ser firmadas em condições de mercado.

**Artigo 43** - A Diretoria não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação do Conselho de Administração, nas seguintes condições: (i) que sejam em moeda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social; (ii) que restrinja eventuais alterações societárias da Companhia ou suas controladas; e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto Social.

**Artigo 44** - Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto Social e legislação superveniente aplicável a esta Companhia prevalecerão as disposições legais.

**Artigo 45** - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

O referido instrumento foi aprovado e é parte integrante da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da ALGAR TELECOM S/A, datada de 02 de fevereiro de 2022, denominado Anexo I.

**Lucas Fellipe Duque Finotti.**  
Secretário “ad hoc”  
(Assinado digitalmente)







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/081.475-9	MGP2200122188	15/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA
101.901.416-46	LUCAS FELLIPE DUQUE FINOTTI
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9185144 em 16/02/2022 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 220814759 - 15/02/2022. Autenticação: AD874189117F69742D8131D6EC41C655C2496B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/081.475-9 e o código de segurança NrvY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



**PROCURAÇÃO****OUTORGANTE**

**ALGAR TELECOM S/A**, prestadora de serviços de telecomunicações, inscrita no CNPJ nº 71.208.516/0001-74, com sede na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e todas as suas filiais, neste ato, representadas por seus Diretores Estatutários, nomeiam e constituem os seguintes Procuradores, limitando-se aos termos abaixo descritos, para a prática dos seguintes atos:

**OUTORGADOS**

**BEATRIZ VIEIRA COSTA**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob o nº 100.496.126-03 e OAB/MG 161.985; **LARISSA CAMPOS VIEIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF sob o nº 095.099.576-23; OAB/MG 211.603; **LÍBERA SOUZA RIBEIRO**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob o nº 092.821.506-74 e OAB/MG 159.849 e **STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA**, brasileira, advogada, inscrita no CPF sob o nº 085.520.166-56 e OAB/MG 164.455, todas com endereço comercial na Av. Maria Silva Garcia, nº 385, Granja Marileusa, CEP: 38.406-634, Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

**PODERES**

As **OUTORGANTES** conferem poderes as **OUTORGADAS** para representá-las em conjunto ou isoladamente, perante repartições públicas em geral, ora exemplificada, mas não se limitando, às Juntas Comerciais em todo território nacional, especificamente para:

- (a) resolver pendências.
- (b) assinar capas e requerimentos a serem apresentados para registro/arquivamento de atos, declarações, balanços, termos de abertura e encerramento de livros digitais societários praticados com o uso de certificação digital.
- (c) ingresso de processo e/ou prestação de informações, bem como assinar documentos necessários à instrução dos atos, praticados com ou sem o uso de certificado digital.

Fica vedado o substabelecimento, no todo ou em parte. Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito ao Estatuto Social, políticas internas da empresa e às leis, em especial, mas não se limitando, à lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção").

**VALIDADE**

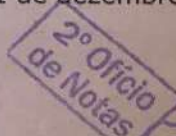
A presente procuração terá início de vigência a partir de 01 de dezembro de 2021 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2022.

**LOCAL E DATA**

Uberlândia - MG, 08 de dezembro de 2021.



**JEAN CARLOS BORGES**  
Diretor Presidente



**OSVALDO CÉSAR CARRIJO**  
Diretor Vice-presidente de  
Negócios e Diretor de Negócios Atacado



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9185144 em 16/02/2022 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 220814759 - 15/02/2022. Autenticação: AD874189117F69742D8131D6EC41C655C2496B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/081.475-9 e o código de segurança NrvY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.9003-4/2021

pág. 43/47



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/081.475-9	MGP2200122188	15/02/2022

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA



# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, Beatriz Vieira Costa, com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 161985, expedida em 19/06/2015, inscrito no CPF nº 100.496.126-03, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o (s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Procuração outorgada pela Algar Telecom S/A. - 1 página(s)

Uberlandia/MG , 15 de fevereiro de 2022.

Nome do declarante que assina digitalmente: Beatriz Vieira Costa



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9185144 em 16/02/2022 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 220814759 - 15/02/2022. Autenticação: AD874189117F69742D8131D6EC41C655C2496B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/081.475-9 e o código de segurança NrvY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.9003-4/4563

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 45/47





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALGAR TELECOM S/A, de NIRE 3130001179-8 e protocolado sob o número 22/081.475-9 em 15/02/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 9185144, em 16/02/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA
101.901.416-46	LUCAS FELLIPE DUQUE FINOTTI
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

Belo Horizonte, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2022



Documento assinado eletronicamente por Zulene figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 16/02/2022, às 15:55 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumentos.jsf) informando o número do protocolo 22/081.475-9.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 16 de fevereiro de 2022



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9185144 em 16/02/2022 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 220814759 - 15/02/2022. Autenticação: AD874189117F69742D8131D6EC41C655C2496B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/081.475-9 e o código de segurança NrvY Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/02/2022 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.9003-4/2025

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 47/47





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.638-9	MGN2315263042	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA





**ALGAR TELECOM S/A**  
*Companhia Aberta de Capital Autorizado*  
**CNPJ: 71.208.516/0001-74**  
**NIRE: 313.000.117-98**

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 14 de março de 2023, com participação remota via videoconferência, às 13:00, sendo a reunião considerada como realizada na sede da Companhia para todos os fins.

**2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 12, parágrafo 9º do Estatuto Social da Companhia, em vista da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**3. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros que compõe o Conselho de Administração da Companhia: Presidente – **Luiz Alexandre Garcia**; Vice-Presidente – **Eliane Garcia Melgaço**; Membros Efetivos do Conselho de Administração – **Luiz Alberto Garcia, Divino Sebastião de Souza, Luiz Eduardo Falco Pires Correa e Thilo Helmut Georg Mannhardt**.

**4. MESA:** Presidente, Luiz Alexandre Garcia; Secretária “*ad hoc*”, Luciana Ferreira Neves Vasconcelos.

**5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros que irão compor a Diretoria da Companhia, com mandato até 30 de abril de 2026.

**6. DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente informou que a presente ata será lavrada na forma de sumário, o que foi autorizado pelos conselheiros presentes. Em seguida, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade:

(i) a reeleição dos membros que irão compor a Diretoria da Companhia, no seguinte formato: (a) Sr. **Jean Carlos Borges**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M- 3.822.734 – SSP/MG e inscrito no CPF nº 665.591.546-53 ao cargo de **Diretor Presidente**; (b) Sr. **Osvaldo Cesar Carrijo**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº RG 651.373 – PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 211.672.306-04 aos cargos de **Diretor Vice-Presidente da BU de Integração e Diretor de Negócios Atacado**; (c) Sr. **Tulio Toledo Abi-Saber**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade nº RG MG7224307 – PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 031.277.386-25 ao cargo de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores**; (d) Sr. **Luis Antônio Andrade Lima**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.994.955 e inscrito no CPF nº 019.946.508-85 ao cargo de **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital**; (e) Sra. **Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade nº RG MG 4718592 – SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 691.647.036-49 ao cargo de **Diretora Vice-Presidente de Gente**; (f) Sr. **Renato Paschoareli**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 16.160.231-9 SSP/SP e inscrito no CPF nº 145.821.828-79 ao cargo de **Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório**; (g) Sr. **Augusto Marcos Nascimento Salomon**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 254.384.560

Visto: Sthefany Silva Monjardim da Fonseca  
OAB/MG 164.455



SSP/SP e inscrito no CPF nº 095.598.868.35 ao cargo de **Diretor Vice-Presidente da BU ServB**; e (h) Sr. **Márcio de Jesus da Silva**, brasileiro, cientista da computação, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M5.729.854 SSP/MG e inscrito no CPF nº 755.817.016-87 ao cargo de **Diretor Vice-Presidente da BU ServC**, todos com endereço comercial à rua José Alves Garcia, 415, Bairro Brasil, CEP 38.400-668, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com mandato até 30 de abril de 2026.

Conforme termos de posse acostados ao presente instrumento, os Diretores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Em virtude da presente deliberação, a Diretoria da Sociedade terá a seguinte composição: (a) Diretor Presidente: **Jean Carlos Borges**; (b) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração e Diretor de Negócios Atacado: **Oswaldo Cesar Carrijo**; (c) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores: **Tulio Toledo Abi-Saber**; (d) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital: **Luis Antônio Andrade Lima**; (e) Diretor Vice-Presidente de Gente: **Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira**; (f) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório: **Renato Paschoareli**; (g) Diretor Vice-Presidente da BU ServB: **Augusto Marcos Nascimento Salomon**; e (h) Diretor Vice-Presidente da BU ServC: **Márcio de Jesus da Silva**; todos com mandato até 30 de abril de 2026.

**7. ENCERRAMENTO:** Em seguida o Presidente deu por encerrada a reunião, ocasião em que determinou a lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada digitalmente para fins de arquivo no livro de registro de atas pela secretária “*ad hoc*” Luciana Ferreira Neves Vasconcelos, pela Dra. Sthefany Silva Monjardim da Fonseca, OAB/MG 164.455, na qualidade de advogada, e pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, Luiz Alexandre Garcia, Eliane Garcia Melgaço, Luiz Alberto Garcia, Divino Sebastião de Souza, Luiz Eduardo Falco Pires Correa e Thilo Helmut Georg Mannhardt. Ficam autorizadas a assinar por meio de certificado digital a via eletrônica desta ata destinada ao registro na Junta Comercial a secretária “*ad hoc*” Luciana Ferreira Neves Vasconcelos, certificando que a mesma é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e a Dra. Sthefany Silva Monjardim da Fonseca, OAB/MG 164.455, na qualidade de advogada. Uberlândia/MG, 14 de março de 2023.

Visto: Sthefany Silva Monjardim da Fonseca  
OAB/MG 164.455



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-44569

pág. 4/44



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

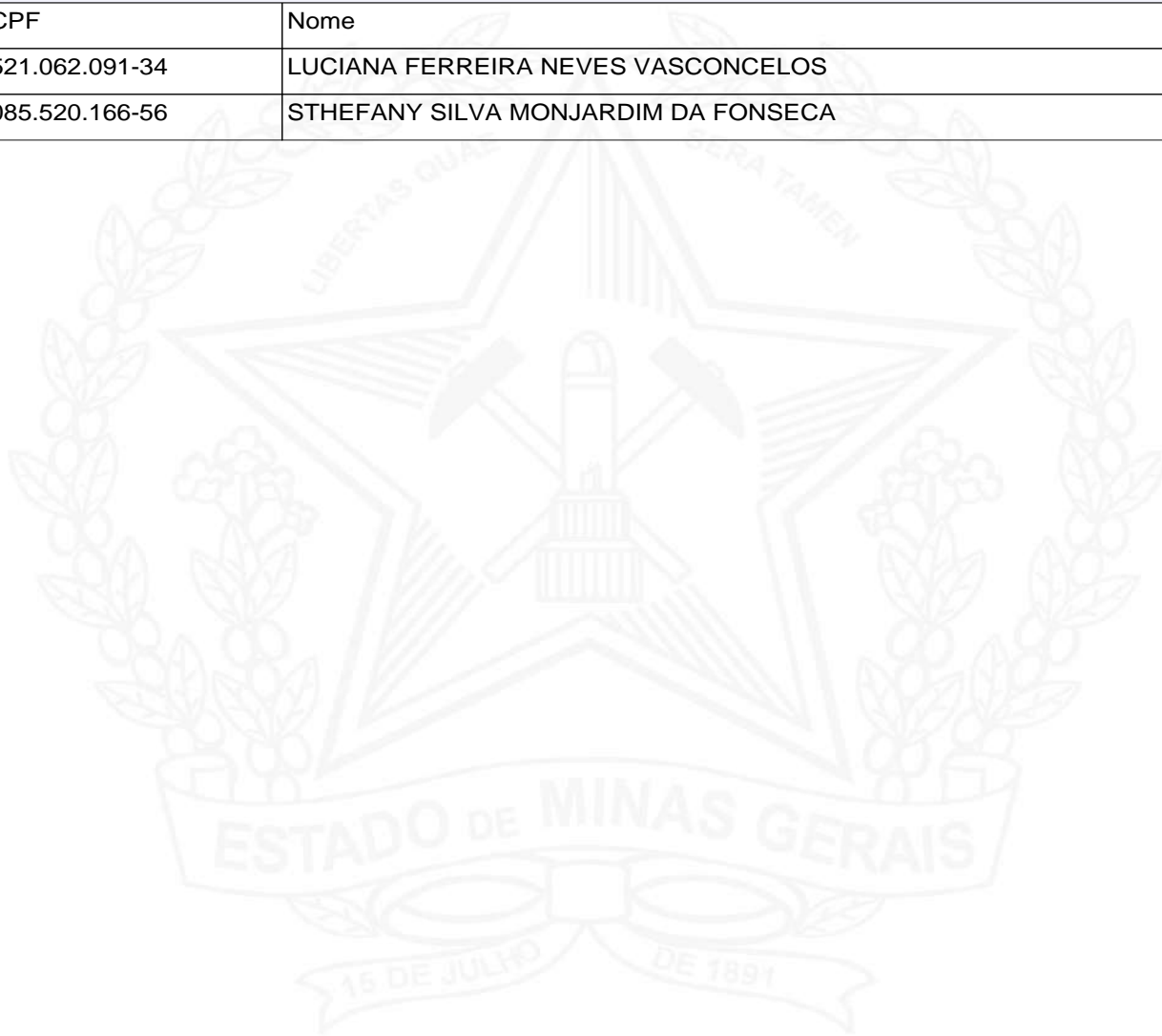
Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.638-9	MGN2315263042	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
521.062.091-34	LUCIANA FERREIRA NEVES VASCONCELOS
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE POSSE

Eu, **JEAN CARLOS BORGES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M- 3.822.734 – SSP/MG e inscrito no CPF nº 665.591.546-53, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Presidente da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha



tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma DocuSign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.



**JEAN CARLOS BORGES**

Diretor Presidente

(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-4/4572 pág. 7/44

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## TERMO DE POSSE

Eu, **OSVALDO CESAR CARRIJO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº RG 651.373 – PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 211.672.306-04, tendo sido eleito aos cargos de Diretor Vice-Presidente da BU de Integração e de Diretor de Negócios Atacado, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes aos cargos, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha



tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma DocuSign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.

Certified by:  
OSVALDO CESAR CARRIJO  
Assinado por: OSVALDO CESAR CARRIJO 21167230834  
CNPJ: 21167230834  
Digital Signature  
Certificado de Assinatura: 2004/2023 - 14 33 29 BRT  
ICP-Brasil

**OSVALDO CESAR CARRIJO**

Diretor Vice-Presidente da BU de Integração e Diretor de Negócios Atacado  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-44574

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/44



## TERMO DE POSSE

Eu, **TULIO TOLEDO ABI-SABER**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº RG MG7224307 – PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 031.277.386-25, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha

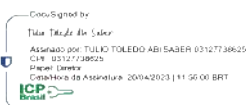


tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma Docusign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.



**TULIO TOLEDO ABI-SABER**

Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-44576

pág. 11/44

## TERMO DE POSSE

Eu, **LUIS ANTÔNIO ANDRADE LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 8.994.955 e inscrito no CPF nº 019.946.508-85, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha

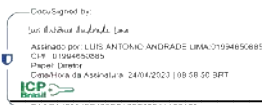


tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma DocuSign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.



**LUIS ANTONIO ANDRADE LIMA**

Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-44578

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 13/44

## TERMO DE POSSE

Eu, **ANA PAULA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade nº RG MG 4718592 – SSP/MG e inscrita no CPF sob o nº 691.647.036-49, tendo sido eleita ao cargo de Diretora Vice-Presidente de Gente, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito,



bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma Docusign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.

DocuSigned by:  
Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira  
Assinado por: ANA PAULA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA/891  
CPF: 80184120542  
Digital Signature  
Data/Hora da Assinatura: 20/04/2023 15:42:52 BRT

**ANA PAULA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA**  
Diretora Vice-Presidente de Gente  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-4/4580

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 15/44



## TERMO DE POSSE

Eu, **RENATO PASCHOARELI**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 16.160.231-9 SSP/SP e inscrito no CPF nº 145.821.828-79, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha





tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma DocuSign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.



**RENATO PASCHOARELI**

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-4/4582

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 17/44

## TERMO DE POSSE

Eu, **AUGUSTO MARCOS NASCIMENTO SALOMON**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 254.384.560 SSP/SP e inscrito no CPF nº 095.598.868.35, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Vice-Presidente da BU ServB, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i. ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii. ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii. que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv. que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v. que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha



tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi. que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii. para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii. que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix. que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x. que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma Docusign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.

DocuSign Envelope by:  
Assinado por: AUGUSTO MARCOS NASCIMENTO SALOMON 05559886835  
CPF: 05559886835  
Data: 2023.03.14  
Data e Hora da Assinatura: 2023/03/14 10:00:30 BRT

**AUGUSTO MARCOS NASCIMENTO SALOMON**  
Diretor Vice-Presidente da BU ServB  
(Assina digitalmente)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8003-4/2023-84 pág. 19/44

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

## TERMO DE POSSE

Eu, **MÁRCIO DE JESUS DA SILVA**, brasileiro, cientista da computação, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M5.729.854 SSP/MG e inscrito no CPF nº 755.817.016-87, tendo sido eleito ao cargo de Diretor Vice-Presidente da BU ServC, da **ALGAR TELECOM S/A**, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

- i.* ter recebido uma cópia da “*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante*” e da “*Política de Negociação de Valores Mobiliários*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia;
- ii.* ter recebido o “*Código de Conduta*” do **GRUPO ALGAR**, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à **ALGAR TELECOM S/A** sempre em conformidade com tais disposições;
- iii.* que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “*Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária*” da **ALGAR TELECOM S/A**, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- iv.* que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições estabelecidas no Estatuto Social;
- v.* que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha



tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

- vi.** que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas.
- vii.** para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;
- viii.** que atendo aos requisitos de reputação ilibada;
- ix.** que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia.
- x.** que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital, nos termos e para os fins da Medida Provisória 2.200, de 24 de agosto de 2001, mediante a utilização da plataforma Docusign e será considerada a data de assinatura deste instrumento a data indicada abaixo, não obstante a data da efetiva assinatura digital.

Uberlândia, 14 de março de 2023.

---

**MÁRCIO DE JESUS DA SILVA**

Diretor Vice-Presidente da BU ServC  
(Assina digitalmente)











Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
<p>Sthefany Silva Monjardim da Fonseca sthefany.fonseca@algar.com.br Advogada</p> <p>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p><b>Detalhes do provedor de assinatura:</b></p> <p>Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC VALID RFB v5 CPF do signatário: 08552016656</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 19/04/2023 09:31:08 ID: 9164d9b3-162f-4a5d-98e6-bc5d0afdf1f2</p>	<p>DocuSigned by: <i>Sthefany Silva Monjardim da Fonseca</i> 13100186B92A4F0...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 189.41.233.47</p>	<p>Enviado: 18/04/2023 21:11:18 Visualizado: 19/04/2023 09:31:08 Assinado: 19/04/2023 10:24:05</p>
<p>Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira anapaula@algartelecom.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p><b>Detalhes do provedor de assinatura:</b></p> <p>Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC ONLINE RFB v5 CPF do signatário: 69164703649 Cargo do Signatário: Diretora</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 20/04/2023 15:41:35 ID: 18427bbb-048e-445d-9e33-7780e0b63b68</p>	<p>DocuSigned by: <i>Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira</i> 8C8FEF786068409...</p> <p>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 200.225.197.240</p>	<p>Enviado: 20/04/2023 09:18:01 Visualizado: 20/04/2023 15:41:35 Assinado: 20/04/2023 15:42:48</p>
<p>Augusto Marcos Nascimento Salomon augustom@algartelecom.com.br Vice Presidente - BU ServB Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</p> <p><b>Detalhes do provedor de assinatura:</b></p> <p>Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 CPF do signatário: 09559886835 Cargo do Signatário: Diretor</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 30/08/2019 09:43:03 ID: eac7983e-e244-4c75-8194-5689ec0bd29a</p>	<p>DocuSigned by: <i>Augusto Salomon</i> 4551D427EBC944B...</p> <p>Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 189.103.214.215</p>	<p>Enviado: 20/04/2023 09:18:02 Visualizado: 20/04/2023 09:19:07 Assinado: 20/04/2023 10:00:35</p>
<p>Divino Sebastião De Souza divsoulzas@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</p> <p><b>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</b> Aceito: 20/04/2023 11:46:15 ID: f8175e11-22e3-4f27-9ad8-6037dd7ecd8b</p>	<p>DocuSigned by: <i>Divino</i> 0AC64F0AAC3E42F...</p> <p>Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 189.10.96.27 Assinado com o uso do celular</p>	<p>Enviado: 20/04/2023 09:18:02 Visualizado: 20/04/2023 11:46:15 Assinado: 20/04/2023 11:51:38</p>



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Eventos do signatário		Assinatura	Registro de hora e data
<div>Eliane Garcia Melgaço</div> <div>eliane@algar.com.br</div> <div>VP de Gente</div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</div> <div><div>Detalhes do provedor de assinatura:</div><div>Tipo de assinatura: ICP Smart Card</div><div>Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5</div><div>CPF do signatário: 43688730682</div><div>Cargo do Signatário: Conselheira</div></div> <div><div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</div><div>Não disponível através da DocuSign</div></div>	<div><div>DocuSigned by:</div><div></div><div>1152567E102D4CC...</div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div>Usando endereço IP: 83.98.54.138</div>	<div>Enviado: 20/04/2023 09:18:03</div> <div>Visualizado: 21/04/2023 04:16:37</div> <div>Assinado: 21/04/2023 04:17:28</div>	
<div>Jean Carlos Borges</div> <div>jeanb@algartelecom.com.br</div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</div> <div><div>Detalhes do provedor de assinatura:</div><div>Tipo de assinatura: ICP Smart Card</div><div>Emissor da assinatura: AC ONLINE RFB v5</div><div>CPF do signatário: 66559154653</div><div>Cargo do Signatário: Diretor</div></div> <div><div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</div><div>Aceito: 20/04/2023 09:54:09</div><div>ID: 91f159da-87a9-49dd-8ce8-f9d4e5a35ba8</div></div>	<div><div>DocuSigned by:</div><div></div><div>DB1F5BB2F044483...</div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div>Usando endereço IP: 200.225.197.252</div>	<div>Enviado: 20/04/2023 09:18:03</div> <div>Visualizado: 20/04/2023 09:54:09</div> <div>Assinado: 20/04/2023 09:55:25</div>	
<div>Luis Antônio Andrade Lima</div> <div>lima@algartelecom.com.br</div> <div>CTO</div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital</div> <div><div>Detalhes do provedor de assinatura:</div><div>Tipo de assinatura: ICP Smart Card</div><div>Emissor da assinatura: AC ONLINE RFB v5</div><div>CPF do signatário: 01994650885</div><div>Cargo do Signatário: Diretor</div></div> <div><div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</div><div>Não disponível através da DocuSign</div></div>	<div><div>DocuSigned by:</div><div></div><div>BAACA42354FB435...</div></div> <div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado</div> <div>Usando endereço IP: 200.225.197.129</div>	<div>Enviado: 20/04/2023 09:18:04</div> <div>Visualizado: 20/04/2023 10:19:48</div> <div>Assinado: 24/04/2023 08:58:53</div>	
<div>Luiz Alberto Garcia</div> <div>lagarcia@algar.com.br</div> <div>Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)</div> <div><div>Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:</div><div>Aceito: 19/03/2021 15:41:31</div><div>ID: 2ade7782-5b39-4d58-9af0-fc19bf09987f</div></div>	<div><div>DocuSigned by:</div><div></div><div>DFC0A89851AE47B...</div></div> <div>Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada</div> <div>Usando endereço IP: 187.32.250.139</div>	<div>Enviado: 20/04/2023 09:18:04</div> <div>Reenviado: 24/04/2023 18:13:30</div> <div>Visualizado: 25/04/2023 09:46:11</div> <div>Assinado: 25/04/2023 10:06:59</div>	

## Eventos do signatário

Luiz Alexandre Garcia  
lag@algar.com.br  
Presidente

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card  
Emissor da assinatura: Autoridade Certificadora  
SERPRORFBv5  
CPF do signatário: 54686180600  
Cargo do Signatário: Presidente do Conselho de  
Administração

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 08/06/2020 19:32:06  
ID: 97e3fd48-9196-45c4-9704-61b6c3ba369d

LUIZ EDUARDO FALC0 PIRES CORREA

luizfalcocorrea@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 20/04/2023 17:46:41  
ID: 148dfe2c-0349-4c91-9e66-f4d09a312cc6

Márcio de Jesus da Silva

marcioj@algartelecom.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

### Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

OSVALDO CÉSAR CARRIJO

ocarrijo@algartelecom.com.br

VP de Atacado/IoT e Negócios de InfraCo

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital


**Detalhes do provedor de assinatura:**

Tipo de assinatura: ICP Smart Card  
Emissor da assinatura: AC ONLINE RFB v5  
CPF do signatário: 21167230604  
Cargo do Signatário: Diretor

**Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:**

Aceito: 30/03/2020 14:52:47  
ID: 847ef7c2-fb1a-48a6-b204-659282475b7d

**Assinatura**

DocuSigned by:  
  
53C95E2947344E0

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo  
Usando endereço IP: 200.146.193.72

DocuSigned by:  
LUIZ EDUARDO FALLO PIRES CORREA  
F23F93F5A018416...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 8.42.246.6  
Assinado com o uso do celular

DocuSigned by:  
Márcio de Jesus da Silva  
3BDF5D847AF54DE...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 199.94.1.204  
Assinado com o uso do celular

DocuSigned by:  
OSVALDO CÉSAR CARRIJO  
FE43E4C29B2B4FA...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado  
Usando endereço IP: 200.225.197.239

### Registro de hora e data

Enviado: 20/04/2023 09:18:01  
Visualizado: 20/04/2023 10:13:20  
Assinado: 20/04/2023 10:14:18

Enviado: 20/04/2023 09:18:04  
Visualizado: 20/04/2023 17:46:41  
Assinado: 20/04/2023 17:46:58

Enviado: 20/04/2023 09:18:05  
Reenviado: 24/04/2023 18:13:31  
Reenviado: 25/04/2023 11:44:41  
Reenviado: 27/04/2023 15:54:47  
Reenviado: 28/04/2023 12:23:19  
Visualizado: 28/04/2023 12:42:50  
Assinado: 28/04/2023 12:43:03

Enviado: 20/04/2023 09:18:05  
Visualizado: 20/04/2023 14:31:41  
Assinado: 20/04/2023 14:33:45



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000/ppl/ppl-90   pág. 25/44











- ii. send us an email to [info@hawaii.gov](mailto:info@hawaii.gov) and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

## Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

### **Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by during the course of your relationship with .



## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000-36 pág. 31/44

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.638-9	MGN2315263042	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VÍCTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃ SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER

**Folha 156**

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM ALGAR TELECOM S/A E OUTROS, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) nesta Cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º. Ofício de Notas na Rua Coronel Antônio Alves Pereira, nº. 850, Centro, compareceram como OUTORGANTES: **ALGAR TELECOM S/A**, CNPJ nº. 71.208.516/0001-74, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Fevereiro de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9557503, datado em 30/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, brasileiro, engenheiro elétrico, declara ser casado, portador da CNH nº. 01225321659-DETRAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. MG-7.224.307-PC/MG), CPF nº. 031.277.386-25, filho de Ricardo Guilherme Abi Saber e de Maria Goretti Pena Toledo Abi Saber, natural de Divinópolis/MG, nascido em 06/10/1976, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais e **JEAN CARLOS BORGES**, brasileiro, engenheiro mecânico declara ser casado, portador da CNH nº. 01124778356-DETRAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. 51562-CREAMG), CPF nº. 665.591.546-53, filho de Jair Carlos Borges e de Marlene Pimenta Borges, natural de Uberlândia/MG, nascido em 18/07/1967, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **ALGAR MULTIMIDIA S/A**, CNPJ nº. 04.622.116/0001-13, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de Maio de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9480475, datado em 21/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **ALGAR SOLUCOES EM TIC S A**, CNPJ nº. 22.166.193/0001-98, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Abril de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9479504, datado em 20/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bloco A, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **SMART TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº. 03.423.730/0001-93, com sua 20ª Alteração Contratual de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Unipessoal, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 20228822130, datado em 19/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Pernambuco, 01/12/2022, com sede na Rua Cais do Apolo, nº. 222, 8º andar, sala 801, Bairro Recife, Pernambuco, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.**, CNPJ nº. 05.872.814/0001-30, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de Junho de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 656146229, datado em 10/11/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em São Paulo, em 01/12/2022, com sede na Avenida Professor Vicente Rao, nº. 1262, Bairro Jardim Petrópolis, São Paulo, São Paulo, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABISABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima. Partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação

Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

ro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: segundonotasudi@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB7574AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança szxi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim. Secretária-Geral.

assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim, Secretaria-Geral.

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000/pg. 100

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL





apresentada, do que dou fé. E pelas outorgantes me foi dito que nomeiam e constituem seus bastantes procuradores **OUTORGADOS: LUCIANO ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, advogado, divorciado, portador da Identidade Profissional nº. 114.668-OAB/MG, CPF nº. 051.430.566-59, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **GUILHERME DE PAIVA ALMEIDA**, brasileiro, gerente jurídico, casado, portador da Identidade Profissional nº. 128.894-OAB/MG, CPF nº. 015.860.366-45, residente e domiciliado na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; (sendo dados e documentos dos **OUTORGADOS** fornecidos por declaração, ficando as empresas **OUTORGANTES** responsáveis por sua veracidade bem como incorreções), **as OUTORGANTES conferem aos OUTORGADOS poderes específicos para tratarem de assuntos e interesses das OUTORGANTES, nas seguintes matérias:** 1) Qualquer dos **OUTORGANTES** perante a qualquer conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante a qualquer órgão, autoridade governamental, repartição pública, entidade autárquica, agências reguladoras, bem como em todas as esferas da Administração, Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando às Juntas Comerciais, Receita Federal e repartições físicas, Procuradorias das Fazendas Nacional Estaduais e Municipais, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Cartórios em geral, podendo, para tanto, assinar, protocolar, retirar, todos e quaisquer documentos, requerimentos, formulários e outros documentos necessários às atividades das **OUTORGANTES**. 2) Qualquer dos **OUTORGADOS**, em conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante juízo, instância ou tribunal, ou fora dele, ativa ou passivamente, incluindo poderes para praticar quaisquer atos do processo, podendo, nomear prepostos, propor ações competentes contra quem as **OUTORGANTES** possui algum direito e defendê-las nas ações propostas em face das **OUTORGANTES**, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, inclusive para confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, podendo ainda receber e/ou dar quitação, realizar levantamento de alvarás judiciais e firmar compromisso e/ou acordo. Os OUTORGADOS poderão exercer os atos descritos acima até os seguintes limites de valores: (i) Gerente Jurídico, valor global de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto na hipótese de alvarás judiciais e/ou administrativos, cuja alçada está limitada ao valor global de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e (ii) Diretor Jurídico, valor global de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito aos Estatutos Sociais e políticas internas das OUTORGANTES e às leis em geral, em especial, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"). **O PRESENTE MANDATO TERA A VALIDADE ATÉ 31/12/2025, A CONTAR DA PRESENTE DATA.** CERTIFICO que a qualificação dos procuradores e a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) do presente mandato foram declarados pelas **OUTORGANTES**, o(s) quais se responsabilizam civil e criminalmente por sua veracidade. **DEVE A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR.** Os elementos declaratórios deste instrumento são fornecidos pela parte, após a assinatura são inalteráveis, eventuais correções somente serão levadas a efeito mediante a lavratura de novo ato. A(s) parte(s) declara(m) ter(em) sido informada(s) de que todos os dados pessoais fornecidos para a lavratura deste ato notarial poderão receber tratamento de coleta, recepção, utilização, armazenamento e/ou arquivamento, em atenção às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Declara(m), ainda, consentir, nos termos dos artigos 5º, inciso XII, e 23 da referida Lei, e de forma livre, informada e inequívoca, que tais dados sejam tratados para a finalidade prevista em lei. **Quantidade: 5 - (Código: 1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 203,75; Recomepe: R\$ 12,20; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 68,00; ISS: R\$ 4,05 - Valor total: R\$ 288,00. Quantidade: 126 - (Código:**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VICTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃ SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER



Livro 827 P

Folha 157

8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 1.000,44; Recomepe: R\$ 60,48; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 332,64; ISS: R\$ 20,16 - Valor total: R\$ 1.413,72. Assim o disseram, e me pediram este instrumento, que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o aos outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, do que dou fé. Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº. 6.952, de 06/11/1981. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a fiz digitar. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a subscrevo e assino. (aa) TULIO TOLEDO ABI SABER, JEAN CARLOS BORGES; Daniele Alves Nogueira. Traslada em seguida.

EM TESTO. \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

*Daniele Alves Nogueira*  
Escrevente

*[Assinatura]*  
Escrevente, Daniele Alves Nogueira

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório do 2º. Ofício de Notas de Uberlândia - MG

SELO DE CONSULTA: GIK86235

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4032.8017.1865.3251

Quantidade de atos praticados: 131

Ato(s) praticado(s) por: Daniele Alves Nogueira -  
Escrevente

Emol.: R\$ 1.276,87 - TFJ: R\$ 400,64 -

Valor final: R\$ 1.677,51 - ISS: R\$ 24,21

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

Coronel Antônio Alves Pereira, 850 - Centro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: [segundonotasudi@hotmail.com](mailto:segundonotasudi@hotmail.com)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

## SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de substabelecimento, substabeleço, **com reserva de iguais** os poderes que me foram outorgados por: **ALGAR TELECOM S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.622.116/0001-13, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Mezanino, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.166.193/0001-98, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bloco A, Bairro Brasil, CEP 38.400-668, e todas as suas filiais; **SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.423.730/0001-93, com sede em Recife/PE, no Cais do Apolo, nº 222, 8º andar, sala 801, Bairro do Recife, CEP 50.030-230 e; **VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.872.814/0001-30, com sede em São Paulo/SP, Avenida Professor Vicente Rao, nº 1262, aos associados, **BEATRIZ VIEIRA COSTA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 100.496.126-03 e OAB/MG 161.985; **JULIANA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 017.908.086-50 e portadora do RG nº RG 18.269.434 PC/MG, **STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 085.520.166-56 e OAB/MG 164.455; e, **VICENTE DE PAULO RESENDE TEIXEIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob o nº 087.542.126-18 e OAB/MG 160.826, todos com endereço profissional à Avenida Lapa do Lobo, nº 800, Bairro Granja Marileusa, na cidade de Uberlândia-MG., poderes para representá-las em conjunto ou isoladamente, perante repartições públicas em geral, ora exemplificada, mas não se limitando, às Juntas Comerciais em todo território nacional, especificamente para: a) resolver pendências; b) assinar capas e requerimentos a serem apresentados para registro/arquivamento de atos, declarações, balanços, termos de abertura e encerramento de livros digitais societários praticados com o uso de certificação digital; c) ingresso de processo e/ou prestação de informações, bem como assinar documentos necessários à instrução dos atos, praticados com ou sem o uso de certificado digital. **Fica vedado o substabelecimento dos poderes que lhe foram conferidos por meio deste instrumento, no todo ou em parte.** O presente SUBSTABELECIMENTO vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, prevalecendo os poderes para atuar até o final das demandas para a qual for outorgado, podendo ser revogada a qualquer tempo. Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito às leis, em especial, mas não se limitando, à lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção").

Uberlândia, 02 de janeiro de 2023.

GUILHERME DE PAIVA ALMEIDA:01586036645  
Assinado de forma digital por  
GUILHERME DE PAIVA  
ALMEIDA:01586036645  
Dados: 2023.01.02 10:18:23 -03'00'

**Guilherme de Paiva Almeida**  
**OAB/MG 128.894**





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.638-9	MGN2315263042	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA





# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, Beatriz Vieira Costa, com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 161985, expedida em 19/06/2015, inscrito no CPF nº 100.496.126-03, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o (s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Termos de Posse dos Diretores reeleitos; - 28 página(s)
2. Procuração e substabelecimento. - 5 página(s)

Uberlandia/MG , 28 de abril de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: Beatriz Vieira Costa



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (8000444) 06

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 41/44



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALGAR TELECOM S/A, de NIRE 3130001179-8 e protocolado sob o número 23/230.638-9 em 02/05/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10350433, em 04/05/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Aloysio de Almeida Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA
521.062.091-34	LUCIANA FERREIRA NEVES VASCONCELOS

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

Belo Horizonte, quinta-feira, 04 de maio de 2023



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumentos.jsf) informando o número do protocolo 23/230.638-9.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 04/05/2023, às 10:37 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 23/230.638-9.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000-108

pág. 43/44



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quinta-feira, 04 de maio de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10350433 em 04/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306389 - 02/05/2023. Autenticação: FD95D44283BB757A4AA227BDDE41857BBE804CA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.638-9 e o código de segurança sxzi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (80004448109)

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 44/44







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA





**ALGAR TELECOM S/A**  
Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/ME: 71.208.516/0001-74  
NIRE: 313.000.117-98

**ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 2023**

**1. LOCAL, DATA E HORÁRIO:** Sendo considerada realizada na Sede social da Companhia, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, no dia 24 de abril de 2023, às 10:00 (dez) horas, de modo exclusivamente digital e remota, via plataforma *Cisco Webex*, nos termos do Artigo 121, Parágrafo único da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”).

**2. PUBLICAÇÕES LEGAIS:**

**2.1.** Foram publicados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no dia 24 de fevereiro de 2023, páginas 6 a 12, na versão impressa e, 1 a 7, na versão digital, do Diário de Uberlândia.

**2.2.** Foram publicados os editais de convocação, nos dias 01, 04 e 05 de abril de 2023, páginas 6, 8 e 8, respectivamente, na versão impressa do jornal Diário de Uberlândia e nos dias 01, 04 e 05 de abril de 2023, nas páginas 8, 1 e 1, respectivamente, na versão digital do jornal Diário de Uberlândia.

**3. PRESENÇA:** Acionistas representando mais de 93% (noventa e três por cento) do capital social com direito a voto, consoante assinaturas apostas no “Livro de Presença de Acionistas”.

**4. MESA:** Presidente, Tulio Toledo Abi-Saber. Secretária “*ad hoc*”, Nathalya de Lima Amaral.

**5. ORDEM DO DIA:**

**5.1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:**

**5.1.1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

**5.1.2.** Deliberar sobre a proposta de destinação dos resultados e a distribuição de dividendos, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

**5.1.3.** Deliberar sobre a não instalação do Conselho Fiscal da Companhia; e

**5.1.4.** Deliberar sobre a fixação da remuneração anual global dos Administradores da Companhia.

**5.2 EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

**5.2.1.** Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023;

**5.2.2.** Deliberar sobre a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento de capital social realizado dentro dos limites de capital autorizado;

Visto: Beatriz Vieira Costa  
OAB/MG 161.985

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.0580001-6 12 pág. 3/38

**5.2.4** Ratificar o valor do orçamento de capital do exercício de 2022, destinado à expansão da rede à adequada disponibilidade e qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

### 6.1. EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

**6.1.2.** Aprovadas as contas dos Administradores da Companhia, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com pareceres favoráveis do Conselho de Administração e dos Auditores Externos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes;

**6.1.4.** Aprovada a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia; e

**6.1.5.** Aprovada a remuneração anual global dos Administradores da Companhia no montante global de até R\$35.091.172,31 (trinta e cinco milhões, noventa e um mil, cento e setenta e dois reais e trinta e um centavos), incluindo honorários e eventuais gratificações, não incluídos neste cálculo os valores referentes aos encargos sociais que forem devidos.

**6.2.1.** Aprovado o orçamento de capital para o exercício de 2023, no valor de até R\$785.710.619,37 (setecentos e oitenta e cinco milhões, setecentos e dez mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e sete centavos) destinados à expansão da rede e à adequada disponibilidade e qualidade dos serviços prestados pela Companhia;

**6.2.2.** Aprovada a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento de capital social da Companhia, realizado dentro dos limites de capital autorizado e aprovado anteriormente em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de dezembro de 2022. Desta forma, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: “*Art. 5. O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$901.831.185,18 (novecentos e um milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), dividido em 295.019.806 (duzentos e noventa*

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



*e cinco milhões, dezenove mil e oitocentas e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”;*

**6.2.3** Considerando que, em 02 de abril de 2018, às 09:00 horas, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, conforme ata registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 6673854 em 12 de abril de 2018 (“Assembleia”), na qual os Acionistas da Companhia aprovaram, dentre outras matérias, a incorporação pela Companhia da ALGAR CELULAR S/A e o Laudo de Avaliação do acervo líquido contábil a ser incorporado, e, diante do erro material na descrição de parte dos imóveis integrantes do acervo da sociedade incorporada, conforme Anexo ao Laudo de Avaliação, foi constatada a necessidade de retificação do referido Anexo ao Laudo de Avaliação, *para a retificação da relação de imóveis*, permanecendo inalterados e preservados os valores da avaliação patrimonial. Diante disso, aprovada a retificação do Anexo ao Laudo de Avaliação, permanecendo inalterados e preservados os valores da avaliação patrimonial, conforme Anexo ao Laudo de Avaliação anexo à presente ata, bem como aprovada a ratificação de todos os termos da ata da Assembleia que não foram objeto da retificação ora aprovada, permanecendo inalterados e preservados; e

**6.2.4** Aprovada a ratificação do valor do orçamento de capital do exercício de 2022 aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, de R\$435.856.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil reais) para R\$1.106.439.289,00 (um bilhão, cento e seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais), destinados à expansão da rede à adequada disponibilidade e qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerradas as Assembleias, lavrando-se a presente ata, e, depois de lida e aprovada, assinada digitalmente pelos presentes, para fins de arquivo no livro de registro de atas.

Ficam autorizadas a assinar por meio de certificado digital a via eletrônica desta ata destinada ao registro na Junta Comercial, a Sra. Nathalya de Lima Amaral, na qualidade de secretária “*ad hoc*”, certificando que a mesma é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio, a Dra. Beatriz Vieira Costa, OAB/MG 161.985 e o Dr. Luciano Roberto Pereira, OAB/MG 114.668, na qualidade de advogados. Uberlândia, 24 de abril de 2023.

Visto: Beatriz Vieira Costa  
OAB/MG 161.985

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (800) 106 8114 pág. 5/38

**ANEXO À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADAS EM 24 DE ABRIL DE 2023**

**ANEXO AO LAUDO DE AVALIAÇÃO  
RELAÇÃO DE IMÓVEIS**

1. Um imóvel na Rua José Paulino Da Silva, Quadra 19, Lote 06, Setor Aeroporto, CEP 75660-000, no município de Buriti Alegre-GO, registrado na Matrícula nº 4.614 do Cartório de Registro de Imóveis de Buriti Alegre-GO.

• Valor do Terreno:	37.219,10
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	37.219,10

2. Um imóvel na Rua Maria Rosa Faria, 170, Centro, CEP 14550-000, no município de Aramina-SP, registrado na Matrícula nº 9.056 do Cartório de Registro de Imóveis de Igarapava-SP.

• Valor do Terreno:	26.719,67
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	26.719,67

3. Um imóvel na Av. São Paulo, 2800, Bairro Industrial, CEP 35519-000, no município de Nova Serrana-MG, registrado na Matrícula nº 10.393 do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Serrana-MG.

• Valor do Terreno:	31.497,72
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	31.497,72

4. Um imóvel na Rua Ângelo Ferreira Rocha, 21, Bairro Jardim Liberdade, CEP 75513-140, Lote 02, Quadra 03, loteamento São Judas Tadeu, no município de Itumbiara-GO, registrado na Matrícula nº 10.438 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Itumbiara-GO.

• Valor do Terreno:	32.159,10	
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:		-
• Valor Total:	32.159,10	

5. Uma sala comercial de nº 1005 no 10º pavimento do Edifício Condomínio Elvira Andrade Cunha, na Praça Rui Barbosa, 300, Centro, CEP 38010-240, no município de Uberaba-MG, registrado na Matrícula nº 19.624 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Uberaba-MG.

• Valor do Terreno:	37.500,00
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	17.384,70
• Valor Total:	54.884,70

Visto: Beatriz Vieira Costa  
OAB/MG 161.985

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.058000-1/68115 pág. 6/38

- Valor do Terreno: 26.429,73
- Valor das Edificações e Instalações Prediais: 58.256,17
- Valor Total: 84.685,90

- Valor do Terreno: 15.141,60
- Valor das Edificações e Instalações Prediais: -
- Valor Total: 15.141,60

• Valor do Terreno:	25.000,00
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	25.000,00

- Valor do Terreno: 27.950,00
- Valor das Edificações e Instalações Prediais: 40.231,94
- Valor Total: 68.181,94

• Valor do Terreno:	7.500,00
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	7.500,00

- Valor do Terreno: 18.420,00
- Valor das Edificações e Instalações Prediais: 58.192,96
- Valor Total: 76.612,96

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



12. Um imóvel na Av. Levindo de Souza, 221, Bairro Brasil, CEP 38400-742, lote 06-A, quadra 426-A, no município de Uberlândia-MG, registrado na Matrícula nº 60.376 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia-MG.

• Valor do Terreno:	41.867,10
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	41.867,10

13. Um imóvel na Rua Edgard Batista Frutuoso, Lote 11, Quadra 10, Área "A", Distrito Industrial Onofre Jacometi, CEP 14400-000, no município de Franca-SP, registrado na Matrícula nº 62.446 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Franca-SP.

• Valor do Terreno:	32.786,15
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	32.786,15

14. 0,6443241% do imóvel rural situado neste município de Uberlândia, no lugar denominado "Lage e Tenda", constituído pela gleba "C", contendo a área de 02 hectares 23 ares e 49,99 centiares de terras de cultura e campos, registrado na Matrícula nº 91.991 do Cartório do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia-MG.

• Valor do Terreno:	16.898,16
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	2.708,94
• Valor Total:	19.607,10

15. Um imóvel na Rua Antônio Zeferino de Paula, 2306, Bairro Santa Mônica, CEP 38408-270, lote 9-A, quadra 465, no município de Uberlândia-MG, registrado na Matrícula nº 99.830 do Cartório do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia -MG.

• Valor do Terreno:	36.000,00
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	36.000,00

16. Um imóvel na Rua Romana Rezende da Silva, 150, Bairro Shopping Park I, CEP 38411-414, composto pelos lotes 29 e 30, quadra 02, no município de Uberlândia-MG, registrado na Matrícula nº 125.958 do Cartório do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia -MG.

• Valor do Terreno:	35.000,00
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	35.000,00

17. Um imóvel na Rua Gago Coutinho, 649, Bairro Aclimação, composto pelo lote 04, quadra 09, no município de Uberlândia-MG, registrado na Matrícula nº 16.249 do Cartório do 1º Serviço Registral de Imóveis de Uberlândia -MG.

• Valor do Terreno:	6.731,76
• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	-
• Valor Total:	6.731,76

18. Benfeitorias em propriedade de terceiros

• Valor das Edificações e Instalações Prediais:	414.365,85
---	------------

Visto: Beatriz Vieira Costa  
OAB/MG 161.985

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000-1068117 pág. 8/38



**Totais**

•	<b>Valor dos Terrenos:</b>	<b>R\$ 454.820,09</b>
•	<b>Valor das Edificações e Instalações Prediais:</b>	<b>R\$ 591.140,56</b>
•	<b>Valor Total:</b>	<b>R\$ 1.045.960,65</b>

\*\*\*

Visto: Beatriz Vieira Costa  
OAB/MG 161.985

Luciano Roberto Pereira  
OAB/MG 114.668



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (0007995-73.2023.6.05) 18 pág. 9/38

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA
131.015.177-61	NATHALYA DE LIMA AMARAL

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



# ALGAR TELECOM S.A.

## CNPJ/MF 71.208.516/0001-74

### Companhia Aberta

Senhores Acionistas, a Administração da Algar Telecom tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores monetários estão expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Mensagem da Administração** O ano de 2022 reafirmou a importância da conectividade como propulsora do desenvolvimento econômico, em paralelo à retomada gradual da economia do País. Do nosso lado atuamos com assertividade e resiliência durante o ano, suportados pela qualidade das nossas equipes e da nossa infraestrutura, composta por uma rede de 122 mil km de fibra óptica que serve, atualmente, 372 cidades distribuídas em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal. Fomos muito além da conectividade. Nosso propósito “Gente servindo Gente” reforça nossa forma de fazer negócios pautada em um relacionamento próximo com nossos clientes para entender seus anseios e dificuldades e trazer soluções que agreguem valor. Nossos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, dentre eles gerenciamento e segurança de redes, gestão do wi-fi e cloud, cresceram 33,1% e responderam por 15,5% da receita do B2B. Nosso foco em inovação não parou por aí. Fomos a primeira operadora a lançar o 5G no Brasil, em 2021, usando a frequência 2,3 GHz recém leiloadas pela Anatel. Garantimos com o leilão o maior espectro para essa tecnologia em nossa área de atuação no B2C, o que nos habilita a seguir ofertando os mais modernos serviços de telecomunicações. Adicionalmente, junto aos clientes residenciais, atingimos a marca de 98,2% de nossas conexões em fibra ótica, tecnologia que traz uma melhor experiência e satisfação na conexão à internet. Assim, seguimos fortes, com um portfólio completo de produtos e líderes de mercado na região onde completamos 69 anos de história e atuação. Em parceria com o Brain encontramos, em Portugal, que vem se tornando um hub de inovação na Europa, o caminho para nosso objetivo de atuar em soluções baseadas em 5G, blockchain e Internet das Coisas (IoT), e nos articulamos no ecossistema de inovação europeu. A inovação também esteve presente no lançamento da Algar Telecom Venture Builder, nova unidade de negócios focada em acelerar soluções dentro do ecossistema de startups. Entre os destaques do ano está a integração da Vogel Telecom. Adquirida em 2021, foi um dos nossos grandes movimentos de expansão da companhia, adicionando 27 mil km à nossa rede em localidades de difícil acesso para novas construções e com alto potencial de consumo de telecomunicações. No período, ampliamos nossa capilaridade em quatro estados do Brasil: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, fechando o ano com cerca de 195 mil clientes B2B e um crescimento de 13,1% na receita desses clientes. Inauguramos a 3ª usina fotovoltaica para atender as nossas operações, contribuindo para a nossa matriz energética que já é 100% advinda de fontes renováveis e um conjunto de iniciativas, como a substituição das redes legadas por fibra óptica e a modernização de nossos equipamentos de climatização, na busca por eficiência energética. Nesse sentido fomos reconhecidos, por mais um ano, pela premiação do Guia Exame Melhores do ESG, credencial importante que demonstra o quanto temos uma cultura forte voltada para a sustentabilidade e que se reflete em nossos resultados significativos. Mas mantemos a transparência e compartilhamos isso resultado da dedicação dos nossos mais de 4,3 mil associados, do exercício de uma governança corporativa alinhada aos mais elevados padrões, do nosso compromisso com a sustentabilidade e da assertividade com que atuam nossas áreas de operações e de inovação, nos permitindo consistência em períodos de volatilidade para nos manter sempre eficientes no nosso setor. Essas frentes de atuação nos trouxeram resultados significativos. Em 2022, nossa receita líquida cresceu 8,1%, atingindo R\$ 2,8 bilhões, e nosso EBITDA superou R\$ 1,1 bilhão, com margem de 41%. Sabemos que o ano de 2023 continuará trazendo desafios com a permanência de tensões geopolíticas e cenário macroeconômico, externo e interno, afetado por taxas mais altas de juros. Mas mantemos a confiança no Brasil e em um futuro com avanços. Para o próximo ano, direcionaremos nossos esforços para ampliar e fortalecer nossa atuação nas regiões onde já estamos presentes e nas iniciativas de digitalização e eficiência. Continuaremos acreditando no poder do trabalho em parceria com nossos stakeholders para crescermos juntos, de forma sustentável e com integridade, atuando por meio de processos que respeitem a sociedade e o meio ambiente. Levamos nosso desejo genuíno de melhorar a vida das pessoas e nossa visão sobre a inovação ser o caminho para expandir nossos negócios e dos nossos clientes.

Jean Carlos Borges  
Presidente da Algar Telecom

Luiz Alexandre Garcia  
Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

**Destaques do ano** - Receita líquida do B2B cresceu 13,1% e respondeu por 67,1% da receita total; • Serviços TIC expandiram 33,1% e atingiram 15,5% da receita B2B; • Receita de Machine-to-Machine (M2M) evoluiu 58,0% com a adição de mais de 1,0 milhão de novas conexões; • Atingimos a marca de 98,2% de banda larga em fibra no B2C; • Receita líquida consolidada cresceu 8,1% e o EBITDA superou R\$ 1,1 bilhão; • Desempenho dos negócios

DRE - R\$ Milhões			
	2022	2021	A%YoY
Receita Bruta	3.476,5	3.326,5	4,5%
Receita Líquida	2.798,9	2.588,4	8,1%
B2B	1.878,6	1.660,4	13,1%
B2C	920,1	928,0	-0,8%
Custos e Despesas Operacionais	(1.654,8)	(1.473,4)	12,3%
EBITDA	1.144,1	1.115,0	2,6%
Margem - %	40,9%	43,1%	-
EBITDA - sem efeitos pontuais (1)	1.123,6	1.110,2	1,2%
Margem - %	40,1%	42,9%	-
Depreciação	(678,2)	(595,0)	14,0%
EBIT	465,9	520,0	-10,4%
Despesas Financeiras Líquidas	(541,2)	(313,3)	72,8%
Lucro Líquido	51,4	229,5	-77,6%
Margem Líquida - %	1,8%	8,9%	-

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Individual	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	720.872	280.706	431.914
Contas a receber	6	869.118	666.387	491.767
Estoques	7	171.888	89.884	37.483
Tributos a recuperar	7	154.037	204.979	90.497
Dividendos a receber	26	-	6.121	45.482
Despesas antecipadas	8	116.589	100.429	66.905
Otros créditos	29	29.512	16.214	18.553
Total do ativo circulante		1.961.316	1.358.599	1.143.240
Ativo não circulante				
Contas a receber	6	89.939	174.829	61.656
Tributos a recuperar	7	150.146	159.509	72.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	129.719	17.238	89.594
Depósitos judiciais	20	27.734	12.543	30.362
Despesas antecipadas	8	154.513	83.529	92.385
Direito indenizatório de provisos		62.334	55.917	-
Aplicações financeiras	5	2.728	2.449	1.163
Otros créditos		8.565	3.107	-
Total do ativo realizável a longo prazo		625.678	522.421	339.294
Investimentos	10	1.466	1.465	2.829.094
Imobilizado	11	3.188.495	3.071.372	1.350.507
Intangível	12	678.644	683.024	318.417
Ativo de direito de uso - arrendamento	13	841.489	584.131	529.756
Total do ativo não circulante		5.335.772	4.862.413	5.367.068

Investimentos	10	1.466	1.465	2.829.094
Imobilizado	11	3.188.495	3.071.372	1.350.507
Intangível	12	678.644	683.024	318.417
Ativo de direito de uso - arrendamento	13	841.489	584.131	529.756
Total do ativo não circulante		5.335.772	4.862.413	5.367.068

Total do ativo		7.297.088	6.221.012	6.510.308
----------------	--	-----------	-----------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		826.831	515.170	109.581	4.226	-	1.455.808
Realização do custo atribuído		-	-	-	(21)	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	229.505	-	229.505
Ações adquiridas de acionistas		-	-	-	-	(2.520)	(2.520)
Destinações do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	11.475	(11.475)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24b	-	-	-	(76.311)	-	(76.311)
Lucros retidos no exercício		826.831	515.170	109.581	229.505	-	1.672.087
Saldos em 31 de dezembro de 2021		826.831	515.170	109.581	229.505	-	1.672.087
Aumento de capital com lucros retidos	24a	75.000	(75.000)	-	-	-	-
Realização do custo atribuído		-	-	-	(18)	-	(18)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	51.443	-	51.443
Ações adquiridas de acionistas		-	-	-	-	(421)	(421)
Destinações do lucro líquido:		-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	2.572	(2.572)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24b	-	-	-	(17.105)	-	(17.105)
Lucros retidos no exercício		-	-	-	(31.784)	-	(31.784)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		901.831	613.694	123.628	4.187	(2.941)	1.640.399

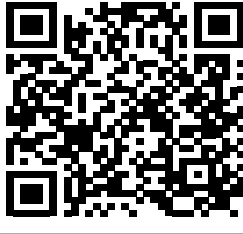
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Consolidado		Individual	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	4.178.117	4.094.085	2.241.959	2.294.222
Vendas de mercadorias e serviços	3.464.204	3.321.057	1.940.927	1.940.902
Ações adquiridas de acionistas	577.010	699.659	254.447	321.976
Outras receitas	173.232	116.934	78.288	64.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.329)	(43.565)	(9.003)	(32.763)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(1.768.325)	(1.646.166)	(1.042.159)	(1.027.019)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(589.572)	(543.864)	(352.232)	(367.262)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.178.772)	(1.102.302)	(692.927)	(659.757)
Valor adicionado bruto	2.409.792	2.447.919	1.199.800	1.267.203
Depreciação e amortização	(678.212)	(594.961)	(355.781)	(358.878)
Valor adicionado líquido pela entidade	1.731.580	1.852.958	844.019	908.325
Valor adicionado recebido em transferência	156.940	61.317	269.247	243.339
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	160.903	195.612
Receitas financeiras	156.940	61.317	108.344	47.727
Valor adicionado total a distribuir	1.888.520	1.914.275	1.113.266	1.151.664
Demonstração do valor adicionado	1.888.520	1.914.275	1.113.266	1.151.664
Pessoal	614.726	523.307	222.952	247.349
Remuneração direta	429.447	360.823	160.010	164.743
Benefícios	86.809	90.807	31.396	42.476
EGTS	30.640	24.647	10.334	12.706
Outros	55.830	47.030	21.212	27.424
Impostos, taxas e contribuições	631.902	778.691	341.972	373.424
Federais	153.180	219.396	75.469	44.914
Estaduais	471.379	552.643	265.890	328.032
Municipais	7.343	6.652	613	478
Juros	508.596	266.248	478.248	250.148
Aluguéis	81.853	116.524	18.651	51.238
Dividendos	17.105	76.310	17.105	76.310
Lucro retido no exercício	34.338	153.195	34.338	153.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil. Verificação de conformidade no ITI, acesse o link: <https://verificador.it.gov.br/verifier-2.8.1/>

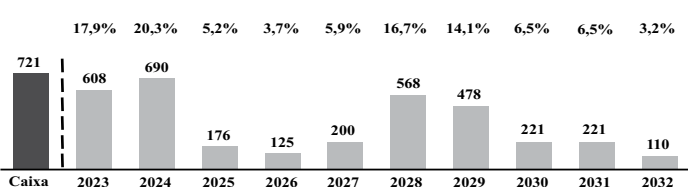
## PÁGINAS AUDITADAS



Esta publicação foi feita de forma 100% pela empresa Diário de Uberlândia em seu site de notícias. AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link: <https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal>

são decorrentes da captação efetuada em fevereiro de 2022, no valor de R\$ 1,050 bilhão por meio da 12ª emissão pública de debêntures, com o objetivo de financiar investimentos na expansão de clientes e a promover um alongamento da dívida, mantendo os vencimentos alinhados à geração operacional de caixa da Companhia. Ainda em 2022 a Algar Telecom utilizou o indicador "Divida Líquida/EBITDA ≤ 3,0", para todas as suas emissões de debêntures (6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª), exceto a 12ª emissão, mais recente, que tem o limite de 3,5 para esse indicador.

Aging da dívida dez/2022 (ex IFRS 16): R\$ 3.394,9 milhões



**Sustentabilidade ambiental, social e corporativa (ESG)** - Na Algar Telecom a sustentabilidade está na nossa forma de fazer negócios e, não por acaso, está expressa em nossa Missão: "Servir e integrar pessoas e negócios de forma sustentável" e em nossos valores. Assim, cuidamos das dimensões ambiental, social e de governança muito antes desse conceito se difundir no mundo corporativo. Dedicamos-nos especialmente aos temas mais relevantes e materiais e estamos comprometidos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS e agenda 2030 da ONU. Em 2022 inauguramos, em parceria com a Athos Energia, a 3ª usina fotovoltaica, situada no estado de Goiás, voltada a atender o consumo de energia das nossas operações, iniciativa esta que contribui para o aumento da participação da autogeração na nossa matriz energética, que já é 100% advinda de fontes renováveis. Outro foco do ano foi o esforço de engajamento de nossos fornecedores nas questões ambientais. Nesse sentido, iniciamos um projeto que visa aprimorar nossa cadeia de fornecimento nesse quesito por meio de processos específicos de seleção, qualificação, desenvolvimento e avaliação dos fornecedores. Aqui na Algar Telecom, antes de mais nada, somos Gente servindo Gente e essa característica norteia as nossas ações ao eixo social. Além de estarmos presentes nas maiores cidades do país, seguimos com o propósito de tornar nossos serviços acessíveis a públicos de regiões remotas e carentes. Temos ciência do papel da comunicação e da tecnologia na empregabilidade, educação e informação das pessoas e, assim, formatamos produtos e preços adequados para esses usuários. Para a nossa Gente interna, cuidamos do ambiente de trabalho, das possibilidades de desenvolvimento profissional e construção de carreiras e das condições de segurança e saúde. Assim, mesmo diante dos desafios dos anos recentes, no contexto da pandemia da Covid-19, conseguimos manter sempre um ambiente de trabalho bem positivo. Prova disso é que fomos reconhecidos, mais uma vez, entre as melhores empresas para trabalhar em 2022 pelo Great Place To Work. Para a Gente da nossa comunidade apoiamos, há mais de 20 anos, por meio do Instituto Algar, a formação de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação, cultura e esporte. Além disso, cerca de 2,9 mil associados atuam como voluntários, sendo agentes de transformação nas comunidades em que estão inseridos. Em 2022, os programas sociais beneficiaram 3,8 mil crianças, adolescentes e jovens, e contaram com a parceria de 97 organizações sociais. Também foram realizadas atividades pontuais de formação, que somadas às ações voluntárias, impactaram mais de 34,4 mil pessoas. Ver o desenvolvimento e transformação de cada beneficiado é o que nos inspira. O nosso compromisso com a transparência e as boas práticas de governança seguem evoluindo, ainda que não sejamos uma companhia listada, pois acreditamos na sua importância para a perenidade dos negócios. Em 2022 aumentamos o número de fatores de riscos monitorados e testados e trabalhamos na automação do processo de gestão de riscos e controles internos da Companhia. Além disso, aprimoramos o processo de background check dos fornecedores e, no âmbito do nosso Programa de Integridade, seguimos treinando nossos associados para garantir o domínio do nosso código de conduta, política e diretrizes voltadas a detectar e sanar irregularidades. Temos orgulho de termos sido eleita a empresa de Telecom mais sustentável do País, por sete vezes consecutivas, pelo Guia Exame de Sustentabilidade e, em 2022, eleita pela segunda vez consecutiva, a melhor Telecom em práticas ESG, pela mesma publicação. Isso nos incentiva a seguir o caminho de estarmos trabalhando. Todas as nossas ações do ano no âmbito ESG poderão ser conhecidas de forma completa e detalhada em nosso Relato Integrado 2022, uma evolução dos relatórios anuais e de sustentabilidade publicados pela Companhia há mais de 15 anos.

**Relacionamento com Auditores Independentes** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom. O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, número de acessos e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)					
Notas	Consolidado		Individual		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receita operacional líquida	27	2.798.904	2.588.407	1.559.517	1.520.695
Custos dos serviços prestados e das mercadorias		-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	28	(1.573.808)	(1.344.075)	(841.285)	(849.072)
Resultado bruto		1.225.096	1.244.332	718.332	671.623
Receitas (despesas) operacionais		-	-	-	-
Despesas com vendas	29	(544.099)	(492.369)	(292.987)	(291.981)
Despesas gerais e administrativas	30	(246.700)	(248.827)	(63.555)	(124.183)
Otros resultados operacionais, líquidos	31	31.621	16.875	61.211	(457)
Equivalência patrimonial	11	-	-	160.903	195.612
Resultado operacional antes do resultado financeiro		465.917	520.006	516.383	450.614
Resultado financeiro líquido		(541.220)	(313.256)	(538.149)	(299.103)
Despesas financeiras	32	(698.160)	(374.573)	(646.493)	(346.830)
Resultados financeiros	32	156.940	61.317	108.344	47.727
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(75.303)	206.750	(21.766)	151.511
Imposto de renda e contribuição social		126.746	22.755	73.209	77.994
Depreciação e amortização	9c	(23.295)	1.824	-	38.993
Diferido	9c	150.041	20.931	73.209	39.001
Resultado líquido do exercício		51.443	229.505	51.443	229.505
Média ponderada das ações		-	-	-	-
Resultado básico e diluído por ação ON (em R\$)		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
Notas	Consolidado		Individual		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Resultado líquido do exercício		51.443	229.505	51.443	229.505
Otros resultados abrangentes		-	-	-	-
Resultado abrangente total		51.443	229.505	51.443	229.505

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
	Consolidado		Individual		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(75.303)	206.750	(21.767)	151.511
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		678.212	594.961	355.781	358.878
Equivalência patrimonial		-	-	(160.903)	(195.612)
Perda (ganho) com imobilizado e intangível		(15.700)	8.570	3.851	5.702
Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures		410.119	217.844	410.119	217.732
Atualização de crédito tributário		(14.903)	(11.329)	(12.864)	(10.012)
Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos		146.004	106.741	146.804	91.383
Provisão para perda esperada de contos a receber		36.329	43.565	9.003	32.763
Constituição (reversão) de provisões		11.075	23.029	9.378	19.013
Créditos tributários - PIS, COFINS e INSS		-	(17.612)	-	(10.997)
		<b>1.175.833</b>	<b>1.172.331</b>	<b>733.493</b>	<b>603.363</b>











ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

4/7

e) Imobilizado – movimentação do custo - individual:

Individual												
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2020	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(63)	(145)	(34.258)	(20.707)	(2.236)	(236)	(2.090)	(2.318)	(1.771)	-	(1.112)	(64.936)
Reversão de provisão	-	-	13.838	4.734	13.017	868	47	1.454	660	-	-	20.780
Transferências *	3.352	13.838	65.314	27.213	2.481	399	-	1.769	30.926	-	(148.136)	(2.844)
31/12/2021	135.035	385.081	571.794	1.513.486	91.887	114.406	3.473	73.798	550.465	11.918	113.244	3.564.587
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(25)	(2.383)	(45.774)	(5.406)	(727)	(238)	(1.249)	(337)	(4.155)	-	(263)	(60.557)
Transferências *	1.759	1.086	61.023	37.389	2.460	382	-	266	20.656	-	(128.896)	(3.875)
31/12/2022	136.769	383.784	587.057	1.545.520	93.620	114.550	2.224	73.727	566.966	11.918	185.274	3.701.409

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

f) Imobilizado – movimentação da depreciação - individual:

Individual												
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros			Total
31/12/2020	(65.711)	(312.460)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.542)			(2.032.258)
Adições	(5.034)	(15.472)	(70.460)	(5.799)	(103)	(4.058)	(22.254)					
Baixas	43	143	28.281	17.259	1.843	190	1.451	1.906	1.502			52.618
Reversão de provisão	-	-	(3.645)	(10.390)	(631)	(44)	-	(1.201)	(555)			(16.466)
Transferências *	(1)	(3.620)	545	3.598	34	8	-	10	(584)			(10)
31/12/2021	(70.703)	(331.415)	(269.161)	(912.553)	(67.759)	(79.631)	(2.223)	(61.889)	(427.986)			(2.223.370)
Adições	(3.274)	(9.763)	(72.820)	(5.169)	(3.620)	(80)	(3.314)	(37.514)	(180.399)			(222.554)
Baixas	10	2.308	41.874	2.688	719	234	883	3.849	52.832			82.837
Transferências *	-	-	2	38	-	-	-	-	(6)			34
31/12/2022	(73.967)	(338.870)	(300.105)	(954.672)	(72.209)	(83.017)	(1.470)	(64.935)	(461.657)			(2.350.902)

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Informações complementares sobre o ativo imobilizado - g) Bens vinculados à concessão - Os contratos de concessão do STFC - “Serviço Telefônico Fixo Comutado” preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável. Os valores de 2021 apresentados abaixo referem-se à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2022. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2021, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2022, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2023, conforme regulamentação

Consolidado												
	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido								
Edifícios e benfeitorias	85.751	(34.039)	51.712	88.302	(33.752)	54.550						
Equipamentos de energia e climatização	68.734	(56.355)	12.379	67.754	(53.585)	14.169						
Equipamentos de comunicação	218.338	(192.822)	25.516	220.627	(190.043)	30.584						
Equipamentos de processamento de dados	137.067	(121.871)	15.196	139.031	(114.707)	24.324						
Equipamentos e meios de transmissão	902.217	(662.005)	240.212	887.090	(644.754)	242.336						
Equipamentos de terminais	92.677	(64.273)	28.404	93.931	(59.278)	34.675						
Infraestruturas	101.875	(73.285)	28.590	101.676	(70.273)	31.403						
Licenças de concessão PPDUR	5.811	(4.754)	1.057	5.811	(4.441)	1.370						
Móveis e utensílios	30.580	(27.805)	2.775	30.547	(27.028)	3.519						
Outorgas regulatórias	60.907	(5.507)	55.400	2.834	(2.550)	284						
Sistemas de informação	267.440	(233.403)	34.037	250.155	(220.796)	29.359						
Terrenos	10.925	-	10.925	30.779	-	30.779						
Veículos	1.727	(1.076)	651	2.954	(1.870)	1.084						
	1.984.049	(1.477.195)	506.854	1.921.513	(1.423.077)	498.436						

12. Intangível - a) Intangível – valor líquido contábil – consolidado

Consolidado												
	Marcas e patentes	Preço público rádio frequência	PPDUR - Direito de uso backhbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Agio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2020	517	6.209	93.388	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	96.523	1.470.938	
Amortização acumulada	(110)	(5.031)	(41.646)	(88.285)	(470.605)	(8.481)	-	(67.711)	(10.567)	-	(792.294)	
Saldo líquido	407	1.178	51.742	97.514	172.105	13.098	2.319	11.185	232.573	96.523	678.644	
31/12/2021												
31/12/2020	517	6.209	93.322	122.098	682.225	16.323	3.651	78.896	227.508	179.324	1.410.073	
Amortização acumulada	(6)	(4.694)	(36.806)	(77.201)	(452.034)	(6.382)	-	(61.159)	(10.567)	-	(727.049)	
Saldo líquido	511	1.515	56.516	44.897	150.191	11.741	3.651	17.737	216.941	179.324	683.024	

b) Intangível – movimentação do custo - consolidado

Consolidado												
	Marcas e patentes	Preço público rádio frequência	PPDUR - Direito de uso backhbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Agio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2020	6	6.224	107.727	-	122.024	605.334	7.199	-	16.187	90.642	33.010	988.353
Adições	-	-	-	-	-	231	-	-	-	-	191.849	192.080
Baixas	-	(55)	(17.624)	(497)	(9)	(947)	-	-	-	-	-	(19.132)
Reversão de provisão para perda	-	-	-	497	9	1.687	-	-	-	-	-	2.193
Agio (goodwill) aquisição Vogel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.187	-	60.187
Saldo aquisição Vogel	511	-	-	-	-	37.880	-	-	62.709	76.679	-	177.779
Transferências *	-	40	3.219	-	74	38.040	9.124	3.651	-	(45.535)	-	8.613
31/12/2021	517	6.209	93.322	-	122.098	682.225	16.323	3.651	78.896	227.508	179.324	1.410.073
Adições	-	-	-	-	-	36.999	-	-	-	73.230	(36.925)	73.304
Baixas	-	-	-	-	-	(202)	-	(851)	-	(36.925)	36.925	1.053
Outros ajustes - ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	15.632	-	-	15.632
Transferências *	-	66	-	-	63.701	23.688	4.633	-	(119.106)	-	(27.018)	15.632
31/12/2022	517	6.209	93.388	-	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	96.523	1.470.938

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Intangível – movimentação da amortização - consolidado

Consolidado												
	Marcas e patentes	Preço público rádio frequência	PPDUR - Direito de uso backhbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Agio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2020	(6)	(4.413)	(49.829)	-	(68.926)	(448.749)	(1.015)	-	(3.010)	-	(10.567)	(586.515)
Adições	-	(335)	(4.633)	-	(8.244)	(64.945)	(3.567)	-	(3.655)	-	-	(85.379)
Baixas	-	54	17.625	-	9	341	-	-	-	-	-	18.398
Reversão de provisão para perda	-	-	-	-	(9)	(1.457)	-	-	-	-	-	(1.835)
Saldo de aquisição Vogel	-	-	-	-	(31)	(17.325)	-	-	(54.494)	-	(71.819)	(71.819)
Transferências *	-	-	-	31	-	101	-	-	-	-	-	101
31/12/2021	(6)	(4.694)	(36.806)	-	(77.201)	(532.034)	(4.582)	-	(61.159)	-	(10.567)	(727.049)
Adições	(104)	(337)	(4.845)	-	(11.800)	(56.359)	(3.261)	(585)	(4.782)	-	-	(81.353)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	104	-	-	104
Transferências *	-	-	-	-	(4)	17.788	(15)	-	(1.770)	-	-	16.004
31/12/2022	(110)	(5.031)	(41.646)	-	(88.285)	(570.605)	(7.858)	(481)	(67.711)	-	(10.567)	(792.294)

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

d) Intangível – valor líquido contábil - individual

Individual												
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso backhbone	Direito de uso TV por satélite - DTH	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Agio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Agio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
31/12/2020	5.899	24.550	182.857	534.809	7.760	17.942	2.801	79.015	855.633			
Depreciação acumulada	(4.813)	(4.476)	(85.769)	(437.683)	(2.262)	(1.733)	(480)	-	(537.216)			
Saldo líquido	1.086	20.074	97.088	97.126	5.498	16.209	2.321	79.015	318.417			
31/12/2021												
31/12/2020	5.899	24.550	119.156	492.383	3.874</							



ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 17.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

31/12/2022			
Consolidado e Individual			
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	606.173	2.785.323	3.391.496
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.572)	(20.217)	(26.789)
Valor líquido debêntures	599.601	2.765.106	3.364.707
31/12/2021			
Consolidado e Individual			
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	545.656	2.127.780	2.673.436
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.988)	(15.267)	(22.255)
Valor líquido debêntures	538.668	2.112.513	2.651.181

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

31/12/2022		31/12/2021	
Consolidado e Individual		Consolidado e Individual	
2023	606.173	2023	545.656
2024	688.306	2022	440.269
2025	174.789	2025	675.653
2026	125.000	2026	172.146
2027	200.000	2026	125.000
Após 2027	1.597.228	Após 2026	714.712
	3.391.496		2.673.436

Os contratos de debêntures da Companhia estão indexados de acordo com a tabela a abaixo:

31/12/2022			
Consolidado e Individual			
CDI	2.213.631	1.741.733	
IPCA	1.177.865	931.703	
Total	3.391.496	2.673.436	

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia, e estão apresentados no quadro abaixo, para os exercícios de 2022 e 2021.

Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	
Divida líquida/EBITDA – realizado (*)	2,34	2,15	
Meta trimestral	≥ 3,00	≥ 3,00	
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	3,52	5,33	
Meta trimestral	≥ 2,00	≥ 2,00	

A dívida líquida utilizada no cálculo do índice não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures.

e) Cláusulas contratuais (covenants) - A Companhia possui emissões de debêntures, as quais estão com cláusulas restritivas ("covenants"). Essas cláusulas previnem índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos para o índice não ultrapassar 3,00. Períodos acordados: 7º emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2024, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2024; 6ª emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

16. Obrigações com outorga ANATEL - a) Movimentação da outorga 5G

31/12/2022			
Consolidado e Individual			
Aquisição de lotes do 5G – leilão da ANATEL	58.857	61.593	
Pagamentos	(3.437)	(3.080)	
Atualização monetária no exercício	7.238	2.844	
Saldos em 31 de dezembro	62.658	58.857	
Circulante	3.481	3.098	
Não circulante	59.177	55.759	
	62.658	58.857	

b) Outras informações sobre a outorga 5G - O contrato referente à outorga 5G está indexado pela Selic, com juros acima de 10%. O passivo de longo prazo referente à outorga 5G apresenta a seguinte maturidade:

31/12/2022		31/12/2021	
Consolidado e Individual		Consolidado e Individual	
2023	3.481	2023	3.305
2024	3.481	2024	3.179
2026	3.481	2025	3.332
2027	3.481	2026	4.082
Após 2027	45.253	Após 2026	41.861
	59.177		55.759

17. Passivo de arrendamento

31/12/2022						
Consolidado						
Saldo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			
Classes de Ativos	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo
Passivo circulante:						
Torres	47.396	42.831	(56.508)	(13.716)	16.901	7.834
Veículos	1.793	22.463	(16.437)	(1.873)	2.844	4.040
Imóveis	43.444	3.869	(56.572)	(2.134)	10.252	53.532
Usinas fotovoltaicas	7.605	999	(8.143)	-	5.399	7.546
Fibras ópticas	53.703	18.066	(35.859)	(767)	7.758	(17.239)
Equipamentos	5.327	2.172	(11.433)	(1.067)	2.241	19.208
Dutos	-	3.918	(5.350)	-	2.832	9.292
Dados	(1.098)	77	(9.983)	(77)	71.498	61.593
Total	159.268	94.498	(265.781)	(19.634)	78.210	149.168
Passivo não circulante:						
Torres	192.006	54.245	-	(26.968)	-	(7.834)
Veículos	2.284	15.620	-	(2.065)	-	(18.325)
Imóveis	101.098	88.779	-	(8.049)	-	104.176
Usinas fotovoltaicas	56.770	4.171	-	(1.236)	-	(7.546)
Fibras ópticas	97.464	4.829	-	-	(83.756)	63.537
Equipamentos	7.879	26.991	-	(1.263)	-	14.399
Dutos	10.929	-	-	-	20.290	31.219
Dados	-	222.393	-	(273)	-	(5.023)
Total	457.501	432.985	-	(39.854)	-	(149.168)
Total circulante e não circulante	616.769	527.483	(265.781)	(99.488)	78.210	897.195

31/12/2021						
Consolidado						
Saldo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021			
Classes de Ativos	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo
Passivo circulante:						
Torres	45.484	9.421	(51.381)	(1.900)	16.482	29.290
Veículos	8.961	5.556	(13.552)	(203)	333	698
Imóveis	36.811	12.573	(44.708)	(1.716)	10.345	30.139
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.452)	(229)	5.276	2.100
Fibras ópticas	10.234	601	(10.944)	(8.977)	14.743	30.191
Equipamentos	2.265	3.620	(4.267)	(504)	482	3.731
Dutos	110.644	32.792	(132.304)	(4.651)	41.895	80.701
Total	199.891	63.372	(265.781)	(41.895)	80.701	30.191
Passivo não circulante:						
Torres	191.026	43.398	-	(26.930)	-	(7.834)
Veículos	587	21.469	-	(24)	-	(698)
Imóveis	101.414	3.064	-	(1.241)	-	(30.139)
Usinas fotovoltaicas	55.511	5.276	-	(1.866)	-	(2.100)
Fibras ópticas	44.884	2.943	-	(14.743)	-	55.375
Equipamentos	3.745	9.900	-	(1.175)	-	(8.787)
Dutos	406.632	88.754	-	(12.559)	-	(80.701)
Total	616.769	227.485	(265.781)	(99.488)	78.210	897.195

31/12/2021						
Consolidado						
Saldo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021			
Classes de Ativos	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo
Passivo circulante:						
Torres	45.484	9.421	(51.381)	(1.900)	16.482	29.290
Veículos	8.961	5.556	(13.552)	(203)	333	698
Imóveis	36.811	12.573	(44.708)	(1.716)	10.345	30.139
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.452)	(229)	5.276	2.100
Fibras ópticas	10.234	601	(10.944)	(8.977)	14.743	30.191
Equipamentos	2.265	3.620	(4.267)	(504)	482	3.731
Dutos	110.644	32.792	(132.304)	(4.651)	41.895	80.701
Total	199.891	63.372	(265.781)	(41.895)	80.701	30.191
Passivo não circulante:						
Torres	191.026	43.398	-	(26.930)	-	(7.834)
Veículos	587	21.469	-	(24)	-	(698)
Imóveis	101.414	3.064	-	(1.241)	-	(30.139)
Usinas fotovoltaicas	55.511	5.276	-	(1.866)	-	(2.100)
Fibras ópticas	44.884	2.943	-	(14.743)	-	55.375
Equipamentos	3.745	9.900	-	(1.175)	-	(8.787)
Dutos	406.632	88.754	-	(12.559)	-	(80.701)
Total	616.769	227.485	(265.781)	(99.488)	78.210	897.195

31/12/2021						
Consolidado						
Saldo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021			
Classes de Ativos	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo
Passivo circulante:						
Torres	45.484	9.421	(51.381)	(1.900)	16.482	29.290
Veículos	8.961	5.556	(13.552)	(203)	333	698
Imóveis	36.811	12.573	(44.708)	(1.716)	10.345	30.139
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.452)	(229)	5.276	2.100
Fibras ópticas	10.234	601	(10.944)	(8.977)	14.743	30.191
Equipamentos	2.265	3.620	(4.267)	(504)	482	3.731
Dutos	110.644	32.792	(132.304)	(4.651)	41.895	80.701
Total	199.891	63.372	(265.781)	(41.895)	80.701	30.191
Passivo não circulante:						
Torres	191.026	43.398	-	(26.930)	-	(7.834)
Veículos	587	21.469	-	(24)	-	(698)
Imóveis	101.414	3.064	-	(1.241)	-	(30.139)
Usinas fotovoltaicas	55.511	5.276	-	(1.866)	-	(2.100)
Fibras ópticas	44.884	2.943	-	(14.743)	-	55.375
Equipamentos	3.745	9.900	-	(1.175)	-	(8.787)
Dutos	406.632	88.754	-	(12.559)	-	(80.701)
Total	616.769	227.485	(265.781)	(99.488)	78.210	897.195

31/12/2021						
Consolidado						
Saldo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021			
Classes de Ativos	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo
Passivo circulante:						
Torres	44.803	9.186	(50.582)	(1.867)	16.352	28.731



ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta												
Resultado - Consolidado												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		1.284	-	-	204		-	-	(179)		(13)	
Total		1.284	-	-	204		-	-	(179)		(13)	
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		2.670	(7.250)	(35.475)	3.719		(8.221)	(35.546)	-		-	
Algar TI Consultoria		171	-	(2.948)	79		(2.819)	-	-		(28)	
Engeset		315	-	-	44		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(31.185)	-	48		(20.540)	(5.500)	-		(2.015)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		(616)	
CTRO – (AVIVA)		102	(36)	-	245		-	(1.348)	-		-	
Arvore		3.288	(38.471)	(38.423)	5.007		(34.309)	(42.394)	-		(2.659)	
Outros		4.572	(38.471)	(38.423)	5.211		(34.309)	(42.573)	-		(2.672)	
Total												
Total partes relacionadas												
Individual												
Saldos - ativo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Contas a receber		Títulos a receber	Dividendos a receber	Total	Contas a receber		Títulos a receber	Dividendos a receber	Total			
(a)		(b)	(c)		(a)		(b)	(c)				
Controladora:												
Algar S.A.		4	-	-	4		41	-	-		41	
Total		4	-	-	4		41	-	-		41	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		1.539	3.256	4.867	9.662		2.312	2.178	9.611		14.101	
Algar Soluções		2	146	1.254	1.402		316	71	35.871		37.485	
Smart		397	9.052	-	9.449		-	-	-		387	
Vogel		1.938	12.454	6.121	20.513		2.628	3.863	45.482		51.973	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		6	-	-	6		118	-	-		118	
Algar TI		-	-	-	-		52	-	-		52	
Engeset		-	-	-	-		119	-	-		119	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	-		4	-	-		4	
Outros		-	-	-	-		6	-	-		6	
Total		6	-	-	6		293	-	-		293	
Total partes relacionadas		1.948	12.454	6.121	20.523		2.962	3.863	45.482		52.307	
Individual												
Saldos - passivo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Fornecedores		Passivo de	Títulos a	Dividendos a	Total	Fornecedores		Passivo de	Títulos a	Dividendos a	Total	
(d)		arrendamento	pagar	pagar		(d)		arrendamento	pagar	pagar		
(f)		(i)	(e)	(f)		(f)		(i)	(e)	(f)		
Controladora:												
Algar S.A.		2	-	5.044	11.609	16.655		-	-	-	55.491	
Total		2	-	5.044	11.609	16.655		-	-	3.700	55.491	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		902	-	-	902	1.983		-	-	-	1.983	
Algar Soluções		-	-	-	-	1.118		-	-	-	1.118	
Smart		572	-	-	572	631		-	-	-	631	
Vogel		16.536	-	-	16.536	-		-	-	-	-	
Total		18.010	-	-	18.010	3.732		-	-	-	3.732	
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		8.061	-	-	8.061	7.886		-	-	-	7.886	
Algar TI		466	-	-	466	188		-	-	-	188	
Engeset		-	-	-	-	8		-	-	-	8	
Space Empreendimentos		22	31.039	-	31.061	21		26.729	-	-	26.750	
Archy LLC (acionista)		29	-	-	4.336	4.336		-	-	19.346	19.346	
Outros		8.578	31.039	-	2.719	2.719		3	-	6.365	6.368	
Total		26.590	31.039	5.044	18.664	81.337		11.838	26.729	3.700	77.502	
Total partes relacionadas												
Saldos - passivo não circulante												
		-	59.502	-	59.502	-		76.902	-	-	76.902	
Total partes relacionadas		-	59.502	-	59.502	-		76.902	-	-	76.902	
Resultados - Individual												
Saldos - ativo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Total		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		915	(4.155)	-	1.041		(5.589)	-	-		1.118	
Algar Soluções		55	(5.896)	-	455		(1.744)	-	-		5	
Smart		3	(91)	-	-		-	-	-		25	
Vogel		973	(10.299)	-	1.496		(7.333)	-	-		1.496	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		1.250	(5.667)	(35.475)	2.259		(8.221)	(32.932)	-		(28)	
Algar TI		88	-	(1.219)	11		(940)	-	-		-	
Engeset		232	-	-	48		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(22.704)	-	48		(13.977)	(4.608)	-		(1.723)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		-	
Arvore		-	-	-	563		-	-	-		-	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	215		(27)	-	-		-	
Outras		54	(37)	-	3.122		(25.867)	(38.888)	-		(2.367)	
Total		1.654	(28.408)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Total partes relacionadas		2.801	(38.707)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Resultados - Individual												
Saldos - passivo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Total		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		915	(4.155)	-	1.041		(5.589)	-	-		1.118	
Algar Soluções		55	(5.896)	-	455		(1.744)	-	-		5	
Smart		3	(91)	-	-		-	-	-		25	
Vogel		973	(10.299)	-	1.496		(7.333)	-	-		1.496	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		1.250	(5.667)	(35.475)	2.259		(8.221)	(32.932)	-		(28)	
Algar TI		88	-	(1.219)	11		(940)	-	-		-	
Engeset		232	-	-	48		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(22.704)	-	48		(13.977)	(4.608)	-		(1.723)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		-	
Arvore		-	-	-	563		-	-	-		-	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	215		(27)	-	-		-	
Outras		54	(37)	-	3.122		(25.867)	(38.888)	-		(2.367)	
Total		1.654	(28.408)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Total partes relacionadas		2.801	(38.707)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Resultados - Individual												
Saldos - passivo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Total		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		915	(4.155)	-	1.041		(5.589)	-	-		1.118	
Algar Soluções		55	(5.896)	-	455		(1.744)	-	-		5	
Smart		3	(91)	-	-		-	-	-		25	
Vogel		973	(10.299)	-	1.496		(7.333)	-	-		1.496	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		1.250	(5.667)	(35.475)	2.259		(8.221)	(32.932)	-		(28)	
Algar TI		88	-	(1.219)	11		(940)	-	-		-	
Engeset		232	-	-	48		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(22.704)	-	48		(13.977)	(4.608)	-		(1.723)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		-	
Arvore		-	-	-	563		-	-	-		-	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	215		(27)	-	-		-	
Outras		54	(37)	-	3.122		(25.867)	(38.888)	-		(2.367)	
Total		1.654	(28.408)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Total partes relacionadas		2.801	(38.707)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Resultados - Individual												
Saldos - passivo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Total		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		915	(4.155)	-	1.041		(5.589)	-	-		1.118	
Algar Soluções		55	(5.896)	-	455		(1.744)	-	-		5	
Smart		3	(91)	-	-		-	-	-		25	
Vogel		973	(10.299)	-	1.496		(7.333)	-	-		1.496	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		1.250	(5.667)	(35.475)	2.259		(8.221)	(32.932)	-		(28)	
Algar TI		88	-	(1.219)	11		(940)	-	-		-	
Engeset		232	-	-	48		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(22.704)	-	48		(13.977)	(4.608)	-		(1.723)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		-	
Arvore		-	-	-	563		-	-	-		-	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	215		(27)	-	-		-	
Outras		54	(37)	-	3.122		(25.867)	(38.888)	-		(2.367)	
Total		1.654	(28.408)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Total partes relacionadas		2.801	(38.707)	(36.694)	4.710		(33.200)	(39.067)	-		(2.379)	
Resultados - Individual												
Saldos - passivo circulante												
31/12/2022				31/12/2021								
Recceita operacional		Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e	Recceita operacional	Custos dos serviços	Despesas com	Despesas gerais e				
bruta		prestados	ventas	administrativas	bruta		prestados	ventas				
(g)		(h)	(b)	(h)	(g)		(h)	(b)				
Controladora:												
Algar S.A.		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Total		174	-	-	92		-	-	(179)		(12)	
Controladas diretas:												
Algar Multimídia		915	(4.155)	-	1.041		(5.589)	-	-		1.118	
Algar Soluções		55	(5.896)	-	455		(1.744)	-	-		5	
Smart		3	(91)	-	-		-	-	-		25	
Vogel		973	(10.299)	-	1.496		(7.333)	-	-		1.496	
Total												
Outras partes relacionadas:												
Algar Tecnologia		1.250	(5.667)	(35.475)	2.259		(8.221)	(32.932)	-		(28)	
Algar TI		88	-	(1.219)	11		(940)	-	-		-	
Engeset		232	-	-	48		-	-	-		-	
Algar Farming		30	(22.704)	-	48		(13.977)	(4.608)	-		(1.723)	
Space Empreendimentos		3	-	-	5		(2.702)	-	-		-	
Arvore		-	-	-	563		-	-	-		-	
CTRO – (AVIVA)		-	-	-	215		(27)	-	-		-	
Outras		54	(37)	-	3.122		(25.867)	(38.888)</				

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue: a) Referência a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais das empresas. b) Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de utilização compartilhada de soluções de infraestrutura. c) Saldos de dividendos a receber de controladas. d) Obrigações de fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar. e) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestrutura utilizadas nas atividades operacionais. f) Dividendos a pagar. g) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas. h) Referência a custos e despesas com serviços de telecomunicações e serviços; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*. i) Passivo de arrendamento. Remuneração dos administradores - As remunerações dos administradores, os quais são representados pelos membros do conselho de administração e pelos diretores estatutários, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, são computadas como custos e despesas do grupo Algar, decorrentes dos benefícios e encargos sociais correspondentes. A Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, realizada em 19 de abril de 2022, aprovou a modalidade de remuneração baseada na valorização das ações da Companhia, além das remunerações fixa e variável previstas para a diretoria estatutária, no exercício social de 2022. Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

	Consolidado	Individual
	31/12/2022	31/12/2021
Salários e outros benefícios de curto prazo:	4.800	4.490
Consórcio de administração:		
Remuneração fixa	4.490	4.490
Diretoria executiva:		
Remuneração fixa	8.082	7.563
Remuneração variável	9.301	6.322
Previdência privada	279	106
	22.162	18.481

27. Receita operacional líquida

	Consolidado	Individual
	31/12/2022	31/12/2021
Telecom	2.344.216	2.144.714
B2B	1.132.255	1.181.805
B2C	3.476.471	3.326.519
Recceita operacional bruta	(677.567)	(738.112)
Impostos e deduções (*)	798.904	588.407
Recceita operacional líquida	22.162	18.481

28. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	Individual
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	285.477	227.831
Materiais	(20.410)	(20.721)
Serviços de terceiros	(278.854)	(245.528)
Interconexão e meios de conexão	(191.008)	(154.840)
Alugueis e seguros	(95.320)	(91.089)
Depreciação e amortização	(41.691)	(408.870)
Depreciação de Direito de Uso (IFRS 16)	(207.453)	(90.039)
Custos das mercadorias vendidas	(69.093)	(103.252)
Outros	(8.702)	(7.325)
	(1.573.808)	(1.343.075)

29. Despesas com vendas

	Consolidado	Individual
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	206.864	178.357
Serviços de terceiros	(205.277)	(160.687)
Propaganda e marketing	(26.259)	(26.617)
Provisão para perda esperada de contas a receber	(36.329)	(43.565)
Alugueis e seguros	(7.665)	(41.267)
Depreciação e amortização	(23.959)	(30.035)
Depreciação de Direito de Uso (IFRS 16)	(2.434)	(8.984)
Outros	(35.372)	(2.627)
	(544.099)	(492.369)

30. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado	Individual
	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(107.569)	(96.508)
Serviços de		



ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

7/7

para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável; b) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita; ii) Realização de procedimentos analíticos substantivos, iii) Realização de procedimento substantivo de detalhe de transações de receitas de vendas de mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte; iv) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Capitalização ao ativo imobilizado** - Por que é um PAA - Diante do montante envolvido, conforme descrito na nota explicativa nº 11, e da dispersão dos investimentos no ativo imobilizado pela Companhia, consideramos a capitalização de gastos ao ativo imobilizado como um assunto importante em nossa auditoria, pois pode ocorrer capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra. Por sua representatividade, a capitalização ao ativo imobilizado é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e teste da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização ao ativo imobilizado; ii) Execução de procedimentos substantivos de detalhes, por amostragem base amostral, com a finalidade de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo imobilizado, inspecionando a correspondente documentação suporte; iii) Obtenção de evidência de auditoria sobre o critério de alocação e segregação dos gastos capitalizados pela Administração; e iv) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionado ao processo de capitalização ao ativo imobilizado, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Ajustes que afetariam os valores relacionados a capitalização foram identificados. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido consideradas imateriais. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as capitalizações ao ativo imobilizado e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o rela-**

**tório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem afetar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tasso Pereira Jr.

Contador

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Deloitte.

EDITAL DE LOTEAMENTO

Bel. Márcio Antônio de Moraes, Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Carmelo/MG, localizado na Rua Tiago Figueiredo nº. 256, Sala 03 a 06, Centro, Monte Carmelo/MG, CEP 38.500-000, no uso de suas atribuições e forma da Lei FAZ SABER a todos quantos o presente Edital vierem ou tiverem conhecimento que, nos termos do Art. 19, § 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979, na redação que lhe deu a Lei nº 9.785, de 23/01/1999, encontra-se depositado neste Serviço Registral, cópia integral do Processo de Parcelamento de Solo Urbano denominado "LOTEAMENTO RESIDENCIAL BATUQUE IV", constituído de Memorial Descritivo, Projetos, Autorização nº 06/2022, expedida em 30/11/2022, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agronegócio e Meio Ambiente - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Monte Carmelo/MG, e Decreto nº 2.605 de 14 de fevereiro de 2023, emitido pelo Município de Monte Carmelo/MG, aprovando o parcelamento de área urbana em 01 Lotes, 03 Áreas Úteis, sendo os lotes n.ºs 01, 03, 04, 05, 06 da Quadra nº 01, lotes n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000, 1001, 1002, 1003, 1004, 1005, 1006, 1007, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020, 1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1027, 1028, 1029, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1036, 1037, 1038, 1039, 1040, 1041, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1052, 1053, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1064, 1065, 1066, 1067, 1068, 1069, 1070, 1071, 1072, 1073, 1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082, 1083, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1093, 1094, 1095, 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, 1109, 1110, 1111, 1112, 1113, 1114, 1115, 1116, 1117, 1118, 1119, 1120, 1121, 1122, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1136, 1137, 1138, 1139, 1140, 1141, 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163, 1164, 1165, 1166, 1167, 1168, 1169, 1170, 1171, 1172, 1173, 1174, 1175, 1176, 1177, 1178, 1179, 1180, 1181, 1182, 1183, 1184, 1185, 1186, 1187, 1188, 1189, 1190, 1191, 1192, 1193, 1194, 1195, 1196, 1197, 1198, 1199, 1200, 1201, 1202, 1203, 1204, 1205, 1206, 1207, 1208, 1209, 1210, 1211, 1212, 1213, 1214, 1215, 1216, 1217, 1218, 1219, 1220, 1221, 1222, 1223, 1224, 1225, 1226, 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261, 1262, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1274, 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302, 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310, 1311, 1312, 1313, 1314, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319, 1320, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327, 1328, 1329, 1330, 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338, 1339, 1340, 1341, 1342, 1343, 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354, 1355, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363, 1364, 1365, 1366, 1367, 1368, 1369, 1370, 1371, 1372, 1373, 1374, 1375, 1376, 1377, 1378, 1379, 1380, 1381, 1382, 1383, 1384, 1385, 1386, 1387, 1388, 1389, 1390, 1391, 1392, 1393, 1394, 1395, 1396, 1397, 1398, 1399, 1400, 1401, 1402, 1403, 1404, 1405, 1406, 1407, 1408, 1409, 1410, 1411, 1412, 1413, 1414, 1415, 1416, 1417, 1418, 1419, 1420, 1421, 1422, 1423, 1424, 1425, 1426, 1427, 1428, 1429, 1430, 1431, 1432, 1433, 1434, 1435, 1436, 1437, 1438, 1439, 1440, 1441, 1442, 1443, 1444, 1445, 1446, 1447, 1448, 1449, 1450, 1451, 1452, 1453, 1454, 1455, 1456, 1457, 1458, 1459, 1460, 1461, 1462, 1463, 1464, 1465, 1466, 1467, 1468, 1469, 1470, 1471, 1472, 1473, 1474, 1475, 1476, 1477, 1478, 1479, 1480, 1481, 1482, 1483, 1484, 1485, 1486, 1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500, 1501, 1502, 1503, 1504, 1505, 1506, 1507, 1508, 1509, 1510, 1511, 1512, 1513, 1514, 1515, 1516, 1517, 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1527, 1528, 1529, 1530, 1531, 1532, 1533, 1534, 1535, 1536, 1537, 1538, 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548, 1549, 1550, 1551, 1552, 1553, 1554, 1555, 1556, 1557, 1558, 1559, 1560, 1561, 1562, 1563, 1564, 1565, 1566, 1567, 1568, 1569, 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578, 1579, 1580, 1581, 1582, 1583, 1584, 1585, 1586, 1587, 1588, 1589, 1590, 1591, 1592, 1593, 1594, 1595, 1596, 1597, 1598, 1599, 1600, 1601, 1602, 1603, 1604, 1605, 1606, 1607, 1608, 1609, 1610, 1611, 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, 1636, 1637, 1638, 1639, 1640, 1641, 1642, 1643, 1644, 1645, 1646, 1647, 1648, 1649, 1650, 1651, 1652, 1653, 1654, 1655, 1656, 1657, 1658, 1659, 1660, 1661, 1662, 1663, 1664, 1665, 1666, 1667, 1668, 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686, 1687, 1688, 1689, 1690, 1691, 1692, 1693, 1694, 1695, 1696, 1697, 1698, 1699, 1700, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1719, 1720, 1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1727, 1728, 1729, 1730, 1731, 1732, 1733, 1734, 1735, 1736, 1737, 1738, 1739, 1740, 1741, 1742, 174





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (8000463127) pág. 18/38

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



# ALGAR TELECOM S.A.

## CNPJ/MF 71.208.516/0001-74

### Companhia Aberta

Senhores Acionistas, a Administração da Algar Telecom tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores monetários estão expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Mensagem da Administração** O ano de 2022 reafirmou a importância da conectividade como propulsora do desenvolvimento econômico, em paralelo à retomada gradual da economia do País. Do nosso lado atuamos com assertividade e resiliência durante o ano, suportados pela qualidade das nossas equipes e da nossa infraestrutura, composta por uma rede de 122 mil km de fibra óptica que serve, atualmente, 372 cidades distribuídas em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal. Fomos muito além da conectividade. Nosso propósito “Gente servindo Gente” reforça nossa forma de fazer negócios pautada em um relacionamento próximo com nossos clientes para entender seus anseios e dificuldades e trazer soluções que agreguem valor. Nossos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, dentre eles gerenciamento e segurança de redes, gestão do wi-fi e cloud, cresceram 33,1% e responderam por 15,5% da receita do B2B. Nosso foco em inovação não para por aí. Fomos a primeira operadora a lançar o 5G no Brasil, em 2021, usando a frequência 2,3 GHz recém leiloadá pela Anatel. Garantimos com o leilão o maior espectro para essa tecnologia em nossa área de atuação no B2C, o que nos habilita a seguir ofertando os mais modernos serviços de telecomunicações. Adicionalmente, junto aos clientes residenciais, atingimos a marca de 98,2% de nossas conexões em fibra ótica, tecnologia que traz uma melhor experiência e satisfação na conexão à internet. Assim, seguimos fortes, com um portfólio completo de produtos e líderes de mercado na região onde completamos 69 anos de história e atuação. Em parceria com o Brain encontramos, em Portugal, que vem se tornando um hub de inovação na Europa, o caminho para nosso objetivo de atuar em soluções baseadas em 5G, blockchain e Internet das Coisas (IoT), e nos articulamos no ecossistema de inovação europeu. A inovação também esteve presente no lançamento da Algar Telecom Venture Builder, nova unidade de negócios focada em acelerar soluções dentro do ecossistema de startups. Entre os destaques do ano está a integração da Vogel Telecom. Adquirida em 2021, foi um dos nossos grandes movimentos de expansão da companhia, adicionando 27 mil km à nossa rede em localidades de difícil acesso para novas construções e com alto potencial de consumo de telecomunicações. No período, ampliamos nossa capilaridade em quatro estados do Brasil: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, fechando o ano com cerca de 195 mil clientes B2B e um crescimento de 13,1% na receita desses clientes. Inauguramos a 3ª usina fotovoltaica para atender as nossas operações, contribuindo para a nossa matriz energética que já é 100% advinda de fontes renováveis, e temos conduzido um conjunto de iniciativas, como a substituição das redes legadas por fibra óptica e a modernização de nossos equipamentos de climatização, na busca por eficiência energética. Nesse sentido fomos reconhecidos, por mais um ano, pela premiação do Guia Exame Melhores do ESG, credencial importante que demonstra o quanto temos uma cultura forte voltada para a sustentabilidade e que se reflete em nossas ações. Acreditamos que nossos esforços para ampliar e fortalecer nossa atuação nas regiões onde já estamos presentes e nas iniciativas de digitalização e eficiência continuaremos acreditando no poder do trabalho em parceria com nossos stakeholders para crescermos juntos, de forma sustentável e com integridade, atuando por meio de processos que respeitam a sociedade e o meio ambiente. Evaremos nosso desejo genuíno de melhorar a vida das pessoas e nossa visão sobre a inovação ser o caminho para expandir nossos negócios e dos nossos clientes.

Jean Carlos Borges  
Presidente da Algar Telecom

Luiz Alexandre Garcia  
Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

**Destaques do ano** - Receita líquida do B2B cresceu 13,1% e respondeu por 67,1% da receita total; Serviços TIC expandiram 33,1% e atingiram 15,5% da receita B2B; Receita de Machine-to-Machine (M2M) evoluiu 38,0% com a adição de mais de 1,0 milhão de coisas conectadas; Atingimos a marca de 98,2% de banda larga em fibra no B2C; Receita líquida consolidada cresceu 8,1% e o EBITDA superou R\$ 1,1 bilhão; Desempenho dos negócios

	DRE - RS Milhões	2022	2021	Δ% YoY
Receita Bruta		3.476,5	3.326,5	4,5%
Receita Líquida		2.798,9	2.588,4	8,1%
B2B		1.578,6	1.660,4	13,8%
B2C		920,1	928,0	-0,8%
Custos e Despesas Operacionais		(1.654,8)	(1.473,4)	12,3%
EBITDA		1.144,1	1.115,0	2,6%
Margem - %		40,9%	43,1%	-
EBITDA - sem efeitos pontuais <sup>(1)</sup>		1.123,6	1.110,5	1,2%
Margem - %		40,1%	42,9%	-
Depreciação		(678,2)	(595,0)	14,0%
EBIT		465,9	520,5	-10,5%
Margem - %		(44,2%)	(42,8%)	-
Despesas Financeiras Líquidas		51,4	229,5	-77,6%
Lucro Líquido		1,8%	8,9%	-
Margem Líquida - %				

Balanco patrimonial em 31 de dezembro						
		Consolidado		Individual		
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo						
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	720.872	280.706	431.914	195.948	
Contas a receber	6	869.118	666.387	491.767	366.618	
Estoques	7	71.188	89.884	37.483	36.835	
Tributos a recuperar	7	154.037	204.979	90.497	145.735	
Dividendos a receber	26	-	-	6.121	45.482	
Despesas antecipadas	8	116.589	100.422	66.905	61.954	
Outros créditos	8	29.512	16.214	18.553	7.865	
Total do ativo circulante		1.961.316	1.358.599	1.143.240	860.437	
Ativo não circulante						
Contas a receber	6	89.939	174.829	61.656	125.101	
Tributos a recuperar	7	150.146	159.509	72.850	80.600	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	129.719	17.238	89.594	16.385	
Depósitos judiciais	20c	27.734	25.843	20.733	20.502	
Despesas antecipadas	8	154.513	83.529	92.385	31.634	
Direito indenizatório de provisões		62.334	55.917	-	-	
Aplicações financeiras	5	2.728	2.449	1.163	1.057	
Outros créditos		8.565	3.107	913	922	
Total do ativo realizável a longo prazo		625.678	522.421	339.294	276.201	
Investimentos						
Imobilizado	10	1.466	1.465	2.829.094	2.314.545	
Intangível	12	3.188.495	3.071.372	1.350.507	1.341.217	
Ativo de direito de uso - arrendamento	13	678.644	683.024	318.417	306.363	
Ativo de direito de uso - arrendamento	13	841.489	584.131	529.756	394.938	
Total do ativo não circulante		5.335.772	4.862.413	5.367.068	4.633.264	

</					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)			
		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020		826.831	515.170	109.581	4.226
Realização do custo atribuído		-	-	-	(21)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	229.505
Ações adquiridas de acionistas		-	-	-	(2.520)
Destinações do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal		-	-	11.475	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24b	-	141.740	-	(76.311)
Lucros retidos no exercício		-	-	-	(141.740)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		826.831	656.910	121.056	4.205
Aumento de capital com lucros retidos	24a	75.000	(75.000)	-	-
Realização do custo atribuído		-	-	-	(18)
Resultado líquido do exercício		-	-	-	51.443
Ações adquiridas de acionistas		-	-	-	(421)
Destinações do lucro líquido:					
Constituição de reserva legal		-	-	2.572	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24b	-	31.784	-	(17.105)
Lucros retidos no exercício		-	613.694	123.628	4.187
Saldos em 31 de dezembro de 2022		901.831	613.694	123.628	4.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

		Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			
		Consolidado	Individual		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		4.178.117	4.094.085	2.241.959	2.294.222
Vendas de mercadorias e serviços		3.464.204	3.321.057	1.918.227	1.940.904
Receita de construção de ativos próprios		577.010	699.659	254.447	321.976
Outras receitas		173.232	116.934	78.288	64.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(36.329)	(43.565)	(9.003)	(32.763)
Insucessos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(1.768.325)	(1.646.166)	(1.042.159)	(1.027.019)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(589.572)	(543.864)	(352.232)	(367.262)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.178.753)	(1.102.302)	(689.927)	(659.757)
Valor adicionado bruto		2.409.792	2.447.919	1.199.800	1.267.203
Depreciação e amortização		(678.212)	(594.961)	(355.781)	(358.878)
Valor adicionado líquido pela entidade		1.731.580	1.852.958	844.019	908.325
Valor adicionado recebido em transferência		156.940	61.317	269.247	243.339
Resultado de equivalência patrimonial		-	-	160.903	195.612
Receitas financeiras		156.940	61.317	108.344	47.727
Valor adicionado total a distribuir		1.888.520	1.914.275	1.113.266	1.151.664
Distribuição do valor adicionado		1.888.520	1.914.275	1.113.266	1.151.664
Pessoal		614.726	523.307	222.952	247.349
Remuneração direta		429.447	360.823	160.010	164.743
Benefícios		98.809	90.807	31.396	42.476
FGTS		30.640	24.647	10.334	12.706
Outros		55.830	47.730	21.212	27.424
Impostos, taxas e contribuições		631.902	778.691	341.972	373.424
Federais		153.180	219.396	75.469	44.914
Estaduais		471.379	552.643	265.890	328.032
Municipais		7.343	6.652	613	478
Juros		508.596	266.248	478.248	250.148
Aluguéis		81.853	116.524	18.651	51.238
Dividendos		17.105	76.310	17.105	76.310
Lucro retido no exercício		34.338	153.195	34.338	153.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Relatório da Administração**  
O Efeitos pontuais: 2022: exclui um total de (+RS 20,5 milhões), sendo: (i) +RS 19,3 milhões de receita com venda de torres e (ii) +RS 1,2 milhão de recuperação de ICMS de períodos anteriores. 2021: exclui um total de (+RS 4,5 milhões), sobretudo, (i) +RS 19,4 milhões de créditos tributários de PIS/COFINS e (ii) -RS 16,7 milhões de provisões em processos judiciais com concessionárias de rodovias.

**Informação por segmento** - A diretoria executiva entende que a Companhia atua em um único segmento operacional, o de telecomunicações, segregado em unidade de negócios B2B e B2C e utiliza relatórios, de modo consistente, para a tomada de decisões estratégicas.

**Unidade de negócios B2B** - Com foco em clientes corporativos (pequenas e médias empresas) e MPEs (micro e pequenas empresas) nossa unidade de negócios B2B expandiu 13,1% em 2022. Essa performance é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Algar Telecom, que vai além da conectividade e oferece serviços TIC - soluções de gerenciamento e segurança de redes, cloud, gestão do wi-fi, dentre outros. Esse posicionamento nos permite atender às necessidades dos nossos clientes empresariais de forma mais ampla, agregando valor aos seus negócios, ao mesmo tempo em que favorece o tempo médio de permanência dos mesmos na Companhia e a sua rentabilidade. Em 2022 adicionamos 11,5 mil clientes (+6,3%) nas cidades onde já atuávamos e a receita com TIC expandiu 33,1%, alcançando 15,5% da receita total da unidade de negócios. Ainda na linha de fortalecimento do portfólio agregamos, ao longo do ano, mais de 1,0 milhão de acessos Machine-to-Machine - M2M, que ultrapassaram 3,3 milhões de unidades e geraram uma receita de RS 142,7 milhões em 2022.

**Unidade de negócios B2C** - Em 2022 seguimos na liderança de mercado na região onde atuamos no B2C, em cidades de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, segundo dados da Anatel de dezembro de 2022. Nosso serviço de banda larga, com 536,4 mil usuários, alcançou 98,2% dos acessos conectados em fibra ótica, propiciando uma melhor experiência e satisfação dos clientes com a conexão de internet. Na telefonia móvel, com 1,2 milhão de clientes, sendo 1,1 milhão no B2C, ampliamos a cobertura e os clientes 5G e ao longo do ano seguimos estimulando a migração dos usuários para planos pós pagos. A receita líquida gerada pela unidade de negócios B2C foi de RS 920,1 milhão, 0,8% inferior à de 2021 em razão de um menor volume de modems vendidos. Nosso portfólio completo e moderno de produtos e serviços, somado à força da nossa marca e nosso atendimento próximo, tem nos propiciado manter a preferência dos clientes na nossa região de atuação.

**Resultado operacional consolidado** - Em 2022 a receita líquida consolidada da Algar Telecom atingiu R\$ 2.798,7 milhões, o crescimento de 8,1% em relação ao ano de 2021 impulsionado, sobretudo, pelos clientes B2B (+13,1%). O menor crescimento da receita bruta (+4,5%) é decorrente da redução das alíquotas de ICMS de serviços de comunicação, a partir de 23 de julho de 2022, que reduziram o faturamento, sem impacto na receita líquida. **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas operacionais consolidados, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R\$ 1.654,8 milhões em 2022, ante R\$ 1.473,4 milhões no ano anterior. O aumento, de 12,3%, é decorrente dos custos e despesas com a aquisição e integração da Vogel Telecom e da pressão inflacionária observada nos dois últimos anos. Os maiores aumentos se deram nas contas de pessoal, serviços de terceiros e interconexão/meios de conexão.

**EBITDA** - O EBITDA da Algar Telecom contabilizou R\$ 1.144,1 milhões no ano, um aumento de 2,6% em relação a 2021. A margem foi de 40,9%, ante 43,1% no ano anterior.

Conciliação do EBITDA (LAJIDA) - RS Milhões	2022	2021
EBITDA (LAJIDA) (Instrução CVM nº 527) <sup>1</sup>	1.144,1	1.115,0
Depreciação e amortização	(678,2)	(595,0)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, da equivalência patrimonial e do imposto de renda e contribuição social (conforme DRE)	465,9	520,0

<sup>1</sup> Medição não contábil calculada conforme Instrução CVM nº 527.

**Lucro líquido** - O lucro líquido consolidado da Algar Telecom contabilizou RS 51,4 milhões em 2022, ante RS 229,5 milhões no ano anterior. O resultado foi impactado por um maior volume de amortização e depreciação, oriundo da aquisição da Vogel e dos investimentos orgânicos realizados nos últimos anos e, principalmente, pelo efeito do aumento das taxas de juros no serviço da dívida.

**Investimentos** - Em 2022 a Algar Telecom investiu RS 597,7 milhões. Desse valor, 70% foi destinado à conquista e conexão de clientes nas regiões onde já estávamos presentes. Adicionamos 11,5 mil clientes B2B à nossa carteira e 53,9 mil acessos de banda larga sobre fibra. Os outros 30% foram usados para a manutenção das nossas operações de dados, telefonia móvel e fixa. A relação dos nossos investimentos (ex aquisição / ex IFRS 16) pela nossa receita operacional líquida foi de 21%, ante 27% em 2021.

O aumento do IFRS16 em 2022 é decorrente da renovação de contratos, de aluguéis de postes, cujas características enquadram essas despesas em arrendamento, conforme legislação vigente.

RS Milhões	2022	2021	Δ% YoY
Expansão de redes e clientes	408,1	589,6	-30,8%
Manutenção da operação	171,6	101,3	69,3%
Total	579,7	690,9	-16,1%
Aquisição Vogel	0,0	377,6	-
Investimentos - ex IFRS 16	579,7	1.068,5	-45,7%
IFRS 16	527,1	130,8	-
Saldo Total	1.106,8	1.199,3	-7,7%

**Endividamento** - Em 31 de dezembro de 2022 a dívida bruta da Algar Telecom era de RS 3.394,9 milhões, 24,0% superior à de 2021. A dívida líquida, por sua vez, contabilizou RS 2.674,0 milhões, 8,9% superior. Esses aumentos

2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)					
		Consolidado		Individual	
	Notas	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	1.293	1.507	1.293	1.507
Debêntures	15	599.601	538.668	599.601	538.668
Obrigação com outorga ANATEL	16	3.481	3.098	3.481	3.098
Passivo de arrendamento	17	195.729	159.268	111.587	86.759
Provisão para investimento		15.951	7.434	15.951	7.434
Fornecedores	21	335.020	415.477	213.381	217.900
Impostos, taxas e contribuições	18	135.104	131.164	97.419	75.885
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19a	32.366	-	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	20	135.200	134.065	61.371	66.572
Dividendos a pagar	24	18.664	77.502	18.664	77.502
Receitas antecipadas	22	14.460	9.197	12.008	6.686
Titulos a pagar		9.442	14.900	9.359	7.764
Otras obrigações	23	183.729	26.973	168.185	16.135
Total do passivo circulante		1.680.040	1.518.722	1.312.300	1.105.910
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	2.098	3.504	2.098	3.504
Debêntures	15	2.765.106	2.112.513	2.765.106	2.112.513
Obrigação com outorga ANATEL	16	59.177	55.759	59.177	55.759
Passivo de arrendamento	17	701.466	457.501	461.617	333.380
Provisão para investimento		7.976	30.392	7.976	30.392
Salários, provisões e encargos sociais	19	20.776	97.301	15.743	6.928
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	49.048	71.573	-	-
Provisões	20a	250.734	298.461	149.758	205.653
Obrigação por aquisição de sociedade		16.818	23.390	15.934	21.651
Receitas antecipadas	22	89.324	29.650	73.532	11.529
Otras obrigações	23	14.329	3.329	6.667	-
Total do passivo não circulante		3.976.649	3.095.808	3.557.608	2.781.309
Patrimônio líquido	24				
Capital social		901.831	826.831	901.831	826.831
Reserva legal		123.628	121.056	123.628	121.056
Reserva de retenção de lucros		613.694	656.010	613.694	656.010
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído		4.187	4.205	4.187	4.205
Ações em tesouraria		(2.941)	(2.520)	(2.941)	(2.520)
Total do patrimônio líquido		1.640.399	1.606.482	1.640.399	1.606.482
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.297.085	6.221.012	6.510.308	5.493.701



ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 17.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento	Ativo	Ativo circulante	30/11/2022																													
Algar Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fijo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	31/12/2025	Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber Estoque Tributos a recuperar Despesas antecipadas Outros	23.481 22.097 6.804 21.317 22.650 15.852																														
	Autorização para prestação do STFC longa distância internacional	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado	Ativo não circulante Contas a receber Tributos a recuperar Despesas antecipadas Direito indenizatório de provídes	19.211 28.473 73.719 51.211 46.423																														
	Autorização para prestação do STFC local e longa distância nacional	Todas as regiões do Brasil, exceto área de concessão.	Indeterminado	Investimento Imobilizado Intangível	120 720.186 153.396																														
	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado	Ativo de direito de uso - arrendamento Outros Total do ativo não circulante	2.501 5.265 1.085.598																														
	Autorizações para prestação do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	Indeterminado	Total do ativo Passivo circulante Passivo de arrendamento Fornecedores	1.454.472 1.337.196 4.232 68.906																														
Algar Telecom	Autorização de uso da radio-freqüência de 850 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	29/11/2028	Impostos, taxas e contribuições Salários, provídes e encargos sociais Dividendos a pagar Títulos a pagar Outras obrigações	19.211 63.131 50.219 7.763 7.763																														
	Autorização de uso da radio-freqüência de 2.100 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul; e Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37, exceto região do Triângulo Mineiro.	30/04/2023, renováveis por mais 15 anos	Total do passivo circulante Passivo não circulante Passivo de arrendamento Salários, provídes e encargos sociais Impostos, taxas e contribuições Provídes Outras obrigações	226.420 2.501 4.232 74.335 2.730 7.051																														
	Autorização de uso das radio-freqüências de 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz (5G), para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos	Total do passivo não circulante Total do passivo	317.276 1.137.196																														
Algar Multimídia	Autorização de uso da radio-freqüência de 700 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos	<b>Acervo contábil líquido</b> <b>2. Bases de preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) -</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e, somadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2023. <b>b) Base de mensuração -</b> As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no método de custo histórico. <b>c) Modo funcional e modo de apresentação -</b> As demonstrações financeiras, individual e consolidado, estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas com sede no Brasil. <b>d) Uso de estimativas e julgamentos -</b> A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia envolve o uso de estimativas e julgamentos contábeis aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que geram impactos materiais sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber; • Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado; • Nota Explicativa nº 12 - Intangível; • Nota Explicativa nº 13 - Ativo de direito de uso; • Nota Explicativa nº 20 - Provisões e depósitos judiciais.																															
	Autorização de uso das radio-freqüências de 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz (5G), para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2041, renováveis por mais 20 anos	<b>3. Sumário das principais políticas contábeis -</b> As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. <b>a) Bases de consolidação - i) Controladas -</b> Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de elegar a maioria dos administradores. As controladas integram a consolidação e não são mais do que uma extensão da entidade controladora. Os ativos e passivos monetários denominados eapurados em moeda estrangeira são transferidos para a Companhia e deixam de ser consolidados, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle dele se extir. <b>ii) Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas</b>																															
Smart	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado	<b>Participações societárias (%)</b> <b>31/12/2021</b> <table><tr><th></th><th>No capital social</th><th>No capital votante</th><th>No capital social</th><th>No capital votante</th></tr><tr><td>Participações diretas:</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Algar Multimídia</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td></tr><tr><td>Algar Soluções (*)</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td></tr><tr><td>Smart Telecom Soluções</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td><td>100</td></tr><tr><td>Vogel Soluções (**)</td><td>100</td><td>100</td><td>-</td><td>-</td></tr></table> (*) Sociedade incorporada pela Vogel, sua controlada direta, em 31/12/2022. (**) Controlada direta da Companhia, após a incorporação da Algar Soluções.			No capital social	No capital votante	No capital social	No capital votante	Participações diretas:					Algar Multimídia	100	100	100	100	Algar Soluções (*)	100	100	100	100	Smart Telecom Soluções	100	100	100	100	Vogel Soluções (**)	100	100	-	-
	No capital social	No capital votante	No capital social	No capital votante																															
Participações diretas:																																			
Algar Multimídia	100	100	100	100																															
Algar Soluções (*)	100	100	100	100																															
Smart Telecom Soluções	100	100	100	100																															
Vogel Soluções (**)	100	100	-	-																															
Vogel	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM e do Serviço Telefônico Fijo Comutado - STFC	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado	<b>Participações diretas:</b> Algar Multimídia Algar Soluções (*) Smart Telecom Soluções Vogel Soluções (**)  (*) Sociedade incorporada pela Vogel, sua controlada direta, em 31/12/2022. (**) Controlada direta da Companhia, após a incorporação da Algar Soluções.																															

Eventos relevantes ocorridos em 2021 - a) Combinação de negócios - Aquisição da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. - Em 7 de maio de 2021, foi celebrado o contrato de compra e venda das ações da Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A, empresa atuante no setor de telecomunicações, cuja aquisição foi à Algar Soluções em TIC S.A., controlada da Companhia. O referido contrato foi adotado em 23 de junho de 2021 e a conclusão da operação (closing) ocorreu em 16 de agosto de 2021, confirmando a aquisição de 100% das ações da sociedade. A Vogel é uma empresa de Telecomunicações, 100% dedicada ao mercado de empresas e atacado, que oferta serviços de conectividade de alta capacidade. Tem presença em 150 cidades de 13 estados e Distrito Federal e uma rede de cerca de 27 mil km de fibra ótica em cidades e regiões que concentram potencial de consumo em Telecom e TI, que somada à rede atual da Companhia, totalizará mais de 110 mil Km de Fibras Ópticas. Esta aquisição está alinhada à estratégia de crescimento da Algar Telecom e vem adicionar valor à Companhia e a seus acionistas por meio (i) de relevantes sinergias operacionais que, em razão da complementariedade entre as redes, justificam a operação; (ii) de sua entrada imediata em novas localidades geográficas; (iii) da adição das micro e pequenas empresas dessas regiões à sua carteira de clientes; e (iv) da disponibilização de seu portfólio TIC aos clientes corporativos atuais e futuros. A Transação de compra e venda foi concretizada após cumpridas as condições precedentes normais nesse tipo de operação, incluindo as autorizações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), ambas já concedidas sem restrições, respectivamente, nas datas de 25 de junho e 30 de julho de 2021. Considerando que a aquisição das ações da Vogel Telecom, pela Algar Soluções em TIC S.A., representa investimento relevante, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., a aludida aquisição foi submetida aos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada em 16 de agosto de 2021, dando por aprovada e concluída a operação de compra e venda. A aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, visto que a Algar Soluções passou a deter o controle total da Vogel através do pagamento em caixa. A contraprestação inicialmente transferida, à vista, foi de R\$ 367.187, em agosto de 2021 com uma parcela de R\$ 8.379 paga em novembro de 2021, restando R\$ 2.000 a pagar, com parcela retida para eventual ajuste de preço em favor da Companhia adquirente. Conforme previsto na cláusula 7 (Indenização) do contrato de compra e venda, a Algar Soluções, adquirente, tem o direito de ser indenizada pelos vendedores, por quaisquer perdas, cujo fato gerador tenha ocorrido até o fechamento da transação de compra e venda da Vogel (closing). Sob esse fundamento, a adquirente reconheceu contabilmente o ativo indenizatório correspondente ao passivo indenizatório, representado por provídes de natureza civil, tributária e trabalhista, registradas na sociedade adquirente, no montante de R\$ 35.873. A alocação do valor pago dos ativos e passivos adquiridos foi realizada com base no balanço especial levantado em 16 de agosto de 2021 e laudo de avaliação preparado por avaliador independente. Os custos relacionados à aquisição, foram registrados como despesa do período. Por não ter havido uma alocação da totalidade do valor pago na transação, aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, foi apurado um ágio por rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 105.298. A alocação aos ativos identificados revelou uma mais valia de R\$60.142, integralmente correspondente ao ativo imobilizado, principalmente redes de telecomunicações, compostas por fibras ópticas e torres. O balanço patrimonial da sociedade adquirida, na data base da aquisição (16 de agosto de 2021) está apresentado a seguir.

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Contas a receber

Estoque

Tributos a recuperar

Despesas antecipadas

Outros créditos

Total do ativo circulante

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos a recuperar

Títulos a receber de partes relacionadas

Depósitos garantidos e reembolso de contingências

Depósitos judiciais

Outros créditos

Imobilizado

Intangível

Arrendamento mercantil

Total do ativo não circulante

Total do ativo

PASSIVO

Passivo circulante

Empréstimos e financiamentos

Arrendamento mercantil

Fornecedores

Obrigações sociais e trabalhistas

Impostos, taxas e contribuições a pagar

Outras obrigações trabalhistas

Outras obrigações

Total do passivo circulante

Passivo não circulante

Títulos a pagar

Arrendamento mercantil

Provisões (contingências)

Receitas antecipadas

Total do passivo não circulante

Patrimônio líquido

Total do passivo e do patrimônio líquido

Ágio por rentabilidade futura:

Contraprestação de serviços

(\*) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos (\*)

Ágio por rentabilidade futura (goodwill)

13.449

26.431

3.409

5.381

4.001

480

53.241

36.880

12.628

8.450

8.367

4.554

2.881

403.021

105.960

99.461

645.322

698.563

377.566

(272.268)

105.298

Ainda dentro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o ágio por rentabilidade futura apurado na operação de aquisição da Vogel foi ajustado, devido a movimentações contábeis vinculadas ao saldo de abertura, base 16/08/2021, conforme segue:

Ágio por rentabilidade futura conforme laudo (PPA)

Ajustes:

Ativo indenizatório:

Ativo de arrendamento (IFRS 16) reconhecido na adquirida, contra patrimônio líquido

Saldo contábil do ágio (goodwill) em 31/12/2021

Lição do 5G da ANATEL - A Companhia arrematou lotes no leilão do 5G, realizado pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, com o propósito de ofertar o direito de uso de radiofreqüências. Esta nova tecnologia vai dar mais velocidade nas conexões de internet e mais estabilidade na navegação, entregando os melhores serviços aos nossos clientes e contribuindo para a digitalização do Brasil. Todos os termos de autorização foram assinados e estão publicados no Diário Oficial da União de 08/12/2021. O investimento referente ao leilão foi de R\$ 61.593, correspondente à outorga junto à ANATEL, será pago mediante parcelamento por um período de até 20 anos. O contrato de aquisição dos lotes do leilão 5G, estabelece compromisso de investimento, pela Companhia, para atender a diversos municípios com menos de 30 mil habitantes, com serviços de telecomunicações, além do investimento de R\$ 37.990, com a finalidade de disponibilizar serviços de internet a escolas, conforme previsto nos termos do leilão, especificamente para as freqüências de 26 GHz. Esse investimento, com montante previsto no contrato do leilão, será pago em parcelas semestrais, cujo passivo foi registrado na rubrica "Provisões para investimentos". Os lotes adquiridos pela Algar Telecom são regais, sendo:

Número de Lotes	Freqüência-Espectro	Espectro Total
1	3,5 GHz	80 MHz
1	2,3 GHz	40 MHz
5	26 GHz	1.000 MHz

698.563

377.566

(272.268)

105.298

105.298

60.187

(9.238)

(35.873)

(2.938)

(60.187)

Eventos relevantes ocorridos em 2022 - a) Outorga de direitos sobre a valorização das ações – Phantom Share - O Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e as condições para a outorga de determinados direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, estendidos aos seus administradores e empregados em posições de comando que optarem pela adesão ao Instrumento firmado com a empresa. O cálculo do prêmio previsto nessa modalidade de remuneração de alguns empregados com poder decisório e a liderança superior tem por base a Phantom Share, que representa o direito sobre a valorização de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, e possui regras e condições a serem observadas na operacionalização desse Instrumento, dentre elas a previsão de que os participantes não terão os seus direitos, aqui adquiridos, convertidos em ações da Companhia, até o final do exercício de 31 de dezembro de 2022, este modelo ainda não estava sendo aplicado e, portanto, não houve impacto contábil registrado. b) Incorporação da Algar Soluções - Em 31 de dezembro de 2022 a Algar Soluções S.A foi incorporada pela sua controlada Vogel Soluções em Telecomunicações e informática S/A. A operação de incorporação, deliberada pela assembleia geral extraordinária, realizada naquela data, teve como base o protocolo e justificativa, bem como o laudo de avaliação, o qual demonstrou o acervo contábil líquido da sociedade incorpo-

Sistemas de informação (i)  
PPDUR - Preço Público Rádico Rádica (i)  
Direito de uso de Backbone (ii)  
Marcas e patentes (i)  
Outorgas regulatórias (iii)  
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas (iv)

6

16

5

7

16

5

7

17

7

14

3

(i) Houve aumento da base contábil com a entrada dos ativos da Vogel. (ii) As vidas úteis são conforme contratos de aluguel e de uso de Backbones, com prazo de 5G, com prazo de 20 anos (iv) Houve cancelamento de vida útil em 2022, alterando de 3 para 5 anos. v) Ativos financeiros - Reconhecimento inicial - Um ativo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. A avaliação de ativos financeiros ou um passivo financeiro originado em um balanço patrimonial líquido deve considerar a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observado certa exceção. Os fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado líquido; iii) a parcela da alteração no valor justo que se refere ao risco de crédito do passivo é apresentada no resultado líquido se o ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e os termos do contrato são fixos e não variáveis; ou • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter o valor principal não liquidado. Os instrumentos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaz os requisitos para a

[illegible]







ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

4/7

e) Imobilizado – movimentação do custo - individual:

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2020	131.746	371.388	536.004	1.493.955	90.767	114.196	5.563	72.891	520.646	11.918	77.588	3.426.662
Adições	-	-	-	8	-	-	-	2	4	-	-	184.904
Reversão de provisão	(63)	(145)	(34.258)	(20.707)	(2.236)	(236)	(2.090)	(2.318)	(1.771)	-	(1.112)	(64.236)
Transferências *	3.352	13.838	65.314	27.213	868	47	-	1.454	660	-	-	20.780
31/12/2021	135.035	385.081	571.794	1.513.486	91.887	114.406	3.473	73.798	550.465	11.918	113.244	3.564.587
Adições	-	-	14	51	-	-	-	-	-	-	201.189	201.254
Reversão de provisão	(25)	(2.383)	(45.774)	(5.406)	(727)	(238)	(1.249)	(337)	(4.155)	-	(263)	(60.557)
Transferências *	1.759	1.086	61.023	37.389	2.460	382	-	266	20.656	-	(128.896)	(3.875)
31/12/2022	136.769	383.784	587.057	1.545.520	93.620	114.550	2.224	73.727	566.966	11.918	185.274	3.701.409

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

f) Imobilizado – movimentação da depreciação - individual:

	Individual											
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comunicação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2020	(65.711)	(312.466)	(214.569)	(852.560)	(63.206)	(76.034)	(3.621)	(58.546)	(385.545)	(2.032.258)	-	(3.032.258)
Adições	(5.034)	(15.472)	(79.773)	(70.460)	(5.799)	(3.751)	(103)	(4.058)	(42.804)	(227.254)	-	(227.254)
Reversão de provisão	43	143	28.281	17.259	1.843	190	1.451	1.906	1.502	52.618	-	52.618
Transferências *	(1)	(3.620)	545	(10.390)	(631)	(44)	-	(1.201)	(555)	(16.466)	-	(16.466)
31/12/2021	(70.703)	(331.415)	(269.161)	(912.553)	(67.759)	(79.631)	(2.273)	(61.889)	(427.986)	(2.223.370)	-	(2.223.370)
Adições	(3.274)	(9.763)	(72.820)	(44.845)	(5.169)	(3.620)	(80)	(3.314)	(37.514)	(180.399)	-	(180.399)
Reversão de provisão	10	2.308	41.874	2.688	719	234	883	268	3.849	52.832	-	52.832
Transferências *	-	-	2	38	-	-	-	-	(6)	34	-	34
31/12/2022	(73.967)	(338.870)	(300.105)	(954.672)	(72.209)	(83.017)	(1.470)	(64.935)	(461.657)	(2.350.902)	-	(2.350.902)

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Informações complementares sobre o ativo imobilizado - g) Bens vinculados à concessão - Os contratos de concessão do STFC - "Serviço Telefônico Fico Comutado" preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável. Os valores de 2021 apresentados abaixo referem-se à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2022. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2021, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2022, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2023, conforme regulamentação

	Consolidado											
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Edifícios e benfeitorias	85.751	(34.039)	51.712	(33.752)	54.550	(33.752)	54.550	(33.752)	54.550	(33.752)	54.550	(33.752)
Equipamentos de energia e climatização	68.734	(56.355)	12.379	(53.585)	14.169	(53.585)	14.169	(53.585)	14.169	(53.585)	14.169	(53.585)
Equipamentos de comunicação	218.338	(192.822)	25.516	(190.043)	30.584	(190.043)	30.584	(190.043)	30.584	(190.043)	30.584	(190.043)
Equipamentos de processamento de dados	137.067	(121.871)	15.196	(114.707)	24.324	(114.707)	24.324	(114.707)	24.324	(114.707)	24.324	(114.707)
Equipamentos e meios de transmissão	902.217	(662.005)	240.212	(887.090)	242.336	(887.090)	242.336	(887.090)	242.336	(887.090)	242.336	(887.090)
Equipamentos de terminais	92.677	(64.273)	28.404	(93.953)	34.675	(93.953)	34.675	(93.953)	34.675	(93.953)	34.675	(93.953)
Infraestruturas	101.875	(73.285)	28.590	(101.676)	31.403	(101.676)	31.403	(101.676)	31.403	(101.676)	31.403	(101.676)
Licenças de concessão PPDUR	5.811	(4.754)	1.057	(5.811)	1.370	(5.811)	1.370	(5.811)	1.370	(5.811)	1.370	(5.811)
Móveis e utensílios	30.580	(27.805)	2.775	(30.547)	3.519	(30.547)	3.519	(30.547)	3.519	(30.547)	3.519	(30.547)
Outorgas regulatórias	60.907	(5.507)	55.400	(2.834)	284	(2.834)	284	(2.834)	284	(2.834)	284	(2.834)
Sistemas de informação	267.440	(233.403)	34.037	(220.796)	29.359	(220.796)	29.359	(220.796)	29.359	(220.796)	29.359	(220.796)
Terrenos	10.925	(10.925)	30.779	(30.779)	30.779	(30.779)	30.779	(30.779)	30.779	(30.779)	30.779	(30.779)
Veículos	1.727	(1.076)	651	(1.870)	1.084	(1.870)	1.084	(1.870)	1.084	(1.870)	1.084	(1.870)
	1.984.049	(1.477.195)	506.854	(1.423.077)	498.436	(1.423.077)	498.436	(1.423.077)	498.436	(1.423.077)	498.436	(1.423.077)

12. Intangível - a) Intangível – valor líquido contábil – consolidado

	Consolidado											
	Marcas e patentes	PPDUR - preço público	Direito de uso	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total	
31/12/2020	517	6.209	93.388	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	96.523	1.470.938	
Amortização acumulada	(110)	(5.031)	(41.646)	(88.285)	(570.605)	(7.858)	(481)	(67.711)	(10.567)	-	(792.294)	
Saldo líquido	407	1.178	51.742	97.514	172.105	13.098	2.319	11.185	232.573	96.523	678.644	
31/12/2021	517	6.209	93.322	122.098	682.225	16.323	3.651	78.896	227.508	179.324	1.410.073	
Amortização acumulada	(6)	(4.694)	(36.806)	(77.201)	(532.034)	(4.582)	-	(61.159)	(10.567)	-	(727.049)	
Saldo líquido	511	1.515	56.516	44.897	150.191	11.741	3.651	17.737	216.941	179.324	683.024	

b) Intangível – movimentação do custo - consolidado

	Consolidado											
	Marcas e patentes	PPDUR - preço público	Direito de uso	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Eliminações	Total
31/12/2020	6	6.224	107.727	-	122.024	605.334	7.199	16.187	90.642	33.010	-	988.353
Adições	-	-	-	-	-	231	-	-	-	192.080	-	192.080
Reversão de provisão para perda	-	(55)	(17.624)	(497)	(9)	(947)	-	-	-	(19.132)	-	(19.132)
Ágio (goodwill) aquisição Vogel -	-	-	-	497	9	1.687	-	-	-	-	-	2.193
Saldo de aquisição Vogel	511	-	-	-	-	37.880	-	62.709	60.187	-	-	60.187
Transferências *	-	40	3.219	-	74	38.040	-	-	76.679	(45.535)	-	8.613
31/12/2021	517	6.209	93.322	-	122.098	682.225	16.323	3.651	78.896	227.508	-	1.410.073
Adições	-	-	-	-	-	36.999	-	-	-	73.230	(36.925)	73.304
Reversão de provisão para perda	-	-	-	-	-	(202)	-	-	-	(36.925)	36.925	-
Outros ajustes - ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.632	-	15.632
Transferências *	-	-	66	-	63.701	23.688	-	-	-	(119.106)	-	(27.018)
31/12/2022	517	6.209	93.388	-	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	-	1.470.938

(\*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Intangível – movimentação da amortização - consolidado

	Consolidado											
	Marcas e patentes	PPDUR - preço público	Direito de uso	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total	
31/12/2020	(6)	(4.413)	(49.829)	-	(68.926)	(448.749)	(1.015)	-	(3.010)	(10.567)	(586.515)	
Adições	-	(335)	(4.633)	-	(8.244)	(64.945)	(3.567)	-	(3.655)	-	(85.379)	
Reversão de provisão para perda	-	54	17.625	369	(9)	341	-	-	-	-	18.398	
Saldo de aquisição Vogel	-	-	-	-	(369)	(1.457)	-	-	-	-	(1.835)	
Transferências *	-	-	31	-	(31)	101	-	-	(54.494)	-	(71.819)	
31/12/2021	(6)	(4.694)	(36.806)	-	(77.201)	(532.034)	(4.582)	-	(61.159)	(10.567)	(727.049)	
Adições	(104)	(337)	(4.845)	-	(11.080)	(56.359)	(3.261)</					



	31/12/2022		
	Consolidado e Individual		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	606.173	2.785.323	3.391.496
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.572)	(20.217)	(26.789)
Valor líquido debêntures	599.601	2.765.106	3.364.707

	31/12/2021		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	545.656	2.127.780	2.673.436
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.988)	(15.267)	(22.255)
Valor líquido debêntures	538.668	2.112.513	2.651.181

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

31/12/2022	31/12/2021
Consolidado e Individual	Consolidado e Individual
2023	606.173
2024	688.306
2025	174.789
2026	125.000
2027	200.000
Após 2027	1.597.228
	3.391.496

Os contratos de debêntures da Companhia estão indexados de acordo com a tabela a abaixo:

31/12/2022	31/12/2021
Consolidado e Individual	Consolidado e Individual
CDI	2.213.631
IPCA	1.177.865
Total	3.391.496

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia, e estão apresentados no quadro abaixo, para os exercícios de 2022 e 2021.

	Consolidado			31/12/2021	
	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
	=	=		=	=
Dívida líquida/EBITDA – realizado (*)	2,34	2,15			
Meta trimestral	3,00	3,00			
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	3,52	5,33			
Meta trimestral	2,00	2,00			

(\*) A dívida líquida utilizada no cálculo do índice não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures.

e) Cláusulas contratuais (covenants) – A Companhia possui emissões de debêntures, as quais contém cláusulas restritivas (“covenants”). Essas cláusulas prevêm índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos de endividamento, que devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos. O não atingimento dos índices acordados, por dois períodos (trimestre ou semestre, conforme o contrato) consecutivos, ou por quatro períodos não consecutivos, implica o vencimento antecipado dos empréstimos e debêntures e debêntures abrangidos por essa previsão contratual. Em 26 de maio de 2022 e em 23 de agosto de 2022, foram realizadas as Assembleias Gerais de Debituristas, referentes à 7ª e à 6ª emissões de debêntures, respectivamente, nas quais foi deliberada a anulação prévia para a dispensa do cumprimento do Índice Financeiro “Dívida Líquida/EBITDA” menor ou igual a 2,25, sem que seja configurado evento de inadimplência, desde que, durante o período de 12 meses do, o índice não ultrapasse a 3,00. Períodos acordados: 7ª emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2024, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2024; 6ª emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

16. Obrigações com outorga ANATEL - a) Movimentação da outorga 5G

31/12/2022	31/12/2021
Consolidado e Individual	Consolidado e Individual
Aquisição de lotes do 5G – leilão da ANATEL	58.857
Pagamentos	(3.437)
Atualização monetária no exercício	7.238
Saldos em 31 de dezembro	62.658
Circulante	3.481
Não circulante	59.177

b) Outras informações sobre a outorga 5G - O contrato referente à outorga 5G está indexado pela Selic, com juros acima de 10%. O passivo de longo prazo referente à outorga 5G apresenta a seguinte maturidade:

31/12/2022	31/12/2021
Consolidado e Individual	Consolidado e Individual
2024	3.481
2025	3.481
2026	3.481
2027	3.481
Após 2027	45.253
	59.177

17. Passivo de arrendamento

31/12/2022	31/12/2021
Consolidado	Consolidado
2024	3.481
2025	3.481
2026	3.481
2027	3.481
Após 2027	45.253
	59.177

Classes de Ativos	31/12/2021					Saldo 31/12/2022
	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
Passivo circulante:						
Torres	47.396	42.831	(56.508)	(13.716)	16.901	44.738
Veículos	1.793	22.643	(16.437)	(1.873)	2.844	13.010
Imóveis	43.444	3.869	(56.572)	(2.134)	10.252	52.311
Usinas fotovoltaicas	7.605	999	(8.143)	-	5.399	13.406
Fibras ópticas	53.703	18.066	(35.859)	(767)	7.758	25.662
Equipamentos	5.327	2.172	(11.433)	(1.067)	2.241	16.448
Dutos	-	3.918	-	-	2.832	4.329
Postes	54.486	3.913	(75.478)	(77)	71.498	25.922
Total	159.268	94.498	(265.781)	(19.634)	78.210	195.729
Passivo não circulante:						
Torres	192.006	54.245	-	(26.968)	-	211.449
Veículos	2.284	15.650	-	(2.065)	-	18.359
Imóveis	101.098	48.779	-	(8.049)	-	104.176
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	-	(1.236)	-	52.159
Fibras ópticas	97.464	49.829	-	-	(83.756)	63.537
Equipamentos	7.879	26.991	-	(1.263)	-	14.399
Dutos	-	10.929	-	-	9.361	20.290
Postes	222.393	-	-	(273)	-	217.097
Total	457.501	432.987	-	(39.854)	-	701.466
Total circulante e não circulante	616.769	527.485	(265.781)	(59.488)	78.210	897.195

Classes de Ativos	31/12/2021					Saldo 31/12/2022
	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
Passivo circulante:						
Torres	45.484	9.421	(51.381)	(1.900)	16.482	47.396
Veículos	8.961	5.556	(13.552)	(203)	333	698
Imóveis	36.811	12.573	(44.708)	(1.716)	10.345	30.139
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.452)	-	7.605	13.406
Fibras ópticas	10.234	601	(10.944)	(99)	8.977	14.743
Equipamentos	2.265	3.620	(4.267)	(504)	482	3.731
Dutos	-	-	-	-	-	-
Postes	110.644	32.792	(132.304)	(41.895)	80.701	159.268
Passivo não circulante:						
Torres	190.891	38.613	-	(8.208)	-	192.006
Veículos	587	2.419	-	(24)	-	2.284
Imóveis	101.414	31.064	-	(1.241)	-	101.098
Usinas fotovoltaicas	55.511	5.225	-	(1.866)	-	56.770
Fibras ópticas	64.770	1.171	-	(45)	-	97.464
Equipamentos	3.745	9.040	-	(1.175)	-	7.879
Dutos	-	-	-	-	-	-
Postes	406.632	88.754	-	(12.559)	-	457.501
Total circulante e não circulante	517.276	121.546	(132.304)	(17.210)	41.895	85.566

Classes de Ativos	31/12/2021					Saldo 31/12/2022
	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
Passivo circulante:						
Torres	46.623	38.971	(54.972)	(13.882)	17.128	47.396
Veículos	1.773	20.764	(12.920)	(1.629)	2.388	18.359
Imóveis	30.711	2.543	(33.678)	(536)	7.074	22.592
Usinas fotovoltaicas	7.605	999	(8.143)	-	5.399	13.406
Fibras ópticas	47	-	(82)	-	807	808
Equipamentos	-	1.090	(393)	-	153	850
Dutos	-	-	(39.545)	-	16.112	30.821
Postes	86.759	64.367	(155.027)	(17.009)	49.724	82.773
Passivo não circulante:						
Torres	191.026	43.398	-	(26.930)	-	199.862
Veículos	2.284	15.006	-	(2.064)	-	14.708
Imóveis	83.147	22.183	-	(3.286)	-	79.452
Usinas fotovoltaicas	56.769	4.171	-	(1.235)	-	52.159
Fibras ópticas	154	828	-	-	(807)	14.743
Equipamentos	-	19.434	-	(1.262)	-	5.315
Dutos	-	370	-	-	-	370
Postes	333.380	245.987	-	-	(30.821)	109.576
Total circulante e não circulante	420.139	310.154	(155.027)	(51.786)	49.724	873.204

Classes de Ativos	31/12/2021					Saldo 31/12/2022
	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	
Passivo circulante:						
Torres	44.803	9.186	(50.582)	(1.867)	16.352	28.731
Veículos	5.940	3.758	(8.678)	(149)	234	668
Imóveis	26.047	5.855	(30.586)	(115)	8.344	21.166
Usinas fotovoltaicas	6.889	1.021	(7.434)	(247)	5.276	2.100
Fibras ópticas	47	-	(16)	-	13	47
Total	83.679	19.867	(97.296)	(2.378)	30.209	52.678
Passivo não circulante:						
Torres	189.654	38.284	-	(8.181)	-	191.026
Veículos	81.968	256.536	-	(46.536)	-	2.284
Imóveis	81.968	22.432	-	(87)	-	22.166
Usinas fotovoltaicas	55.510	5.225	-	(1.866)	-	56.769
Fibras ópticas	-	167	-	-	(13)	154
Total circulante e não circulante	327.688	68.527	-	(10.157)	-	52.678
Total curto e longo prazos	411.367	88.394	(97.296)	(12.535)	30.209	420.139

Pagamentos mínimos:

Consolidado - 31/12/2022					PIS/COFINS
Em 1 ano	de 2 a 5 anos	de 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	
275.767	686.150	201.793	74.737	1.238.447	114.556
(80.038)	(196.109)	(52.829)	(12.616)	(241.592)	-
195.729	490.041	148.964	62.461	897.195	114.556

Individual - 31/12/2022					PIS/COFINS
Em 1 ano	de 2 a 5 anos	de 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	
157.928	449.666	122.165	30.359	760.118	70.311
(46.340)	(112.988)	(23.040)	(4.545)	(186.913)	-
111.588	336.678	99.125	25.814	573.205	70.311

Consolidado - 31/12/2021					PIS/COFINS
Em 1 ano	de 2 a 5 anos	de 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	
195.008	318.931	246.535	65.209	825.683	76.376
(35.740)	(103.777)	(57.600)	(11.797)	(208.914)	-
159.268	215.154	188.935	53.412	616.679	76.376

Individual - 31/12/2021					PIS/COFINS
Em 1 ano	de 2 a 5 anos	de 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	
114.738	256.536	141.345	46.536	559.155	51.722
(27.979)	(70.167)	(30.994)	(9.876)	(139.016)	-
86.759	186.369	110.351	36.660	420.139	51.722

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 17.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

Contratos por prazo e taxa de descontos

Taxa anual			Taxa anual		
Prazos dos contratos	Sem garantia	Com garantia (%)	Prazos dos contratos	Sem garantia	Com garantia (%)
1 ano	11,95%	11,45%	16 anos	20,77%	20,27%
2 anos	11,96%	11,46%	17 anos	21,35%	20,85%
3 anos	11,96%	11,01%	18 anos	21,93%	21,39%
4 anos	11,30%	10,80%	19 anos	22,40%	21,90%
5 anos	11,13%	10,63%	20 anos	22,90%	22,40%
6 anos	11,13%	10,63%	21 anos	23,40%	22,90%
7 anos	12,68%	12,18%	22 anos	23,89%	23,39%
8 anos	13,96%	13,46%	23 anos	24,37%	23,87%
9 anos	15,10%	14,60%	24 anos	24,80%	24,30%
10 anos	16,22%	15,72%	25 anos	25,24%	24,74%
11 anos	17,13%	16,63%	26 anos	25,65%	25,15%
12 anos	17,97%	17,47%	27 anos	26,04%	25,54%
13 anos	18,75%	18,25%	28 anos	26,43%	25,93%
14 anos	19,47%	18,97%	29 anos	26,78%	26,28%
15 anos	20,15%	19,65%	30 anos	27,13%	26,63%

(\*) Somente para o grupo de imóveis.

18. Impostos, taxas e contribuições

31/12/2022	31/12/2021	Individual	31/12/2022	31/12/2021
Consolidado	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual
ICMS	34.508	66.364	15.263	29.979
Taxas Anatel	65.591	34.306	65.591	34.306
PIS e Cofins	21.181	9.861	10.316	4.904
IRPJ e CSLL	9.225	7.893	4.135	4.056
ISS	-	7.642	-	-
DNSS	1.251	962	210	319
Outros tributos circulares	369	463	188	153
	2.953	3.673	1.716	2.688
	135.104	131.164	97.419	75.885

19. Salários, provisões e encargos sociais

31/12/2022	31/12/2021	Individual	31/12/2022	31/12/2021
Consolidado	Consolidado	Individual	Consolidado	Individual
Salários e ordenados	19.750	22.055	8.077	6.934
Encargos sociais sobre salários e ordenados	9.802	21.484	4.110	11.528
Férias e encargos	66.934	51.229	30.033	26.573
Gratificações	58.365	48.704	34.776	28.337
Outras obrigações trabalhistas	128	128	-	-
	155.976	143.801	77.114	73.500
Passivo circulante	135.200	134.065	61.371	66.572
Passivo não circulante (gratificações)	20.776	9.736	15.743	6.928



ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

6/7

	Resultado - Consolidado	31/12/2021						
	31/12/2022	31/12/2021						
	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
	(g)	(h)	(b)	(h)	(g)	(h)	(b)	(h)
Controladora:	1.284	-	-	-	204	-	(179)	(13)
Algar S.A.	1.284	-	-	-	204	-	(179)	(13)
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas:	2.670	(7.250)	(35.475)	-	3.719	(8.221)	(35.546)	-
Algar Tecnologia	171	-	(2.948)	-	44	(2.819)	-	(28)
Algar TI Consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	315	-	-	-	48	(20.540)	(5.500)	(2.015)
Algar Farming	30	(31.185)	-	-	867	-	-	-
Space Empreendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
CTRO – (AVIVA)	-	-	-	-	-	(2.702)	(1.348)	(616)
Arvore	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	102	(36)	-	-	245	(27)	-	-
Total	3.288	(38.471)	(38.423)	-	5.007	(34.309)	(42.394)	(2.659)
Total partes relacionadas	4.572	(38.471)	(38.423)	-	5.211	(34.309)	(42.573)	(2.672)

	Individual	31/12/2021						
	31/12/2022	31/12/2021						
	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total
	(a)	(b)	(c)	(d)	(a)	(b)	(c)	(d)
Controladora:	4	-	-	4	41	-	-	41
Algar S.A.	4	-	-	4	41	-	-	41
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	1.539	3.256	4.867	9.662	2.312	2.178	9.611	14.101
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.614	35.871	37.485
Algar Soluções	-	-	-	-	316	71	-	387
Smart	397	146	1.254	1.402	-	-	-	-
Vogel	97	9.052	-	9.149	-	-	-	-
Total	1.938	12.454	6.121	20.513	2.628	3.863	45.482	51.973
Outras partes relacionadas:	6	-	-	6	118	-	-	118
Algar Tecnologia	-	-	-	-	-	-	-	-
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-
CTRO – (AVIVA)	-	-	-	-	52	-	-	52
Outros	6	-	-	6	4	-	-	4
Total	1.948	12.454	6.121	20.523	2.962	3.863	45.482	52.307

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	26.729	3.700	77.502	119.769

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	26.729	3.700	77.502	119.769

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	26.729	3.700	77.502	119.769

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	26.729	3.700	77.502	119.769

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	26.729	3.700	77.502	119.769

	Individual	31/12/2021								
	31/12/2022	31/12/2021								
	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Passivo de Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)	(d)	(l)	(e)	(f)	(g)
Controladora:	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Algar S.A.	2	-	-	-	16.655	-	-	-	-	16.655
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas diretas:	902	-	-	-	902	1.983	-	-	-	1.983
Algar Multimídia	-	-	-	-	-	1.118	-	-	-	1.118
Algar Soluções	572	-	-	-	572	63	-	-	-	63
Smart	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vogel	16.536	-	-	-	16.536	-	-	-	-	-
Total	18.010	-	-	-	18.010	3.732	-	-	-	3.732
Outras partes relacionadas:	8.061	-	-	-	8.061	7.886	-	-	-	7.886
Algar Tecnologia	466	-	-	-	466	188	-	-	-	188
Algar TI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Engesst	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	22	31.039	-	-	31.061	21	26.729	-	-	26.750
Arby LLC (acionista)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29	-	-	-	2.719	3	-	-	-	3.665
Total	8.578	31.039	-	-	40.617	8.106	26.729	-	-	35.835
Total partes relacionadas	26.590	31.039	5.044	-	62.673	11.838	2			



para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável; b) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita; c) Realização de procedimentos analíticos substantivos; d) Realização de procedimento substantivo de detalhe de transações de receitas de vendas de mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte; e) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Capitalização do ativo imobilizado** - Por que é um PAA - Diante do montante envolvido, conforme descrito na nota explicativa nº 11, e da disposição dos investimentos no ativo imobilizado pela Companhia, consideramos a capitalização de gastos ao ativo imobilizado como um assunto importante em nossa auditoria, pois pode ocorrer capitalização de gastos não qualificáveis principalmente relacionados a serviços de terceiros e mão de obra. Por sua representatividade, a capitalização ao ativo imobilizado é considerada relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia. Como o assunto foi concluído em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e teste da implementação dos controles internos relevantes adotados pela Administração para segregação e capitalização do ativo imobilizado; ii) Execução de procedimentos substantivos de detalhes, por amostragem base amostral, com a finalidade de avaliar a valorização e alocação dos gastos segregados e capitalizados ao ativo imobilizado, inspecionando a correspondente documentação suporte; iii) Obtenção de evidência de auditoria sobre o critério de alocação e segregação dos gastos capitalizados pela Administração; e iv) Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificadas deficiências no controle interno relacionado ao processo de capitalização ao ativo imobilizado, para as quais evidências mitigatórias foram apresentadas pela Companhia. Ajustes que afetariam os valores relacionados a capitalização foram identificados. A Administração, como parte de sua avaliação, decidiu não registrar esses ajustes por terem sido considerados imateriais. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as capitalizações ao ativo imobilizado e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado** - As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o rela-**

**ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta**

**tório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam induzir a erro, planejar e executar procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
Paulo de Tarso Pereira Jr.  
Contador  
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Deloitte.

**EDITAL DE LOTEAMENTO**

Del. Marcio Antônio de Moraes. Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Monte Carmelo/MG, localizado na Rua Tito Fulgêncio nº 250, Sala 03 e 04, Centro, Monte Carmelo/MG, CEP 38.500-000, no uso de suas atribuições e forma da lei, **FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital vierem ou tiverem conhecimento que, nos termos do Art. 19, § 3º da Lei Federal nº 6.765, de 19/12/1979, na redação que lhe deu a Lei nº 9.785, de 29/01/1999, encorajados depositado neste Serviço Registral, cópia integral do Processo de Parcelamento de Solo Urbano denominado **"LOTEAMENTO RESIDENCIAL BATUQUE IV"**, constituído de Memorial Descritivo, Projetos, Autorização nº 06/2022, expedida em 30/11/2022, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Agropecuária e Meio Ambiente - Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Monte Carmelo/MG, e Decreto nº 2.605 de 14 de fevereiro de 2023, emitido pelo Município de Monte Carmelo/MG, aprovando o parcelamento da área urbana em 67 Lotes: 63 Áreas Úteis, sendo as lotes nº: 01,03,04,05,06 da Quadra nº 01, lotes nº: 01 ao 04 da Quadra nº 02, lotes nº: 01 ao 24 da Quadra nº 03, lotes nº: 01 ao 30 da Quadra nº 04; 03 Áreas Institucionais, sendo o lote nº 02 da Quadra nº 01, lote nº 01, 02 da Quadra 05; 01 Área Verde, sendo o lote nº 03 da Quadra 05; 01 Área de preservação permanente - APP e Sistema Viário: sendo cotas 05 quadras junto à pista Central da cidade, distribuídas da seguinte forma: Quadras 01,02,03,04,05 confrontando com o Condomínio Golden Park S/A, Matrícula número: 43.318 livro 02, Guilherme Quelli Matrícula número: 42.253 livro 02; NC Naves Empenhamentos Patrimoniais Ltda Matrícula 790 livro 02, Patrícia Rodrigues Justino Mendes Matrícula número: 21.417 livro 02, Rosana Machado Pinheiro e Silva Matrícula número: 11.532 livro 02, José Fernando Rodrigues Justino Matrícula número: 9.968 livro 02, Imobiliária Barque Nova Matrícula número: 8.532 livro 02, Ciza Helena Rodrigues da Silva Matrícula número: 9.135 livro 02, Wander Cardozo Goulart matrícula número: 9.195 livro 02, Joana Darc de Carvalho Matrícula número: 18.218 livro 02, Ana Maria Resende Cunha Matrícula número: 18.925 livro 02, Tormadora Roberto Charru Ltda Matrícula número: 14.988 livro 02, Capauto Comercio de peças Agrícolas e Automóveis Ltda Matrícula número: 24.540 livro 02 e Cemig Matrícula número: 23.113 livro 02 na cidade de Monte Carmelo/MG, compreendendo a área total de 87.496,540m², fica hipotecados os seguintes lotes: lote 24 da Quadra 01, lotes 06,07,08,24,25,26,27, e 28 da Quadra 04, com o valor R\$ 829.502,14 ( oitocentos e vinte e nove mil e quinhentos e trinta e quatro centavos ), sendo que será apresentado a essa Serventia a Escritura pública de Hipoteca dos lotes dados em garantia da infraestrutura do loteamento. O

Loteamento é promovido pela Incorporadora Condomínio Golden Park S/A, Sociedade Empresária Limitada, sediada na Avenida Cleopátrio Meiel nº 1.001, Sala. 02 Bairro Batuque, na cidade de Monte Carmelo (MG), CEP 38.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº 29.977.088/0001-31, neste ato representada pelo seu sócio administrador Abrahão Rezende Chagas, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 054.937.216-40 e documento de identidade nº MG11.005.754/SSPMG, nascida aos 12/01/1986, residente e domiciliado na Rua Liberdade nº 131, Bairro Morada Nova, na cidade de Monte Carmelo/MG, CEP 38.500-040, em terreno de sua propriedade, tudo conforme Projetos elaborados pelo Arquiteto e Urbanista Maria Virginia Amorim Barbosa Naves - CAU-A 8308-46, RRT nº 51.126/007/2002/1001 datado em 16/02/2023. O imóvel objeto deste parcelamento está na disponibilidade jurídica exclusiva da proprietária desde 22/12/2022, conforme abertura da Matrícula nº 43.318 livro 02, desta Serventia. Os documentos relativos ao referido Loteamento encontram-se nesta Serventia sob o Protocolo 205.800 datado de 06-01-2023, ficando à disposição dos Interessados durante o horário de atendimento ao público, no período compreendido entre as 9:00 e 17:00 horas. Portanto, todo aquele que se julgar no direito ou tenha justa razão para se opor ao registro do citado Loteamento, poderá, caso queira, formalizar a devida impugnação junto a este Serviço Registral, no endereço e horário supracitados, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da terceira e última publicação do presente Edital. Fim de prazo e não havendo impugnação será feito o respectivo registro. Dado e passado neste Serviço Registral de Monte Carmelo MG, Cincuentenário Único. - Eu, Marcio Antônio de Moraes Digitalador, que eu digitei. - Eu, Marcio Antônio de Moraes, Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo/MG, que eu assinei. Monte Carmelo/MG, 17 de fevereiro de 2023. O Oficial Substituto.

Oficial Substituto do Cartório de Registro de Imóveis de Monte Carmelo - MG.

**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
Ada Luiza Rodrigues de Moraes - Of. Titular  
Eu, Marcio Antônio de Moraes - Of. Subst.  
Tatiana Costa Rabelo de Moraes - Of. Subst.  
Cynthia de Moraes Cardoso Oliveira - Of. Subst.  
R. Tito Fagundes, 250 - Sala 03 - Monte Carmelo-MG  
Tel (31) 3942-3407

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CLUBE DE CAÇA E PESCA DE ITORORÉ DE UBERLÂNDIA** - Número 02/2023 - O Clube de Caça e Pesca Itororé de Uberlândia, por seu presidente Robison Divino Alves, de acordo com a atribuição que lhe confere o artigo 56 do Estatuto Social, em obediência às disposições do artigo 55, item "a" e artigos seguintes, vem por meio deste edital convocar os seus associados (sócios patrimoniais) a comparecerem em Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de apresentação e votação das contas do exercício de 2022. A Assembleia será instalada em primeira convocação no dia 26/3/2023 às 9:30 horas, com a presença mínima da maioria simples dos associados com direito a voto, ou às 10:00 horas, em segunda chamada, com qualquer número associados acionistas presentes que estejam em gozo dos seus direitos sociais. A Assembleia será realizada de forma mista, com opção para os sócios participarem e votarem em caráter presencial, no Salão de Festas do Clube, ou assistirem e votarem de forma virtual, através da plataforma tenmeetings, com o acesso pelo link <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=27CFBEA42574>. A votação se dará de forma virtual e presencial no período das 10:00 horas às 18:00 horas do dia 26/3/2023. Para poder se cadastrar e votar o sócio deve estar em posse de seus dados pessoais e ter em mãos a carteira de sócio. Cada sócio terá tantos votos quantos títulos de propriedade possuir, e para votar deverá estar em dia com suas obrigações e possuir a carteira do Clube com a validade em dia, uma carteira para cada título que possuir.

Uberlândia-MG, 23 de janeiro de 2023.

**ROBISON DIVINO ALVES**

Assinado de forma digital por  
ROBISON DIVINO ALVES  
Dados: 2023.02.22 14:29:51 -03'00'

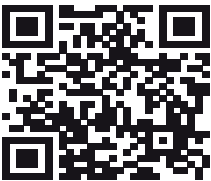
CLUBE DE CAÇA E PESCA ITORORÉ DE UBERLÂNDIA  
Robison Divino Alves

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2023 - SRP.** Será realizado no dia 10/03/2023 às 08:00hs o Processo nº 023/2023, do Tipo Menor Preço Global. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento e execução de diagnósticos diversos, por meio de coletas de informações de pesquisas quantitativas qualitativas. E-mail: [licitacao@coromandel.mg.gov.br](mailto:licitacao@coromandel.mg.gov.br) no site [www.coromandel.mg.gov.br](http://www.coromandel.mg.gov.br) ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 23 de fevereiro de 2023. Patrick César Sucupira - Pregoeiro.

**SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE UBERLÂNDIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
Ficam os Associados Regulares do Sindicato DAS INDUSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE UBERLÂNDIA convocados para uma Assembleia Geral a se realizar no dia 10 (Dez) de abril de 2023, no período de 09:00 às 17:00 horas, na Rua Nova Ponte, 500 - Jardim Gravatás, no município de Uberlândia - MG, para eleição da Diretoria, Conselho Fiscal, Delegados junto ao Conselho de Representantes da FIEMG e seus respectivos suplentes, devendo o registro de chapas ser apresentado na sede do Sindicato, no endereço acima, no período de 20 (vinte) dias a contar da data de publicação deste aviso. Uberlândia, 24 de fevereiro de 2023. Fausto Gabriel Dos Santos - PRESIDENTE.


**BANCO TRIÂNGULO S.A.**  
**CARTA DE RENÚNCIA**  
Aos Srs. Conselheiros do Banco Triângulo S.A. ("Tribanco") A/C.: Juscelino Fernandes Martins - Presidente do Conselho. Prezados Senhores, Renuncio a partir da presente data ao cargo de Diretor Estatutário do Banco Triângulo S.A. ("Tribanco") para o qual fui eleito pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de junho de 2021, bem como para os cargos de Administrador das sociedades controladas e/ou coligadas ao Tribanco. Aproveito a oportunidade para agradecer a todos os Diretores, membros do Conselho de Administração, bem como aos acionistas do Banco Triângulo S/A, pela confiança e apoio que me foram dispensados no exercício de minhas funções. Sendo o que me apresentava, na certeza de acatamento de minha decisão, subscrevo-me. Atenciosamente Respeitosamente, Ulisses Gomes Guimarães; Recebi em 03/02/2023. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 10076703 em 17/02/2023 da Empresa BANCO TRIÂNGULO S/A, Nire 31300008622 e protocolo 230952305 - 17/02/2023. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

**JÁ CONFERIU NOSSO SITE?**  
**ATRAVÉS DELE VOCÊ TEM ACESSO**  
**ÀS NOTÍCIAS DE**  
**QUALQUER DISPOSITIVO**



**DIÁRIO DE UBERLÂNDIA**  
VOCÊ SABE DE ONDE A VERDADE VEM

**As notícias chegam até**  
**você cada vez mais rápido**  
**Faça a sua assinatura digital.**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VICTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER



Livro 827 P

Folha 156

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM ALGAR TELECOM S/A E OUTROS, NA FORMA ABAIXO:**

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) nesta Cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º. Ofício de Notas na Rua Coronel Antônio Alves Pereira, nº. 850, Centro, compareceram como OUTORGANTES: **ALGAR TELECOM S/A**, CNPJ nº. 71.208.516/0001-74, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Fevereiro de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9557503, datado em 30/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, brasileiro, engenheiro elétrico, declara ser casado, portador da CNH nº. 01225321659-DETAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. MG-7.224.307-PC/MG), CPF nº. 031.277.386-25, filho de Ricardo Guilherme Abi Saber e de Maria Goretti Pena Toledo Abi Saber, natural de Divinópolis/MG, nascido em 06/10/1976, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais e **JEAN CARLOS BORGES**, brasileiro, engenheiro mecânico, declara ser casado, portador da CNH nº. 01124778356-DETAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. 51562-CREA/MG), CPF nº. 665.591.546-53, filho de Jair Carlos Borges e de Marlene Pimenta Borges, natural de Uberlândia/MG, nascido em 18/07/1967, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, CNPJ nº. 04.622.116/0001-13, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de Maio de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9480475, datado em 21/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **ALGAR SOLUCOES EM TIC S A**, CNPJ nº. 22.166.193/0001-98, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Abril de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9479504, datado em 20/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bloco A, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **SMART TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº. 03.423.730/0001-93, com sua 20ª Alteração Contratual de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Unipessoal, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 20228822130, datado em 19/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Pernambuco, 01/12/2022, com sede na Rua Cais do Apolo, nº. 222, 8º andar, sala 801, Bairro Recife, Pernambuco, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.**, CNPJ nº. 05.872.814/0001-30, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de Junho de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 656146229, datado em 10/11/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em São Paulo, em 01/12/2022, com sede na Avenida Professor Vicente Rao, nº. 1262, Bairro Jardim Petrópolis, São Paulo, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima. Partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação

Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

Rua Coronel Antônio Alves Pereira, 850 - Centro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: [segundonotasudi@hotmail.com](mailto:segundonotasudi@hotmail.com)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.2000.769.136 - pag. 27/38

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL





apresentada, do que dou fé. E pelas outorgantes me foi dito que nomeiam e constituem seus bastantes procuradores **OUTORGADOS: LUCIANO ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, advogado, divorciado, portador da Identidade Profissional nº. 114.668-OAB/MG, CPF nº. 051.430.566-59, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **GUILHERME DE PAIVA ALMEIDA**, brasileiro, gerente jurídico, casado, portador da Identidade Profissional nº. 128.894-OAB/MG, CPF nº. 015.860.366-45, residente e domiciliado na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; (sendo dados e documentos dos **OUTORGADOS** fornecidos por declaração, ficando as empresas **OUTORGANTES** responsáveis por sua veracidade bem como incorreções), **as OUTORGANTES conferem aos OUTORGADOS poderes específicos para tratarem de assuntos e interesses das OUTORGANTES, nas seguintes matérias:** 1) Qualquer dos **OUTORGANTES** perante a qualquer conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante a qualquer órgão, autoridade governamental, repartição pública, entidade autárquica, agências reguladoras, bem como em todas as esferas da Administração, Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando às Juntas Comerciais, Receita Federal e repartições físicas, Procuradorias das Fazendas Nacional Estaduais e Municipais, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Cartórios em geral, podendo, para tanto, assinar, protocolar, retirar, todos e quaisquer documentos, requerimentos, formulários e outros documentos necessários às atividades das **OUTORGANTES**. 2) Qualquer dos **OUTORGADOS**, em conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante juízo, instância ou tribunal, ou fora dele, ativa ou passivamente, incluindo poderes para praticar quaisquer atos do processo, podendo, nomear prepostos, propor ações competentes contra quem as **OUTORGANTES** possui algum direito e defendê-las nas ações propostas em face das **OUTORGANTES**, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, inclusive para confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, podendo ainda receber e/ou dar quitação, realizar levantamento de alvarás judiciais e firmar compromisso e/ou acordo. Os OUTORGADOS poderão exercer os atos descritos acima até os seguintes limites de valores: (i) Gerente Jurídico, valor global de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto na hipótese de alvarás judiciais e/ou administrativos, cuja alçada está limitada ao valor global de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e (ii) Diretor Jurídico, valor global de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito aos Estatutos Sociais e políticas internas das OUTORGANTES e às leis em geral, em especial, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"). **O PRESENTE MANDATO TERA A VALIDADE ATÉ 31/12/2025, A CONTAR DA PRESENTE DATA.** CERTIFICO que a qualificação dos procuradores e a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) do presente mandato foram declarados pelas **OUTORGANTES**, o(s) quais se responsabilizam civil e criminalmente por sua veracidade. **DEVE A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR.** Os elementos declaratórios deste instrumento são fornecidos pela parte, após a assinatura são inalteráveis, eventuais correções somente serão levadas a efeito mediante a lavratura de novo ato. A(s) parte(s) declara(m) ter(em) sido informada(s) de que todos os dados pessoais fornecidos para a lavratura deste ato notarial poderão receber tratamento de coleta, recepção, utilização, armazenamento e/ou arquivamento, em atenção às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Declara(m), ainda, consentir, nos termos dos artigos 5º, inciso XII, e 23 da referida Lei, e de forma livre, informada e inequívoca, que tais dados sejam tratados para a finalidade prevista em lei. **Quantidade: 5 - (Código: 1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 203,75; Recompe: R\$ 12,20; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 68,00; ISS: R\$ 4,05 - Valor total: R\$ 288,00. Quantidade: 126 - (Código:**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VICTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃ SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER



Livro 827 P

Folha 157

8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 1.000,44; Recomepe: R\$ 60,48; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 332,64; ISS: R\$ 20,16 - Valor total: R\$ 1.413,72. Assim o disseram, e me pediram este instrumento, que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o aos outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, do que dou fé. Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº. 6.952, de 06/11/1981. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a fiz digitar. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a subscrevo e assino. (aa) TULIO TOLEDO ABI SABER, JEAN CARLOS BORGES; Daniele Alves Nogueira. Traslada em seguida.

EM TESTO. \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

*Daniele Alves Nogueira*  
Escrevente

*[Assinatura]*  
Escrevente, Daniele Alves Nogueira

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório do 2º. Ofício de Notas de Uberlândia - MG

SELO DE CONSULTA: GIK86235

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4032.8017.1865.3251

Quantidade de atos praticados: 131

Ato(s) praticado(s) por: Daniele Alves Nogueira -  
Escrevente

Emol.: R\$ 1.276,87 - TFJ: R\$ 400,64 -

Valor final: R\$ 1.677,51 - ISS: R\$ 24,21

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

Coronel Antônio Alves Pereira, 850 - Centro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: [segundonotasudi@hotmail.com](mailto:segundonotasudi@hotmail.com)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

## SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de substabelecimento, substabeleço, **com reserva de iguais** os poderes que me foram outorgados por: **ALGAR TELECOM S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.622.116/0001-13, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Mezanino, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.166.193/0001-98, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bloco A, Bairro Brasil, CEP 38.400-668, e todas as suas filiais; **SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.423.730/0001-93, com sede em Recife/PE, no Cais do Apolo, nº 222, 8º andar, sala 801, Bairro do Recife, CEP 50.030-230 e; **VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.872.814/0001-30, com sede em São Paulo/SP, Avenida Professor Vicente Rao, nº 1262, aos associados, **BEATRIZ VIEIRA COSTA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 100.496.126-03 e OAB/MG 161.985; **JULIANA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 017.908.086-50 e portadora do RG nº RG 18.269.434 PC/MG, **STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 085.520.166-56 e OAB/MG 164.455; e, **VICENTE DE PAULO RESENDE TEIXEIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob o nº 087.542.126-18 e OAB/MG 160.826, todos com endereço profissional à Avenida Lapa do Lobo, nº 800, Bairro Granja Marileusa, na cidade de Uberlândia-MG., poderes para representá-las em conjunto ou isoladamente, perante repartições públicas em geral, ora exemplificada, mas não se limitando, às Juntas Comerciais em todo território nacional, especificamente para: a) resolver pendências; b) assinar capas e requerimentos a serem apresentados para registro/arquivamento de atos, declarações, balanços, termos de abertura e encerramento de livros digitais societários praticados com o uso de certificação digital; c) ingresso de processo e/ou prestação de informações, bem como assinar documentos necessários à instrução dos atos, praticados com ou sem o uso de certificado digital. **Fica vedado o substabelecimento dos poderes que lhe foram conferidos por meio deste instrumento, no todo ou em parte.** O presente SUBSTABELECIMENTO vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, prevalecendo os poderes para atuar até o final das demandas para a qual for outorgado, podendo ser revogada a qualquer tempo. Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito às leis, em especial, mas não se limitando, à lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção").

Uberlândia, 02 de janeiro de 2023.

GUILHERME DE PAIVA  
ALMEIDA:01586036645

Assinado de forma digital por  
GUILHERME DE PAIVA  
ALMEIDA:01586036645  
Dados: 2023.01.02 10:18:23 -03'00'

**Guilherme de Paiva Almeida**  
**OAB/MG 128.894**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (0004668139)

pág. 30/38







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA



Assembleias Gerais **ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA** realizada em **24** de **ABRIL** de **2023**

Nº de Ordem	Acionista	CNPJ/CPF	Endereço
<b><u>01</u></b>	<b>ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	17.835.026/0001-52	Rua Lapa do Lobo, nº 800, Granja Marileusa, Uberlândia, Minas Gerais, CEP: 38.406-644.
	Procurador: Vicente de Paulo Resende Teixeira Junior ( <i>assina digitalmente</i> )		
<b><u>02</u></b>	<b>ARCHY LLC – CITIBANK DTVM SA</b>	23.840.007/0001-17	One Bush Street Suite 1000, CA 94104, San Francisco, USA.
	Procurador: Olavo Lira Barbosa ( <i>assina digitalmente</i> )		

DocuSigned by:  
Vicente de Paulo Resende Teixeira Junior  
Assinado por VICENTE DE PAULO RESENDE TEIXEIRA JUNIOR  
CPF: 087542128-0  
Título: Representante Algar S/A  
03/05/2023 10:08:02 BRT  
ICP-Brasil  
98BFA1E1A15C43738058F76878F3FAB

DocuSigned by:  
Olavo Lira Barbosa  
Assinado por OLAVO LIRA BARBOSA 05287392803  
CPF: 08087380800  
Título: Representante Archy LLC  
03/05/2023 10:44:10 BRT  
ICP-Brasil  
A15E6B827054D3F98C24F20C8EAD478



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/230.651-6	MGE2300385223	28/04/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
131.015.177-61	NATHALYA DE LIMA AMARAL



# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, Beatriz Vieira Costa, com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 161985, expedida em 19/06/2015, inscrito no CPF nº 100.496.126-03, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o (s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Demonstrações Financeiras publicadas no Diário jornal de Uberlândia - versão digital; - 7 página(s)
2. Demonstrações Financeiras publicadas no Diário jornal de Uberlândia - versão impressa; - 7 página(s)
3. Procuração e substabelecimento. - 5 página(s)

Uberlândia/MG, 28 de abril de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: Beatriz Vieira Costa



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

assinada em 31/03/2023 por Marilene de Paula Borlomini Secretária-Geral.  
COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (8000) / p. 144

(800) 678-9272  
MARINELY DE PAULA ROMERO

14 páq. 35/38





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALGAR TELECOM S/A, de NIRE 3130001179-8 e protocolado sob o número 23/230.651-6 em 02/05/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 10438720, em 24/05/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Zulene figueiredo. Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA
131.015.177-61	NATHALYA DE LIMA AMARAL
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
131.015.177-61	NATHALYA DE LIMA AMARAL

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 23/230.651-6.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.496.126-03	BEATRIZ VIEIRA COSTA

Belo Horizonte. quarta-feira, 24 de maio de 2023



Documento assinado eletronicamente por Zulene figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 24/05/2023, às 17:20 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 23/230.651-6.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000-1063146

pág. 37/38



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. quarta-feira, 24 de maio de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10438720 em 24/05/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 232306516 - 02/05/2023. Autenticação: 92AB1FBB5BE1EC92460BF9678DBF0264C3E1D97. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/230.651-6 e o código de segurança t2Ot Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/05/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (80004648147)

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 38/38







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/523.385-4	MGN2317394379	05/09/2023

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**ALGAR TELECOM S/A**  
*Companhia Aberta de Capital Autorizado*  
**CNPJ/ME: 71.208.516/0001-74**  
**NIRE: 313.000.117-98**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2023**

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** No dia 24 de agosto de 2023, das 08:00 às 08:30, realizada na sede da Companhia, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668.

**2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 12, parágrafo 9º do Estatuto Social da Companhia, em vista da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**3. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros que compõe o Conselho de Administração da Companhia: Presidente – **Luiz Alexandre Garcia**; Vice-Presidente – **Eliane Garcia Melgaço**; Membros Efetivos do Conselho de Administração – **Luiz Alberto Garcia, Divino Sebastião de Souza, Luiz Eduardo Falco Pires Correa e Thilo Helmut Georg Mannhardt**.

**4. MESA:** Presidente, Luiz Alexandre Garcia; Secretária “*ad hoc*”, Luciana Ferreira Neves Vasconcelos.

**5. ORDEM DO DIA:**

**5.1.** Acatar o pedido de renúncia apresentado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia; e

**5.2.** Aprovar a eleição ao cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia.

**6. DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente informou que a presente ata será lavrada na forma de sumário, o que foi autorizado pelos conselheiros presentes. Em seguida, por unanimidade dos membros do Conselho de Administração presentes, foram tomadas as seguintes deliberações:

**6.1.** Acatado o pedido de renúncia apresentado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, Sr. **Tulio Toledo Abi-Saber**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Cédula de Identidade nº RG MG7224307 – PC/MG e inscrito no CPF sob o nº 031.277.386-25, com endereço residencial na Rua Felipe dos Santos, nº 204, apartamento 701, Bairro Lourdes, CEP: 30.180-160, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme termo de renúncia acostado

Visto: Sthefany Silva Monjardim da Fonseca  
OAB/MG 164.455



ao presente instrumento. O Diretor permanecerá no cargo até o dia 31 de agosto de 2023 e, nesta oportunidade, recebe dos Conselheiros presentes, votos de agradecimento pelo relevante serviço prestado; e

**6.2.** Em virtude da deliberação anterior, aprovam a eleição, para investidura no cargo em 01 de setembro de 2023, com mandato até 30 de abril de 2026, do Sr. **Jean Carlos Borges**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M- 3.822.734 – SSP/MG e inscrito no CPF nº 665.591.546-53, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia, Minas Gerais, ao cargo Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, acumulando com o atual cargo de Diretor Presidente. Conforme termo de posse acostado à esta ata, o Diretor declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão, inabilitação ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Em virtude da presente deliberação, a Diretoria da Companhia passará a ter a seguinte composição: (a) Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores: **Jean Carlos Borges**; (b) Diretor Vice-Presidente da BU de Integração: **Vago**; (c) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Evolução Digital: **Vago**; (d) Diretor Vice-Presidente de Gente: **Ana Paula Rodrigues Marques de Oliveira**; (e) Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório: **Renato Paschoareli**; (f) Diretor Vice-Presidente da BU ServB e Diretor de Negócios Atacado: **Augusto Marcos Nascimento Salomon**; e (g) Diretor Vice-Presidente da BU ServC: **Márcio de Jesus da Silva**; todos com mandato até 30 de abril de 2026.

**7. ENCERRAMENTO:** Em seguida o Presidente deu por encerrada a reunião, ocasião em que determinou a lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada digitalmente para fins de arquivo no livro de registro de atas, pela Secretária “*ad hoc*”, Luciana Ferreira Neves Vasconcelos, pela Dra. Sthefany Silva Monjardim da Fonseca, OAB/MG 164.455, na qualidade de advogada, e pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, Luiz Alexandre Garcia, Eliane Garcia Melgaço, Luiz Alberto Garcia, Divino Sebastião de Souza, Luiz Eduardo Falco Pires Correa e Thilo Helmut Georg Mannhardt. Ficam autorizadas a assinar por meio de certificado digital a via eletrônica desta ata destinada ao registro na Junta Comercial a Secretária “*ad hoc*” Luciana Ferreira Neves Vasconcelos, certificando que a mesma é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e a Dra. Sthefany Silva Monjardim da Fonseca, OAB/MG 164.455, na qualidade de advogada. Uberlândia/MG, 24 de agosto de 2023.

Visto: Sthefany Silva Monjardim da Fonseca  
OAB/MG 164.455



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (8004151)

pág. 4/21



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

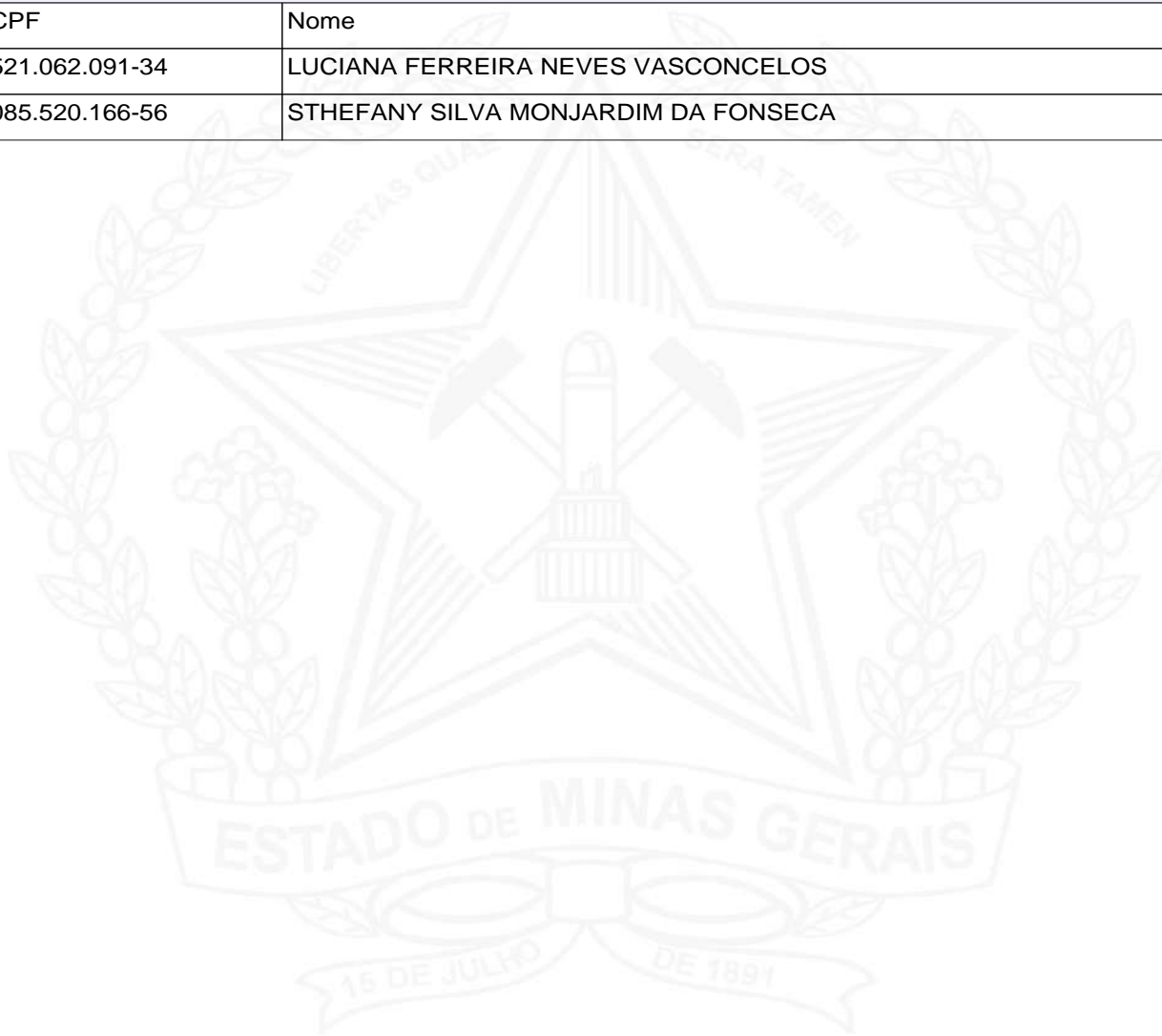
Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/523.385-4	MGN2317394379	05/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
521.062.091-34	LUCIANA FERREIRA NEVES VASCONCELOS
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





À

Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia - Minas Gerais.

Atenciosamente,

**TULIO TOLEDO ABI-SABER**  
(Assina digitalmente)



Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/523.385-4	MGN2317394379	05/09/2023

CPF	Nome
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA

# Unia Comercial do Estado de Maricá



## TERMO DE POSSE

Eu, **JEAN CARLOS BORGES**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº M- 3.822.734 – SSP/MG e inscrito no CPF nº 665.591.546-53, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia, Minas Gerais, atualmente eleito como Diretor Presidente da ALGAR TELECOM S/A, e eleito nesta oportunidade, na Reunião do Conselho de Administração em 24 de agosto de 2023, como Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da ALGAR TELECOM S/A, de forma acumulativa ao meu cargo atual, declaro aceitar minha eleição, cujo mandato iniciará em 01 de setembro de 2023 e finalizará em 30 de abril de 2026, e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Através do presente instrumento, declaro, ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei:

(i) ter recebido uma cópia da “Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante” e da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” da ALGAR TELECOM S/A, aprovadas pelo Conselho de Administração nos termos da Instrução CVM nº 358 de 03 de janeiro de 2002;

(ii) ter recebido o “Código de Conduta” do GRUPO ALGAR, aprovado pelo Conselho de Administração, bem como assumo o compromisso de observar as demais diretrizes, políticas, procedimentos e atualizações dos referidos documentos através do Portal de Governança da Companhia, agindo em ações relacionadas à ALGAR TELECOM S/A sempre em conformidade com tais disposições;

(iii) que me encaixo e obedeço a todos os critérios, além dos requisitos legais, regulamentares e os expressos no Estatuto Social da Companhia, previstos na “Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária” da ALGAR TELECOM S/A, aprovada pelo Conselho de Administração;

(iv) que toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa vir a surgir com a Companhia, relacionada ou oriunda de minha condição de administrador e, em especial, decorrente das disposições contidas na Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), no Estatuto Social, no Acordo de Acionistas e nas normas editadas pela Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser, obrigatoriamente, resolvida por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara de Arbitragem B3”), nos termos e condições



estabelecidas no Estatuto Social;

(v) que todas as informações da Companhia que eu vier a ter acesso em decorrência de minha condição de administrador, serão consideradas informações confidenciais e de propriedade da Companhia, exceto as informações de caráter público e/ou divulgadas ao mercado, vez que assumo o compromisso de protegê-las, e não discutir, usar, divulgar, revelar, ceder ou dispor, a qualquer título, para nenhuma pessoa física ou jurídica e/ou outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao cumprimento da função de Diretor ao qual fui eleito, bem como também, assumo o compromisso de adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha tido acesso a elas, exigindo o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que, eventualmente, prestarem assessoria;

(vi) que assumo o compromisso de atuar de acordo com a legislação vigente sobre a proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e às determinações dos Órgãos Reguladores/Fiscalizadores sobre a matéria, em especial as disposições da Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) bem como das demais leis, normas e políticas de proteção de dados pessoais corporativas;

(vii) para os fins do artigo 149, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38.400-668, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia;

(viii) que atendo aos requisitos de reputação ilibada;

(ix) que não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente e que não tenho, interesse conflitante com o da Companhia; e

(x) que não estou impedido de exercer a administração da Companhia por lei especial, por ato de suspensão ou inabilitação aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

*Para todos os fins legais e probatórios, a celebração deste instrumento ocorrerá de forma digital,*



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (800) 106 8156 pág. 9/21







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/523.385-4	MGN2317394379	05/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
521.062.091-34	LUCIANA FERREIRA NEVES VASCONCELOS







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VÍCTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃ SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER

Livro 827 P

**Folha 156**

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZEM ALGAR TELECOM S/A E OUTROS, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este instrumento público de procuração virem que, aos 21 (vinte e um) dias do mês de dezembro do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) nesta Cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, no Cartório do 2º. Ofício de Notas na Rua Coronel Antônio Alves Pereira, nº. 850, Centro, compareceram como OUTORGANTES: **ALGAR TELECOM S/A**, CNPJ nº. 71.208.516/0001-74, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de Fevereiro de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9557503, datado em 30/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, brasileiro, engenheiro elétrico, declara ser casado, portador da CNH nº. 01225321659-DETRAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. MG-7.224.307-PC/MG), CPF nº. 031.277.386-25, filho de Ricardo Guilherme Abi Saber e de Maria Goretti Pena Toledo Abi Saber, natural de Divinópolis/MG, nascido em 06/10/1976, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais e **JEAN CARLOS BORGES**, brasileiro, engenheiro mecânico declara ser casado, portador da CNH nº. 01124778356-DETRAN/MG (onde consta o Documento de Identidade nº. 51562-CREAMG), CPF nº. 665.591.546-53, filho de Jair Carlos Borges e de Marlene Pimenta Borges, natural de Uberlândia/MG, nascido em 18/07/1967, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **ALGAR MULTIMIDIA S/A**, CNPJ nº. 04.622.116/0001-13, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de Maio de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9480475, datado em 21/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Mezanino, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **ALGAR SOLUCOES EM TIC S A**, CNPJ nº. 22.166.193/0001-98, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de Abril de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 9479504, datado em 20/07/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Belo Horizonte, em 01/12/2022, com sede na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bloco A, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **SMART TELECOMUNICACOES E SERVICOS LTDA**, CNPJ nº. 03.423.730/0001-93, com sua 20ª Alteração Contratual de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada Unipessoal, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 20228822130, datado em 19/08/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em Pernambuco, 01/12/2022, com sede na Rua Cais do Apolo, nº. 222, 8º andar, sala 801, Bairro Recife, Pernambuco, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABI SABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima; **VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.**, CNPJ nº. 05.872.814/0001-30, com sua Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de Junho de 2022, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. 656146229, datado em 10/11/2022, e Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, emitida em São Paulo, em 01/12/2022, com sede na Avenida Professor Vicente Rao, nº. 1262, Bairro Jardim Petrópolis, São Paulo, São Paulo, neste ato representada por **TULIO TOLEDO ABISABER**, já qualificado acima e **JEAN CARLOS BORGES**, já qualificado acima. Partes que se identificaram serem as próprias, conforme documentação

Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

ro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: segundonotasudi@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifica o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000/pg. 159

MARINELY DE PAULA BOMINI  
SECRETÁRIA GERAL





apresentada, do que dou fé. E pelas outorgantes me foi dito que nomeiam e constituem seus bastantes procuradores **OUTORGADOS: LUCIANO ROBERTO PEREIRA**, brasileiro, advogado, divorciado, portador da Identidade Profissional nº. 114.668-OAB/MG, CPF nº. 051.430.566-59, com endereço comercial na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; **GUILHERME DE PAIVA ALMEIDA**, brasileiro, gerente jurídico, casado, portador da Identidade Profissional nº. 128.894-OAB/MG, CPF nº. 015.860.366-45, residente e domiciliado na Rua José Alves Garcia, nº. 415, Bairro Brasil, Uberlândia, Minas Gerais; (sendo dados e documentos dos **OUTORGADOS** fornecidos por declaração, ficando as empresas **OUTORGANTES** responsáveis por sua veracidade bem como incorreções), **as OUTORGANTES conferem aos OUTORGADOS poderes específicos para tratarem de assuntos e interesses das OUTORGANTES, nas seguintes matérias:** 1) Qualquer dos **OUTORGANTES** perante a qualquer conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante a qualquer órgão, autoridade governamental, repartição pública, entidade autárquica, agências reguladoras, bem como em todas as esferas da Administração, Federal, Estadual e Municipal, incluindo, mas não se limitando às Juntas Comerciais, Receita Federal e repartições físicas, Procuradorias das Fazendas Nacional Estaduais e Municipais, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI e Cartórios em geral, podendo, para tanto, assinar, protocolar, retirar, todos e quaisquer documentos, requerimentos, formulários e outros documentos necessários às atividades das **OUTORGANTES**. 2) Qualquer dos **OUTORGADOS**, em conjunto ou isoladamente, poderá representar as **OUTORGANTES** perante juízo, instância ou tribunal, ou fora dele, ativa ou passivamente, incluindo poderes para praticar quaisquer atos do processo, podendo, nomear prepostos, propor ações competentes contra quem as **OUTORGANTES** possui algum direito e defendê-las nas ações propostas em face das **OUTORGANTES**, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, inclusive para confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, podendo ainda receber e/ou dar quitação, realizar levantamento de alvarás judiciais e firmar compromisso e/ou acordo. Os OUTORGADOS poderão exercer os atos descritos acima até os seguintes limites de valores: (i) Gerente Jurídico, valor global de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), exceto na hipótese de alvarás judiciais e/ou administrativos, cuja alçada está limitada ao valor global de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), e (ii) Diretor Jurídico, valor global de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito aos Estatutos Sociais e políticas internas das OUTORGANTES e às leis em geral, em especial, mas não se limitando, à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"). **O PRESENTE MANDATO TERA A VALIDADE ATÉ 31/12/2025, A CONTAR DA PRESENTE DATA.** CERTIFICO que a qualificação dos procuradores e a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) do presente mandato foram declarados pelas **OUTORGANTES**, o(s) quais se responsabilizam civil e criminalmente por sua veracidade. **DEVE A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR.** Os elementos declaratórios deste instrumento são fornecidos pela parte, após a assinatura são inalteráveis, eventuais correções somente serão levadas a efeito mediante a lavratura de novo ato. A(s) parte(s) declara(m) ter(em) sido informada(s) de que todos os dados pessoais fornecidos para a lavratura deste ato notarial poderão receber tratamento de coleta, recepção, utilização, armazenamento e/ou arquivamento, em atenção às disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Declara(m), ainda, consentir, nos termos dos artigos 5º, inciso XII, e 23 da referida Lei, e de forma livre, informada e inequívoca, que tais dados sejam tratados para a finalidade prevista em lei. **Quantidade: 5 - (Código: 1437-3 - Procuração genérica) - Emolumentos: R\$ 203,75; Recompe: R\$ 12,20; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 68,00; ISS: R\$ 4,05 - Valor total: R\$ 288,00. Quantidade: 126 - (Código:**







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS — COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG  
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS  
TABELIÃO: BEL. DJALMA PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: VICTOR HUGO B. PIZARRO  
TABELIÃO SUBSTITUTO: FELIPE PIZARRO  
TABELIÃ SUBSTITUTA: ALEXANDRA JOSÉ BEICKER



Livro 827 P

Folha 157

8101-8 - Arquivamento) - Emolumentos: R\$ 1.000,44; Recompe: R\$ 60,48; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 332,64; ISS: R\$ 20,16 - Valor total: R\$ 1.413,72. Assim o disseram, e me pediram este instrumento, que lhes lavrei nas minhas notas, lendo-o aos outorgantes, e, tendo achado conforme, outorgaram, aceitaram e assinaram, do que dou fé. Dispensada a presença de testemunhas com base na Lei Federal nº. 6.952, de 06/11/1981. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a fiz digitar. Eu, Daniele Alves Nogueira, Escrevente a subscrevo e assino. (aa) TULIO TOLEDO ABI SABER, JEAN CARLOS BORGES; Daniele Alves Nogueira. Traslada em seguida.

EM TESTO. \_\_\_\_\_ DA VERDADE.

*Daniele Alves Nogueira*  
Escrevente

*[Assinatura]*  
Escrevente, Daniele Alves Nogueira

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
Cartório do 2º. Ofício de Notas de Uberlândia - MG

SELO DE CONSULTA: GIK86235

CÓDIGO DE SEGURANÇA: 4032.8017.1865.3251

Quantidade de atos praticados: 131

Ato(s) praticado(s) por: Daniele Alves Nogueira -  
Escrevente

Emol.: R\$ 1.276,87 - TFJ: R\$ 400,64 -

Valor final: R\$ 1.677,51 - ISS: R\$ 24,21

Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Sinal Público deste Cartório, consulta no site [www.censec.org.br](http://www.censec.org.br)

Coronel Antônio Alves Pereira, 850 - Centro - CEP 38400-104 - Uberlândia/MG - Fones: (34) 3215-7048 - 3216-0252 - E-mail: [segundonotasudi@hotmail.com](mailto:segundonotasudi@hotmail.com)



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim, Secretária-Geral.

## SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de substabelecimento, substabeleço, **com reserva de iguais** os poderes que me foram outorgados por: **ALGAR TELECOM S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR MULTIMÍDIA S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.622.116/0001-13, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Mezanino, Bairro Brasil, CEP 38.400-668; **ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 22.166.193/0001-98, com sede em Uberlândia/MG, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bloco A, Bairro Brasil, CEP 38.400-668, e todas as suas filiais; **SMART TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.423.730/0001-93, com sede em Recife/PE, no Cais do Apolo, nº 222, 8º andar, sala 801, Bairro do Recife, CEP 50.030-230 e; **VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.872.814/0001-30, com sede em São Paulo/SP, Avenida Professor Vicente Rao, nº 1262, aos associados, **BEATRIZ VIEIRA COSTA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 100.496.126-03 e OAB/MG 161.985; **JULIANA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 017.908.086-50 e portadora do RG nº RG 18.269.434 PC/MG, **STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA**, brasileira, solteira, Advogada, inscrita no CPF sob o nº 085.520.166-56 e OAB/MG 164.455; e, **VICENTE DE PAULO RESENDE TEIXEIRA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito no CPF sob o nº 087.542.126-18 e OAB/MG 160.826, todos com endereço profissional à Avenida Lapa do Lobo, nº 800, Bairro Granja Marileusa, na cidade de Uberlândia-MG., poderes para representá-las em conjunto ou isoladamente, perante repartições públicas em geral, ora exemplificada, mas não se limitando, às Juntas Comerciais em todo território nacional, especificamente para: a) resolver pendências; b) assinar capas e requerimentos a serem apresentados para registro/arquivamento de atos, declarações, balanços, termos de abertura e encerramento de livros digitais societários praticados com o uso de certificação digital; c) ingresso de processo e/ou prestação de informações, bem como assinar documentos necessários à instrução dos atos, praticados com ou sem o uso de certificado digital. **Fica vedado o substabelecimento dos poderes que lhe foram conferidos por meio deste instrumento, no todo ou em parte.** O presente SUBSTABELECIMENTO vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, prevalecendo os poderes para atuar até o final das demandas para a qual for outorgado, podendo ser revogada a qualquer tempo. Os poderes outorgados no presente instrumento deverão ser exercidos sempre com respeito às leis, em especial, mas não se limitando, à lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção").

Uberlândia, 02 de janeiro de 2023.

GUILHERME DE PAIVA  
ALMEIDA:01586036645

Assinado de forma digital por  
GUILHERME DE PAIVA  
ALMEIDA:01586036645  
Dados: 2023.01.02 10:18:23 -03'00'

**Guilherme de Paiva Almeida**  
**OAB/MG 128.894**



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (0001468163)

pág. 15/21





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/523.385-4	MGN2317394379	05/09/2023

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA





# DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

## REGISTRO DIGITAL

Eu, STEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA, com inscrição ativa no(a) OAB/(MG) sob o nº 164455, expedida em 01/10/2015, inscrito no CPF nº 085.520.166-56, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que o(s) documento(s) abaixo indicado(s) é/são autêntico(s) e condiz(em) com o(s) original(ais).

Documento(s) apresentado(s):

1. Termo de Renúncia Diretor - 1 página(s)
2. Termo de Posse Diretor - 3 página(s)
3. Procuração outorgada pela Companhia - 5 página(s)

Uberlândia/MG , 05 de setembro de 2023.

Nome do declarante que assina digitalmente: STEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

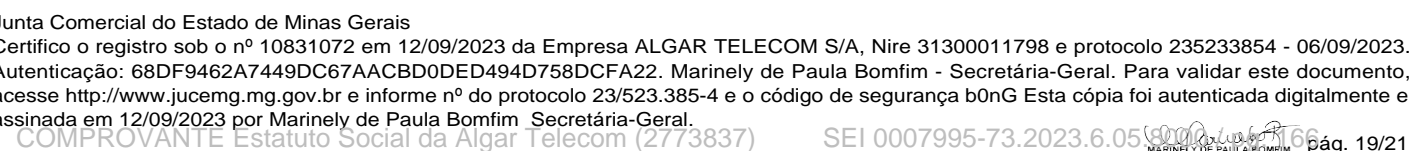
Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (8000.166.165)

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 18/21





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)	
CPF	Nome
085.520.166-56	STHEFANY SILVA MONJARDIM DA FONSECA

Belo Horizonte. terça-feira, 12 de setembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por Aloysio de Almeida Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 12/09/2023, às 14:53 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 23/523.385-4.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05 (000.166.56) 167

pág. 20/21



Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, terça-feira, 12 de setembro de 2023



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 10831072 em 12/09/2023 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 235233854 - 06/09/2023. Autenticação: 68DF9462A7449DC67AACBD0DED494D758DCFA22. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 23/523.385-4 e o código de segurança b0nG Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/09/2023 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

assinada em 12/09/2023 por Marilene de Paula Bonfimi - Secretária-Geral.  
COMPROVANTE Estatuto Social da Algar Telecom (2773837)

SEI 0007995-73.2023.6.05.8000-1, pág. 21/21

MARINELY DE PAULA BOMBIM



# Seleção de fornecedores - Fase recursal

Pregão Eletrônico N° 90003/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ?

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto**
 Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Disputa



Julgamento



Habilitação



Fase Recursal



Adjudicação/ Homologação



1 TAXA DE INSTALACAO/HABILITAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA STFC

Julgado e habilitado (aguardando adjudicação)

Qtde solicitada: 1  
 Valor estimado (unitário) R\$ 141.275,0000



Data limite para recursos  
 18/04/2024  
 Data limite para decisão  
 08/05/2024

Data limite para contrarrazões  
 23/04/2024



^
 Recursos e contrarrazões

40.432.544/0001-47  
 CLARO S.A.  
 Recurso: desistiu cadastro



Intenção de recurso  
 Intenção de recurso da habilitação de propostas registrada às 14:08 de 15/04/2024  
 Recurso  
 Sr. Pregoeiro, estamos declinando da apresentação do recurso.

Voltar

Decidir reabertura



Acesso à Informação

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 298/2003/SPB-ANATEL****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA  
PRESTAÇÃO DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO, MODALIDADE DE  
SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA  
NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES -  
ANATEL E A COMPANHIA DE  
TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL  
- CTBC TELECOM**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, doravante denominada **Anatel**, ora representada pelo seu Presidente, **LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 04.971.252-4 IFP-RJ e CPF/MF n.º 810.878.107-87, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ TITO CERASOLI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG n.º 38.592/D-CREA/RJ e CPF/MF n.º 297.487.047-34, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, celebram o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO**, doravante denominado TERMO que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Capítulo I – Do Objeto**

**Cláusula 1.1** – O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, concomitante com a modalidade de serviço Local, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Autorização exarada por meio do Ato n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003.

**Parágrafo Único** - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.





**Cláusula 1.2** - Serviço Telefônico Fixo Comutado é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

**Cláusula 1.3** - A AUTORIZADA tem direito a implantação, expansão e operação dos troncos, redes e centrais de comutação necessários à sua execução, bem assim sua exploração industrial, nos termos da regulamentação.

**Cláusula 1.4** - A AUTORIZADA deverá assegurar a prestação do serviço a todos os solicitantes e usuários do serviço autorizado na Área de prestação por ela atendida, conforme a regulamentação, que deverá estar em operação até 12 meses após a data de publicação do extrato deste TERMO no Diário Oficial da União.

**Cláusula 1.5** - A AUTORIZADA deverá manter acesso gratuito para serviços públicos de emergência estabelecidos na regulamentação.

## Capítulo II – Do Valor da Autorização

**Cláusula 2.1** - O valor da Autorização para prestação de STFC na(s) Área(s) de Prestação constante(s) da Cláusula 1.1 será pago na forma e condição estabelecida por ato específico da Anatel.

§ 1º - O valor da Autorização deverá ser recolhido ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, por meio de Boletim(s) Bancário(s) emitido(s) pela ANATEL.

§ 2º - O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.

## Capítulo III – Da Utilização de Radiofrequências e das Condições de Prestação do Serviço

**Cláusula 3.1** - A AUTORIZADA poderá, a título oneroso, utilizar, nos termos da regulamentação, radiofrequências para implantação de sistemas fixos terrestres de radiocomunicação, que sejam necessários para a Prestação do Serviço.

**Cláusula 3.2** - O direito de uso das radiofrequências mencionado na cláusula anterior terá prazo de vigência de até 20 (vinte) anos, a contar da data de outorga da autorização de uso de radiofrequência, prorrogável, uma única vez, por igual período, sendo tal prorrogação concedida a título oneroso.

Pág. 2 de 24

*[Handwritten signatures and initials]*







**Cláusula 3.3** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o serviço objeto da Autorização de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao serviço prestado em regime privado, que lhes são inteiramente aplicáveis, observados as disposições deste TERMO.

**Parágrafo Único** - O descumprimento das obrigações relacionadas ao objeto deste TERMO sujeitará a AUTORIZADA a aplicação das sanções nele previstas, a suspensão temporária pela Anatel ou extinção desta Autorização, na forma disposta no art. 137 da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 3.4** - A AUTORIZADA explorará o serviço objeto desta Autorização por sua conta e risco, dentro do regime de ampla e justa competição estabelecido na Lei n.º 9.472, de 1997.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA não terá direito a qualquer espécie de exclusividade, qualquer hipótese de garantia de equilíbrio econômico financeiro, nem poderá reclamar direito quanto à admissão de novas prestadoras do mesmo serviço, no regime público ou privado.

**Cláusula 3.5** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o serviço, independentemente do ambiente de competição existente na Área de Prestação autorizada

**Cláusula 3.6** - A AUTORIZADA deverá estabelecer Plano Básico de Serviço, uniforme e de oferta obrigatória a todos os pretendentes usuários em toda a sua área de prestação de STFC.

**Cláusula 3.7** - A AUTORIZADA estabelecerá os preços que praticará na prestação do STFC, definindo Planos de Serviço com estrutura, formas, critérios e valores que deverão ser razoáveis e não discriminatórios.

**Cláusula 3.8** - A AUTORIZADA poderá estabelecer Planos Alternativos de Serviço com estrutura, critérios e valores diferentes do Plano Básico de Serviço, que deverão se constituir em opção aos seus usuários ou pretendentes usuários, vedada a discriminação de tratamento.

**Cláusula 3.9** - A AUTORIZADA deverá dar ampla divulgação de seus Planos de Serviço, Básico e Alternativos, com antecedência de 2 (dois) dias de suas comercializações, dando conhecimento à Anatel do seu inteiro teor em até 5 (cinco) dias úteis após iniciada a comercialização de cada Plano.

**Cláusula 3.10** - A AUTORIZADA deverá enviar à Anatel, cópia dos modelos de Contrato(s) de prestação de STFC em até 10 (dez) dias úteis após o início de comercialização.

Pág. 3 de 24

*[Handwritten signatures and initials]*





#### Capítulo IV – Dos Critérios para Qualidade do Serviço.

**Cláusula 4.1** - Constitui pressuposto desta Autorização a adequada qualidade do serviço prestado pela AUTORIZADA, considerando-se como tal o serviço que satisfizer as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

§ 1º - A regularidade será caracterizada pela prestação continuada do serviço com estrita observância do disposto nas normas expedidas pela Anatel.

§ 2º - A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste TERMO e pelo atendimento ao usuário do serviço nos prazos previstos neste TERMO.

§ 3º - A segurança na prestação do serviço será caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua prestação, observado o disposto no inciso V da Cláusula 7.1.

§ 4º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições deste TERMO.

§ 5º - A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a AUTORIZADA a prestar o serviço a quem o solicite conforme o disposto na cláusula 1.4 de acordo com a regulamentação.

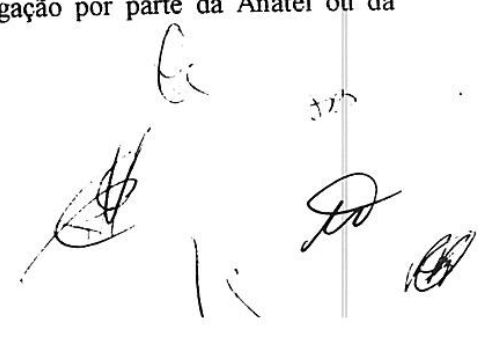
§ 6º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários do serviço autorizado, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da AUTORIZADA informações, providências ou qualquer tipo de postulação conforme o disposto no presente TERMO.

**Cláusula 4.2** - A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros e indicadores do Plano Geral de Metas de Qualidade, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998.

**Parágrafo Único** - Para cálculo dos indicadores somente serão considerados os dados referentes às localidades com mais de 180 (cento e oitenta) dias de operação comercial.

**Cláusula 4.3** - A AUTORIZADA não poderá, na hipótese de interrupção da prestação do serviço, alegar o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da Anatel ou da União.

Pág. 4 de 24





**Cláusula 4.4** - A prestação do serviço autorizado somente poderá ser suspensa em conformidade com o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, editado pela Anatel.

## Capítulo V – Do Plano de Numeração

**Cláusula 5.1** - Observada a regulamentação, a AUTORIZADA se obriga a obedecer ao Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado editado pela Anatel, aprovado por meio da Resolução n.º 86 de 30 de dezembro de 1998.

§ 1º - Os custos referentes aos investimentos necessários para permitir a portabilidade de códigos de acesso serão divididos entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviço de telecomunicações, em regime público ou privado, nos termos do Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 84 de 30 de dezembro de 1998.

§ 2º - Os custos referentes à administração do processo de consignação e ocupação de códigos de acesso do Regulamento de Numeração serão imputados à AUTORIZADA, nos termos do Regulamento de Administração de Recursos de Numeração.

**Cláusula 5.2** - À Autorizada será atribuído recursos de numeração, sem exclusividade, nos termos da regulamentação.

**Cláusula 5.3** - O objeto deste TERMO não inclui o Código de Seleção de Prestadora ou o Código Específico, devendo ser observado o disposto no Regulamento para Expedição de Autorização para prestação de STFC.

## Capítulo VI – Da Cobrança dos Usuários

**Cláusula 6.1** - Os documentos de cobrança emitidos pela AUTORIZADA deverão ser apresentados de maneira clara e explicativa, indevassáveis e deverão discriminar o tipo e a quantidade de cada serviço prestado ao assinante.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA poderá lançar no documento de cobrança, desde que de forma clara e explícita, os valores devidos em função de prestação de outros serviços, bem como de outras comodidades ou de utilidades relacionadas com o serviço autorizado

Pág. 5 de 24



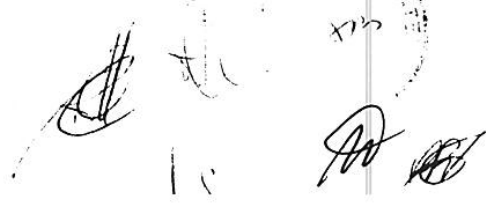


## Capítulo VII – Dos Direitos e Garantias dos Usuários e Demais Prestadoras

**Cláusula 7.1** - Respeitadas as regras e condições constantes deste TERMO, constituem direitos dos usuários do serviço objeto desta Autorização:

- I** - o acesso ao serviço e a sua fruição dentro dos padrões de qualidade, regularidade e eficiência previstos neste TERMO e na regulamentação vigente;
- II** - a possibilidade de solicitar a suspensão ou a interrupção do serviço;
- III** - o tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- IV** - a obtenção de informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço e aos preços praticados;
- V** - a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- VI** - a não suspensão do serviço ao assinante, sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento dos deveres constantes do art. 4º da Lei n.º 9.472, de 1997;
- VII** - o conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinjam direta ou indiretamente;
- VIII** - a privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;
- IX** - a resposta eficiente e pronta às suas reclamações pela AUTORIZADA;
- X** - o encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA junto à Anatel e aos organismos de defesa do consumidor;
- XI** - a reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;
- XII** - ver observados os termos do contrato de assinatura pelo qual tiver sido contratado o serviço;
- XIII** - escolher livremente a prestadora de serviço de Longa Distância Nacional ou Internacional;
- XIV** - não ser obrigado a consumir serviços ou a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a condição para recebimento do serviço objeto desta Autorização, nos termos da regulamentação.

Pág. 6 de 24





Agência Nacional de Telecomunicações

§ 1º - A AUTORIZADA observará o dever de zelar estritamente pelo sigilo inerente ao serviço telefônico e pela confidencialidade quanto aos dados e informações, empregando meios e tecnologias que assegurem este direito dos usuários.

§ 2º - A AUTORIZADA tornará disponíveis os recursos tecnológicos necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária, na forma da regulamentação.

**Cláusula 7.2** - Às demais prestadoras de serviços de telecomunicações serão assegurados, além dos direitos referidos na cláusula anterior, os seguintes direitos:

I - a interconexão à rede da AUTORIZADA em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

II - ao recebimento do serviço solicitado junto à AUTORIZADA sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação; e

III - a obtenção das informações que a AUTORIZADA tenha obrigação de deter, que sejam necessárias para a prestação do serviço por elas operados, ressalvado o direito da AUTORIZADA à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros.

§ 1º - Os conflitos entre AUTORIZADA e demais prestadoras serão resolvidos administrativamente pela Anatel, nos termos da regulamentação.

§ 2º - A Anatel acompanhará permanentemente o relacionamento entre as prestadoras que se utilizem do serviço ora autorizado e a AUTORIZADA, coibindo condutas que possam implicar prejuízo a qualquer das partes ou que importem violação à ordem econômica e à livre concorrência e comunicando, nestas hipóteses, tais condutas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, após o exercício de sua competência, na forma do disposto no art. 19, inciso XIX, da Lei n.º 9.472, de 1997.

### **Capítulo VIII – Dos Direitos, Garantias, Obrigações e Restrições da AUTORIZADA**

**Cláusula 8.1** - Além das outras obrigações decorrentes deste TERMO e inerentes à prestação do serviço, incumbirá à AUTORIZADA:

I - prestar o serviço com absoluta observância do disposto no presente TERMO, submetendo-se plenamente à regulamentação da Anatel;

Pág. 7 de 24







**II** - implantar todos os equipamentos e instalações necessários à prestação do serviço objeto desta Autorização, dentro das especificações referidas neste TERMO;

**III** - prestar à Anatel, na forma e periodicidade previstas na regulamentação, todos os dados e elementos referentes ao serviço que sejam solicitados;

**IV** - submeter-se à fiscalização da Anatel, permitindo o acesso de seus agentes às instalações integrantes do serviço bem como a seus registros contábeis

**V** - manter registros contábeis separados por serviço;

**VI** - manter sistema adequado de informação e atendimento ao usuário;

**VII** - encaminhar cópia de acordos e contratos relativos à prestação do serviço com prestadoras estrangeiras de serviços de telecomunicações;

**VIII** - respeitar rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, observadas as prescrições legais e regulamentares;

**IX** - respeitar a privacidade dos assinantes com relação aos documentos de cobrança e a todas as informações pessoais a eles referentes;

**X** - submeter previamente à Anatel toda e qualquer alteração que pretenda fazer nos seus estatutos ou contrato social, inclusive quanto à cisão, fusão, transformação, incorporação, bem como a transferência de controle ou alteração no capital social;

**XI** - assegurar a qualquer outro prestador de serviço de telecomunicações a interconexão com sua rede, observada a regulamentação;

**XII** - observar todos os direitos das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, omitindo-se de praticar qualquer conduta discriminatória ou voltada a obstar a atividade destes;

**XIII** - utilizar, sempre que exigido pela regulamentação, equipamentos com certificação expedida ou aceita pela Anatel;

**XIV** - observar as normas e os padrões técnicos vigentes no Brasil, omitindo-se de qualquer prática discriminatória em relação a bens e equipamentos produzidos no País;

**XV** - colocar à disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vistas a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas;

**XVI** - atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiro, tornando disponíveis os meios

Pág. 8 de 24





necessários para adequada comunicação destas autoridades, observada a regulamentação da Anatel;

**XVII** - pagar todas as taxas de fiscalização e funcionamento das suas instalações, na forma da regulamentação;

**XVIII** - publicar anualmente, independente do regime jurídico a que esteja sujeita, balanço e demonstrações financeiras levantadas ao final de cada exercício social, observadas as disposições da legislação vigente e da regulamentação da Anatel;

**XIX** - observar as normas vigentes no País quanto à utilização de mão-de-obra estrangeira, inclusive nos cargos de maior qualificação;

**XX** - dar cumprimento a acordos firmados entre o Brasil e outros Países e organismos internacionais, na forma regulamentada pela Anatel;

**XXI** - enviar em periodicidade definida pela Anatel, quadro demonstrativo de todos os acionistas detentores, isoladamente ou em grupo, de parcela igual ou superior a 5% (cinco por cento) do seu capital votante; e

**XXII** - prestar à Anatel informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira, societária e contábil, ou outras que lhe sejam requisitadas.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras não poderão condicionar a oferta do serviço ao consumo casado de qualquer outro serviço, nem oferecer vantagens ao usuário em virtude da fruição de serviços adicionais àquele objeto do presente TERMO, ainda que prestados por terceiros.

**Cláusula 8.2** - Sem prejuízo das demais disposições constantes deste TERMO e das garantias asseguradas em lei, constituem direitos da AUTORIZADA:

**I** - prestar o serviço dentro de sua estratégia empresarial, definindo livremente seus investimentos, respeitadas a regulamentação da Anatel e as disposições deste TERMO;

**II** - renunciar à prestação do serviço autorizado, conforme dispõe o art. 142 da Lei n.º 9.472, de 1997, desde que manifeste expressamente, com antecedência de 6 (seis) meses, a decisão perante a Anatel e a seus usuários;

**III** - indicar representante para acompanhar a atividade fiscalizatória da Anatel;

**IV** - interromper, conforme disposto na cláusula 4.4 deste TERMO, ou não atender à solicitação de prestação de serviço para o assinante, cujo nome constar de cadastro de assinantes inadimplentes.

**V** - a disponibilidade de interconexão com as demais prestadoras de STFC, em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e

Pág. 9 de 24

*[Handwritten signatures and initials]*







a preços isonômicos e justos que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

**VI** - a receber o serviço solicitado junto às demais prestadoras sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação;

**VII** - a obter todas as informações que sejam necessárias para a prestação do serviço, conforme inciso VI, inclusive aquelas relativas ao faturamento, ressalvado o direito das demais prestadoras à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros;

**VIII** - a disponibilidade de recursos de numeração de acordo com a regulamentação;

**IX** - solicitar da Anatel a confidencialidade de informação colhida no exercício da atividade fiscalizatória; e

**X** - contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.

**Cláusula 8.3** - Durante a vigência deste TERMO, a AUTORIZADA será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos e contratados, na prestação do STFC, bem como pelo uso dos equipamentos, instalações ou redes, excluídas a União e a Anatel de quaisquer reclamações e/ou indenizações.

**Cláusula 8.4** - A AUTORIZADA não poderá opor embaraços a obras de interesse público, qualquer que seja a sua natureza, sempre que se tornar necessária a remoção de instalações ou de redes telefônicas para viabilização de intervenções promovidas, direta ou indiretamente, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

**Cláusula 8.5** - A AUTORIZADA deverá pactuar diretamente com cada Prefeitura Municipal das áreas de prestação do serviço, bem como com as demais prestadoras de serviços públicos as condições para colocação de postes e cruzetas para suspensão de suas linhas e cabos aéreos e, ainda, dutos e canalizações subterrâneos destinados à passagem de cabos sob ruas e logradouros públicos.

**§ 1º** - A AUTORIZADA diligenciará junto aos titulares de bens públicos ou privados sobre ou sob os quais tenha que passar dutos ou canalizações ou ainda instalar suportes para colocação dos mesmos, obtendo o respectivo consentimento ou servidão para tal fim.

**§ 2º** - A AUTORIZADA deverá promover junto às respectivas autoridades municipais as tratativas necessárias ao estabelecimento das condições para superação das interferências na rede necessária à prestação do serviço, inclusive quanto ao corte e poda de árvores.

Pág. 10 de 24

*[Handwritten signatures and initials]*





**Cláusula 8.6** - Nos termos do disposto no art. 73 da Lei n.º 9.472, de 1997, a AUTORIZADA poderá utilizar postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por outras prestadoras de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público.

§ 1º - A utilização dos meios referidos no *caput* desta cláusula deverá ser realizada de forma não discriminatória e a preços justos e razoáveis.

§ 2º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível às demais prestadoras de serviços de telecomunicações, classificados pela Anatel como de interesse coletivo, os meios de sua propriedade ou por ela controlados, referidos no *caput* desta cláusula, respeitadas as mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

§ 3º - Sempre que a AUTORIZADA não chegar a um acordo com as demais prestadoras acerca da utilização dos meios referidos nesta cláusula, caberá à Anatel, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos reguladores envolvidos, definir as condições desta utilização.

**Cláusula 8.7** - A AUTORIZADA manterá durante a vigência desta Autorização, central de informação e de atendimento ao usuário, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, capacitada para receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pelos usuários pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação à distância.

§ 1º - A AUTORIZADA deverá divulgar a todos os usuários os endereços e códigos de acesso a sua central de informação e de atendimento ao usuário, os quais deverão constar necessariamente do Contrato de Prestação do STFC firmados para prestação do serviço.

§ 2º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível e divulgar código de acesso fácil e gratuito para o encaminhamento de solicitações dos usuários por via telefônica.

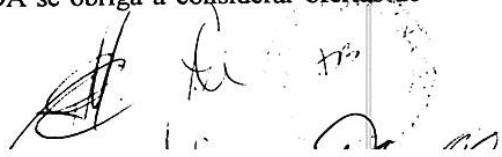
§ 3º - Todas as solicitações, reclamações ou queixas encaminhadas pelos usuários, por qualquer meio, deverão receber um número de ordem, que será informado ao interessado para possibilitar seu acompanhamento.

§ 4º - O usuário será informado pela AUTORIZADA nos prazos definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade, quanto às providências adotadas em função da sua solicitação, reclamação ou queixa.

§ 5º - Caso a Anatel constate existir dificuldade de acesso pelos usuários à central de informação e de atendimento poderá determinar à AUTORIZADA a ampliação dos meios de acesso disponíveis, sob pena de considerar desatendida a obrigação prevista nesta cláusula.

**Cláusula 8.8** - Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao objeto deste TERMO, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de

Pág. 11 de 24





fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

§ 1º - Nos casos em que haja equivalência entre ofertas, a AUTORIZADA se obriga a utilizar como critério de desempate, a preferência a serviços oferecidos por empresas situadas no País, equipamentos e materiais produzidos no País, e, entre eles, àqueles com tecnologia nacional, sendo que a equivalência referida neste parágrafo será apurada quando, cumulativamente:

I - o preço nacional for menor ou igual ao preço do importado, posto no território nacional, incluídos os tributos incidentes;

II - o prazo de entrega for compatível com as necessidades do serviço; e

III - sejam satisfeitas as especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente e possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, quando aplicável.

§ 2º - Compreende-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

**Cláusula 8.9** – A AUTORIZADA, suas controladas, controladoras, ou qualquer de seus acionistas que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto da autorizada, somente poderão possuir ações sem direito a voto de prestadora(s) do STFC atuante na mesma Área de Prestação e mesma modalidade de serviço, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

## Capítulo IX - Das Transferências e Alterações Societárias

**Cláusula 9.1** - As transferências e alterações societárias estão sujeitas às condições estabelecidas nos arts. 7º, 98 e 136 da Lei n.º 9.472, de 1997, e deverão atender ao disposto na Resolução n.º 101, de 04 fevereiro de 1999, na Norma n.º 04/98 – ANATEL, aprovada Resolução n.º 76, de 16 de dezembro de 1998, na Norma n.º 07/99 – ANATEL, aprovada pelas Resolução n.º 195, de 7 de dezembro de 1999, e regulamentação específica subsequente.

## Capítulo X – Das Obrigações e Prerrogativas da Anatel

**Cláusula 10.1** - Além das outras prerrogativas inerentes à sua função de Órgão Regulador e das demais obrigações decorrentes deste TERMO, incumbirá à Anatel:

Pág. 12 de 24





**I** - acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço visando ao atendimento da regulamentação;

**II** - regulamentar a prestação do serviço autorizado;

**III** - aplicar as sanções previstas na regulamentação do serviço e, especificamente, neste TERMO;

**IV** - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 90 (noventa) dias, das providências tomadas com vista à repressão de infrações a seus direitos;

**V** - declarar extinta a Autorização nos casos previstos na Lei n.º 9.472, de 1997;

**VI** - zelar pela garantia de interconexão, dirimindo eventuais pendências surgidas entre a AUTORIZADA e demais prestadoras;

**VII** - acompanhar permanentemente o relacionamento entre a AUTORIZADA e demais prestadoras, dirimindo os conflitos surgidos;

**VIII** - coibir condutas da AUTORIZADA contrárias ao regime de competição, observadas as competências do CADE, a regulamentação e em especial o disposto nas Cláusulas 10.2. e 10.3. deste Capítulo;

**IX** - exercer a atividade fiscalizatória do serviço conforme o disposto neste TERMO; e

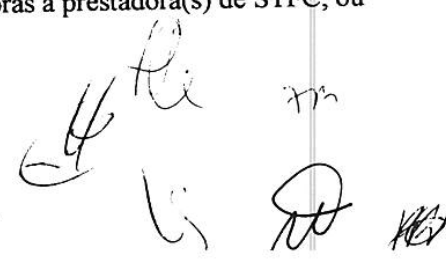
**X** - arrecadar as taxas relativas ao FISTEL, adotando as providências previstas na legislação.

**Cláusula 10.2** - A Anatel poderá instaurar procedimento administrativo destinado a apurar inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA, relativas à não participação no controle de outras empresas ou a outras vedações impeditivas de concentração econômica, sempre que houver indícios de influência relevante desta, de suas coligadas, controladas ou controladoras sobre pessoa jurídica prestadora(s) de STFC, atuantes na mesma Área de Prestação e mesma modalidade de Serviço, tais como:

**I** - a existência de operações significativas, passivas ou ativas, de financiamento, sob qualquer forma, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

**II** - a prestação de garantia real, pessoal ou de qualquer outra espécie, pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras à prestadora(s) de STFC, ou vice e versa;

Pág. 13 de 24





III - transferência de bens entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC, em condições, termos ou valores distintos dos praticados no mercado;

IV - existência de processo de transferência de conhecimentos tecnológicos estratégicos entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

V - prestação de serviços de telecomunicações ou correlatos, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às demais empresas atuantes no mercado;

VI - existência de acordos de interconexão entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas às demais empresas atuantes no mercado;

VII - existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas às demais empresas atuantes no mercado;

VIII - uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

IX - existência de qualquer ato jurídico entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e empresa que detenha controle sobre prestadora de STFC tendo por objeto a transferência de ações entre elas, ou a outorga de direito de preferência relativamente a transferência de ações entre elas;

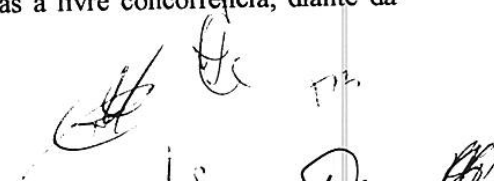
X - contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes; e

XI - outras condutas definidas na regulamentação como caracterizadoras de indícios de concentração econômica ou de exercício de poder de controle entre a AUTORIZADA e prestadora(s) de STFC.

**Parágrafo Único** - A comprovação, após o procedimento previsto nesta Cláusula, de existência de qualquer situação que caracterize inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA poderá acarretar a cassação da presente Autorização, nos termos do art. 139 da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 10.3** - A Anatel poderá ainda instaurar procedimento administrativo destinado a apurar infração contra a ordem econômica prevista na Lei n.º 8.884, de 1994, e, em particular, a adoção de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência, diante da verificação, entre outros, dos seguintes indícios:

Pág. 14 de 24



**I - Estabilidade prolongada das participações relativas de empresas concorrentes no mercado;**

**II - Conduta comercial uniforme entre concorrentes;**

**III - Contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes;**

**IV - Estabilidade prolongada dos níveis ou estruturas de preços dos serviços, ou paralelismos nas variações de preço;**

**V - Uniformização das condições ou termos de oferta dos serviços entre concorrentes;**

**VI - Troca de informações relevantes entre concorrentes, relativas, entre outros aspectos, a estratégias tecnológicas, financeiras ou comerciais;**

**VII - Divisão estável de atuação no mercado entre concorrentes;**

**VIII - Complementariedade nos planos ou projetos de expansão ou implantação de redes;**

**IX - Discriminação de preços ou de condições da prestação de serviços que privilegiem empresas determinadas, em detrimento das demais atuantes no mercado;**

**X - Compras, vendas, locações, comodatos ou qualquer outra forma de transferência, temporária ou definitiva, de bens de valor significativo ou de importância estratégica entre empresas concorrentes;**

**XI - Uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos por empresas concorrentes;**

**XII - Existência de acordos de interconexão que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, para empresas determinadas em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;**

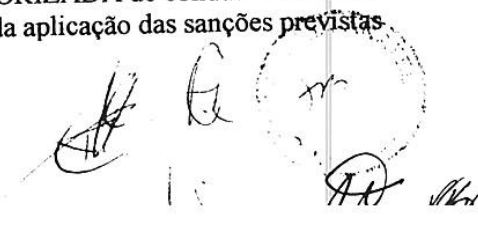
**XIII - Existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas para empresas determinadas, em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;**

**XIV - Distorção, manipulação, omissão ou procrastinação por concorrentes no fornecimento de informações requisitadas pela Anatel; e**

**XV - Outras práticas definidas na regulamentação como indícios de colusão.**

**Parágrafo Único - A comprovação da prática pela AUTORIZADA de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência poderá implicar, além da aplicação das sanções previstas**

Pág. 15 de 24







neste Termo e daquelas aplicáveis pelo CADE, a caducidade da presente AUTORIZAÇÃO

### Capítulo XI – Da Autorizada

**Cláusula 11.1** - A AUTORIZADA é empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, observado o disposto na Lei n.º 9.472, de 1997 e no Decreto n.º 2.617, de 5 de junho de 1998.

### Capítulo XII – Do Regime de Fiscalização

**Cláusula 12.1** - A Anatel exercerá a fiscalização dos serviços a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos constantes deste TERMO.

§ 1º - A fiscalização a ser exercida pela Anatel compreenderá a inspeção e o acompanhamento das atividades, equipamentos e instalações da AUTORIZADA, implicando amplo acesso a todos os dados e informações da AUTORIZADA ou de terceiros.

§ 2º - As informações colhidas no exercício da atividade fiscalizatória serão publicadas na Biblioteca, à exceção daquelas que, por solicitação da AUTORIZADA, sejam consideradas pela Anatel como de caráter confidencial.

§ 3º - As informações que venham a ser consideradas de caráter confidencial nos termos do parágrafo anterior, somente serão utilizadas nos procedimentos correlacionados ao presente TERMO, respondendo a Anatel e aqueles por ela indicados por qualquer divulgação, ampla ou restrita, de tais informações fora deste âmbito de utilização.

**Cláusula 12.2** - A AUTORIZADA, por intermédio de representante indicado, poderá acompanhar toda e qualquer atividade da fiscalização da Anatel, não podendo obstar ou impedir a atuação da fiscalização, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste TERMO.

### Capítulo XIII – Da Interconexão

**Cláusula 13.1** - A AUTORIZADA tem obrigação de permitir, facilitar, tornar disponível e efetivar a interconexão, à rede por ela operada, de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações, em regime público ou privado, sempre que estas o solicitem, observada a regulamentação e em particular o Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de julho de 1998.

Pág. 16 de 24

*[Handwritten signatures and initials]*





**Parágrafo Único** - A disponibilidade de pontos de interconexão deve ser negociada diretamente pela AUTORIZADA com as prestadoras envolvidas, observada a regulamentação.

**Cláusula 13.2** - A AUTORIZADA será remunerada pelo uso de sua rede em conformidade com o previsto no Regulamento sobre Remuneração pelo uso de redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998.

**Cláusula 13.3** - A AUTORIZADA terá os mesmos direitos e obedecerá às mesmas condições de interconexão a que estejam sujeitos as demais prestadoras do STFC.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA deverá tornar disponível para interconexão os elementos da rede com maior nível de desagregação tecnicamente possível, observada a regulamentação.

**Cláusula 13.4** - A AUTORIZADA cobrará das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, pelo uso de redes, no máximo, os valores estabelecidos pela Anatel, observada a regulamentação.

#### Capítulo XIV – Das Sanções

**Cláusula 14.1** - Na execução deste TERMO, a AUTORIZADA se sujeita às seguintes sanções, que serão aplicadas mediante decisão fundamentada da Anatel, assegurado o seu direito de defesa nos termos do disposto no seu Regimento Interno e sem prejuízo das demais penalidades previstas na regulamentação:

**I** - por ato ou omissão contrário às disposições constantes deste TERMO que acarrete prejuízo à competição no setor de telecomunicações; multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

**II** - por violação às disposições deste TERMO que importe em não cumprimento da cláusula 1.4; multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

**III** - por violação às disposições deste TERMO que importe em não cumprimento das metas e parâmetros de qualidade na prestação do serviço; multa de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

**IV** - por outro ato ou omissão não enquadrado nos incisos anteriores que importe em violação aos direitos do usuário definidos neste TERMO ou acarrete-lhe prejuízo; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

**V** - por ato ou omissão que viole o disposto na cláusula 8.8 deste TERMO, referente à contratação de serviços e aquisição de equipamentos e materiais produzidos no País; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

Pág. 17 de 24



**VI** - por qualquer ato ou omissão que traga óbice ou dificuldade ao exercício da atividade fiscal da Anatel prevista neste TERMO; multa de até R\$20.000.000 (vinte milhões de reais); e

**VII** - pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista expressamente neste TERMO, exceto as indicadas nos incisos anteriores; multa de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

**§ 1º** - A infração prescrita no inciso I e IV supra terá sua gravidade definida exclusivamente em função dos critérios gerais prescritos na cláusula 14.2 e será caracterizada pela conduta da AUTORIZADA que, direta ou indiretamente, possa importar prejuízo à competição no setor, especialmente:

- a) oferecimento de óbice ou dificuldade à opção por outro prestador de serviço autorizado;
- b) recusa em dar interconexão a prestador de serviço de telecomunicações;
- c) oferecimento de óbices ou dificuldades à atividade de prestadoras de serviço de valor adicionado;
- d) execução de qualquer serviço de telecomunicações que não seja objeto de autorização expedida pela Anatel em seu favor;
- e) pela não preservação dos níveis de qualidade praticados quanto à interconexão; e
- f) procrastinação na entrega de informações essenciais à atividade das demais prestadoras, especialmente no que tange às bases cadastrais.

**§ 2º** - A infração prescrita no inciso II desta cláusula será caracterizada pela não prestação reiterada do serviço autorizado, sendo considerada infração grave, especialmente:

- a) a recusa em prestar o serviço autorizado a qualquer interessado, conforme o disposto na cláusula 1.4.

**§ 3º** - A infração prescrita no inciso III supra será caracterizada pelo desatendimento dos parâmetros de qualidade definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade e terá sua escala de gravidade definida em função do número de usuários atingidos e dos prejuízos causados, ficando caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, de obrigação prevista neste TERMO, que acarrete violação dos direitos dos usuários, especialmente:

- a) a interrupção na prestação dos serviços por prazo superior ao estabelecido no Plano Geral de Metas de Qualidade;

Pág. 18 de 24





- b) a não alocação na operação e manutenção do serviço dos recursos humanos e materiais necessários à preservação dos padrões mínimos de qualidade;
- c) negligência na modernização da rede que afete a qualidade do serviço;
- d) o não cumprimento do dever de prestar informações ao usuário;
- e) a violação do sigilo de telecomunicações, fora das hipóteses legais, ainda que praticada por terceiros nas instalações sob responsabilidade da AUTORIZADA;
- f) a não manutenção de central de informação e de atendimento ao usuário na forma prescrita neste TERMO; e
- g) a cobrança de preço em desacordo com as regras estipuladas neste TERMO e na regulamentação.

§ 4º - A infração prescrita no inciso V será caracterizada pela verificação de violação da obrigação contida na Cláusula 8.8 e terá sua gravidade definida conforme dispuser a regulamentação.

§ 5º - A infração prescrita no inciso VI supra terá sua gravidade definida em função da relevância da atividade fiscal obstada e será caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, da AUTORIZADA ou de seus prepostos, que impeça ou dificulte a atividade de fiscalização exercida pela Anatel, seus prepostos, agentes, especialmente:

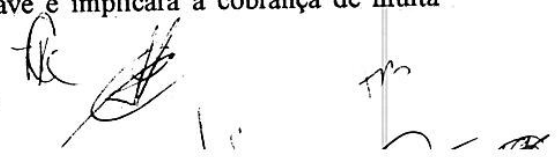
- a) recusa da AUTORIZADA em atender pedido de informação formulado pela Anatel relacionada ao serviço autorizado ou aos bens a ele afetos;
- b) oferecimento de entrave à atuação dos agentes de fiscalização da Anatel;
- c) omissão em cumprir obrigação de publicidade prevista neste TERMO, ou na regulamentação; e
- d) não envio ou envio intempestivo de qualquer informação, dado, relatório ou documento que, por força da regulamentação ou deste TERMO, deveria ser remetida à Anatel.

§ 6º - A sanção prevista no inciso VII será caracterizada pela verificação de violação de obrigação deste Termo não compreendida nos parágrafos anteriores.

§ 7º - A sanção prevista no inciso I será aplicada pela Anatel independentemente das providências que venham a ser adotadas pelo CADE.

§ 8º - O não recolhimento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta cláusula no prazo fixado pela Anatel caracterizará falta grave e implicará a cobrança de multa

Pág. 19 de 24







Agência Nacional de Telecomunicações

moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), acrescida da taxa referencial SELIC para títulos federais, a ser aplicada sobre o valor da dívida, considerando todos os dias de atraso de pagamento, salvo se disposto diferente em regulamentação específica.

**Cláusula 14.2** - Para aplicação das multas previstas neste Capítulo serão observadas as regras contidas no Título VI do Livro III – Das Sanções, art. 173 a 185 da Lei n.º 9.472, de 1997, e na regulamentação.

**§ 1º** - Na definição da gravidade das sanções e na fixação das multas, a Anatel observará as seguintes circunstâncias:

**I** - a proporcionalidade entre a intensidade do apenamento e a gravidade da falta, inclusive quanto ao número dos usuários atingidos;

**II** - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;

**III** - a vantagem auferida pela AUTORIZADA em virtude da infração;

**IV** - a participação da AUTORIZADA no mercado dentro de sua área geográfica de prestação do serviço;

**V** - a situação econômica e financeira da AUTORIZADA, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio;

**VI** - os antecedentes da AUTORIZADA;

**VII** - a reincidência específica, assim entendida a repetição de falta de igual natureza após o recebimento de notificação anterior; e

**VIII** - as circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

**§ 2º** - Independente dos critérios específicos de graduação previstos em cada inciso da cláusula anterior e de outros previstos na regulamentação, a gradação das penas observará a seguinte escala:

**I** - a infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da AUTORIZADA e da qual ela não se beneficie;

**II** - a infração será considerada de gravidade média quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para a AUTORIZADA qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários; e

**III** - a infração será considerada grave quando a Anatel constatar presente um dos seguintes fatores:

Pág. 20 de 24

*[Handwritten signatures and stamps]*



- a) ter a AUTORIZADA agido com má-fé;
- b) da infração decorrer benefício direto ou indireto para a AUTORIZADA;
- c) a AUTORIZADA for reincidente na infração; e
- d) o número de usuários atingido for significativo.

§ 3º - A critério da Anatel, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, poderá ser aplicada a pena de advertência à AUTORIZADA, que será comunicada formalmente da sanção, sem prejuízo da publicação da decisão na Imprensa Oficial.

§ 4º - Para aplicação das sanções previstas neste Capítulo será observado o Procedimento Sancionatório previsto no Regimento Interno da Anatel.

§ 5º - Nas infrações previstas na cláusula 14.1 a Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA abata do valor a ser recolhido, a título de multa, montantes a serem pagos como ressarcimento aos usuários atingidos, fixando no ato de aplicação da pena os critérios para o ressarcimento, o prazo em que deve ser pago e o valor máximo do abatimento.

§ 6º - A hipótese prevista no parágrafo anterior só poderá ser adotada quando verificado que o interesse ou a necessidade dos usuários não elidirá a responsabilidade da AUTORIZADA pelas demais indenizações civis devidas.

**Cláusula 14.3** - As multas previstas neste Capítulo serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de declaração de caducidade previstas no presente TERMO.

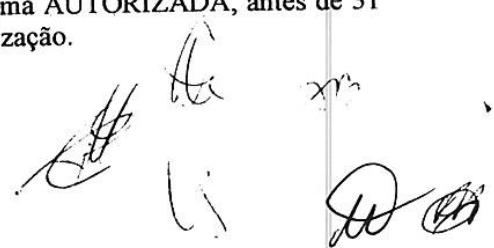
**Cláusula 14.4** - Os valores das multas previstas neste Capítulo serão reajustados, anualmente, mediante a aplicação do IGP-DI, vencendo o primeiro reajuste após um ano da assinatura deste TERMO.

### Capítulo XV – Da Extinção Da Autorização

**Cláusula 15.1** - Considerar-se-á extinta a Autorização por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme os arts. 138 a 144 da Lei n.º 9.472, de 1997 e consoante os procedimentos constantes da regulamentação

§ 1º – A extinção de Autorização, expedida em concomitância para a modalidade de serviço Local, na mesma Área de Prestação, para a mesma AUTORIZADA, antes de 31 de dezembro de 2005, implicará na extinção desta Autorização.

Pág. 21 de 24





§ 2º - A declaração de extinção não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis de conformidade com o disposto neste TERMO pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA.

**Cláusula 15.2** – A extinção da Autorização para a modalidade de serviço de Longa Distância Nacional, implicará a automática extinção da Autorização para a modalidade Longa Distância Internacional, na mesma área de prestação, para a mesma AUTORIZADA, quando houver.

**Parágrafo Único** – A extinção de Autorização para uma das modalidades de serviço, Local, Longa Distância Nacional, Longa Distância Internacional pode implicar na extinção das outras, se for resultante de aplicação de sanção por infração grave.

### Capítulo XVI – Do Regime Legal e dos Documentos Aplicáveis

**Cláusula 16.1** - Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei n.º 9.472, de 1997, e a regulamentação dela decorrente, em especial a de competência do Poder Executivo, conforme disposto no art. 18 da referida Lei, prevalecendo sempre estas no que colidir com aquelas.

**Cláusula 16.2** - Na prestação do serviço ora autorizado deverá ser observada a regulamentação da Anatel, como parte integrante deste TERMO, em especial os documentos relacionados a seguir:

**I** - Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998;

**II** - Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998;

**III** - Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998;

**IV** - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 85, de 30 de dezembro de 1998;

**V** - Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de junho de 1998, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 130, de 31 de maio de 1999;

**VI** - Regulamento de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 83, de 30 de dezembro de 1998;

**VII** - Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 84, de 30 de dezembro de 1998;

Pág. 22 de 24





**VIII - Regulamento sobre Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998;**

**IX - Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e Autorização de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução n.º 65, de 29 de outubro de 1998;**

**X - Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155, de 16 de agosto de 1999; e**

**XI - Regulamento para Expedição de Autorização para a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao público em geral - STFC, aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001.**

**Cláusula 16.3 - Na interpretação das normas e disposições constantes deste TERMO deverão ser levadas em conta, além dos documentos referidos neste Capítulo, as regras gerais de hermenêutica e as normas e princípios contidos na Lei n.º 9.472, de 1997.**

#### **Capítulo XVII – Do Foro**

**Cláusula 17.1 - Para solução de questões decorrentes deste TERMO será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, Distrito Federal.**

#### **Capítulo XVIII – Disposição Final**

**Cláusula 18.1 - Este TERMO entrará em vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.**

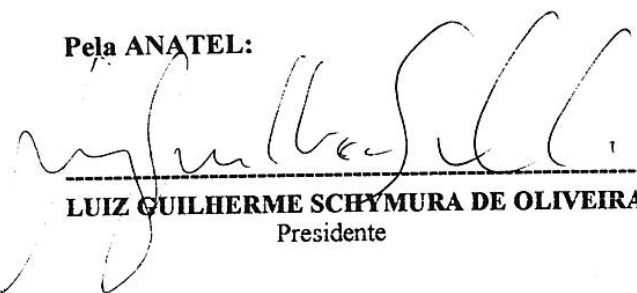





E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste TERMO, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 10 de Setembro de 2003.

Pela ANATEL:

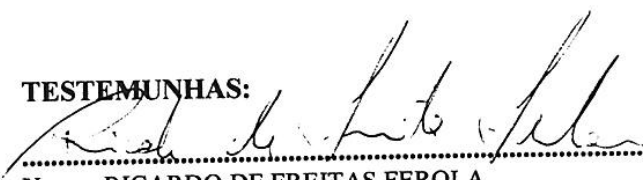
  
LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA  
Presidente

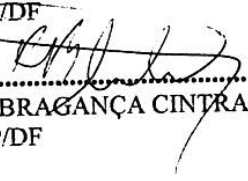
  
LUIZ TITO CERASOLI  
Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

  
DILSON DALPIAZ DIAS  
Vice-Presidente

TESTEMUNHAS:

  
Nome: RICARDO DE FREITAS FEROLA  
RG: 1204563 SSP/DF

  
Nome: ROBSON BRAGANÇA CINTRA  
RG: 1449665 SSP/DF



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 175812906214768289957-24  
Data: 29/06/2021 14:01:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: AL S15296-ZY1H;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Valber Azevêdo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB





## ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 298/2003/SPB-ANATEL

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º  
298/2003/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL E COMPANHIA  
DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL -  
CTBC TELECOM.**

Pelo presente instrumento, de um lado a Agência Nacional de Telecomunicações, doravante denominada Anatel, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente, **PEDRO JAIME ZILLER DE ARAUJO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, CI n.º 7160/D-CREA/MG e CPF/MF n.º 320.408.228-87, em conjunto com o Conselheiro **JOSÉ LETTE PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, Engenheiro de Telecomunicações, RG n.º 180522/AR - Ministério da Marinha e CPF/MF n.º 045.457.377-49, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Procurador **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, Economista, RG n.º M-1.214.924-SSP/MG e CPF/MF n.º 546.861.806-00, e pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, Engenheiro, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 289, realizada em 18 de fevereiro de 2004, conforme Ato n.º 42.848 de 1º de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 11 de março de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 298/2003/SPB-ANATEL**, assinado em 10 de setembro de 2003, nos termos das Cláusulas:

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



*[Assinatura]*

*[Assinatura]*





**Cláusula Primeira:**

Alterar a cláusula 1.1 do Capítulo I, que passa a ter a seguinte redação:

“1.1 O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, concomitante com a modalidade de serviço Local, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas – PGO, excetuados os setores 03, 22, 25 e 33, conforme Autorizações exaradas por meio dos Atos n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, e n.º 42.848, de 1º de março de 2004, publicados no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003 e 11 de março de 2004 respectivamente.

§ 1.º - O prazo para início de operação do serviço objeto deste Termo, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do PGO, terá termo final em 02 de outubro de 2004.

§ 2.º - Na área complementar, não coincidente com os setores 03, 22, 25 e 33 do PGO e com as Áreas de Numeração do PGCN mencionadas no parágrafo 1º desta Cláusula, a prestação do STFC deve ser iniciada em até 12 (doze) meses a partir da publicação do Aditivo nº 01 a este Termo no Diário Oficial da União.

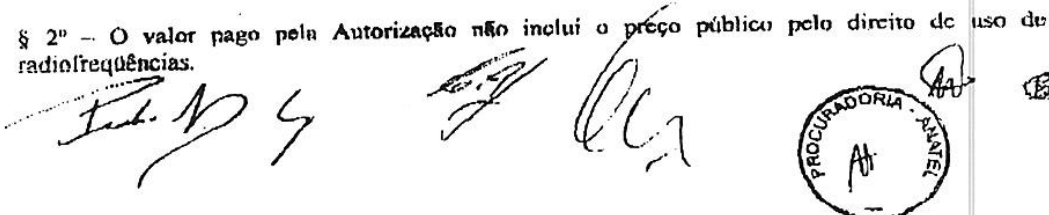
§ 3.º - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.”

**Cláusula Segunda:**

2.1 O Valor da Autorização da extensão do direito, objeto deste Termo Aditivo, para prestação do STFC de acordo com o disposto na Cláusula 1.1, será pago nas formas e condições estabelecidas por ato específico da Anatel.

§ 1.º - O Valor da Autorização deverá ser recolhido ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, importância esta a ser recolhida por meio de Boleto Bancário emitido pela ANATEL.

§ 2.º - O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.





FL. 3 DO ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 298/2003/SPB-ANATEL

### Cláusula Terceira:

3.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo ora aditivado.

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 01 ao Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 25 de Junho de 2004.

Pela ANATEL:

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO  
Presidente

JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO  
Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

LUIZ ALEXANDRE GARCIA  
Procurador

DILSON DALPIAZ DIAS  
Vice-Presidente

TESTEMUNHAS:

Nome: FAIS ROSANDRA BEZERRA  
RG: 1689214 SSP/PB

Nome: EMERSON MARTINS COSTA  
OAB/DF 12.089







**ANATEL** Agência Nacional  
de Telecomunicações

SAUS Quadra 6 – Blocos H – Ed. Ministro Sérgio Motta – Brasília/DF – CEP: 70.070-940  
(61) 312-2000

## ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 298/2003/SPB-ANATEL

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º  
298/2003/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL E COMPANHIA DE  
TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL -  
CTBC TELECOM.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente Substituto, **PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, CI n.º 1.818.065-IFP/RJ e CPF/MF n.º 025.211.057-91, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ ALBERTO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, CI n.º 322.597 SSP/DF e CPF/MF n.º 001.265.786-72, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ora representada por seu Procurador **EMERSON MARTINS COSTA**, brasileiro, casado, advogado, OAB-DF n.º 12.089, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 305, realizado em 22 de junho de 2004, conforme Ato n.º 44.958 de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 298/2003/SPB -ANATEL**, assinado em 10 de setembro de 2003, e retificado pelo Aditivo n.º 01, nos termos das Cláusulas:

### Cláusula Primeira:

Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Autorizada **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, que passa a ser **71.208.516/0001-74**.

### Cláusula Segunda:

*[Assinatura]*  
CURADORIA - ANA







**ANATEL** Agência Nacional  
de Telecomunicações

SAUS Quadra 6 – Blocos H – Ed. Ministro Sérgio Motta – Brasília/DF – CEP: 70.070-940  
(61) 312-2000

FL. 2 DO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 298/2003/SPB-ANATEL

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 02 ao Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

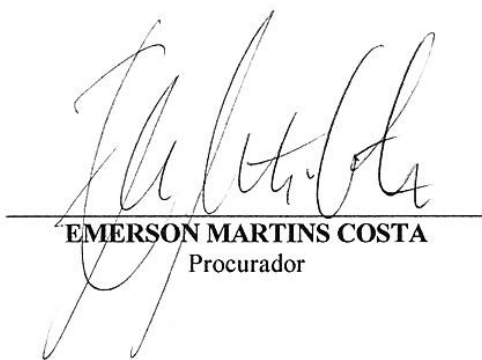
Brasília, 12 de DEZEMBRO de 2005

Pela ANATEL:

  
**PLÍNIO DE AGUIAR JUNIOR**  
Presidente, Substituto


  
**LUIZ ALBERTO DA SILVA**  
Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

  
**EMERSON MARTINS COSTA**  
Procurador

TESTEMUNHAS:

  
Nome: DANIELLE D'EMERY O. GOMES  
CI: 4.127.958 SSP-PE

  
Nome: FÁBIO MANDARINO  
CI: 10.771 CREA-DF

  
TJPB



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 175812906214768289957-29  
Data: 29/06/2021 14:01:46  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: AL S15301-QUV5J



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO  
N.º 298/2003/SPB-ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: OBJETO: Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Concessionária COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, que passa a ser 71.208.516/0001-74. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 44.958, de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2004; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR - Presidente, Substituto e LUIZ ALBERTO DA SILVA - Conselheiro. CTBC TELECOM - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central: EMERSON MARTINS COSTA - Procurador, e como TESTEMUNHAS: DANIELLE D'EMERY OLIVEIRA GOMES e FABIO MANDARINO.

  
PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR  
Presidente do Conselho,  
Substituto

PUBLICADO NO  
DOU de 19/12/2005  
Pág. 92/93 Seq. 03





Ofício n.º 1.832/2015-ORLE–Anatel

Brasília, 3 de março de 2015.

A Senhora  
NEIVA MIRANDA COELHO  
Procuradora  
ALGAR TELECOM S.A.  
SHIS QI 9/11, Bloco K, Sala 101 – Lago Sul  
71.625-205 Brasília/DF

Assunto: **Resposta. Ofício ALGAR/BSB 006/2015.**  
Referência: **Instrumentos de outorga das empresas Algar – atualização da razão social.**

Prezada Senhora,

1. Reportamo-nos ao ofício em referência, protocolizado na Anatel em 23/02/2015, sob o n.º 53500.004214/2015, por meio do qual V. S.ª solicita alteração dos instrumentos de outorga dos serviços de telecomunicações detidos pelas empresas do Grupo Algar ou confirmação da desnecessidade de alteração destes.

2. No caso, os Atos de Autorização, Termos de Autorização e Contratos de Concessão expedidos para as empresas do Grupo Algar são atos administrativos formais expedidos pela Anatel e não podem ser modificados caso não apresentem defeito.

3. Os atos administrativos somente podem ser alterados conforme as situações previstas na Lei n.º 9.784/1999:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

4. A alteração da razão social posteriormente à emissão do ato administrativo, por interesse da empresa, não é motivo, portanto, para a alteração deste.

5. A fim de esclarecer quais são as outorgas detidas pelo Grupo Algar, mais especificamente, quanto às empresas ALGAR TELECOM S.A., CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ALGAR CELULAR S.A., CNPJ n.º 05.835.916/0001-85, e ALGAR MULTIMÍDIA S.A., CNPJ n.º 04.622.116/0001-13, seguem os instrumentos de outorgas expedidos às empresas:

\\lart\orle\Anual\_2015\Ofícios\2015\90032673\_Of\_1832-2015-ORLE\_Resp\_535000042142015.doc  
OFS

SICAP 2015.900.326.76





**ALGAR TELECOM S.A.:**

- 5.1. Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Ato n.º 92, de 12/01/2009, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 15/01/2009;
- 5.2. Concessão para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 93, 112, 115 e 123/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.3. Concessão para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Nacional – LDN, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 127, 146, 149 e 156/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.4. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Local, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.5. Autorização para explorar o STFC, na modalidade LDN, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.6. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Internacional – LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, conforme Termo de Autorização n.º 216/2002/SPB-Anatel, de 25/05/2002, e aditivos, publicado no D.O.U. de 03/06/2002.

**ALGAR CELULAR S.A.**


- 5.7. Autorização para explorar o Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, em todo o território nacional, conforme Termo de Autorização n.º 33/2012/SCM-Anatel, de 03/01/2013, publicado no D.O.U. de 26/03/2013;
- 5.8. Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal – SMP, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Termos de Autorização n.º 42 e 43/2008/PVCP/SPV-Anatel, de 24/11/2003, publicado no D.O.U. de 04/12/2003, e n.º 20/2011/PVCP/SPV-Anatel, de 30/05/2011, publicado no D.O.U. de 01/06/2011;

**ALGAR MULTIMÍDIA S.A.**

- 5.9. Autorização para explorar o SCM, em todo o território nacional, conforme Ato n.º 29.827/2002, de 04/10/2002, publicado no D.O.U. de 09/10/2002.

6. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
**YROA ROBLEDO FERREIRA**  
Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALGAR TELECOM S/A tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALGAR TELECOM S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ALGAR TELECOM S/A assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **29/06/2021 16:02:30 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ALGAR TELECOM S/A ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 175812906214768289957-1 a 175812906214768289957-32

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6fd2d11a2bf3a06e40a8378c2162436dc64235b049e29f4adc0d78d1a8c2277ff0dabe8e4e56180e175fa1da0fbf4078b4b02e73348a61103e4afdc188914b02



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 211/2003/SPB-ANATEL****TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO  
DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO,  
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL  
DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL E A  
COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO  
BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**

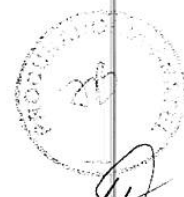
Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, doravante denominada **Anatel**, ora representada pelo seu Presidente, **LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 04.971.252-4 IFP-RJ e CPF/MF n.º 810.878.107-87, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ TITO CERASOLI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG n.º 38.592/D-CREA/RJ e CPF/MF n.º 297.487.047-34, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, celebram o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO**, doravante denominado TERMO que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Capítulo I - Do Objeto**

**Cláusula 1.1** - O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme a Autorização exarada por meio do Ato n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União, de 08 de setembro de 2003.

**Parágrafo Único** - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.

**Cláusula 1.2** - Serviço Telefônico Fixo Comutado é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.





**Cláusula 1.3** - A AUTORIZADA tem direito a implantação, expansão e operação dos troncos, redes e centrais de comutação necessários à sua execução, bem assim sua exploração industrial, nos termos da regulamentação.

**Cláusula 1.4** - A AUTORIZADA se obriga a fornecer a seus assinantes, diretamente ou por intermédio de terceiros, de forma gratuita, listas telefônicas dos assinantes de todas as prestadoras do STFC, em sua área de Autorização, observada a regulamentação.

**Cláusula 1.5** - A AUTORIZADA deverá assegurar a todos os solicitantes e usuários do serviço autorizado, nos municípios por ela atendidos, a realização das instalações necessárias à prestação do serviço, conforme a regulamentação, que deverá estar em operação até doze meses após a data de publicação do extrato deste TERMO, no Diário Oficial da União.

**Cláusula 1.6** - A AUTORIZADA deverá manter acesso gratuito para serviços públicos de emergência estabelecidos na regulamentação.

## Capítulo II – Do Valor da Autorização

**Cláusula 2.1** - O valor da Autorização para prestação de STFC na(s) Área(s) de Prestação constante(s) da Cláusula 1.1 será pago na forma e condição estabelecida por ato específico da Anatel.

§ 1.º - O valor da Autorização deverá ser recolhido ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, por meio de Boleto(s) Bancário(s) emitido(s) pela ANATEL.

§ 2.º - O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.

## Capítulo III - Da Utilização de Radiofrequências e das Condições de Prestação do Serviço

**Cláusula 3.1** - A AUTORIZADA poderá, a título oneroso, utilizar, nos termos da regulamentação, radiofrequências para implantação de sistemas fixos terrestres de radiocomunicação que sejam necessários para a Prestação do Serviço.

**Cláusula 3.2** - O direito de uso das radiofrequências mencionado na cláusula anterior terá prazo de vigência de até 20 (vinte) anos, a contar da data de outorga da autorização de uso de radiofrequência, prorrogável, uma única vez, por igual período, sendo tal prorrogação concedida a título oneroso.

**Cláusula 3.3** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o serviço objeto da Autorização de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao serviço prestado em regime privado, que lhe são inteiramente aplicáveis, observadas as disposições deste TERMO.

Pág. 2 de 25



**Parágrafo Único** - O descumprimento das obrigações relacionadas ao objeto deste TERMO sujeita a AUTORIZADA à aplicação das sanções nele previstas, a suspensão temporária pela Anatel ou a extinção desta Autorização, na forma disposta no art. 137 da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 3.4** - A AUTORIZADA explorará o serviço objeto desta Autorização por sua conta e risco, dentro do regime de ampla e justa competição estabelecido na Lei n.º 9.472, de 1997.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA não terá direito a qualquer espécie de exclusividade, qualquer hipótese de garantia de equilíbrio econômico-financeiro, nem poderá reclamar direito quanto à admissão de novas prestadoras do mesmo serviço, no regime público ou privado.

**Cláusula 3.5** - A AUTORIZADA se obriga a manter a oferta dos acessos, conforme assumido e realizado até 31 de dezembro de 2005, durante toda a vigência da Autorização, independentemente do ambiente de competição existente na área geográfica de prestação do serviço.

**Cláusula 3.6** - A AUTORIZADA deverá estabelecer Plano Básico de Serviço, uniforme e de oferta obrigatória a todos os pretendentes usuários em toda a sua área de prestação de STFC.

**Cláusula 3.7** - A AUTORIZADA estabelecerá os preços que praticará na prestação do STFC, definindo Planos de Serviço com estrutura, formas, critérios e valores que deverão ser razoáveis e não discriminatórios.

**Cláusula 3.8** - A AUTORIZADA poderá estabelecer Planos Alternativos de Serviço com estrutura, critérios e valores diferentes do Plano Básico de Serviço, que deverão se constituir em opção aos seus usuários ou pretendentes usuários, vedada a discriminação de tratamento.

**Cláusula 3.9** - A AUTORIZADA deverá dar ampla divulgação de seus Planos de Serviço, Básico e Alternativos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias de suas comercializações, dando conhecimento à Anatel do seu inteiro teor em até 5 (cinco) dias úteis após iniciada a comercialização de cada Plano.

**Cláusula 3.10** - A AUTORIZADA deverá enviar à Anatel, cópia dos modelos de Contrato(s) de prestação de STFC em até 10 (dez) dias úteis após o início de comercialização.

Pág. 3 de 25

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





#### Capítulo IV - Dos Critérios para Qualidade do Serviço

**Cláusula 4.1** - Constitui pressuposto desta Autorização a adequada qualidade do serviço prestado pela AUTORIZADA, considerando-se, como tal, o serviço que satisfizer as condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

§ 1.º - A regularidade será caracterizada pela prestação continuada do serviço com estrita observância do disposto nas normas expedidas pela Anatel.

§ 2.º - A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste TERMO e pelo atendimento ao usuário do serviço nos prazos previstos neste TERMO.

§ 3.º - A segurança na prestação do serviço será caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua prestação, observado o disposto no inciso V da Cláusula 7.1.

§ 4.º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições deste TERMO.

§ 5.º - A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a AUTORIZADA a prestar o serviço a quem o solicite, no local indicado pelo solicitante, conforme o disposto na cláusula 1.5 e de acordo com a regulamentação.

§ 6.º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários do serviço autorizado, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da AUTORIZADA informações, providências ou qualquer tipo de postulação conforme o disposto no presente TERMO.

**Cláusula 4.2** - A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros e indicadores do Plano Geral de Metas de Qualidade, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998.

**Parágrafo Único:** Para cálculo dos indicadores somente serão considerados os dados referentes às localidades com mais de 180 (cento e oitenta) dias de operação comercial.

**Cláusula 4.3** - A AUTORIZADA não poderá, na hipótese de interrupção da prestação do serviço, alegar o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da Anatel ou da União.

Pág. 4 de 25





**Cláusula 4.4** - A prestação do serviço autorizado somente poderá ser suspensa em conformidade com o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, editado pela Anatel.

### Capítulo V - Do Plano de Numeração

**Cláusula 5.1** - A AUTORIZADA deverá observar a regulamentação de numeração e assegurar ao assinante do serviço a portabilidade de códigos de acesso.

§ 1.º - Os custos referentes aos investimentos necessários para permitir a portabilidade de códigos de acesso serão divididos entre a AUTORIZADA e as demais prestadoras de serviço de telecomunicações, em regime público ou privado.

§ 2.º - Os custos referentes à administração do processo de consignação e ocupação de códigos de acesso do Regulamento de Numeração serão imputados à AUTORIZADA, nos termos do Regulamento de Administração dos Recursos de Numeração, aprovado por meio da Resolução n.º 84, de 30 de dezembro de 1998.

### Capítulo VI - Da Cobrança dos Usuários

**Cláusula 6.1** - Os documentos de cobrança emitidos pela AUTORIZADA deverão ser apresentados de maneira clara e explicativa, indevassáveis e deverão discriminar o tipo e a quantidade de cada serviço prestado ao assinante.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA poderá lançar no documento de cobrança, desde que de forma clara e explícita, os valores devidos em função de prestação de outros serviços, bem como de outras comodidades ou utilidades relacionadas com o serviço autorizado.

**Cláusula 6.2** - A AUTORIZADA oferecerá desconto ao assinante afetado por eventuais descontinuidades na prestação do serviço autorizado, desde que não sejam por ele motivadas, o qual será proporcional ao período em que se verificar a interrupção, na forma da regulamentação.

### Capítulo VII - Dos Direitos e Garantias dos Usuários e Demais Prestadoras

**Cláusula 7.1** - Respeitadas as regras e parâmetros constantes deste TERMO, constituem direitos dos usuários do serviço objeto desta Autorização:

I - o acesso ao serviço e a sua fruição dentro dos padrões de qualidade, regularidade e eficiência previstos neste TERMO e na regulamentação vigente;

II - a possibilidade de solicitar a suspensão ou a interrupção do serviço;

Pág. 5 de 25



- III - o tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- IV - a obtenção de informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço e aos preços praticados;
- V - a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- VI - obter, gratuitamente, mediante solicitação encaminhada ao serviço de atendimento aos usuários mantido pela AUTORIZADA, a não divulgação do seu código de acesso;
- VII - a não suspensão do serviço ao assinante, sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento dos deveres constantes do art. 4.º da Lei n.º 9.472, de 1997;
- VIII - o conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinjam direta ou indiretamente;
- IX - a privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;
- X - a resposta eficiente e pronta às suas reclamações pela AUTORIZADA;
- XI - o encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA junto à Anatel e aos organismos de defesa do consumidor;
- XII - a reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;
- XIII - ver observados os termos do contrato de assinatura pelo qual tiver sido contratado o serviço;
- XIV - escolher livremente a prestadora de serviço de Longa Distância Nacional ou Internacional;
- XV - ter respeitado o seu direito de portabilidade de códigos de acesso, observadas as disposições da regulamentação;
- XVI - não ser obrigado a consumir serviços ou a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a condição para recebimento do serviço objeto desta Autorização, nos termos da regulamentação;
- XVII - a substituição de seu código de acesso nos termos da regulamentação; e

Pág. 6 de 25





**XVIII** - a interceptação, pela Prestadora do STFC na modalidade Local, sem ônus, das chamadas dirigidas ao antigo código de acesso e a informação do seu novo código de acesso, quando da alteração de prestadoras, observadas as disposições estabelecidas no Capítulo VIII do Plano Geral de Metas de Qualidade.

**§ 1.º** - A AUTORIZADA observará o dever de zelar estritamente pelo sigilo inerente ao serviço telefônico e pela confidencialidade quanto aos dados e informações, empregando meios e tecnologias que assegurem este direito dos usuários.

**§ 2.º** - A AUTORIZADA tornará disponíveis os recursos tecnológicos necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária, na forma da regulamentação.

**Cláusula 7.2** - Às demais prestadoras de serviços de telecomunicações serão assegurados, além dos direitos referidos na cláusula anterior, os seguintes direitos:

**I** - a interconexão à rede da AUTORIZADA em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

**II** - ao recebimento do serviço solicitado junto à AUTORIZADA sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação; e





**III** - a obtenção das informações que a AUTORIZADA tenha obrigação de deter, que sejam necessárias para a prestação do serviço por elas operados, inclusive aquelas relativas ao faturamento, ressalvado o direito da AUTORIZADA à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros.

**§ 1.º** - Os conflitos entre AUTORIZADA e demais prestadoras serão resolvidos administrativamente pela Anatel, nos termos da regulamentação.

**§ 2.º** - A Anatel acompanhará permanentemente o relacionamento entre as prestadoras que se utilizem do serviço ora autorizado e a AUTORIZADA, coibindo condutas que possam implicar prejuízo a qualquer das partes ou que importem violação à ordem econômica e à livre licitação e comunicando, nestas hipóteses, tais condutas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, após o exercício de sua competência, na forma do disposto no art. 19, inciso XIX, da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 7.3** - Observada a regulamentação, será assegurado o direito de qualquer usuário à prestação e fruição de serviços de valor adicionado, que deverá se dar em condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos, sendo defeso à AUTORIZADA o estabelecimento de qualquer entrave ou restrição à fruição do serviço.

Pág. 7 de 25





**Parágrafo Único** - Entende-se por serviço de valor adicionado toda a atividade que acrescentar ao serviço objeto desta Autorização, sem com ele se confundir, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

### **Capítulo VIII - Dos Direitos, Garantias, Obrigações e Restrições da AUTORIZADA**

**Cláusula 8.1** - Além das outras obrigações decorrentes deste TERMO e inerentes à prestação do serviço, incumbirá à AUTORIZADA:

- I** - prestar o serviço com absoluta observância do disposto no presente TERMO, submetendo-se plenamente à regulamentação da Anatel;
- II** - implantar todos os equipamentos e instalações necessários à prestação do serviço objeto desta Autorização, dentro das especificações referidas neste TERMO;
- III** - prestar à Anatel, na forma e periodicidade previstas na regulamentação, todos os dados e elementos referentes ao serviço que sejam solicitados;
- IV** - submeter-se à fiscalização da Anatel, permitindo o acesso de seus agentes às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- V** - manter registros contábeis separados por serviço;
- VI** - manter sistema adequado de informação e atendimento ao usuário;
- VII** - encaminhar cópia de acordos e contratos relativos à prestação do serviço com prestadoras estrangeiras de serviços de telecomunicações;
- VIII** - divulgar, diretamente ou através de terceiros, o código de acesso dos seus assinantes e dos demais assinantes de prestadoras do STFC, em regime público e privado, na área de Autorização, com exclusão daqueles que requererem expressamente a omissão dos seus dados pessoais;
- IX** - fornecer, em prazos e a preços razoáveis e de forma não discriminatória, a relação de seus assinantes a quem queira divulgá-la;
- X** - respeitar rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, observadas as prescrições legais e regulamentares;
- XI** - respeitar a privacidade dos assinantes com relação aos documentos de cobrança e a todas as informações pessoais a eles referentes;

Pág. 8 de 25

cc

ls

203

20

201



**XII** - submeter previamente à Anatel toda e qualquer alteração que pretenda fazer nos seus estatutos ou contrato social, inclusive quanto à cisão, fusão, transformação, incorporação, bem como a transferência de controle ou alteração no capital social;

**XIII** - assegurar a qualquer outro prestador de serviço de telecomunicações a interconexão com sua rede, observada a regulamentação;

**XIV** - observar todos os direitos das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, omitindo-se de praticar qualquer conduta discriminatória ou voltada a obstar a atividade destes;

**XV** - utilizar, sempre que exigido pela regulamentação, equipamentos com certificação expedida ou aceita pela Anatel;

**XVI** - observar as normas e os padrões técnicos vigentes no Brasil, omitindo-se de qualquer prática discriminatória em relação a bens e equipamentos produzidos no País;

**XVII** - colocar à disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vistas a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas;

**XVIII** - atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiro, tornando disponíveis os meios necessários para adequada comunicação destas autoridades, observada a regulamentação da Anatel;

**XIX** - pagar todas as taxas de fiscalização e funcionamento das suas instalações, na forma da regulamentação;

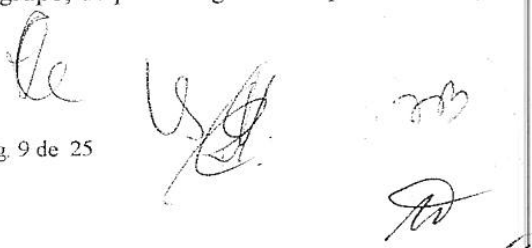
**XX** - publicar anualmente, independente do regime jurídico a que esteja sujeita, balanço e demonstrações financeiras levantadas ao final de cada exercício social, observadas as disposições da legislação vigente e da regulamentação da Anatel;

**XXI** - observar as normas vigentes no País quanto à utilização de mão-de-obra estrangeira, inclusive nos cargos de maior qualificação;

**XXII** - dar cumprimento a acordos firmados entre o Brasil e outros Países e organismos internacionais, na forma regulamentada pela Anatel;

**XXIII** - enviar em periodicidade definida pela Anatel, quadro demonstrativo de todos os acionistas detentores, isoladamente ou em grupo, de parcela igual ou superior a 5% (cinco por cento) do seu capital votante; e,

Pág. 9 de 25





**XXIV** - prestar à Anatel informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira, societária e contábil, ou outras que lhe sejam requisitadas.

**XXV** - informar à ANATEL, com antecedência de 60 (sessenta) dias, contados da data de início da operação, a relação de Municípios e a respectiva quantidade de acessos a serem ofertados, nas(s) correspondente(s) Área(s) de prestação, no formato definido no Anexo 1 deste Termo.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras não poderão condicionar a oferta do serviço ao consumo casado de qualquer outro serviço, nem oferecer vantagens ao usuário em virtude da fruição de serviços adicionais àquele objeto do presente TERMO, ainda que prestados por terceiros.

**Cláusula 8.2** - Sem prejuízo das demais disposições constantes deste TERMO e das garantias asseguradas em lei, constituem direitos da AUTORIZADA:

**I** - prestar o serviço dentro de sua estratégia empresarial, definindo livremente seus investimentos, respeitadas a regulamentação da Anatel e as disposições deste TERMO;

**II** - renunciar à prestação do serviço autorizado, conforme dispõe o art. 142 da Lei n.º 9.472, de 1997, desde que manifeste expressamente, com antecedência de 6 (seis) meses, a decisão perante a Anatel e a seus usuários;

**III** - indicar representante para acompanhar a atividade fiscalizatória da Anatel;

**IV** - interromper, conforme disposto na cláusula 4.4 deste TERMO, ou não atender à solicitação de prestação de serviço para o assinante, cujo nome constar de seu cadastro de assinantes inadimplentes.

**V** - a disponibilidade de interconexão com as demais prestadoras de STFC, em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

**VI** - a receber o serviço solicitado junto às demais prestadoras sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação;

**VII** - a obter todas as informações que sejam necessárias para a prestação do serviço, conforme inciso VI, inclusive aquelas relativas ao faturamento, ressalvado o direito das demais prestadoras à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros;

**VIII** - a disponibilidade de recursos de numeração de acordo com a regulamentação;

Pág. 10 de 25





IX - solicitar da Anatel a confidencialidade de informação colhida no exercício da atividade fiscalizatória; e

X - contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.

**Cláusula 8.3** - Durante a vigência deste TERMO, a AUTORIZADA será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos e contratados, na prestação do STFC, bem como pelo uso dos equipamentos, instalações ou redes, excluídas a União e a Anatel de quaisquer reclamações e/ou indenizações.

**Cláusula 8.4** - A AUTORIZADA não poderá opor embaraços a obras de interesse público, qualquer que seja a sua natureza, sempre que se tornar necessária a remoção de instalações ou de redes telefônicas para viabilização de intervenções promovidas, direta ou indiretamente, por qualquer órgão ou entidade da Administração pública.

**Cláusula 8.5** - A AUTORIZADA deverá pactuar diretamente com cada Prefeitura Municipal das áreas de prestação do serviço, bem como com as demais prestadoras de serviços públicos as condições para colocação de postes e cruzetas para suspensão de suas linhas e cabos aéreos e, ainda, dutos e canalizações subterrâneos destinados à passagem de cabos sob ruas e logradouros públicos.

§ 1.º - A AUTORIZADA diligenciará junto aos titulares de bens públicos ou privados sobre ou sob os quais tenha que passar dutos ou canalizações ou ainda instalar suportes para colocação dos mesmos, obtendo o respectivo consentimento ou servidão para tal fim.

§ 2.º - A AUTORIZADA deverá promover junto às respectivas autoridades municipais as tratativas necessárias ao estabelecimento das condições para superação das interferências na rede necessária à prestação do serviço, inclusive quanto ao corte e poda de árvores.

**Cláusula 8.6** - Nos termos do disposto no art. 73 da Lei n.º 9.472, de 1997, a AUTORIZADA poderá utilizar postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por outras prestadoras de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público.

§ 1.º - A utilização dos meios referidos no *caput* desta cláusula deverá ser realizada de forma não discriminatória e a preços justos e razoáveis.

§ 2.º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível às demais prestadoras de serviços de telecomunicações, classificados pela Anatel como de interesse coletivo, os meios de sua propriedade ou por ela controlados, referidos no *caput* desta cláusula, respeitadas as mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

Pág. 11 de 25



§ 3º - Sempre que a AUTORIZADA não chegar a um acordo com as demais prestadoras acerca da utilização dos meios referidos nesta cláusula, caberá à Anatel, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos reguladores envolvidos, definir as condições desta utilização.

**Cláusula 8.7** - A AUTORIZADA manterá durante a vigência desta Autorização, central de informação e de atendimento ao usuário, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, capacitada para receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pelos usuários pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação à distância.

§ 1.º - A AUTORIZADA deverá divulgar a todos os usuários os endereços e códigos de acesso a sua central de informação e de atendimento ao usuário, os quais deverão constar necessariamente do Contrato de Prestação do STFC firmadas para prestação do serviço.

§ 2.º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível e divulgar código de acesso fácil e gratuito para o encaminhamento de solicitações dos usuários por via telefônica.

§ 3.º - Todas as solicitações, reclamações ou queixas encaminhadas pelos usuários, por qualquer meio, deverão receber um número de ordem, que será informado ao interessado para possibilitar seu acompanhamento.

§ 4.º - O usuário será informado pela AUTORIZADA nos prazos definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade, quanto às providências adotadas em função da sua solicitação, reclamação ou queixa.

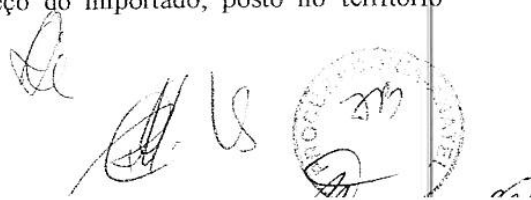
§ 5.º - Caso a Anatel constate existir dificuldade de acesso pelos usuários da central de informação e de atendimento, poderá determinar à AUTORIZADA a ampliação dos meios de acesso disponíveis, sob pena de considerar desatendida a obrigação prevista nesta cláusula.

**Cláusula 8.8** - Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao objeto deste TERMO, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

§ 1.º - Nos casos em que haja equivalência entre ofertas, a AUTORIZADA se obriga a utilizar como critério de desempate, a preferência a serviços oferecidos por empresas situadas no País, equipamentos e materiais produzidos no País, e, entre eles, àqueles com tecnologia nacional, sendo que a equivalência referida neste parágrafo será apurada quando, cumulativamente:

I - o preço nacional for menor ou igual ao preço do importado, posto no território nacional, incluídos os tributos incidentes;

Pág. 12 de 25





II - o prazo de entrega for compatível com as necessidades do serviço; e

III - sejam satisfeitas as especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente e possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, quando aplicável.

§ 2.º - Compreende-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

**Cláusula 8.9** - A AUTORIZADA, suas coligadas, controladas, controladoras, ou qualquer de seus acionistas que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto da AUTORIZADA, somente poderão possuir ações sem direito a voto de prestadora(as) do STFC atuante na mesma Área de Prestação e na mesma modalidade de serviço, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

#### Capítulo IX - Das Transferências e Alterações Societárias

**Cláusula 9.1** - As transferências e alterações societárias estão sujeitas às condições estabelecidas nos arts. 7º, 98 e 136 da Lei n.º 9.472, de 1997, e deverão atender ao disposto na Resolução n.º 101, de 04 fevereiro de 1999, na Norma n.º 04/98 - ANATEL, aprovada Resolução n.º 76, de 16 de dezembro de 1998, na Norma n.º 07/99 - ANATEL, aprovada pela Resolução n.º 195, de 7 de dezembro de 1999, e regulamentação específica subsequente.

#### Capítulo X - Das Obrigações e Prerrogativas da Anatel

**Cláusula 10.1** - Além das outras prerrogativas inerentes à sua função de Órgão Regulador e das demais obrigações decorrentes deste TERMO, incumbirá à Anatel:

I - acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço visando ao atendimento da regulamentação;


II - regulamentar a prestação do serviço autorizado;

III - aplicar as sanções previstas na regulamentação do serviço e, especificamente, neste TERMO;

IV - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 90 (noventa) dias, das providências tomadas com vista à repressão de infrações a seus direitos;

V - declarar extinta a Autorização nos casos previstos na Lei n.º 9.472, de 1997;

Pág. 13 de 25





**VI** - zelar pela garantia de interconexão, dirimindo eventuais pendências surgidas entre a AUTORIZADA e demais prestadoras;

**VII** - acompanhar permanentemente o relacionamento entre a AUTORIZADA e demais prestadoras, dirimindo os conflitos surgidos;

**VIII** - coibir condutas da AUTORIZADA contrárias ao regime de competição, observadas as competências do CADE, a regulamentação e em especial o disposto nas Cláusulas 10.2 e 10.3 deste Capítulo;

**IX** - exercer a atividade fiscalizatória do serviço conforme o disposto neste TERMO; e

**X** - arrecadar as taxas relativas ao FISTEL, adotando as providências previstas na legislação.

**Cláusula 10.2** - A Anatel poderá instaurar procedimento administrativo destinado a apurar inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA, relativas à não participação no controle de outras empresas ou a outras vedações impeditivas de concentração econômica, sempre que houver indícios de influência relevante desta, de suas coligadas, controladas ou controladoras sobre pessoa(s) jurídica(s) prestadora(s) de STFC, atuantes na mesma Área de Prestação e prestando a mesma modalidade de serviço, tais como:

**I** - a existência de operações significativas, passivas ou ativas, de financiamento, sob qualquer forma, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

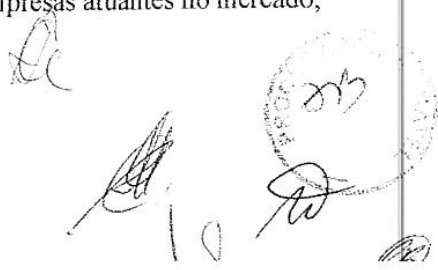
**II** - a prestação de garantia real, pessoal ou de qualquer outra espécie, pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras, à(s) prestadora(s) de STFC, ou vice-versa;

**III** - transferência de bens entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições, termos ou valores distintos dos praticados no mercado;

**IV** - existência de processo de transferência de conhecimentos tecnológicos estratégicos entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

**V** - prestação de serviços de telecomunicações ou correlatos, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC, em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às demais empresas atuantes no mercado;

Pág. 14 de 25



VI - existência de acordos de interconexão entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas as demais empresas atuantes no mercado;

VII - existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas às demais empresas atuantes no mercado;

VIII - uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;

IX - existência de qualquer ato jurídico entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e empresa que detenha controle sobre prestadora(s) de STFC tendo por objeto a transferência de ações entre elas, ou a outorga de direito de preferência relativamente a transferência de ações entre elas;

X - contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes; e

XI - outras condutas definidas na regulamentação como caracterizadoras de indícios de concentração econômica ou de exercício de poder de controle entre a AUTORIZADA e prestadora(s) de STFC.

**Parágrafo Único** - A comprovação, após o procedimento previsto nesta Cláusula, de existência de qualquer situação que caracterize inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA poderá acarretar a cassação da presente Autorização, nos termos do art. 139 da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 10.3** - A Anatel poderá ainda instaurar procedimento administrativo destinado a apurar infração contra a ordem econômica prevista na Lei n.º 8.884, de 1994, e, em particular, a adoção de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência, diante da verificação, entre outros, dos seguintes indícios:

I - Estabilidade prolongada das participações relativas de empresas concorrentes no mercado;

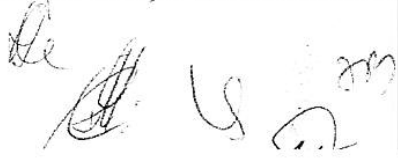
II - Conduta comercial uniforme entre concorrentes;

III - Contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes;

IV - Estabilidade prolongada dos níveis ou estruturas de preços dos serviços, ou paralelismos nas variações de preço;

V - Uniformização das condições ou termos de oferta dos serviços entre concorrentes;

Pág. 15 de 25





VI - Troca de informações relevantes entre concorrentes, relativas, entre outros aspectos, a estratégias tecnológicas, financeiras ou comerciais;

VII - Divisão estável de atuação no mercado entre concorrentes;

VIII - Complementariedade nos planos ou projetos de expansão ou implantação de redes;

IX - Discriminação de preços ou de condições da prestação de serviços que privilegiem empresas determinadas, em detrimento das demais atuantes no mercado;

X - Compras, vendas, locações, comodatos ou qualquer outra forma de transferência, temporária ou definitiva, de bens de valor significativo ou de importância estratégica entre empresas concorrentes;

XI - Uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos por empresas concorrentes;

XII - Existência de acordos de interconexão que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, para empresas determinadas em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;

XIII - Existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas para empresas determinadas, em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;

XIV - Distorção, manipulação, omissão ou procrastinação por concorrentes no fornecimento de informações requisitadas pela Anatel; e

XV - Outras práticas definidas na regulamentação como indícios de colusão.

**Parágrafo Único** - A comprovação da prática pela AUTORIZADA de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência poderá implicar, além da aplicação das sanções previstas neste Termo e daquelas aplicáveis pelo CADE, a caducidade da presente AUTORIZAÇÃO.

## Capítulo XI - Da Autorizada

**Cláusula 11.1** - A AUTORIZADA é empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, observado o disposto na Lei n.º 9.472, de 1997 e no Decreto n.º 2.617, de 5 de junho de 1998.

## Capítulo XII - Do Regime de Fiscalização

**Cláusula 12.1** - A Anatel exercerá a fiscalização dos serviços a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos constantes deste TERMO.

Pág. 16 de 25





§ 1.º - A fiscalização a ser exercida pela Anatel compreenderá a inspeção e o acompanhamento das atividades, equipamentos e instalações da AUTORIZADA, implicando amplo acesso a todos os dados e informações da AUTORIZADA ou de terceiros.

§ 2.º - As informações colhidas no exercício da atividade fiscalizatória serão publicadas na Biblioteca, à exceção daquelas que, por solicitação da AUTORIZADA, sejam consideradas pela Anatel como de caráter confidencial.

§ 3.º - As informações que venham a ser consideradas de caráter confidencial nos termos do parágrafo anterior, somente serão utilizadas nos procedimentos correlacionados ao presente TERMO, respondendo a Anatel e aqueles por ela indicados por qualquer divulgação, ampla ou restrita, de tais informações fora deste âmbito de utilização.

**Cláusula 12.2** - A AUTORIZADA, por intermédio de representante indicado, poderá acompanhar toda e qualquer atividade da fiscalização da Anatel, não podendo obstar ou impedir a atuação da fiscalização, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste TERMO.

### Capítulo XIII - Da Interconexão

**Cláusula 13.1** - A AUTORIZADA tem obrigação de permitir, facilitar, tornar disponível e efetivar a interconexão, à rede por ela operada, de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações, em regime público ou privado, sempre que estas o solicitem, observada a regulamentação e em particular o Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de julho de 1998.

**Parágrafo Único** - A disponibilidade de pontos de interconexão deve ser negociada diretamente pela AUTORIZADA com as prestadoras envolvidas, observada a regulamentação.

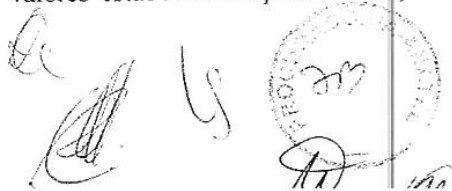
**Cláusula 13.2** - A AUTORIZADA será remunerada pelo uso de sua rede em conformidade com o previsto no Regulamento sobre Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998.

**Cláusula 13.3** - A AUTORIZADA terá os mesmos direitos e obedecerá às mesmas condições de interconexão a que estejam sujeitos as demais prestadoras do STFC.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA deverá tornar disponível para interconexão os elementos da rede com maior nível de desagregação tecnicamente possível, observada a regulamentação.

**Cláusula 13.4** - A AUTORIZADA cobrará das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, pelo uso de redes, no máximo, os valores estabelecidos pela Anatel, observada a regulamentação.

Pág. 17 de 25



#### Capítulo XIV - Das Sanções

**Cláusula 14.1** - Na execução deste TERMO, a AUTORIZADA se sujeita às seguintes sanções, que serão aplicadas mediante decisão fundamentada da Anatel, assegurado o seu direito de defesa nos termos do disposto no seu Regimento Interno e sem prejuízo das demais penalidades previstas na regulamentação:

**I** - por ato ou omissão contrário às disposições constantes deste TERMO que acarrete prejuízo à competição no setor de telecomunicações; multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

**II** - por violação às disposições deste TERMO que importe em não cumprimento das metas e parâmetros de qualidade na prestação do serviço; multa de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

**III** - por outro ato ou omissão não enquadrado nos incisos anteriores que importe em violação aos direitos do usuário definidos neste TERMO ou acarrete-lhe prejuízo; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

**IV** - por ato ou omissão que viole o disposto na cláusula 8.8 deste TERMO, referente à contratação de serviços e aquisição de equipamentos e materiais produzidos no País; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

**V** - por qualquer ato ou omissão que traga óbice ou dificuldade ao exercício da atividade fiscal da Anatel prevista neste TERMO; multa de até R\$20.000.000 (vinte milhões de reais); e

**VI** - pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista expressamente neste TERMO, exceto as indicadas nos incisos anteriores; multa de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

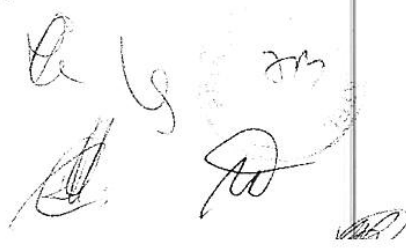
**§ 1º** - A infração prescrita no inciso I e III supra terá sua gravidade definida exclusivamente em função dos critérios gerais prescritos na cláusula 14.2 e será caracterizada pela conduta da AUTORIZADA que, direta ou indiretamente, possa importar prejuízo à competição no setor, especialmente:

a) oferecimento de óbice ou dificuldade à opção por outro prestador do serviço autorizado ou do serviço de longa distância nacional e internacional;

b) recusa em dar interconexão a prestador de serviço de telecomunicações;

c) oferecimento de óbices ou dificuldades à atividade de prestadoras de serviço de valor adicionado;

Pág. 18 de 25





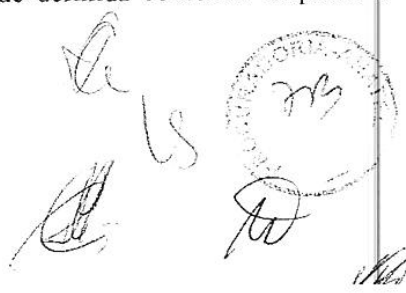
- d) condicionamento da prestação do serviço autorizado ou oferecimento de vantagens em função de aquisição, pelo usuário, de serviço estranho ao presente TERMO;
- e) execução de qualquer serviço de telecomunicações que não seja objeto de autorização expedida pela Anatel em seu favor;
- f) pela não preservação dos níveis de qualidade praticados quanto à interconexão; e
- g) procrastinação na entrega de informações essenciais à atividade das demais prestadoras, especialmente no que tange às bases cadastrais.

§ 2º - A infração prescrita no inciso II supra será caracterizada pelo desatendimento dos parâmetros de qualidade definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade e terá sua escala de gravidade definida em função do número de usuários atingidos e dos prejuízos causados, ficando caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, de obrigação prevista neste TERMO, que acarrete violação dos direitos dos usuários, especialmente:

- a) a interrupção na prestação dos serviços por prazo superior ao estabelecido no Plano Geral de Metas de Qualidade;
- b) a não alocação na operação e manutenção do serviço dos recursos humanos e materiais necessários à preservação dos padrões mínimos de qualidade;
- c) negligência na modernização da rede que afete a qualidade do serviço;
- d) o não cumprimento do dever de prestar informações ao usuário;
- e) a violação do sigilo de telecomunicações, fora das hipóteses legais, ainda que praticada por terceiros nas instalações sob responsabilidade da AUTORIZADA;
- f) o não cumprimento do dever de fornecer gratuitamente listas telefônicas;
- g) a não manutenção de central de informação e de atendimento ao usuário na forma prescrita neste TERMO; e
- h) a cobrança de preço em desacordo com as regras estipuladas neste TERMO e na regulamentação.

§ 3º - A infração prescrita no inciso IV será caracterizada pela verificação de violação da obrigação contida na cláusula 8.8 e terá sua gravidade definida conforme dispuser a regulamentação.

Pág. 19 de 25





§ 4º - A infração prescrita no inciso V supra terá sua gravidade definida em função da relevância da atividade fiscal obstada e será caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, da AUTORIZADA ou de seus prepostos, que impeça ou dificulte a atividade de fiscalização exercida pela Anatel, seus prepostos, agentes, especialmente:

a) recusa da AUTORIZADA em atender pedido de informação formulado pela Anatel relacionada ao serviço autorizado ou aos bens a ele afetos;

b) oferecimento de entrave à atuação dos agentes de fiscalização da Anatel;

c) omissão em cumprir obrigação de publicidade prevista neste TERMO, ou na regulamentação; e

d) não envio ou envio intempestivo de qualquer informação, dado, relatório ou documento que, por força da regulamentação ou deste TERMO, deveria ser remetida à Anatel.

§ 5º - A sanção prevista no inciso VI será caracterizada pela verificação de violação de obrigação deste Termo não compreendida nos parágrafos anteriores.

§ 6º - A sanção prevista no inciso I será aplicada pela Anatel independentemente das providências que venham a ser adotadas pelo CADE.

§ 7º - O não recolhimento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta cláusula no prazo fixado pela Anatel, caracterizará falta grave e implicará a cobrança de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), acrescida da taxa referencial SELIC para títulos federais, a ser aplicada sobre o valor da dívida, considerando todos os dias de atraso de pagamento, salvo se disposto de forma diferente em regulamentação específica.

**Cláusula 14.2** - Para aplicação das multas previstas neste Capítulo serão observadas as regras contidas no Título VI do Livro III da Lei n.º 9.472, de 1997, e na regulamentação.

§ 1º - Na definição da gravidade das sanções e na fixação das multas, a Anatel observará as seguintes circunstâncias:

I - a proporcionalidade entre a intensidade do apenamento e a gravidade da falta, inclusive quanto ao número dos usuários atingidos;

II - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;

III - a vantagem auferida pela AUTORIZADA em virtude da infração;

IV - a participação da AUTORIZADA no mercado dentro de sua área geográfica de prestação do serviço;

Pág. 20 de 25



V - a situação econômica e financeira da AUTORIZADA, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio;

VI - os antecedentes da AUTORIZADA;

VII - a reincidência específica, assim entendida a repetição de falta de igual natureza após o recebimento de notificação anterior; e

VIII - as circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

§ 2º - Independente dos critérios específicos de graduação previstos em cada inciso da cláusula anterior e de outros previstos na regulamentação, a graduação das penas observará a seguinte escala:

I - a infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da AUTORIZADA e da qual ela não se beneficie;

II - a infração será considerada de gravidade média quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para a AUTORIZADA qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários; e

III - a infração será considerada grave quando a Anatel constatar presente um dos seguintes fatores:

a) ter a AUTORIZADA agido com má-fé;

b) da infração decorrer benefício direto ou indireto para a AUTORIZADA;

c) a AUTORIZADA for reincidente na infração; e

d) o número de usuários atingido for significativo.

§ 3º - A critério da Anatel, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, poderá ser aplicada a pena de advertência à AUTORIZADA, que será comunicada formalmente da sanção, sem prejuízo da publicação da decisão na Imprensa Oficial.

§ 4º - Para aplicação das sanções previstas neste Capítulo será observado o Procedimento Sancionatório previsto no Regimento Interno da Anatel.

§ 5º - Nas infrações previstas na cláusula 14.1 a Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA abata do valor a ser recolhido, a título de multa, montantes a serem pagos como ressarcimento aos usuários atingidos, fixando no ato de aplicação da pena os critérios para o ressarcimento, o prazo em que deve ser pago e o valor máximo do abatimento.

Pág. 21 de 25

*Handwritten signatures and initials.*





§ 6º - A hipótese prevista no parágrafo anterior só poderá ser adotada quando verificado que o interesse ou a necessidade dos usuários não elidirá a responsabilidade da AUTORIZADA pelas demais indenizações civis devidas.

**Cláusula 14.3** - As multas previstas neste Capítulo serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de declaração de caducidade previstas no presente TERMO.

**Cláusula 14.4** - Os valores das multas previstas neste Capítulo serão reajustados, anualmente, mediante a aplicação do IGP-DI, vencendo o primeiro reajuste após um ano da assinatura deste TERMO.

### Capítulo XV - Da Extinção Da Autorização

**Cláusula 15.1** - Considerar-se-á extinta a Autorização por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme os arts. 138 a 144 da Lei n.º 9.472, de 1997 e consoante os procedimentos constantes da regulamentação.

**Parágrafo Único** - A declaração de extinção não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis de conformidade com o disposto neste TERMO pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA.

**Cláusula 15.2** - A extinção da Autorização para a modalidade de serviço Local, antes de 31 de dezembro de 2005, implicará a extinção de Autorização expedida concomitante para a modalidade de serviço Longa Distância Nacional ou Longa Distância Internacional, na mesma Área de Prestação, para a mesma AUTORIZADA, quando houver.

**Parágrafo Único** - A extinção da Autorização para uma das modalidades de serviço, Local, Longa Distância Nacional ou Longa Distância Internacional pode implicar na extinção das outras, quando resultante de aplicação de sanção por infração grave.

### Capítulo XVI - Do Regime Legal e dos Documentos Aplicáveis

**Cláusula 16.1** - Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei n.º 9.472, de 1997, e a regulamentação dela decorrente, em especial a de competência do Poder Executivo, conforme disposto no art. 18 da referida Lei, prevalecendo sempre estas no que colidir com aquelas.

**Cláusula 16.2** - Na prestação do serviço ora autorizado deverá ser observada a regulamentação da Anatel, como parte integrante deste TERMO, em especial os documentos relacionados a seguir:

I - Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998;

Pág. 22 de 25





**II** - Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998;

**III** - Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998;

**IV** - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 85, de 30 de dezembro de 1998;

**V** - Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de junho de 1998, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 130, de 31 de maio de 1999;

**VI** - Regulamento de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 83, de 30 de dezembro de 1998;

**VII** - Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 84, de 30 de dezembro de 1998;

**VIII** - Regulamento sobre Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998;

**IX** - Regulamento sobre Divulgação de Listas de Assinantes e de Edição e Distribuição de Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita, aprovado pela Resolução n.º 66, de 9 de novembro de 1998;

**X** - Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e Autorização de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução n.º 65, de 29 de outubro de 1998;


**XI** - Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155, de 16 de agosto de 1999; e

**XII** - Regulamento para Expedição de Autorização para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao público em geral - STFC, aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001.

**Cláusula 16.3** - Integra ainda este TERMO, como se nele estivesse transcrito, o Anexo I - Relação de Município(s) e respectiva quantidade de Acessos a serem ofertados, na(s) correspondente(s) Área(s) de Prestação.

**Cláusula 16.4** - Na interpretação das normas e disposições constantes deste TERMO deverão ser levadas em conta, além dos documentos referidos neste Capítulo, as regras gerais de hermenêutica e as normas e princípios contidos na Lei n.º 9.472, de 1997.

Pág. 23 de 25



### Capítulo XVII - Do Foro

**Cláusula 17.1** - Para solução de questões decorrentes deste TERMO será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, Distrito Federal.

### Capítulo XVIII - Disposição Final

**Cláusula 18.1** - Este TERMO entrará em vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.


E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste TERMO, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 19 de Setembro de 2003

Pela ANATEL:

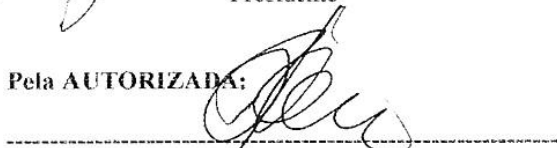


**LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA**  
Presidente



**LUIZ TITO CERASOLI**  
Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

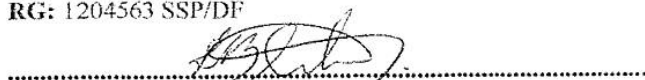


**DILSON DALPIAZ DIAS**  
Vice-Presidente

TESTEMUNHAS:



Nome: RICARDO DE FREITAS FEROLA  
RG: 1204563 SSP/DF



Nome: ROBSON BRAGANÇA CINTRA  
RG: 1449665 SSP/DF



**ANEXO 1**

(ao Termo de Autorização de STFC - modalidade de serviço Local)

**RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS E RESPECTIVA QUANTIDADE DE ACESSOS A SEREM OFERTADOS**

Relação de Municípios a serem atendidos, por Área de Prestação, por período de 12 (doze) meses, com suas respectivas populações.

ÁREA DE PRESTAÇÃO:

N.º ORDEM	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	UF	ACESSOS OFERTADOS
1				
2				
.....				
.....				

Pág. 25 de 25

Handwritten signatures and initials.

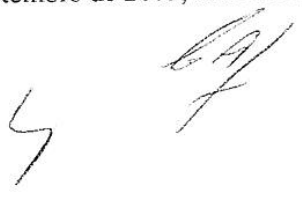
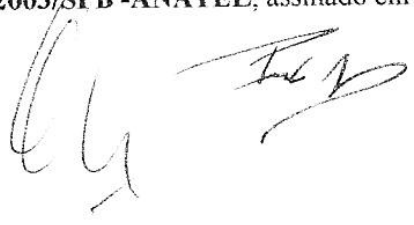




## ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º  
297/2003/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LOCAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA  
NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E  
COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL  
CENTRAL – CTBC TELECOM.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente, **PEDRO JAIME ZILLER DE ARAUJO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, CI n.º 7160/D-CREA/MG e CPF/MF n.º 320.408.228-87, em conjunto com o Conselheiro **JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, Engenheiro de Telecomunicações, RG n.º 180522/AR – Ministério da Marinha e CPF/MF n.º 045.457.377-49, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Procurador **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, Economista, RG n.º M-1.214.924-SSP/MG e CPF/MF n.º 546.861.806-00, e pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, Engenheiro, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 289, realizada em 18 de fevereiro de 2004, conforme Ato n.º 42.848 de 1º de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 11 de março de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 297/2003/SPB -ANATEL**, assinado em 10 de setembro de 2003, nos termos das Cláusulas:



**Cláusula Primeira:**

Alterar a cláusula 1.1 do Capítulo I, que passa a ter a seguinte redação:

“1.1 – O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas – PGO, excetuados os setores 03, 22, 25 e 33, conforme Autorizações exaradas por meio dos Atos n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, e n.º 42.848, de 1º de março de 2004, publicados no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003 e 11 de março de 2004 respectivamente.

§ 1.º - O prazo para início de operação do serviço objeto deste Termo, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do PGO, terá termo final em 02 de outubro de 2004.

§ 2.º - Na área complementar, não coincidente com os setores 03, 22, 25 e 33 do PGO e com as Áreas de Numeração do PGCN mencionadas no parágrafo 1º desta Cláusula, a prestação do STFC deve ser iniciada em até 12 (doze) meses a partir da publicação do Aditivo n.º 01 a este Termo no Diário Oficial da União.

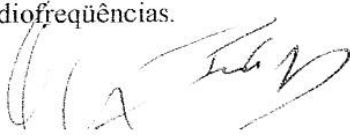
§ 3.º - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.”

**Cláusula Segunda:**

2.1 – O Valor da Autorização da extensão do direito, objeto deste Termo Aditivo, para prestação de STFC de acordo com o disposto na Cláusula 1.1, será pago nas formas e condições estabelecidas por ato específico da Anatel.

§ 1º – O Valor da Autorização deverá ser recolhido ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, importância esta a ser recolhida por meio de Boleto Bancário emitido pela ANATEL.

§ 2º – O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.





FL. 3 DO ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL

**Cláusula Terceira:**

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo ora aditivado.

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 01 ao Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 25 de março de 2004.

**Pela ANATEL:**

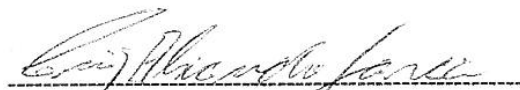


**PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO**  
Presidente




**JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO**  
Conselheiro

**Pela AUTORIZADA:**

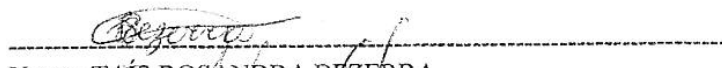


**LUÍZ ALEXANDRE GARCIA**  
Procurador

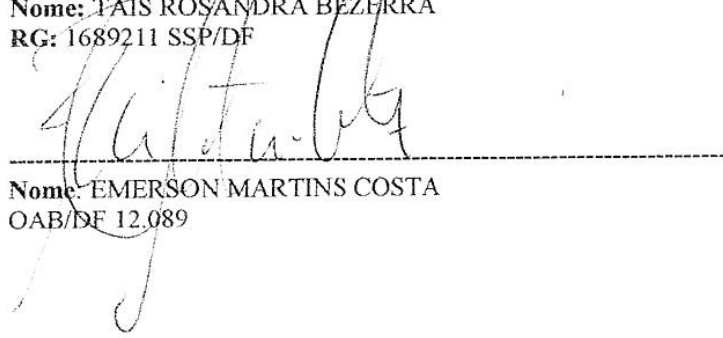


**DILSON DALPIAZ DIAS**  
Vice-Presidente

**TESTEMUNHAS:**



Nome: TAÍS ROSANDRA BEZERRA  
RG: 1689211 SSP/DF



Nome: EMERSON MARTINS COSTA  
OAB/DF 12.089





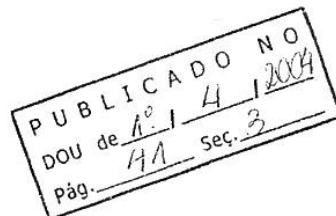
# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM. OBJETO: Alteração da cláusula 1.1 do Termo original, que passará a abranger as Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas – PGO, excetuados os Setores 03, 22, 25 e 33 para os quais a CTBC TELECOM detém Concessão para prestação do serviço. FUNDAMENTO LEGAL: Atos n.º 38.837, de 5 de setembro de 2003, e 42.848, de 1º de março de 2004; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT); Plano Geral de Outorgas – PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de junho de 2001; e Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Presidente, e JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO – Conselheiro. Pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM: LUIZ ALEXANDRE GARCIA – Procurador, e DILSON DALPIAZ DIAS – Vice-Presidente. E como TESTEMUNHAS: TAÍS ROSANDRA BEZERRA e EMERSON MARTINS COSTA.

  
**PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO**  
Presidente do Conselho





## ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º  
297/2003/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LOCAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA  
NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL E  
COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL  
CENTRAL - CTBC TELECOM.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente Substituto, **PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, CI n.º 1.818.065-IFP/RJ e CPF/MF n.º 025.211.057-91, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ ALBERTO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, CI n.º 322.597 SSP/DF e CPF/MF n.º 001.265.786-72, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ora representada por seu Procurador **EMERSON MARTINS COSTA**, brasileiro, casado, advogado, OAB-DF n.º 12.089, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 305, realizado em 22 de junho de 2004, conforme Ato n.º 44.958 de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 297/2003/SPB -ANATEL**, assinado em 10 de setembro de 2003, e retificado pelo Aditivo n.º 01, nos termos das Cláusulas:

### Cláusula Primeira:

Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Autorizada **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, que passa a ser **71.208.516/0001-74**.

### Cláusula Segunda:

3.1 - Permanecem inalteradas as demais condições do Termo ora aditivado.

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*  
**PROCURADORIA - ANATEL**  
*[Assinatura]*







**ANATEL** Agência Nacional  
de Telecomunicações

SAUS Quadra 6 – Blocos H – Ed. Ministro Sérgio Motta – Brasília/DF – CEP: 70.070-940  
(61) 312-2000

FL. 2 DO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL.

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 02 ao Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

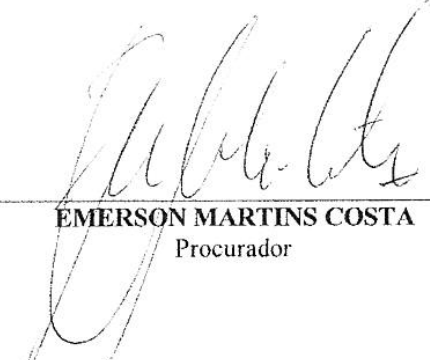
Brasília, 12 de DEZEMBRO de 2005

Pela ANATEL:

  
PLÍNIO DE AGUIAR JUNIOR  
Presidente, Substituto

  
LUIZ ALBERTO DA SILVA  
Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

  
EMERSON MARTINS COSTA  
Procurador

TESTEMUNHAS:

  
Nome: DANIELLE D'EMERY O. GOMES  
CI: 4.127.958 SSP-PE

  
Nome: FÁBIO MANDARINO  
CI: 10.771 CREA-DE






# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 297/2003/SPB-ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: OBJETO: Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Concessionária COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, que passa a ser 71.208.516/0001-74. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 44.958, de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2004; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR - Presidente, Substituto e LUIZ ALBERTO DA SILVA - Conselheiro. CTBC TELECOM - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central: EMERSON MARTINS COSTA - Procurador, e como TESTEMUNHAS: DANIELLE D'EMERY OLIVEIRA GOMES e FABIO MANDARINO.

  
**PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR**  
Presidente do Conselho,  
Substituto

PUBLICADO NO  
DOU de 19 / 12 / 2005  
Pág. 92193 Seq. 03



Ofício n.º 1.832/2015-ORLE–Anatel

Brasília, 3 de março de 2015.

A Senhora  
NEIVA MIRANDA COELHO  
Procuradora  
ALGAR TELECOM S.A.  
SHIS QI 9/11, Bloco K, Sala 101 – Lago Sul  
71.625-205 Brasília/DF

Assunto: **Resposta. Ofício ALGAR/BSB 006/2015.**  
Referência: **Instrumentos de outorga das empresas Algar – atualização da razão social.**

Prezada Senhora,

1. Reportamo-nos ao ofício em referência, protocolizado na Anatel em 23/02/2015, sob o n.º 53500.004214/2015, por meio do qual V. S.<sup>a</sup> solicita alteração dos instrumentos de outorga dos serviços de telecomunicações detidos pelas empresas do Grupo Algar ou confirmação da desnecessidade de alteração destes.

2. No caso, os Atos de Autorização, Termos de Autorização e Contratos de Concessão expedidos para as empresas do Grupo Algar são atos administrativos formais expedidos pela Anatel e não podem ser modificados caso não apresentem defeito.

3. Os atos administrativos somente podem ser alterados conforme as situações previstas na Lei n.º 9.784/1999:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

4. A alteração da razão social posteriormente à emissão do ato administrativo, por interesse da empresa, não é motivo, portanto, para a alteração deste.

5. A fim de esclarecer quais são as outorgas detidas pelo Grupo Algar, mais especificamente, quanto às empresas ALGAR TELECOM S.A., CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ALGAR CELULAR S.A., CNPJ n.º 05.835.916/0001-85, e ALGAR MULTIMÍDIA S.A., CNPJ n.º 04.622.116/0001-13, seguem os instrumentos de outorgas expedidos às empresas:

\\lartorio\Arquivos\Anual 2015\Ofícios\2015\90032673\_Of\_1832-2015-ORLE\_Resp\_535000042142015.doc  
OFS

SICAP 2015.900.326.76





**ALGAR TELECOM S.A.:**

- 5.1. Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Ato n.º 92, de 12/01/2009, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 15/01/2009;
- 5.2. Concessão para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 93, 112, 115 e 123/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.3. Concessão para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Nacional – LDN, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 127, 146, 149 e 156/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.4. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Local, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.5. Autorização para explorar o STFC, na modalidade LDN, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.6. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Internacional – LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, conforme Termo de Autorização n.º 216/2002/SPB-Anatel, de 25/05/2002, e aditivos, publicado no D.O.U. de 03/06/2002.

**ALGAR CELULAR S.A.**


- 5.7. Autorização para explorar o Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, em todo o território nacional, conforme Termo de Autorização n.º 33/2012/SCM-Anatel, de 03/01/2013, publicado no D.O.U. de 26/03/2013;
- 5.8. Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal – SMP, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Termos de Autorização n.º 42 e 43/2008/PVCP/SPV-Anatel, de 24/11/2003, publicado no D.O.U. de 04/12/2003, e n.º 20/2011/PVCP/SPV-Anatel, de 30/05/2011, publicado no D.O.U. de 01/06/2011;

**ALGAR MULTIMÍDIA S.A.**

- 5.9. Autorização para explorar o SCM, em todo o território nacional, conforme Ato n.º 29.827/2002, de 04/10/2002, publicado no D.O.U. de 09/10/2002.

6. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
**YROA ROBLEDO FERREIRA**  
Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALGAR TELECOM S/A tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALGAR TELECOM S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ALGAR TELECOM S/A assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **29/06/2021 16:04:37 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ALGAR TELECOM S/A ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 175812906216708661188-1 a 175812906216708661188-34

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6fd2d11a2bf3a06e40a8378c2162436debaedd0c0251cfbdc2922e14d48a710d5c0c77a8f3e67a05ec01c332d44abe6fb4b02e73348a61103e4afdc188914b02



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 216/2002/SPB-ANATEL**

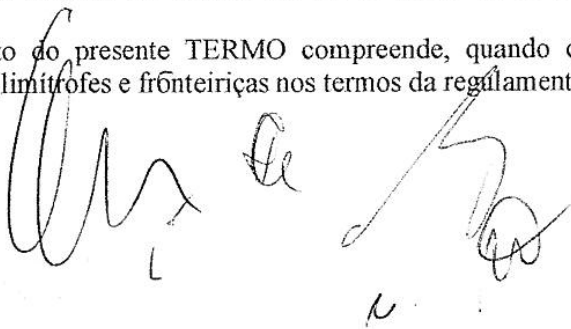
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DO  
SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO,  
MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA  
INTERNACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES –  
ANATEL E A CIA. DE TELECOMUNICAÇÕES DO  
BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM.**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, entidade integrante da UNIÃO, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, doravante denominada **Anatel**, ora representada pelo seu Presidente, **LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 04.971.252-4 IFP-RJ e CPF/MF n.º 810.878.107-87, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ TITO CERASOLI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG n.º 38.592/D-CREA/RJ e CPF/MF n.º 297.487.047-34, e de outro a **CIA. DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM**, CNPJ/MF n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Presidente **LUIZ ALBERTO GARCIA**, brasileiro, casado, RG n.º 3.528.542-SSP/MG e CPF/MF n.º 004.953.606-00 e pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, doravante denominada **AUTORIZADA**, celebram o presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO**, doravante denominado TERMO que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

**Capítulo I – Do Objeto**

**Cláusula 1.1** – O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, concomitante com as modalidades de serviço Local e Longa Distância Nacional, nas Áreas de Prestação equivalentes aos Setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Autorização exarada por meio do Ato n.º 25.766 de 17 de maio de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2002.

**Parágrafo Único** – O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.





**Cláusula 1.2** - Serviço Telefônico Fixo Comutado é o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia.

**Cláusula 1.3** - A AUTORIZADA tem direito a implantação, expansão e operação dos troncos, redes e centrais de comutação necessários à sua execução, bem assim sua exploração industrial, nos termos da regulamentação.

**Cláusula 1.4** - A AUTORIZADA deverá assegurar a prestação do serviço a todos os solicitantes e usuários do serviço autorizado na Área de Prestação por ela atendida, conforme a regulamentação, que deverá estar em operação até 12 meses após a data de publicação do extrato deste TERMO no Diário Oficial da União.

## Capítulo II – Do Valor da Autorização

**Cláusula 2.1** - O valor da Autorização para prestação de STFC na(s) Área(s) de Prestação constante(s) da Cláusula 1.1 será pago na forma e condição estabelecida por ato específico da Anatel.

§ 1º - O valor da Autorização deverá ser recolhido ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, por meio de Boleto(s) Bancário(s) emitido(s) pela ANATEL.

§ 2º - O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.

## Capítulo III – Da Utilização de Radiofrequências e das Condições de Prestação do Serviço

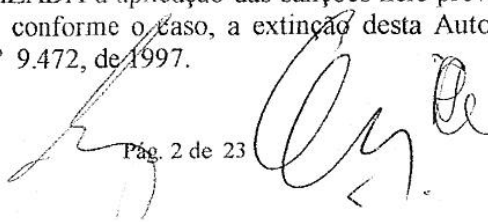
**Cláusula 3.1** - A AUTORIZADA poderá, a título oneroso, utilizar, nos termos da regulamentação, radiofrequências para implantação de sistemas fixos terrestres de radiocomunicação que sejam necessários para a Prestação do Serviço.

**Cláusula 3.2** - O direito de uso das radiofrequências mencionado na cláusula anterior terá prazo de vigência de até 20 (vinte) anos, a contar da data de outorga da autorização de uso de radiofrequência, prorrogável, uma única vez, por igual período, sendo tal prorrogação concedida a título oneroso.

**Cláusula 3.3** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o serviço objeto da Autorização de forma a cumprir plenamente as obrigações inerentes ao serviço prestado em regime privado, que lhes são inteiramente aplicáveis, observados as disposições deste TERMO.

**Parágrafo Único** - O descumprimento das obrigações relacionadas ao objeto deste TERMO sujeitará a AUTORIZADA a aplicação das sanções nele previstas, a suspensão temporária pela Anatel ou conforme o caso, a extinção desta Autorização, na forma disposta no art. 137 da Lei n.º 9.472, de 1997.

Pág. 2 de 23





**Cláusula 3.4** - A AUTORIZADA explorará o serviço objeto desta Autorização por sua conta e risco, dentro do regime de ampla e justa competição estabelecido na Lei n.º 9.472, de 1997.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA não terá direito a qualquer espécie de exclusividade, qualquer hipótese de garantia de equilíbrio econômico financeiro, nem poderá reclamar direito quanto à admissão de novas prestadoras do mesmo serviço, no regime público ou privado.

**Cláusula 3.5** - A AUTORIZADA se obriga a prestar o serviço, independentemente do ambiente de competição existente na Área de Prestação autorizada.

**Cláusula 3.6** - A AUTORIZADA deverá estabelecer Plano Básico de Serviço, uniforme e de oferta obrigatória a todos os pretendentes usuários em toda a sua área de prestação de STFC.

**Cláusula 3.7** - A AUTORIZADA estabelecerá os preços que praticará na prestação do STFC, definindo Planos de Serviço com estrutura, formas, critérios e valores que deverão ser razoáveis e não discriminatórios.

**Cláusula 3.8** - A AUTORIZADA poderá estabelecer Planos Alternativos de Serviço com estrutura, critérios e valores diferentes do Plano Básico de Serviço, que deverão se constituir em opção aos seus usuários ou pretendentes usuários, vedada a discriminação de tratamento.

**Cláusula 3.9** - A AUTORIZADA deverá dar ampla divulgação de seus Planos de Serviço, Básico e Alternativos, com antecedência de 2 (dois) dias de suas comercializações, dando conhecimento à Anatel do seu inteiro teor em até 5 (cinco) dias úteis após iniciada a comercialização de cada Plano.

**Cláusula 3.10** - A AUTORIZADA deverá enviar à Anatel, cópia dos modelos de Contrato(s) de prestação de STFC em até 10 (dez) dias úteis após o início de comercialização.

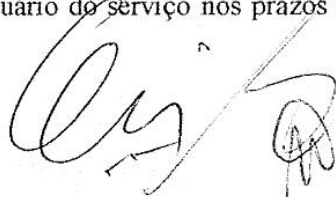
#### Capítulo IV – Dos Critérios para Qualidade do Serviço.

**Cláusula 4.1** - Constitui pressuposto desta Autorização a adequada qualidade do serviço prestado pela AUTORIZADA, considerando-se como tal o serviço que satisfizer às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia.

**§ 1º** - A regularidade será caracterizada pela prestação continuada do serviço com estrita observância do disposto nas normas expedidas pela Anatel.

**§ 2º** - A eficiência será caracterizada pela consecução e preservação dos parâmetros constantes deste TERMO e pelo atendimento ao usuário do serviço nos prazos previstos neste TERMO.

Pág. 3 de 23



§ 3º - A segurança na prestação do serviço será caracterizada pela confidencialidade dos dados referentes à utilização do serviço pelos usuários, bem como pela plena preservação do sigilo das informações transmitidas no âmbito de sua prestação, observado o disposto no inciso V da Cláusula 7.1.

§ 4º - A atualidade será caracterizada pela modernidade dos equipamentos, das instalações e das técnicas de prestação do serviço, com a absorção dos avanços tecnológicos que, definitivamente, tragam benefícios para os usuários, respeitadas as disposições deste TERMO.

§ 5º - A generalidade será caracterizada com a prestação não discriminatória do serviço a todo e qualquer usuário, obrigando-se a AUTORIZADA a prestar o serviço a quem o solicite conforme o disposto na cláusula 1.4 de acordo com a regulamentação.

§ 6º - A cortesia será caracterizada pelo atendimento respeitoso e imediato de todos os usuários do serviço autorizado, bem como pela observância das obrigações de informar e atender pronta e polidamente todos que, usuários ou não, solicitem da AUTORIZADA informações, providências ou qualquer tipo de postulação conforme o disposto no presente TERMO.

**Cláusula 4.2** - A AUTORIZADA deverá observar os parâmetros e indicadores do Plano Geral de Metas de Qualidade, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998.

**Parágrafo Único:** Para cálculo dos indicadores somente serão considerados os dados referentes às localidades com mais de 180 (cento e oitenta) dias de operação comercial.

**Cláusula 4.3** - A AUTORIZADA não poderá, na hipótese de interrupção da prestação do serviço, alegar o não adimplemento de qualquer obrigação por parte da Anatel ou da União.

**Cláusula 4.4** - A prestação do serviço autorizado somente poderá ser suspensa em conformidade com o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, editado pela Anatel.

## Capítulo V – Do Plano de Numeração

**Cláusula 5.1** - Observada a regulamentação, a AUTORIZADA se obriga a obedecer ao Regulamento de Numeração do Serviço Telefônico Fixo Comutado editado pela Anatel, aprovado por meio da Resolução n.º 86, de 30 de dezembro de 1998.

**Parágrafo Único** - Os custos referentes à administração do processo de consignação e ocupação de recursos de numeração do Regulamento de Numeração serão imputados à AUTORIZADA, nos termos do Regulamento de Administração de Recursos de Numeração.

Pág. 4 de 23





**Cláusula 5.2** - À Autorizada será atribuído recursos de numeração, sem exclusividade, nos termos da regulamentação.

**Cláusula 5.3** - O objeto deste TERMO não inclui o Código de Seleção de Prestadora ou o Código Específico, devendo ser observado o disposto no Regulamento para Expedição de Autorização para prestação de STFC.

## Capítulo VI – Da Cobrança dos Usuários

**Cláusula 6.1** - Os documentos de cobrança emitidos pela AUTORIZADA deverão ser apresentados de maneira clara e explicativa, indevassáveis e deverão discriminar o tipo e a quantidade de cada serviço prestado ao assinante.

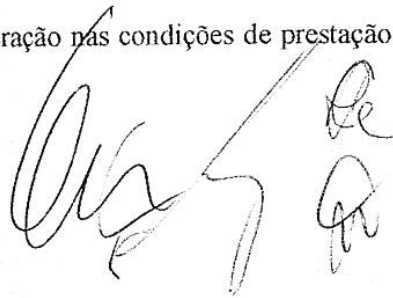
**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA poderá lançar no documento de cobrança, desde que de forma clara e explícita, os valores devidos em função de prestação de outros serviços, bem como de outras comodidades ou de utilidades relacionadas com o serviço autorizado.

## Capítulo VII – Dos Direitos e Garantias dos Usuários e Demais Prestadoras

**Cláusula 7.1** - Respeitadas as regras e condições constantes deste TERMO, constituem direitos dos usuários do serviço objeto desta Autorização:

- I** - o acesso ao serviço e a sua fruição dentro dos padrões de qualidade, regularidade e eficiência previstos neste TERMO e na regulamentação vigente;
- II** - a possibilidade de solicitar a suspensão ou a interrupção do serviço;
- III** - o tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço;
- IV** - a obtenção de informações adequadas quanto às condições de prestação do serviço e aos preços praticados;
- V** - a inviolabilidade e o segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;
- VI** - a não suspensão do serviço ao assinante, sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento dos deveres constantes do art. 4º da Lei n.º 9.472, de 1997;
- VII** - o conhecimento prévio de toda e qualquer alteração nas condições de prestação do serviço que lhe atinjam direta ou indiretamente;

Pág. 5 de 23





**VIII** - a privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela AUTORIZADA;

**IX** - a resposta eficiente e pronta às suas reclamações pela AUTORIZADA;

**X** - o encaminhamento de reclamações ou representações contra a AUTORIZADA junto à Anatel e aos organismos de defesa do consumidor;

**XI** - a reparação pelos danos causados pela violação dos seus direitos;

**XII** - ver observados os termos do contrato de assinatura pelo qual tiver sido contratado o serviço;

**XIII** - escolher livremente a prestadora de serviço de Longa Distância Nacional ou Internacional;

**XIV** - não ser obrigado a consumir serviços ou a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse, bem como a não ser compelido a se submeter a condição para recebimento do serviço objeto desta Autorização, nos termos da regulamentação.

§ 1º - A AUTORIZADA observará o dever de zelar estritamente pelo sigilo inerente ao serviço telefônico e pela confidencialidade quanto aos dados e informações, empregando meios e tecnologias que assegurem este direito dos usuários.

§ 2º - A AUTORIZADA tornará disponíveis os recursos tecnológicos necessários à suspensão de sigilo de telecomunicações determinada por autoridade judiciária, na forma da regulamentação.

**Cláusula 7.2** - Às demais prestadoras de serviços de telecomunicações serão assegurados, além dos direitos referidos na cláusula anterior, os seguintes direitos:

**I** - a interconexão à rede da AUTORIZADA em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos, que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

**II** - ao recebimento do serviço solicitado junto à AUTORIZADA sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação; e

**III** - a obtenção das informações que a AUTORIZADA tenha obrigação de deter, que sejam necessárias para a prestação do serviço por elas operados, ressalvado o direito da AUTORIZADA à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros.

Pág. 6 de 23



§ 1º - Os conflitos entre AUTORIZADA e demais prestadoras serão resolvidos administrativamente pela Anatel, nos termos da regulamentação.

§ 2º - A Anatel acompanhará permanentemente o relacionamento entre as prestadoras que se utilizem do serviço ora autorizado e a AUTORIZADA, coibindo condutas que possam implicar prejuízo a qualquer das partes ou que importem violação à ordem econômica e à livre concorrência e comunicando, nestas hipóteses, tais condutas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, após o exercício de sua competência, na forma do disposto no art. 19, inciso XIX, da Lei n.º 9.472, de 1997.

### **Capítulo VIII – Dos Direitos, Garantias, Obrigações e Restrições da AUTORIZADA**

**Cláusula 8.1** - Além das outras obrigações decorrentes deste TERMO e inerentes à prestação do serviço, incumbirá à AUTORIZADA:

**I** - prestar o serviço com absoluta observância do disposto no presente TERMO, submetendo-se plenamente à regulamentação da Anatel;

**II** - implantar todos os equipamentos e instalações necessários à prestação do serviço objeto desta Autorização, dentro das especificações referidas neste TERMO;

**III** - prestar à Anatel, na forma e periodicidade previstas na regulamentação, todos os dados e elementos referentes ao serviço que sejam solicitados;

**IV** - submeter-se à fiscalização da Anatel, permitindo o acesso de seus agentes às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

**V** - manter registros contábeis separados por serviço;

**VI** - manter sistema adequado de informação e atendimento ao usuário;

**VII** - encaminhar cópia de acordos e contratos relativos à prestação do serviço com prestadoras estrangeiras de serviços de telecomunicações;

**VIII** - respeitar rigorosamente o dever de sigilo e confidencialidade das telecomunicações, observadas as prescrições legais e regulamentares;

**IX** - respeitar a privacidade dos assinantes com relação aos documentos de cobrança e a todas as informações pessoais a eles referentes;

**X** - submeter previamente à Anatel toda e qualquer alteração que pretenda fazer nos seus estatutos ou contrato social, inclusive quanto à cisão, fusão, transformação, incorporação, bem como a transferência de controle ou alteração no capital social;

Pág. 7 de 23





**XI** - assegurar a qualquer outro prestador de serviço de telecomunicações a interconexão com sua rede, observada a regulamentação;

**XII** - observar todos os direitos das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, omitindo-se de praticar qualquer conduta discriminatória ou voltada a obstar a atividade destes;

**XIII** - utilizar, sempre que exigido pela regulamentação, equipamentos com certificação expedida ou aceita pela Anatel;

**XIV** - observar as normas e os padrões técnicos vigentes no Brasil, omitindo-se de qualquer prática discriminatória em relação a bens e equipamentos produzidos no País;

**XV** - colocar à disposição das autoridades e dos agentes da defesa civil, nos casos de calamidade pública, todos os meios, sistemas e disponibilidades que lhe forem solicitados com vistas a dar-lhes suporte ou a amparar as populações atingidas;

**XVI** - atender com prioridade o Presidente da República, seus representantes protocolares, sua comitiva e pessoal de apoio, bem como os Chefes de Estado estrangeiros, quando em visitas ou deslocamentos oficiais pelo território brasileiro, tornando disponíveis os meios necessários para adequada comunicação destas autoridades, observada a regulamentação da Anatel;

**XVII** - pagar todas as taxas de fiscalização e funcionamento das suas instalações, na forma da regulamentação;

**XVIII** - publicar anualmente, independente do regime jurídico a que esteja sujeita, balanço e demonstrações financeiras levantadas ao final de cada exercício social, observadas as disposições da legislação vigente e da regulamentação da Anatel;

**XIX** - observar as normas vigentes no País quanto à utilização de mão-de-obra estrangeira, inclusive nos cargos de maior qualificação;

**XX** - dar cumprimento a acordos firmados entre o Brasil e outros Países e organismos internacionais, na forma regulamentada pela Anatel;

**XXI** - enviar em periodicidade definida pela Anatel, quadro demonstrativo de todos os acionistas detentores, isoladamente ou em grupo, de parcela igual ou superior a 5% (cinco por cento) do seu capital votante; e

**XXII** - prestar à Anatel informações de natureza técnica, operacional, econômico-financeira, societária e contábil, ou outras que lhe sejam requisitadas.

Pág. 8 de 23





**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras não poderão condicionar a oferta do serviço ao consumo casado de qualquer outro serviço, nem oferecer vantagens ao usuário em virtude da fruição de serviços adicionais àquele objeto do presente TERMO, ainda que prestados por terceiros.

**Cláusula 8.2** - Sem prejuízo das demais disposições constantes deste TERMO e das garantias asseguradas em lei, constituem direitos da AUTORIZADA:

**I** - Prestar o serviço dentro de sua estratégia empresarial, definindo livremente seus investimentos, respeitadas a regulamentação da Anatel e as disposições deste TERMO;

**II** - renunciar à prestação do serviço autorizado, conforme dispõe o art. 142 da Lei n.º 9.472, de 1997, desde que manifeste expressamente, com antecedência de 6 (seis) meses, a decisão perante a Anatel e a seus usuários;

**III** - indicar representante para acompanhar a atividade fiscalizatória da Anatel;

**IV** - interromper, conforme disposto na cláusula 4.4 deste TERMO, ou não atender à solicitação de prestação de serviço para o assinante, cujo nome constar de cadastro de assinantes inadimplentes.

**V** - a disponibilidade de interconexão com as demais prestadoras de STFC, em condições econômicas e operacionais não discriminatórias, sob condições tecnicamente adequadas e a preços isonômicos e justos que atendam estritamente ao necessário à prestação do serviço, observada a regulamentação da Anatel;

**VI** - a receber o serviço solicitado junto às demais prestadoras sem qualquer tipo de discriminação, pelos preços de mercado ou por preços negociados pelas partes e com as reduções que forem aplicáveis em função dos custos evitados em virtude do consumo em larga escala, respeitada a regulamentação;

**VII** - a obter todas as informações que sejam necessárias para a prestação do serviço, conforme inciso VI, inclusive aquelas relativas ao faturamento, ressalvado o direito das demais prestadoras à preservação dos seus dados recobertos pelo sigilo empresarial, bem como os direitos de terceiros;

**VIII** - a disponibilidade de recursos de numeração de acordo com a regulamentação;

**IX** - solicitar da Anatel a confidencialidade de informação colhida no exercício da atividade fiscalizatória; e

**X** - contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço, bem como a implementação de projetos associados.

Pág. 9 de 23



**Cláusula 8.3** - Durante a vigência deste TERMO, a AUTORIZADA será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, prepostos e contratados, na prestação do STFC, bem como pelo uso dos equipamentos, instalações ou redes, excluídas a União e a Anatel de quaisquer reclamações e/ou indenizações.

**Cláusula 8.4** - A AUTORIZADA não poderá opor embaraços a obras de interesse público, qualquer que seja a sua natureza, sempre que se tornar necessária a remoção de instalações ou de redes telefônicas para viabilização de intervenções promovidas, direta ou indiretamente, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública.

**Cláusula 8.5** - A AUTORIZADA deverá pactuar diretamente com cada Prefeitura Municipal das áreas de prestação do serviço, bem como com as demais prestadoras de serviços públicos as condições para colocação de postes e cruzetas para suspensão de suas linhas e cabos aéreos e, ainda, dutos e canalizações subterrâneos destinados à passagem de cabos sob ruas e logradouros públicos.

§ 1º - A AUTORIZADA diligenciará junto aos titulares de bens públicos ou privados sobre ou sob os quais tenha que passar dutos ou canalizações ou ainda instalar suportes para colocação dos mesmos, obtendo o respectivo consentimento ou servidão para tal fim.

§ 2º - A AUTORIZADA deverá promover junto às respectivas autoridades municipais as tratativas necessárias ao estabelecimento das condições para superação das interferências na rede necessária à prestação do serviço, inclusive quanto ao corte e poda de árvores.

**Cláusula 8.6** - Nos termos do disposto no art. 73 da Lei n.º 9.472, de 1997, a AUTORIZADA poderá utilizar postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por outras prestadoras de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público.

§ 1º - A utilização dos meios referidos no *caput* desta cláusula deverá ser realizada de forma não discriminatória e a preços justos e razoáveis.

§ 2º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível às demais prestadoras de serviços de telecomunicações, classificados pela Anatel como de interesse coletivo, os meios de sua propriedade ou por ela controlados, referidos no *caput* desta cláusula, respeitadas as mesmas condições previstas no parágrafo anterior.

§ 3º - Sempre que a AUTORIZADA não chegar a um acordo com as demais prestadoras acerca da utilização dos meios referidos nesta cláusula, caberá à Anatel, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos reguladores envolvidos, definir as condições desta utilização.

Pág. 10 de 23





**Cláusula 8.7** - A AUTORIZADA manterá durante a vigência desta Autorização, central de informação e de atendimento ao usuário, funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, capacitada para receber e processar solicitações, queixas e reclamações encaminhadas pelos usuários pessoalmente ou por qualquer meio de comunicação à distância.

§ 1º - A AUTORIZADA deverá tornar disponível e divulgar código de acesso fácil e gratuito para o encaminhamento de solicitações dos usuários por via telefônica.

§ 2º - Todas as solicitações, reclamações ou queixas encaminhadas pelos usuários, por qualquer meio, deverão receber um número de ordem, que será informado ao interessado para possibilitar seu acompanhamento.

§ 3º - O usuário será informado pela AUTORIZADA nos prazos definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade, quanto às providências adotadas em função da sua solicitação, reclamação ou queixa.

§ 4º - Caso a Anatel constate existir dificuldade de acesso pelos usuários da central de informação e de atendimento poderá determinar à AUTORIZADA a ampliação dos meios de acesso disponíveis, sob pena de considerar desatendida a obrigação prevista nesta cláusula.

**Cláusula 8.8** - Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao objeto deste TERMO, a AUTORIZADA se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

§ 1º - Nos casos em que haja equivalência entre ofertas, a AUTORIZADA se obriga a utilizar como critério de desempate, a preferência a serviços oferecidos por empresas situadas no País, equipamentos e materiais produzidos no País, e, entre eles, àqueles com tecnologia nacional, sendo que a equivalência referida neste parágrafo será apurada quando, cumulativamente:

I - o preço nacional for menor ou igual ao preço do importado, posto no território nacional, incluídos os tributos incidentes;

II - o prazo de entrega for compatível com as necessidades do serviço; e

III - sejam satisfeitas as especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente e possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, quando aplicável.

§ 2º - Compreende-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

Pág. 11 de 23



**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Válter Azevedo de M. Cavalcanti  
Título

TJPB





**Cláusula 8.9** – A AUTORIZADA, suas controladas, controladoras, ou qualquer de seus acionistas que tenham participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) das ações com direito a voto da autorizada, somente poderão possuir ações sem direito a voto de prestadora(s) do STFC atuante(s) na mesma Área de Prestação e mesma modalidade de serviço, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

#### **Capítulo IX - Das Transferências e Alterações Societárias**

**Cláusula 9.1** - As transferências e alterações societárias estão sujeitas às condições estabelecidas nos arts. 7º, 98 e 136 da Lei n.º 9.472, de 1997, e deverão atender ao disposto na Resolução n.º 101, de 04 fevereiro de 1999, na Norma n.º 04/98 – ANATEL, aprovada Resolução n.º 76, de 16 de dezembro de 1998, na Norma n.º 07/99 – ANATEL, aprovada pela Resolução n.º 195, de 7 de dezembro de 1999, e regulamentação específica subsequente.

#### **Capítulo X – Das Obrigações e Prerrogativas da Anatel**

**Cláusula 10.1** - Além das outras prerrogativas inerentes à sua função de Órgão Regulador e das demais obrigações decorrentes deste TERMO, incumbirá à Anatel:

**I** - acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço visando ao atendimento da regulamentação;

**II** - regulamentar a prestação do serviço autorizado;

**III** - aplicar as sanções previstas na regulamentação do serviço e, especificamente, neste TERMO;

**IV** - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando-os, em até 90 (noventa) dias, das providências tomadas com vista à repressão de infrações a seus direitos;

**V** - declarar extinta a Autorização nos casos previstos na Lei n.º 9.472, de 1997;

**VI** - zelar pela garantia de interconexão, dirimindo eventuais pendências surgidas entre a AUTORIZADA e demais prestadoras;

**VII** - acompanhar permanentemente o relacionamento entre a AUTORIZADA e demais prestadoras, dirimindo os conflitos surgidos;

**VIII** - coibir condutas da AUTORIZADA contrárias ao regime de competição, observadas as competências do CADE, a regulamentação e em especial o disposto nas Cláusulas 10.2. e 10.3. deste Capítulo;

Pág. 12 de 23



IX - exercer a atividade fiscalizatória do serviço conforme o disposto neste TERMO; e

X - arrecadar as taxas relativas ao FISTEL, adotando as providências previstas na legislação.

**Cláusula 10.2** - A Anatel poderá instaurar procedimento administrativo destinado a apurar inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA, relativas à não participação no controle de outras empresas ou a outras vedações impeditivas de concentração econômica, sempre que houver indícios de influência relevante desta, de suas coligadas, controladas ou controladoras sobre pessoa jurídica prestadora(s) de STFC, atuantes na mesma Área de Prestação e mesma modalidade de Serviço, tais como:

I - a existência de operações significativas, passivas ou ativas, de financiamento, sob qualquer forma, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadoras de STFC;

II - a prestação de garantia real, pessoal ou de qualquer outra espécie, pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC, ou vice e versa;

III - transferência de bens entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC, em condições, termos ou valores distintos dos praticados no mercado;

IV - existência de processo de transferência de conhecimentos tecnológicos estratégicos entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC;


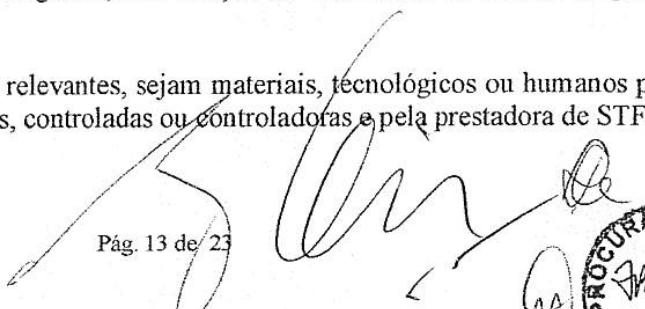
V - prestação de serviços de telecomunicações ou correlatos, entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às demais empresas atuantes no mercado;

VI - existência de acordos de interconexão entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas as demais empresas atuantes no mercado;

VII - existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e prestadora(s) de STFC em condições favorecidas ou privilegiadas, em relação às oferecidas às demais empresas atuantes no mercado;

VIII - uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos pela AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e pela prestadora de STFC;

Pág. 13 de 23





**IX** - existência de qualquer ato jurídico entre a AUTORIZADA, suas coligadas, controladas ou controladoras e empresa que detenha controle sobre prestadora de STFC tendo por objeto a transferência de ações entre elas, ou a outorga de direito de preferência relativamente a transferência de ações entre elas;

**X** - contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes; e

**XI** - outras condutas definidas na regulamentação como caracterizadoras de indícios de concentração econômica ou de exercício de poder de controle entre prestadores de STFC.

**Parágrafo Único** - A comprovação, após o procedimento previsto nesta Cláusula, de existência de qualquer situação que caracterize inveracidade ou insubsistência das condições declaradas pela AUTORIZADA poderá acarretar a cassação da presente Autorização, nos termos do art. 139 da Lei n.º 9.472, de 1997.

**Cláusula 10.3** - A Anatel poderá ainda instaurar procedimento administrativo destinado a apurar infração contra a ordem econômica prevista na Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e, em particular, a adoção de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência, diante da verificação, entre outros, dos seguintes indícios:

**I** - Estabilidade prolongada das participações relativas de empresas concorrentes no mercado;

**II** - Conduta comercial uniforme entre concorrentes;

**III** - Contratação em conjunto de bens ou serviços por concorrentes;

**IV** - Estabilidade prolongada dos níveis ou estruturas de preços dos serviços, ou paralelismos nas variações de preço;

**V** - Uniformização das condições ou termos de oferta dos serviços entre concorrentes;

**VI** - Troca de informações relevantes entre concorrentes, relativas, entre outros aspectos, a estratégias tecnológicas, financeiras ou comerciais;

**VII** - Divisão estável de atuação no mercado entre concorrentes;

**VIII** - Complementariedade nos planos ou projetos de expansão ou implantação de redes;

**IX** - Discriminação de preços ou de condições da prestação de serviços que privilegiem empresas determinadas, em detrimento das demais atuantes no mercado;

Pág. 14 de 23





**X -** Compras, vendas, locações, comodatos ou qualquer outra forma de transferência, temporária ou definitiva, de bens de valor significativo ou de importância estratégica entre empresas concorrentes;

**XI -** Uso comum de recursos relevantes, sejam materiais, tecnológicos ou humanos por empresas concorrentes;

**XII -** Existência de acordos de interconexão que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas, para empresas determinadas em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;

**XIII -** Existência de acordos para o compartilhamento de infra-estrutura que estipulem condições favorecidas ou privilegiadas para empresas determinadas, em relação às oferecidas às demais atuantes no mercado;

**XIV -** Distorção, manipulação, omissão ou procrastinação por concorrentes no fornecimento de informações requisitadas pela Anatel;

**XV -** Outras práticas definidas na regulamentação como indícios de colusão.

**Parágrafo Único -** A comprovação da prática pela AUTORIZADA de condutas colusivas ou restritivas à livre concorrência poderá implicar, além da aplicação das sanções previstas neste Termo e daquelas aplicáveis pelo CADE, a caducidade da presente AUTORIZAÇÃO.

#### **Capítulo XI – Da Autorizada**

**Cláusula 11.1 -** A AUTORIZADA é empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, observado o disposto na Lei n.º 9.472, de 1997 e no Decreto n.º 2.617, de 5 de junho de 1998.

#### **Capítulo XII – Do Regime de Fiscalização**

**Cláusula 12.1 -** A Anatel exercerá a fiscalização dos serviços a fim de assegurar o cumprimento dos compromissos constantes deste TERMO.

**§ 1º -** A fiscalização a ser exercida pela Anatel compreenderá a inspeção e o acompanhamento das atividades, equipamentos e instalações da AUTORIZADA, implicando amplo acesso a todos os dados e informações da AUTORIZADA ou de terceiros.

**§ 2º -** As informações colhidas no exercício da atividade fiscalizatória serão publicadas na Biblioteca, à exceção daquelas que, por solicitação da AUTORIZADA, sejam consideradas pela Anatel como de caráter confidencial.

Pág. 15 de 23



§ 3º - As informações que venham a ser consideradas de caráter confidencial nos termos do parágrafo anterior, somente serão utilizadas nos procedimentos correlacionados ao presente TERMO, respondendo a Anatel e aqueles por ela indicados por qualquer divulgação, ampla ou restrita, de tais informações fora deste âmbito de utilização.

**Cláusula 12.2** - A AUTORIZADA, por intermédio de representante indicado, poderá acompanhar toda e qualquer atividade da fiscalização da Anatel, não podendo obstar ou impedir a atuação da fiscalização, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste TERMO.

### Capítulo XIII – Da Interconexão

**Cláusula 13.1** - A AUTORIZADA tem obrigação de permitir, facilitar, tornar disponível e efetivar a interconexão, à rede por ela operada, de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações, em regime público ou privado, sempre que estas o solicitem, observada a regulamentação e em particular o Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de julho de 1998.

**Parágrafo Único** - A disponibilidade de pontos de interconexão deve ser negociada diretamente pela AUTORIZADA com as prestadoras envolvidas, observada a regulamentação.

**Cláusula 13.2** - A AUTORIZADA será remunerada pelo uso de sua rede em conformidade com o previsto no Regulamento sobre Remuneração pelo uso de redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998.

**Cláusula 13.3** - A AUTORIZADA terá os mesmos direitos e obedecerá às mesmas condições de interconexão a que estejam sujeitos as demais prestadoras do STFC.

**Parágrafo Único** - A AUTORIZADA deverá tomar disponível para interconexão os elementos da rede com maior nível de desagregação tecnicamente possível, observada a regulamentação.

**Cláusula 13.4** - A AUTORIZADA cobrará das demais prestadoras de serviços de telecomunicações, pelo uso de redes, no máximo, os valores estabelecidos pela Anatel, observada a regulamentação.

### Capítulo XIV – Das Sanções

**Cláusula 14.1** - Na execução deste TERMO, a AUTORIZADA se sujeita às seguintes sanções, que serão aplicadas mediante decisão fundamentada da Anatel, assegurado o seu direito de defesa nos termos do disposto no seu Regimento Interno e sem prejuízo das demais penalidades previstas na regulamentação.

Pág. 16 de 23





I - por ato ou omissão contrário às disposições constantes deste TERMO que acarrete prejuízo à competição no setor de telecomunicações; multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

II - por violação às disposições deste TERMO que importe em não cumprimento da cláusula 1.4; multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

III - por violação às disposições deste TERMO que importe em não cumprimento das metas e parâmetros de qualidade na prestação do serviço; multa de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);

IV - por outro ato ou omissão não enquadrado nos incisos anteriores que importe em violação aos direitos do usuário definidos neste TERMO ou acarrete-lhe prejuízo; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

V - por ato ou omissão que viole o disposto na cláusula 8.8 deste TERMO, referente à contratação de serviços e aquisição de equipamentos e materiais produzidos no País; multa de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);


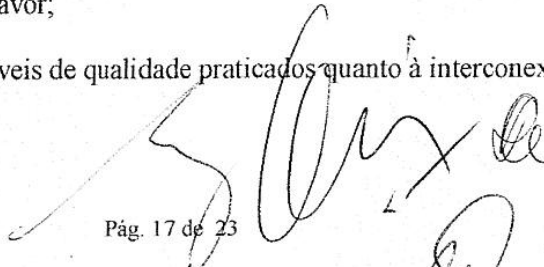
VI - por qualquer ato ou omissão que traga óbice ou dificuldade ao exercício da atividade fiscal da Anatel prevista neste TERMO; multa de até R\$20.000.000 (vinte milhões de reais); e

VII - pelo descumprimento de qualquer obrigação prevista expressamente neste TERMO, exceto as indicadas nos incisos anteriores; multa de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 1º - A infração prescrita nos incisos I e IV supra terá sua gravidade definida exclusivamente em função dos critérios gerais prescritos na cláusula 14.2 e será caracterizada pela conduta da AUTORIZADA que, direta ou indiretamente, possa importar prejuízo à competição no setor, especialmente:

- a) oferecimento de óbice ou dificuldade à opção por outro prestador de serviço autorizado;
- b) recusa em dar interconexão a prestador de serviço de telecomunicações;
- c) oferecimento de óbices ou dificuldades à atividade de prestadoras de serviço de valor adicionado;
- d) execução de qualquer serviço de telecomunicações que não seja objeto de autorização expedida pela Anatel em seu favor;
- e) pela não preservação dos níveis de qualidade praticados quanto à interconexão; e,

Pág. 17 de 23





f) procrastinação na entrega de informações essenciais à atividade das demais prestadoras, especialmente no que tange às bases cadastrais.

§ 2º - A infração prescrita no inciso II desta cláusula será caracterizada pela não prestação reiterada do serviço autorizado, sendo considerada infração grave, especialmente:

a) a recusa em prestar o serviço autorizado a qualquer interessado, conforme o disposto na Cláusula 1.4.

§ 3º - A infração prescrita no inciso III supra será caracterizada pelo desatendimento dos parâmetros de qualidade definidos no Plano Geral de Metas de Qualidade e terá sua escala de gravidade definida em função do número de usuários atingidos e dos prejuízos causados, ficando caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, de obrigação prevista neste TERMO, que acarrete violação dos direitos dos usuários, especialmente:

a) a interrupção na prestação dos serviços por prazo superior ao estabelecido no Plano de Metas de Qualidade;

b) a não alocação na operação e manutenção do serviço dos recursos humanos e materiais necessários à preservação dos padrões mínimos de qualidade;

c) negligência na modernização da rede que afete a qualidade do serviço;

d) o não cumprimento do dever de prestar informações ao usuário;

e) a violação do sigilo de telecomunicações, fora das hipóteses legais, ainda que praticada por terceiros nas instalações sob responsabilidade da AUTORIZADA;

f) a não manutenção de central de informação e de atendimento ao usuário na forma prescrita neste TERMO; e

g) a cobrança de preço em desacordo com as regras estipuladas neste TERMO e na regulamentação.

§ 4º - A infração prescrita no inciso V será caracterizada pela verificação de violação da obrigação contida na cláusula 8.8 e terá sua gravidade definida conforme dispuser a regulamentação.

§ 5º - A infração prescrita no inciso VI supra terá sua gravidade definida em função da relevância da atividade fiscal obstada e será caracterizada pela violação, comissiva ou omissiva, direta ou indireta, da AUTORIZADA ou de seus prepostos, que impeça ou dificulte a atividade de fiscalização exercida pela Anatel, seus prepostos, agentes, especialmente:

Pág. 18 de 23

De

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



a) recusa da AUTORIZADA em atender pedido de informação formulado pela Anatel relacionada ao serviço autorizado ou aos bens a ele afetos;

b) oferecimento de entrave à atuação dos agentes de fiscalização da Anatel;

c) omissão em cumprir obrigação de publicidade prevista neste TERMO, ou na regulamentação; e

d) não envio ou envio intempestivo de qualquer informação, dado, relatório ou documento que, por força da regulamentação ou deste TERMO, deveria ser remetida à Anatel.

§ 6º - A sanção prevista no inciso VII será caracterizada pela verificação de violação de obrigação deste Termo não compreendida nos parágrafos anteriores.

§ 7º - A sanção prevista no inciso I será aplicada pela Anatel independentemente das providências que venham a ser adotadas pelo CADE.

§ 8º - O não recolhimento de qualquer multa fixada nos termos do disposto nesta cláusula no prazo fixado pela Anatel caracterizará falta grave e implicará na cobrança de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 10% (dez por cento), acrescida da taxa referencial SELIC para títulos federais, a ser aplicada sobre o valor da dívida, considerando todos os dias de atraso de pagamento, salvo se disposto diferente em regulamentação específica.

**Cláusula 14.2** - Para aplicação das multas previstas neste Capítulo serão observadas as regras contidas no Título VI do Livro III – Das Sanções, art. 173 a 185 da Lei n.º 9.472, de 1997, e na regulamentação.

§ 1º - Na definição da gravidade das sanções e na fixação das multas, a Anatel observará as seguintes circunstâncias:

I - a proporcionalidade entre a intensidade do apenamento e a gravidade da falta, inclusive quanto ao número de usuários atingidos;

II - os danos resultantes da infração para o serviço e para os usuários;

III - a vantagem auferida pela AUTORIZADA em virtude da infração;

IV - a participação da AUTORIZADA no mercado dentro de sua área geográfica de prestação do serviço;

V - a situação econômica e financeira da AUTORIZADA, em especial a sua capacidade de geração de receitas e o seu patrimônio;

Pág. 19 de 23





VI - os antecedentes da AUTORIZADA;

VII - a reincidência específica, assim entendida a repetição de falta de igual natureza após o recebimento de notificação anterior; e

VIII - as circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

§ 2º - Independente dos critérios específicos de graduação previstos em cada inciso da cláusula anterior e de outros previstos na regulamentação, a gradação das penas observará a seguinte escala:

I - a infração será considerada leve quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da AUTORIZADA e da qual ela não se beneficie;

II - a infração será considerada de gravidade média quando decorrer de conduta inescusável, mas que não traga para a AUTORIZADA qualquer benefício ou proveito, nem afete número significativo de usuários; e

III - a infração será considerada grave quando a Anatel constatar presente um dos seguintes fatores:

- a) ter a AUTORIZADA agido com má-fé;
- b) da infração decorrer benefício direto ou indireto para a AUTORIZADA;
- c) a AUTORIZADA for reincidente na infração; e
- d) número de usuários atingido for significativo.

§ 3º - A critério da Anatel, nas infrações classificadas como leves, quando da sua primeira ocorrência, poderá ser aplicada a pena de advertência à AUTORIZADA, que será comunicada formalmente da sanção, sem prejuízo da publicação da decisão na Imprensa Oficial.

§ 4º - Para aplicação das sanções previstas neste Capítulo será observado o Procedimento Sancionatório previsto no Regimento Interno da Anatel.

§ 5º - Nas infrações previstas na cláusula 14.1 a Anatel poderá determinar que a AUTORIZADA abata do valor a ser recolhido, a título de multa, montantes a serem pagos como ressarcimento aos usuários atingidos, fixando no ato de aplicação da pena os critérios para o ressarcimento, o prazo em que deve ser pago e o valor máximo do abatimento.

Pág. 20 de 23





§ 6º - A hipótese prevista no parágrafo anterior só poderá ser adotada quando verificado que o interesse ou a necessidade dos usuários não elidirá a responsabilidade da AUTORIZADA pelas demais indenizações civis devidas.

**Cláusula 14.3** - As multas previstas neste Capítulo serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de declaração de caducidade previstas no presente TERMO.

**Cláusula 14.4** - Os valores das multas previstas neste Capítulo serão reajustados, anualmente, mediante a aplicação do IGP-DI, vencendo o primeiro reajuste após um ano da assinatura deste TERMO.

### Capítulo XV – Da Extinção Da Autorização

**Cláusula 15.1** - Considerar-se-á extinta a Autorização por cassação, caducidade, decaimento, renúncia ou anulação, conforme os arts. 138 a 144 da Lei n.º 9.472, de 1997 e consoante os procedimentos constantes da regulamentação

§ 1º - A extinção de Autorizações, expedidas em concomitância para a modalidade de serviço Local ou para a modalidade de serviço Longa Distância Nacional, na mesma Área de Prestação, para a mesma AUTORIZADA, antes de 31 de dezembro de 2005, implicará na extinção desta Autorização.

§ 2º - A declaração de extinção não elidirá a aplicação das penalidades cabíveis de conformidade com o disposto neste TERMO pelas infrações praticadas pela AUTORIZADA.

**Cláusula 15.2** – A extinção de Autorização para uma das modalidades de serviço, Local, Longa Distância Nacional, Longa Distância Internacional pode implicar na extinção das outras, se for resultante de aplicação de sanção por infração grave.

### Capítulo XVI – Do Regime Legal e dos Documentos Aplicáveis

**Cláusula 16.1** - Regem a presente Autorização, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei n.º 9.472, de 1997, e a regulamentação dela decorrente, em especial a de competência do Poder Executivo, conforme disposto no art. 18 da referida Lei, prevalecendo sempre estas no que colidir com aquelas.

**Cláusula 16.2** - Na prestação do serviço ora autorizado deverá ser observada a regulamentação da Anatel, como parte integrante deste TERMO, em especial os documentos relacionados a seguir:

I - Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998;

Pág. 21 de 23



**II - Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 30, de 29 de junho de 1998;**

**III - Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 73, de 25 de novembro de 1998;**

**IV - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução n.º 85, de 30 de dezembro de 1998;**

**V - Regulamento Geral de Interconexão, aprovado pela Resolução n.º 40, de 23 de junho de 1998 com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 130, de 31 de maio de 1999;**

**VI - Regulamento de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 83, de 30 de dezembro de 1998;**

**VII - Regulamento de Administração de Recursos de Numeração, aprovado pela Resolução n.º 84, de 30 de dezembro de 1998;**

**VIII - Regulamento sobre Remuneração pelo Uso das Redes das Prestadoras do STFC, aprovado pela Resolução n.º 33, de 13 de julho de 1998;**

**IX - Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e Autorização de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução n.º 65, de 29 de outubro de 1998;**

**X - Regulamento sobre Procedimentos de Contratação de Serviços e Aquisição de Equipamentos ou Materiais pelas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução n.º 155, de 16 de agosto de 1999; e**

**XI - Regulamento para Expedição de Autorização para a Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao público em geral - STFC, aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001.**

**Cláusula 16.4 - Na interpretação das normas e disposições constantes deste TERMO deverão ser levadas em conta, além dos documentos referidos neste Capítulo, as regras gerais de hermenêutica e as normas e princípios contidos na Lei n.º 9.472, de 1997.**

## **Capítulo XVII – Do Foro**

**Cláusula 17.1 - Para solução de questões decorrentes deste TERMO será competente o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília, Distrito Federal.**

Pág. 22 de 23





## Capítulo XVIII – Disposição Final


**Cláusula 18.1** - Este TERMO entrará em vigência a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste TERMO, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 28 de maio de 2002


Pela ANATEL:

  
LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA  
Presidente

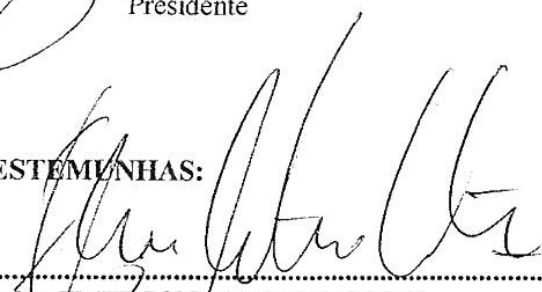
  
LUIZ TITO CERASOLI  
Conselheiro


Pela AUTORIZADA:

  
LUIZ ALBERTO GARCIA  
Presidente

  
DILSON DALPIAZ DIAS  
Vice - Presidente

TESTEMUNHAS:

  
Nome: EMERSON MARTINS COSTA  
OAB/DF: 12.089

  
Nome: CLARISSA TEIXEIRA LUDOVICO GOMES  
RG: 1.470.105 SSP/DF

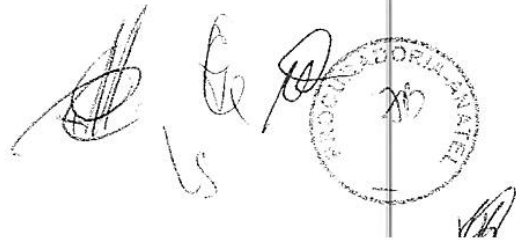




**ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB-  
ANATEL**

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO  
216/2002/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E A COMPANHIA  
DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL –  
CTBC TELECOM**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente, **LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, RG n.º 04.971.252-4 IFP-RJ e CPF/MF n.º 810.878.107-87, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ TITO CERASOLI**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG n.º 38.592/D-CREA/RJ e CPF/MF n.º 297.487.047-34, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada por meio do Circuito Deliberativo n.º 638, realizado em 27 de agosto de 2003, conforme Ato n.º 38.837 de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB -ANATEL**, assinado em 28 de maio de 2002, nos termos das Cláusulas:



### Cláusula Primeira:

Alterar a cláusula 1.1 do Capítulo I, que passa a ter a seguinte redação:

“1.1 – O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, concomitante com as modalidades de serviço Local e Longa Distância Nacional, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN e ao setor 22 do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme Autorizações exaradas por meio dos Atos n.º 25.766, de 17 de maio de 2003, e n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicados no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2003 e de 08 de setembro de 2003 respectivamente.

§ 1.º - O prazo para início de operação do serviço objeto deste TERMO, nas Áreas de Prestação equivalentes aos setores 3, 22, 25 e 33, identificados no PGO, terá termo final em 03 de junho de 2004 e, nas demais Áreas de Numeração citadas no *caput* desta cláusula, nas localidades não coincidentes com os setores do PGO mencionados, será contado a partir da publicação do Aditivo n.º 01 a este TERMO no Diário Oficial da União.

§ 2.º - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.”

### Cláusula Segunda:

2.1 – O preço público da extensão do direito, objeto deste Termo Aditivo, para prestação de STFC de acordo com o disposto na Cláusula 1.1, será pago nas formas e condições estabelecidas por ato específico da Anatel.

§ 1º – O preço público deverá ser pago de acordo com as condições estabelecidas, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, importância esta a ser recolhida por meio de Boleto Bancário emitido pela ANATEL.

§ 2º – O valor pago não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.

### Cláusula Terceira:

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo ora aditivado.

N. H. [assinatura]





FL. 3 DO ADITIVO N.º 01 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB-ANATEL

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 01 ao Termo de Autorização 216/2002/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 19 de Setembro de 2003

Pela ANATEL:


  
LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA

Presidente

  
LUIZ TITO CERASOLI

Conselheiro

Pela AUTORIZADA:

  
DILSON DALPIAZ DIAS

Vice-Presidente

TESTEMUNHAS:

  
Nome: RICARDO DE FREITAS FEROLA

RG: 1204563 SSP/DF

  
Nome: ROBSON BRAGANÇA CINTRA

RG: 1449665 SSP/DF



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 175812906213197423592-26  
Data: 29/06/2021 14:01:55  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: AL515361-KVAX;



CN.J.: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Valter Azevêdo da M. Cavalcanti  
Titular

TJPB





**ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB-  
ANATEL****ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO  
216/2002/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL E A COMPANHIA  
DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL –  
CTBC TELECOM**

Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente, **PEDRO JAIME ZILLER DE ARAUJO**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, CI n.º 7160/D-CREA/MG e CPF/MF n.º 320.408.228-87, em conjunto com o Conselheiro **JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO**, brasileiro, casado, Engenheiro de Telecomunicações, RG n.º 180522/AR – Ministério da Marinha e CPF/MF n.º 045.457.377-49, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 25.759.572/0001-80, ora representada pelo seu Procurador **LUIZ ALEXANDRE GARCIA**, brasileiro, casado, Economista, RG n.º M-1.214.924-SSP/MG e CPF/MF n.º 546.861.806-00, e pelo seu Vice-Presidente **DILSON DALPIAZ DIAS**, brasileiro, casado, Engenheiro, RG n.º 6.757.213-SSP/SP e CPF/MF n.º 061.200.916-53, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 289, realizada em 18 de fevereiro de 2004, conforme Ato n.º 42.848 de 1º de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 11 de março de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB-ANATEL**, assinado em 28 de maio de 2002, nos termos das Cláusulas:



### Cláusula Primeira:

Alterar a cláusula 1.1 do Capítulo I, que passa a ter a seguinte redação:

~~“1.1 – O objeto deste TERMO é o estabelecimento das condições para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, concomitante com as modalidades de serviço Local e Longa Distância Nacional, nas Áreas de Prestação equivalentes às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO, conforme Autorizações exaradas por meio dos Atos n.º 25.766, de 17 de maio de 2002, n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, e n.º 42.848, de 1º de março de 2004, publicados no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2002, de 08 de setembro de 2003 e de 11 de março de 2004 respectivamente.~~

§ 1.º - O prazo para início de operação do serviço objeto deste Termo, nas Áreas de Prestação equivalentes aos setores 3, 22, 25 e 33, identificados no PGO, terá termo final em 03 de junho de 2003, e nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do PGO, terá termo final em 02 de outubro de 2004.

§ 2.º - Na área complementar, não coincidente com as Áreas de Numeração do PGCN e com os setores do PGO mencionados no parágrafo 1º desta Cláusula, a prestação do STFC deve ser iniciada em até 12 (doze) meses a partir da publicação do Aditivo nº 02 a este Termo no Diário Oficial da União.

§ 3.º - O objeto do presente TERMO compreende, quando couber, a prestação do serviço em áreas limítrofes e fronteiriças nos termos da regulamentação.”

### Cláusula Segunda:

2.1 – O preço público da extensão do direito, objeto deste Termo Aditivo, para prestação de STFC de acordo com o disposto na Cláusula 1.1, será pago nas formas e condições estabelecidas por ato específico da Anatel.

§ 1º – O preço público deverá ser pago de acordo com as condições estabelecidas, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, importância esta a ser recolhida por meio de Boleto Bancário emitido pela ANATEL.

§ 2º – O valor pago pela Autorização não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequências.

*[Handwritten signatures and stamps]*





FL. 3 DO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB-ANATEL

**Cláusula Terceira:**

3.1 – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do Termo ora aditivado.

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 02 ao Termo de Autorização 216/2002/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Brasília, 25 de ~~março~~ de 2004.

**Pela ANATEL:**

  
\_\_\_\_\_  
**PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO**  
Presidente


  
\_\_\_\_\_  
**JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO**  
Conselheiro

**Pela AUTORIZADA:**

  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ ALEXANDRE GARCIA**  
Procurador

  
\_\_\_\_\_  
**DILSON DALPIAZ DIAS**  
Vice-Presidente

**TESTEMUNHAS:**

  
\_\_\_\_\_  
Nome: TAÍS ROSANDRA BEZERRA  
RG: 1689211 SSP/DF

  
\_\_\_\_\_  
Nome: EMERSON MARTINS COSTA  
OAB/DF 12.089






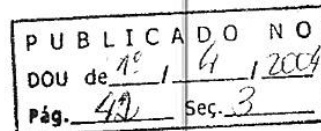
# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## CONSELHO DIRETOR

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 02 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 216/2002/SPB-ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel e COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM. OBJETO: Alteração da cláusula 1.1 do Termo original, retificado pelo respectivo Aditivo n.º 01, que passará a abranger as Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas – PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Atos n. 25.766, de 17 de maio de 2002, 38.837, de 5 de setembro de 2003, e 42.848, de 1º de março de 2004; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT); Plano Geral de Outorgas – PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de junho de 2001; e Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO – Presidente, e JOSÉ LEITE PEREIRA FILHO – Conselheiro. Pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM: LUIZ ALEXANDRE GARCIA – Procurador, e DILSON DALPIAZ DIAS – Vice-Presidente. E como TESTEMUNHAS: TAÍS ROSANDRA BEZERRA e EMERSON MARTINS COSTA.

  
**PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO**  
Presidente do Conselho





## ADITIVO N.º 03 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 216/2002/SPB-ANATEL

**ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º  
216/2002/SPB-ANATEL DO SERVIÇO TELEFÔNICO  
FIXO COMUTADO MODALIDADE DE SERVIÇO  
LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE  
TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL E COMPANHIA DE  
TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL -  
CTBC TELECOM.**



Pelo presente instrumento, de um lado a **Agência Nacional de Telecomunicações**, doravante denominada **Anatel**, entidade integrante da **UNIÃO**, nos termos da Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações - LGT, incumbida do exercício do Poder Concedente, com CNPJ/MF n.º 02.030.715/0001-12, ora representada pelo seu Presidente Substituto, **PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro, CI n.º 1.818.065-IFP/RJ e CPF/MF n.º 025.211.057-91, em conjunto com o Conselheiro **LUIZ ALBERTO DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, CI n.º 322.597 SSP/DF e CPF/MF n.º 001.265.786-72, e de outro a **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ora representada por seu Procurador **EMERSON MARTINS COSTA**, brasileiro, casado, advogado, OAB-DF n.º 12.089, doravante denominada **AUTORIZADA**, considerando deliberação tomada na Reunião do Conselho Diretor n.º 305, realizado em 22 de junho de 2004, conforme Ato n.º 44.958 de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2004, celebram o presente **ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO 216/2002/SPB -ANATEL**, assinado em 10 de setembro de 2003, e retificado pelos Aditivos n. 01 e 02, nos termos das Cláusulas:

### Cláusula Primeira:

Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Autorizada **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM**, que passa a ser **71.208.516/0001-74**.

### Cláusula Segunda:

3.1 - Permanecem inalteradas as demais condições do Termo ora aditivado.







**ANATEL** Agência Nacional  
de Telecomunicações


SAUS Quadra 6 – Blocos H – Ed. Ministro Sérgio Motta – Brasília/DF – CEP: 70.070-940  
(61) 312-2000

**FL. 2 DO ADITIVO N.º 03 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO N.º 216/2002/SPB-ANATEL**

E, por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições deste Aditivo n.º 03 ao Termo de Autorização n.º 216/2002/SPB-ANATEL, as partes o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o assinam, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

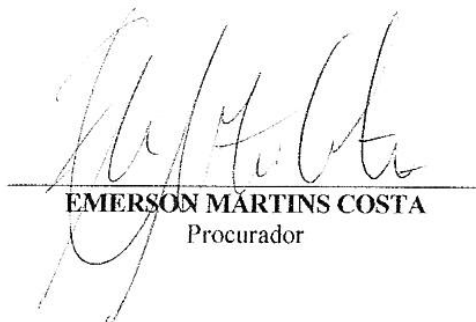
Brasília, 12 de DEZEMBRO de 2005

**Pela ANATEL:**

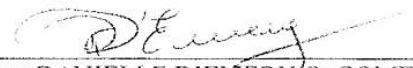
  
**PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR**  
Presidente, Substituto

  
**LUIZ ALBERTO DA SILVA**  
Conselheiro

**Pela AUTORIZADA:**

  
**EMERSON MARTINS COSTA**  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

  
Nome: DANIELLE D'EMERY O. GOMES  
CI: 4.127.958 SSP-PE

  
Nome: FÁBIO MANDARINO  
CI: 10.771 CREA-DF



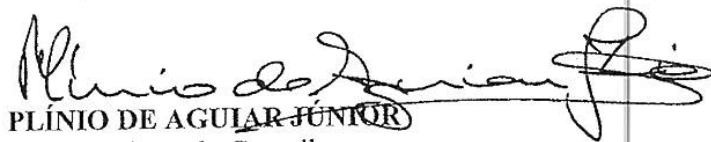


AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.º 03 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO  
N.º 216/2002/SPB-ANATEL

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: OBJETO: Fica alterado o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da Concessionária COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, que passa a ser 71.208.516/0001-74. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 44.958, de 25 de junho de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 29 de dezembro de 2004; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR - Presidente, Substituto e LUIZ ALBERTO DA SILVA - Conselheiro. CTBC TELECOM - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central: EMERSON MARTINS COSTA - Procurador, e como TESTEMUNHAS: DANIELLE D'EMERY OLIVEIRA GOMES e FABIO MANDARINO.

  
PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR  
Presidente do Conselho,  
Substituto

CONFERE COM  
O ORIGINAL

PUBLICADO NO  
DOU de 19/12/2005  
Pág. 92/93 Seq. 03



Ofício n.º 1.832/2015-ORLE–Anatel

Brasília, 3 de março de 2015.

A Senhora  
NEIVA MIRANDA COELHO  
Procuradora  
ALGAR TELECOM S.A.  
SHIS QI 9/11, Bloco K, Sala 101 – Lago Sul  
71.625-205 Brasília/DF

Assunto: **Resposta. Ofício ALGAR/BSB 006/2015.**  
Referência: **Instrumentos de outorga das empresas Algar – atualização da razão social.**

Prezada Senhora,

1. Reportamo-nos ao ofício em referência, protocolizado na Anatel em 23/02/2015, sob o n.º 53500.004214/2015, por meio do qual V. S.ª solicita alteração dos instrumentos de outorga dos serviços de telecomunicações detidos pelas empresas do Grupo Algar ou confirmação da desnecessidade de alteração destes.

2. No caso, os Atos de Autorização, Termos de Autorização e Contratos de Concessão expedidos para as empresas do Grupo Algar são atos administrativos formais expedidos pela Anatel e não podem ser modificados caso não apresentem defeito.

3. Os atos administrativos somente podem ser alterados conforme as situações previstas na Lei n.º 9.784/1999:

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

4. A alteração da razão social posteriormente à emissão do ato administrativo, por interesse da empresa, não é motivo, portanto, para a alteração deste.

5. A fim de esclarecer quais são as outorgas detidas pelo Grupo Algar, mais especificamente, quanto às empresas ALGAR TELECOM S.A., CNPJ n.º 71.208.516/0001-74, ALGAR CELULAR S.A., CNPJ n.º 05.835.916/0001-85, e ALGAR MULTIMÍDIA S.A., CNPJ n.º 04.622.116/0001-13, seguem os instrumentos de outorgas expedidos às empresas:

\\lari\orle\S\Anual\_2015\Ofícios\2015\00032673\_Of\_1832-2015-ORLE\_Resp\_535000042142015.doc  
OFS

SICAP 2015.900.326.76





**ALGAR TELECOM S.A.:**

- 5.1. Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Ato n.º 92, de 12/01/2009, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 15/01/2009;
- 5.2. Concessão para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 93, 112, 115 e 123/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.3. Concessão para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Nacional – LDN, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 127, 146, 149 e 156/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005;
- 5.4. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Local, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.5. Autorização para explorar o STFC, na modalidade LDN, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo;
- 5.6. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Internacional – LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, conforme Termo de Autorização n.º 216/2002/SPB-Anatel, de 25/05/2002, e aditivos, publicado no D.O.U. de 03/06/2002.

**ALGAR CELULAR S.A.**


- 5.7. Autorização para explorar o Serviço de Acesso Condicionado – SeAC, em todo o território nacional, conforme Termo de Autorização n.º 33/2012/SCM-Anatel, de 03/01/2013, publicado no D.O.U. de 26/03/2013;
- 5.8. Autorização para explorar o Serviço Móvel Pessoal – SMP, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Termos de Autorização n.º 42 e 43/2008/PVCP/SPV-Anatel, de 24/11/2003, publicado no D.O.U. de 04/12/2003, e n.º 20/2011/PVCP/SPV-Anatel, de 30/05/2011, publicado no D.O.U. de 01/06/2011;

**ALGAR MULTIMÍDIA S.A.**

- 5.9. Autorização para explorar o SCM, em todo o território nacional, conforme Ato n.º 29.827/2002, de 04/10/2002, publicado no D.O.U. de 09/10/2002.

6. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
YROA ROBLEDO FERREIRA  
Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ALGAR TELECOM S/A tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ALGAR TELECOM S/A a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a ALGAR TELECOM S/A assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **29/06/2021 16:05:20 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ALGAR TELECOM S/A ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 175812906213197423592-1 a 175812906213197423592-35

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b6fd2d11a2bf3a06e40a8378c2162436d00a657e28ff04c3b358ab2385469ff6c0f7a3cc99092f4afb11ee8a01ee2b689b4b02e73348a61103e4afdc188914b02



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.





Administração e Finanças em 25/09/03, ratificado pelo Senhor Superintendente, em 26/09/03, conforme consta no processo de nº 2459/03. VALOR MENSAL: R\$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais). PRAZO DO CONTRATO: 03 meses.

#### EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

ADS Nº 3380/03-GLIC. CONTRATANTE: CBTU/STU/BH. CONTRATADA: MPC - COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA. OBJETO: Serviços de recuperação dos motores nºs 010270, 010271 e 010282. PROCESSO: PRC-02167/03. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº 264-2003/GLIC/CBTU/STU/BH. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36/03. VALOR: R\$ 4.157,00. DATA DE ASSINATURA: 12.09.2003. ASSINAM: Pela CBTU/STU/BH - Júlio César de Azevedo Braga e Cleveland José Andrade dos Reis. Pela CONTRATADA: Maurício Pires Costa.

ADS Nº 3381/03-GLIC. CONTRATANTE: CBTU/STU/BH. CONTRATADA: ALÍPIO CANDIDO FILHO. OBJETO: Serviços de desentupimento e esgotamento da fossa séptica e rede de esgoto do prédio de UEL. PROCESSO: PRC-01717/03. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº 266-2003/GLIC/CBTU/STU/BH. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36/03. VALOR: R\$ 748,80. DATA DE ASSINATURA: 12.09.2003. ASSINAM: Pela CBTU/STU/BH - Júlio César de Azevedo Braga e Cleveland José Andrade dos Reis. Pela CONTRATADA: Patrícia Aline Silva Candido.

ADS Nº 3383/03-GLIC. CONTRATANTE: CBTU/STU/BH. CONTRATADA: TEC-HIDRAU LTDA. OBJETO: Serviços de recuperação geral de uma dobradeira de tubo. PROCESSO: PRC-01581/03. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº 265-2003/GLIC/CBTU/STU/BH. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36/03. VALOR: R\$ 488,00. DATA DE ASSINATURA: 12.09.2003. ASSINAM: Pela CBTU/STU/BH - Júlio César de Azevedo Braga e Cleveland José Andrade dos Reis. Pela CONTRATADA: Marcondes Pimentel Ferreira.

CONTRATO Nº 019/CBTU/STU/BH/2003. CONTRATANTE: CBTU/STU/BH. CONTRATADA: SANCER ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. OBJETO: Prestação de Serviços de locação de cabine sanitário químico para atender a Estação repetidora localizada no Morro do Cachimbo. PROCESSO: PRC-0983/2003. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 145-03/GLIC/CBTU/STU/BH. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39/03. VALOR: R\$ 8.400,00. DATA DE ASSINATURA: 23.09.2003. ASSINAM: Pela CBTU - Júlio César de Azevedo Braga e Cleveland José Andrade dos Reis. Pela CONTRATADA: Nilson Vaz da Silva.

(Of. El. nº 19EXA808183/2003)

#### EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 29/2003

OBJETO: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A Torna público a contratação de coleta, transporte e entrega de correspondência expedida pela Trensurb. Processo 357/03. Abertura 24 de outubro de 2003, às 09:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Prédio Administrativo, 2º andar, Porto Alegre, 30 de setembro de 2003.

##### PREGÃO Nº 56/2003

OBJETO: Serviço de rebobinagem de transformador tenso primário 6600 volts. ABERTURA: 15 de outubro de 2003, às 09:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Prédio Administrativo, 2º andar. Processo 0842/2003, Porto Alegre, 01 de outubro de 2003.

##### PREGÃO Nº 61/2003

OBJETO: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A. Torna público a aquisição de papel toalha. ABERTURA: 24 de outubro de 2003, às 14:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Prédio Administrativo, 2º andar. Processo 1218/2003, Porto Alegre, 30 de setembro de 2003.

##### PREGÃO Nº 62/2003

OBJETO: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A. Torna público a aquisição de cartuchos, fitas e tonner. ABERTURA: 23 de outubro de 2003, às 09:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Prédio Administrativo, 2º andar. Processo 1229/2003, Porto Alegre, 30 de setembro de 2003.

##### PREGÃO Nº 64/2003

OBJETO: Aquisição de desengraxante a base de solvente. ABERTURA: 14 de outubro de 2003, às 14:00 horas. LOCAL: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Prédio Administrativo, 2º andar. Processo 1044/2003, Porto Alegre, 01 de outubro de 2003.

VERA LÚCIA L.CARDOSO  
Chefe do Setor de Compras

#### RESUMADO DE JULGAMENTO CONVITE Nº 1/2003

Torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento, referente ao convite em epígrafe, cujo objeto é Contratação de Serviços de manutenção do ar condicionado do CCO., adjudicado à empresa Coldar Engenharia e Comércio e comércio LTDA, o valor global de R\$12.700,00 Porto Alegre, 30 de setembro de 2003.

VERA LÚCIA L.CARDOSO  
Chefe do Setor de Compras

### Ministério das Comunicações

#### GABINETE DO MINISTRO

##### EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e a Fundação Vila Rica de Rádio e Televisão Educativa. ESPÉCIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 1º de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2002. OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial. Da União. DATA E ASSINATURA: 9 de setembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Marco Aurélio Jarjour Carneiro - Diretor-Presidente da Fundação Vila Rica de Rádio e Televisão Educativa.

PARTES: União e Fundação Antonio Barbra. ESPÉCIE: Contrato de concessão outorgada por meio do Decreto de 5 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 6 de agosto de 2002. OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Cuiabá, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial. Da União. DATA E ASSINATURA: 10 de setembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Edson José Marassi - Diretor-Presidente da Fundação Antonio Barbra.

PARTES: União e Fundação Educacional e Cultural de Colorado. ESPÉCIE: Contrato de concessão outorgada por meio do Decreto de 11 de junho de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2002. OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Colorado, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial. Da União. DATA E ASSINATURA: 10 de setembro de 2003. Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e João Antonio Manzano - Diretor-Presidente da Fundação Educacional e Cultural de Colorado.

#### SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 21/2003

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de copeiragem e garçons a serem executados nos Edifícios Sede - Bloco R e Anexo do Ministério das Comunicações Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 03/10/2003 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, bloco R, sala 126, sobreloja Asa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: 15/10/2003 às 09h00. Endereço: Ministério das Comunicações, Esplanada dos Ministérios, subsolo Asa Norte - BRASILIA - DF. Informações Gerais: Será cobrada a importância de R\$ 8,00 (oitro reais) por edital, a ser depositado junto ao Banco do Brasil, agência 3602-1 conta corrente 170.800-8, código identificador 410003.00001.008-5

JOSEMAR XAVIER ALVES  
Pregoeiro

(SIDEAC - 01/10/2003) 410003-00001-2003NE900064

##### RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 1/2001 pu blicado no D.O. de 20/12/2001, Seção 3, Pág. 7. Onde se lê: Valor R\$ 0,00 Leia-se: Valor R\$ 136.425,24 Onde se lê: Vigência: SEM DATA Leia-se: Vigência: 02/01/2002 a 01/01/2003 Justificativa: Adequamento ao cronograma físico - financeiro implantado pelo Ministério do Planejamento

(SICON - 01/10/2003) 410003-00001-2003NE900064

No Extrato de Termo Aditivo Nº 3/2002 pu blicado no D.O. de 15/10/2002, Seção 3, Pág. 51. Onde se lê: Valor R\$ 0,00 Leia-se: Valor R\$ 29.985,00 Justificativa: Adequamento ao cronograma físico - financeiro implantado pelo Ministério do Planejamento

(SICON - 01/10/2003) 410003-00001-2003NE900064

No Extrato de Termo Aditivo Nº 2/2002 pu blicado no D.O. de 22/02/2002, Seção 3, Pág. 55. Onde se lê: Valor R\$ 29.985,00 Leia-se: Valor R\$ 4.997,50 Justificativa: Adequamento ao cronograma físico - financeiro implantado pelo Ministério do Planejamento

(SICON - 01/10/2003) 410003-00001-2003NE900064

#### AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

##### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1 AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 216/2002

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM. Alteração da cláusula 1.1 do Termo original, em virtude de Autorização expedida para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), em regime privado, na modalidade de serviço LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL, concomitante com as modalidades de serviço Local e Longa Distância Nacional, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN e ao setor 22 do Plano Geral de Outorgas - PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 25.766, de 17 de maio de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2003; Ato n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA - Presidente, e LUIZ TITO CERASOLI - Conselheiro. Pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: DILSON DALPIAZ DIAS - Vice-Presidente, e como TESTEMUNHAS: ROBSON BRAGANÇA CINTRA e RICARDO DE FREITAS FEROLA.

##### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 297/2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade de serviço LOCAL, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas - PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. CONDIÇÕES: A Autorização é expedida com ônus, que não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequência para prestação do STFC que terá caráter oneroso, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA - Presidente e LUIZ TITO CERASOLI - Conselheiro. Pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: DILSON DALPIAZ DIAS - Vice-Presidente e como TESTEMUNHAS: RICARDO DE FREITAS FEROLA e ROBSON BRAGANÇA CINTRA.

##### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO Nº 298/2003

PARTES: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM. OBJETO: Autorização para exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado, destinado ao uso do público em geral (STFC), prestado em regime privado, na modalidade LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, concomitante com a modalidade de serviço Local, nas Áreas de Prestação equivalentes às Áreas de Numeração 11, 12, 16, 17, 19, 21, 31, 34, 35, 37, 41, 61 e 64 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, excetuados os setores 3, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas - PGO. FUNDAMENTO LEGAL: Ato n.º 38.837, de 05 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2003; Lei Federal n.º 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações - LGT); Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 2.534, de 2 de abril de 1998; Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, aprovado pela Resolução n.º 263, de 8 de julho de 2001; Regulamento para Expedição de Autorização para Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC), aprovado pela Resolução n.º 283, de 29 de novembro de 2001. CONDIÇÕES: A Autorização é expedida com ônus, que não inclui o preço público pelo direito de uso de radiofrequência para prestação do STFC que terá caráter oneroso, sem caráter de exclusividade, por prazo indeterminado. SIGNATÁRIOS: Pela Anatel: LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA - Presidente e LUIZ TITO CERASOLI - Conselheiro. Pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM: DILSON DALPIAZ DIAS - Vice-Presidente e como TESTEMUNHAS: RICARDO DE FREITAS FEROLA e ROBSON BRAGANÇA CINTRA.

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 5.388, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013

**O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1999, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.472, de 1997, no art. 133, inciso XLIV, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998, no Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, nos Termos de Autorização e, ainda, o que consta no Processo nº 53500.005431/2013;

CONSIDERANDO as deliberações tomadas em suas Reuniões nº 710 e nº 712, realizadas, respectivamente, em 22 de agosto de 2013 e 5 de setembro de 2013,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Anuir previamente com as alterações propostas do contrato social da prestadora COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, Autorizada dos Serviços Telefônico Fixo Comutado e de Comunicação Multimídia.

Art. 2º A aprovação de que trata o artigo anterior não exime a requerente do cumprimento de obrigações junto a outras entidades.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

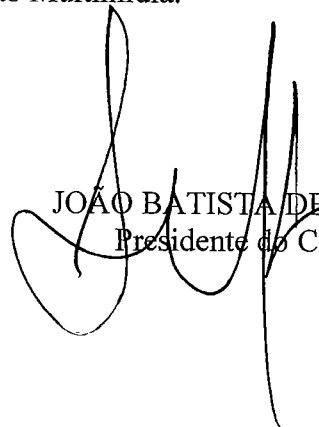




## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

EXTRATO DO ATO Nº 5.388, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013

Processo nº 53500.005431/2013. Anui previamente com as alterações propostas do contrato social da prestadora COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, Autorizada dos Serviços Telefônico Fixo Comutado e de Comunicação Multimídia.

  
JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho



201390155157

Ofício n.º 1.823/2015-ORLE–Anatel

Brasília, 3 de março de 2015.

A Senhora  
NEIVA MIRANDA COELHO  
Procuradora  
ALGAR TELECOM S.A.  
SHIS QI 9/11, Bloco K, Sala 101 – Lago Sul  
71.625-205 Brasília/DF

Assunto: **Resposta. Ofício ALGAR/BSB 005/2015.**  
Referência: **Requerimento de Certidão.**

Prezada Senhora,

1. Reportamo-nos ao ofício em referência, protocolizado na Anatel em 23/02/2015, sob o n.º 53500.004213/2015, por meio do qual V. S.ª solicita declaração quanto aos serviços de telecomunicações outorgados para a empresa ALGAR TELECOM S.A. (antiga COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – CTBC TELECOM), CNPJ n.º 71.208.516/0001-74.

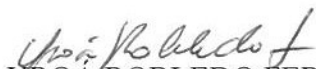
2. Dessa forma, temos a informar que são as seguintes outorgas expedidas para a ALGAR TELECOM S.A.:

- 2.1. Autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, nos setores 3, 22, 25 e 33 do Plano Geral de Outorgas – PGO, conforme Ato n.º 92, de 12/01/2009, publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 15/01/2009, por prazo indeterminado;
- 2.2. Concessão para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade Local, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 93, 112, 115 e 123/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005, com vencimento em 31/12/2025;
- 2.3. Concessão para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Nacional – LDN, nos setores 3, 22, 25 e 33 do PGO, conforme Contratos de Concessão n.º 127, 146, 149 e 156/2006-Anatel, de 22/12/2015, publicado no D.O.U. de 30/12/2005, com vencimento em 31/12/2025;
- 2.4. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Local, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 297/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo, por prazo indeterminado;
- 2.5. Autorização para explorar o STFC, na modalidade LDN, nas Regiões I, II e III do PGO, exceto nos setores 3, 22, 25 e 33, conforme Termo de Autorização n.º 298/2003/SPB-Anatel, de 10/09/2003, publicado no D.O.U. de 02/10/2003, e aditivo, por prazo indeterminado;

2.6. Autorização para explorar o STFC, na modalidade Longa Distância Internacional – LDI, nas Regiões I, II e III do PGO, conforme Termo de Autorização n.º 216/2002/SPB-Anatel, de 25/05/2002, e aditivos, publicado no D.O.U. de 03/06/2002.

3. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,



YROÁ ROBLEDO FERREIRA

Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações





## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UBERLÂNDIA

### CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: ALGAR TELECOM S/A  
CNPJ: 71.208.516/0001-74

#### Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 01 de Fevereiro de 2024 às 10:36

UBERLÂNDIA, 01 de Fevereiro de 2024 às 11:07

**Código de Autenticação:** 2402-0111-0754-0352-1832

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO**  
(Instrução processual - fase de habilitação)

<b>FORNECEDOR:</b>	<b>ALGAR TELECOM S/A</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>71.208.516/0001-74</b>
<b>CONTATO (telefone e e-mail):</b>	<b>(34) 3256-2961</b>
<b>ITEM(ENS):</b>	<b>1 e 4</b>

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NA</b>
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
<b>2. Habilitação jurídica</b>			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário		X	
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício		X	
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir		X	
d.1) alvará de funcionamento, expedido pelo órgão municipal competente;		X	
d.2) Deverá ser apresentado extrato do Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização ou documento(s) equivalente(s) na forma da Lei, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dentro do prazo de validade, publicado no Diário Oficial da União, atestando que a mesma está autorizada para a prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC).	X		
<b>3. Regularidade fiscal</b>			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.		X	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.	X		
<b>4. Regularidade trabalhista</b>			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.	X		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)		X	
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)		X	
<b>6. Qualificação técnica</b>			
a) Apresentação de no mínimo 1 atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para os quais tenha prestado, com êxito e com a melhor qualidade técnica, serviços de locação do item.		X	
<b>7. Consulta restrições (empresa e sócios majoritários)</b>			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico <a href="http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php">www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php</a>	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&amp;direcao=asc">http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&amp;direcao=asc</a>	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93	X		
d) Ocorrências Fornecedores	X		
e) Ocorrências Impeditivas indiretas	X		





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/08/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	11/09/2024	Automática
FGTS	Validade:	04/05/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	05/10/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	30/06/2024
Receita Municipal	Validade:	30/04/2024

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Emitido em: 09/04/2024 17:40

CPF: 187.XXX.XXX-20 Nome: GILSON SOARES DA CONCEICAO

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 71.208.516/0001-74.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D486.8BF2.D230 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:06) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 665.591.546-53.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D50B.C4AB.A363 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:08) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 145.821.828-79.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D59D.A213.B509 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:11) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 691.647.036-49.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D650.43C4.0688 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:12) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 095.598.868-35.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D6A9.6170.E777 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (10/04/2024 às 15:14) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 755.817.016-87.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6616.D6F8.A272.E856 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 71208516000174

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 66559154653

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 14582182879

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 69164703649

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 09559886835

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 75581701687

LIMPAR

Data da consulta: 11/04/2024 14:38:08  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/08/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 901.831.185,18 Data de Abertura da Empresa: 30/04/1993  
CNAE Primário: 6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC

CNAE Secundário 1: 4652-4/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE COMPONENTES  
CNAE Secundário 2: 4752-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS  
CNAE Secundário 3: 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE  
CNAE Secundário 4: 6110-8/02 - SERVIÇOS DE REDES DE TRANSPORTE DE  
CNAE Secundário 5: 6110-8/03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM  
CNAE Secundário 6: 6120-5/01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR  
CNAE Secundário 7: 6120-5/99 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES SEM FIO NÃO  
CNAE Secundário 8: 6141-8/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO  
CNAE Secundário 9: 6143-4/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR  
CNAE Secundário 10: 6190-6/01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES  
CNAE Secundário 11: 6190-6/02 - PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET -  
CNAE Secundário 12: 6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS  
CNAE Secundário 13: 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS  
CNAE Secundário 14: 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS  
CNAE Secundário 15: 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE  
CNAE Secundário 16: 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS  
CNAE Secundário 17: 6622-3/00 - CORRETORES E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE  
CNAE Secundário 18: 6629-1/00 - ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDÊNCIA  
CNAE Secundário 19: 7119-7/99 - ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E  
CNAE Secundário 20: 7490-1/04 - ATIVIDADES DE INTERMEDIACÃO E AGENCIAMENTO DE  
CNAE Secundário 21: 7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS  
CNAE Secundário 22: 7740-3/00 - GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS  
CNAE Secundário 23: 8291-1/00 - ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS  
CNAE Secundário 24: 8299-7/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS

## Relatório de Credenciamento

### Dados para Contato

---

CEP: 38.400-668  
Endereço: RUA JOSE ALVES GARCIA, 415 - BRASIL  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 32562961 Telefone: (11) 35121212  
E-mail: CADAstro@cscAlGAR.COM.BR

### Dados do Responsável Legal

---

CPF: 665.591.546-53  
Nome: JEAN CARLOS BORGES

### Dados do Responsável pelo Cadastro

---

CPF: 814.913.876-53  
Nome: JOHN CLEMMER DE MATTOS  
E-mail: john.mattos@cscAlGAR.com.br



# Relatório de Credenciamento

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 665.591.546-53  
Nome: JEAN CARLOS BORGES  
Número do Documento: 51562D Órgão Expedidor: CREA-MG  
Data de Expedição: 20/08/1990 Data de Nascimento: 18/07/1967  
Filiação Materna: MARLENE PIMENTA BORGES  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 656.403.069-04  
Nome: DELANE LICHFETT BORGES  
Carteira de Identidade: 2R1866267 Órgão Expedidor: SSPSC  
Data de Expedição: 25/07/1984

CEP: 38.410-000  
Endereço: ALAMEDA COPAIBEIRAS, 35 - JARDINS ROMA  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 99773666  
E-mail: john.mattos@cscalgar.com.br

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 145.821.828-79  
Nome: RENATO PASCHOARELI  
Número do Documento: 161602319 Órgão Expedidor: SSP/SP  
Data de Expedição: 31/10/1989 Data de Nascimento: 31/12/1969  
Filiação Materna: ILDA DE MARQUES PASCHOARELI  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 085.488.108-58  
Nome: ANA CRISTINA STRUTZEL ANTUNES PASCHOARELI  
Carteira de Identidade: 158056723 Órgão Expedidor: SSPSP  
Data de Expedição: 06/07/1995

CEP: 38.412-639  
Endereço: AVENIDA DOS JARDINS, 250 - AL PRIMULAS 165 - NOVA UBERLANDIA  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 96352895  
E-mail: john.mattos@cscalgar.com.br

## Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 691.647.036-49  
Nome: ANA PAULA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA  
Número do Documento: MG4718592 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 20/11/2009 Data de Nascimento: 15/07/1969  
Filiação Materna: HELOISA HELENA RODRIGUES MARQUES  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 793.491.296-04  
Nome: LEANDRO ELIAS DE OLIVEIRA  
Carteira de Identidade: M4779746 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 20/07/1989

CEP: 38.411-298  
Endereço: ALAMEDA OLIVEIRA LOPES, 50 - JARDIM INCONFIDENCI  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 99773050  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br

### Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 095.598.868-35  
Nome: AUGUSTO MARCOS NASCIMENTO SALOMON  
Número do Documento: 254384560 Órgão Expedidor: SSP SP  
Data de Expedição: 21/11/2007 Data de Nascimento: 11/12/1975  
Filiação Materna: VALDEA APARECIDA NASCIMENTO SALOMON  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 036.427.236-83  
Nome: LETICIA ANTUNES MARQUES ADAMI SALOMON  
Carteira de Identidade: 52215279X Órgão Expedidor: SSP SP  
Data de Expedição: 10/12/2007

CEP: 13.214-861  
Endereço: ALAMEDA DAS BELLUCIAS, 130 - CASA D32 - ENGORDADOURO  
Município / UF: Jundiai / São Paulo  
Telefone: (11) 76814545  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br

## Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: 755.817.016-87  
Nome: MARCIO DE JESUS DA SILVA  
Número do Documento: M5729854 Órgão Expedidor: SSP MG  
Data de Expedição: 06/02/1992 Data de Nascimento: 30/03/1972  
Filiação Materna: TEREZINHA RIBEIRO DA SILVA  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 004.249.036-79  
Nome: ADELIANA ALVES CARDOSO SILVA  
Carteira de Identidade: MG7387351 Órgão Expedidor: SSP MG  
Data de Expedição: 30/06/2004

CEP: 38.411-145  
Endereço: AVENIDA PAULO GRACINDO, 1000 - ALAMEDA CURICACAS 30 -  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 96781212  
E-mail: cadastro@cscalgar.com.br

### Linhas Fornecimento

#### Serviços

4065 - Locação de Equipamentos de Telecomunicações

4251 - Comunicação Telefônica - Locação / Serviço

4260 - Comunicação - Telex / Telégrafo

4278 - Comunicação por Fac-Simile





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.872.814/0010-20 DUNS®: 920998428  
Razão Social: VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.  
Nome Fantasia: VOGEL TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/09/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 06/04/2018  
CNAE Primário: 6110-8/03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM

CNAE Secundário 1: 4221-9/05 - MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE  
CNAE Secundário 2: 4752-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS  
CNAE Secundário 3: 6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC  
CNAE Secundário 4: 9512-6/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE

#### Dados para Contato

CEP: 90.480-003  
Endereço: AVENIDA CARLOS GOMES, 141 - SALA 706 PARTE T ANDAR 6 -  
Município / UF: Porto Alegre / Rio Grande do Sul  
Telefone: (34) 32562961 Telefone: (11) 35121212  
E-mail: CONTABILIDADE@VOGELTELECOM.COM

#### Dados do Responsável Legal

CPF: 665.591.546-53  
Nome: JEAN CARLOS BORGES

#### Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 814.913.876-53  
Nome: JOHN CLEMMER DE MATTOS  
E-mail: john.mattos@cscalgarr.com.br

# Relatório de Credenciamento

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 691.647.036-49  
Nome: ANA PAULA RODRIGUES MARQUES DE OLIVEIRA  
Número do Documento: MG4718592 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 20/11/2009 Data de Nascimento: 15/07/1969  
Filiação Materna: HELOISA HELENA RODRIGUES MARQUES  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 793.491.296-04  
Nome: LEANDRO ELIAS DE OLIVEIRA  
Carteira de Identidade: M4779746 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 20/07/1986

CEP: 38.411-298  
Endereço: ALAMEDA OLIVEIRA LOPES, 50 - JARDIM INCONFIDENCI  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 99773050  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 145.821.828-79  
Nome: RENATO PASCHOARELI  
Número do Documento: 161602319 Órgão Expedidor: SSPSP  
Data de Expedição: 25/03/1988 Data de Nascimento: 31/12/1969  
Filiação Materna: ILDA DE MARQUES PASCHOARELI  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 085.488.108-58  
Nome: ANA CRISTINA STRUTZEL ANTUNES PASCHOARELI  
Carteira de Identidade: 158056723 Órgão Expedidor: SSPSP  
Data de Expedição: 06/07/1995

CEP: 38.412-639  
Endereço: AVENIDA DOS JARDINS, 250 - AL PRIMULAS 165 - NOVA UBERLANDIA  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 96352895  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br

## Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 665.591.546-53  
Nome: JEAN CARLOS BORGES  
Número do Documento: M-3822734 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 31/07/1984 Data de Nascimento: 18/07/1967  
Filiação Materna: MARLENE PIMENTA BORGES  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 656.403.069-04  
Nome: DELANE LICHFETT BORGES  
Carteira de Identidade: 2R1866267 Órgão Expedidor: SSPSC  
Data de Expedição: 25/07/1984

CEP: 38.410-000  
Endereço: ALAMEDA COPAIBEIRAS, 35 - JARDINS ROMA  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 99773666  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br

### Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: 095.598.868-35  
Nome: AUGUSTO MARCOS NASCIMENTO SALOMON  
Número do Documento: 254384560 Órgão Expedidor: SSPSP  
Data de Expedição: 21/11/2007 Data de Nascimento: 11/12/1975  
Filiação Materna: VALDEA APARECIDA NASCIMENTO SALOMON  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 036.427.236-83  
Nome: LETICIA ANTUNES MARQUES ADAMI SALOMON  
Carteira de Identidade: 52215279X Órgão Expedidor: SSPSP  
Data de Expedição: 10/12/2007

CEP: 13.214-861  
Endereço: ALAMEDA DAS BELLUCIAS, 130 - CASA D32 - ENGORDADOURO  
Município / UF: Jundiaí / São Paulo  
Telefone: (11) 76814545  
E-mail: cadastro@cscalg.com.br



## Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 5

---

CPF: 755.817.016-87  
Nome: MARCIO DE JESUS DA SILVA  
Número do Documento: M5729854 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 06/02/1992 Data de Nascimento: 30/03/1972  
Filiação Materna: TEREZINHA RIBEIRO DA SILVA  
Estado Civil: Casado(a)

#### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 004.249.036-79  
Nome: ADELIANA ALVES CARDOSO SILVA  
Carteira de Identidade: MG7387351 Órgão Expedidor: SSPMG  
Data de Expedição: 30/06/2004

CEP: 38.411-145  
Endereço: AVENIDA PAULO GRACINDO, 1000 - ALAMEDA CURICACAS 30 -  
Município / UF: Uberlândia / Minas Gerais  
Telefone: (34) 96781212  
E-mail: cadastro@cscalgar.com.br



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 926121 - PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
Data Aplicação: 20/03/2023  
Número do Processo: 00020-00003049/2 Número do Contrato: 010/2022  
Descrição/Justificativa: Em decorrência do descumprimento das obrigações previstas no instrumento contratual nº 10/22, Cláusula Décima Terceira, Item 13, além das previstas no Edital nº , no Itens 13, - Das Penalidades, 17 - Das obrigações da contratada, 20 - Das sanções do Edital do PE 06/2022, com amparo no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

#### Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 590001 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Data Aplicação: 04/10/2022  
Número do Processo: 0002235/2022-44 Número do Contrato: 9/2021  
Descrição/Justificativa: Descumprimento do item 12 da Cláusula Quarta do Contrato CNMP n 9/2021 c/c itens 9.1 e 9.16, ambos do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação n 1/2021, em razão da ausência de atualização de informações de contato (e-mail, telefone e preposto) de maneira proativa pela Contratada.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90026 - SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL-DF  
Data Aplicação: 07/07/2021  
Número do Processo: 0004464-11.2020.4 Número do Contrato: 023/2020  
Descrição/Justificativa: Penalidade de advertência à empresa ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ n. 71.208.516/0001-74, com fundamento no subitem 13.9.1 do Contrato CJF n. 023/2020, em razão da interrupção total do serviço de recebimento e/ou realização de chamadas telefônicas por 47h10min, entre os dias 20/11/2020 e 22/11/2020, descumprindo o disposto no subitem 2.15.2, do item 2.15, da cláusula segunda do Contrato CJF n. 023/2020.

### Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 590001 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Data Aplicação: 21/10/2022  
Número do Processo: 0005452/2022-97 Número do Contrato: 9/2021  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de obrigação prevista no item 5 da Cláusula Quarta do Contrato CNMP 9/2021 e do subitem 3.3.5 do item 3 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico CNMP nº 1/202, caracterizado pela demora e ausência na prestação de esclarecimentos solicitados pelo gestor do contrato.

### Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 590001 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO  
Data Aplicação: 13/01/2023  
Número do Processo: 0006733/2022-41 Número do Contrato: 9/2021  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de obrigação prevista no item 2 da Cláusula Quarta do Contrato CNMP 9/2021 e do subitem 3.3.5 do Termo de Referência, atraso na prestação de informação solicitada pelo Núcleo de Contratos

### Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 110120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR  
Data Aplicação: 18/11/2015  
Número do Processo: 000910001717/2015 Número do Contrato: 593/2013/DAL/SPOA/ABIN  
Descrição/Justificativa: Descumprimento parcial de obrigações contratuais, conforme estipulado no Pregão Eletrônico nº 111/2013.



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 343035 - 17A SUPERINTENDENCIA REGIONAL  
Data Aplicação: 24/05/2022  
Número do Processo: 01403.000278/2021 Número do Contrato: 01/2022  
Descrição/Justificativa: Penalidade de Advertência com fundamento na Cláusula Décima do Contrato 01/2022 e no subitem 23.5, Tabela 2 de Infração, enquadramento no Item 2, Grau 4 - "Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; - do Termo de Referência anexo ao edital do Pregão Eletrônico de nº 06/2021.

### Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA  
Data Aplicação: 19/08/2022  
Número do Processo: 02607/2022 Número do Contrato: 28/2021  
Descrição/Justificativa: Em razão atraso de 40 (quarenta) dias na resolução do chamado quanto à interrupção parcial nos serviços e problemas para realizar chamadas ou para receber chamadas.

### Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 114618 - UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS  
Data Aplicação: 13/08/2010  
Número do Processo: 036310029802009  
Descrição/Justificativa: ADVERTENCIA COM BASE NO ITEM 3.3 DO ANEXO I DO EDITAL 07/2010, QUE DISPÕE QUE A INSTALAÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO DEVERÁ ESTAR CONCLUÍDA EM, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO, DISPOSIÇÃO ESTA DESCUMPRIDA PELA EMPRESA EM APREÇO. APRESENTADA DEFESA EM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DA PENALIDADE EM QUESTÃO, A EMPRESA APRESENTOU ARGUMENTOS QUE NÃO FORAM ACOLHIDOS POR ESTA FUNDAÇÃO.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90017 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SP  
Data Aplicação: 10/12/2010  
Número do Processo: 05911/2010  
Descrição/Justificativa: Com base na decisão de fl.362 e verso, foi aplicada a penalidade ADVERTÊNCIA, com fundamento na Cláusula Décima Sétima, subitem 17.2.2, alínea "a", do Edital Pregão Eletrônico nº 02/2006, c/c a Cláusula Décima Sexta, item 2, alínea 'a' do contrato nº 04.346.10.06, c/c o artigo 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Decisão mantida, fls. 479 e verso, tendo em vista decurso de prazo para interposição de recurso administrativo. Conforme certidão às fls. 475 ocorreu coisa julgada administrativa em 30/12/2010.

### Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 200108 - PROCURAD.REGIONAL DO TRABALHO-18º REGIÃO/GO  
Data Aplicação: 06/12/2013  
Número do Processo: 0814800344/2013 Número do Contrato: 01/2010  
Descrição/Justificativa: Descumprimento da clausula 5º - Das obrigações da contratada, item 5.4 Atender de imediato as solicitações, no caso de qualquer ocorrência, devendo as falhas que porventura venham ocorrer, serem sanadas no prazo máximo de seis horas, a contar da notificação.

### Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 194022 - MUSEU DO ÍNDIO - RJ  
Data Aplicação: 16/01/2020  
Número do Processo: 08786.000959/2019 Número do Contrato: 174/2019  
Descrição/Justificativa: Pelo descumprimento dos itens nº 10.6.1, 12.1, 12.2, 12.4.2, 12.4.5, 12.4.13, 12.4.14, 17.1 e 17.2 do Termo de Referência.

### Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 170190 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - MT  
Data Aplicação: 05/12/2013  
Número do Processo: 10183000084201367 Número do Contrato: 0062013  
Descrição/Justificativa: Descumprimento parcial do Contrato 2013CT006. Não atendimento de solicitação.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 170190 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - MT  
Data Aplicação: 20/06/2013  
Número do Processo: 10183000084201367 Número do Contrato: 0062013  
Descrição/Justificativa: Descumprimento de cláusulas contratuais.

### Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO  
Data Aplicação: 19/10/2020  
Número do Processo: 11791/2020 Número do Contrato: 21/2020  
Descrição/Justificativa: Penalidade de advertência, nos termos do ANEXO III, indicador 07 e item 31 da lista de avaliação, do termo de referência, e no artigo 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

### Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 200054 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 9A. REGIAO- PR  
Data Aplicação: 19/10/2020  
Número do Processo: 1587.900-2020 Número do Contrato: 021.2019  
Descrição/Justificativa: DECISÃO nº 8.2020. Faturas não atenderam ao previsto no contrato, desde o início, impossibilitando o pagamento. Reiteradas vezes a empresa notificada, não se adequou.

### Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 130058 - LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
Data Aplicação: 11/07/2023  
Número do Processo: 21181000448202317 Número do Contrato: 45/2022  
Descrição/Justificativa: Descumprimento parcial da obrigação contratual.

### Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 200035 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - MG  
Data Aplicação: 02/04/2020  
Número do Processo: 22000000301202072 Número do Contrato: 15/2019  
Descrição/Justificativa: Descumprimento dos itens 10.10 e 10.11 do termo de referência e Cláusula Terceira - Do Preço do contrato



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 200035 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - MG  
Data Aplicação: 30/03/2022  
Número do Processo: 22000000759202293 Número do Contrato: 15/2019  
Descrição/Justificativa: Descumprimento do item 10.7 do termo de referência ao não responder os questionamentos e solicitações do fiscal do contrato.

### Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 153010 - MEC-CEFET-CENT.FED.ED.TEC.CELSO S.FONSECA/RJ  
Data Aplicação: 31/07/2013  
Número do Processo: 23063002285200921 Número do Contrato: 04/2010  
Descrição/Justificativa: A empresa bloqueou os terminais do CEFET/RJ para ligações utilizando o código 12, sem que os mesmos apresentem qualquer pendência financeira na época, acarretando inviabilidade na execução dos serviços contratados. As ocorrências foram registradas no período de 13/05/2013 a 24/05/2013.

### Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 250057 - INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA  
Data Aplicação: 08/02/2011  
Número do Processo: 250057/4235/2010 Número do Contrato: 082/2006  
Descrição/Justificativa: considerando o exposto no memorando nº. 65916/2010 da Divisão de Tecnologia da Informação, a qual informa acerca de falhas ocorridas na prestação dos serviços da empresa CTBC - COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÃO DO BRASIL CENTRAL, quais sejam: atraso no envio das faturas, CNPJ incorreto nas faturas, contas não detalhadas por DDR e ao realizar chamadas não aparecem o DDR que está originando a ligação, o que caracteriza, descumprimento do compromisso avençado com este Instituto através do Contrato nº. 082/2006, informamos à aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fulcro no artigo 87, inciso I, da lei nº. 8.666/93 e na Clausula Décima Segunda, alínea "a" do referido contrato.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 250057 - INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA  
Data Aplicação: 08/02/2011  
Número do Processo: 250057/4283/2010 Número do Contrato: 082/2006  
Descrição/Justificativa: Considerando o exposto no Memorando nº. 67903/2010 da Divisão de Tecnologia da Informação, informamos à aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fulcro no artigo 87, inciso I da lei nº. 8.666/93 e na Clausula Décima Segunda ,alínea "a" do Contrato nº. 82/2006 à empresa CTBC - COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÃO DO BRASIL CENTRAL.

### Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 250057 - INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATO-ORTOPEDIA  
Data Aplicação: 13/04/2011  
Número do Processo: 250057/6942/2010  
Descrição/Justificativa: Processo nº. 250057/6942/2010  
  
Considerando o exposto no Memorando nº. 85641/2010 da Divisão de Tecnologia da Informação, no qual noticia que a empresa CTBC - COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL, encontra-se com dificuldades para bloquear a realização de discagem diretas à distância, por meio de qualquer operadora, configurando o descumprimento do constante no Edital de Pregão nº. 097/2006 - Contrato nº. 082/2006, informamos à aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fulcro no artigo 87, inciso I, da Lei nº. 8.666/93 e na Clausula Décima Segunda, alínea "a" do referido contrato.

Direção Geral  
Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia

### Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 255019 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/RJ  
Data Aplicação: 04/09/2013  
Número do Processo: 25245025891201126 Número do Contrato: 003/2012  
Descrição/Justificativa: A FUNASA/SUEST/RJ, resolve aplicar a ADVERTÊNCIA, de acordo com a Cláusula Décima Quarta, incisos I e II constantes do Instrumento Contratual.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 255019 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/RJ  
Data Aplicação: 04/02/2013  
Número do Processo: 25245025891201126 Número do Contrato: 003/2012  
Descrição/Justificativa: Descumprimento aos itens 5.8, 5.9 e 5.11 da Cláusula Quinta do Contrato 003/2012.

### Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª. REGIÃO  
Data Aplicação: 27/09/2007  
Número do Processo: 255/03/2007-EOF  
Descrição/Justificativa: EMPRESA PENALIZADA COM ADVERTÊNCIA PELO CUMPRIMENTO IRREGULAR DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESTABELECIDAS NOS SUBITEMS 2.1, 3.6 E 3.12, DAS CLÁUSULAS SEGUNDA E TERCEIRA DO CONTRATO 048/2007, COM BASE NO INCISO I DO ART. 87 DA LEI 8.666/93 E NA ALÍNEA "A" DO ITEM 6.2 DA CLÁUSULA SEXTA DO REFERIDO CONTRATO, NOS TERMOS DO DESPACHO DO PRESIDENTE DESTA E. TRIBUNAL, ÀS FLS. 348 DO PROCESSO 255/03/2007-EOF.

### Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 253003 - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR/MS  
Data Aplicação: 29/11/2011  
Número do Processo: 33902068282201018 Número do Contrato: 592010  
Descrição/Justificativa: Em razão da execução irregular, com base na letra 'd' do subitem 6.3 do item 6 do contrato 59/2010 e os elementos constantes do processo nº 33902.068282/2010-18, objeto do ofício nº 103/2011/GECOL, conforme decisão da autoridade superior, sem manifestação de recurso da empresa.

### Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 253003 - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR/MS  
Data Aplicação: 25/09/2013  
Número do Processo: 33902647213201319 Número do Contrato: 50/2013  
Descrição/Justificativa: Descumprimento das cláusulas 9ª e 10ª do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico 27/2012, e 11ª do contrato 50/2013.



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 253003 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/MS  
Data Aplicação: 25/09/2013  
Número do Processo: 33902647213201319 Número do Contrato: 49/2013  
Descrição/Justificativa: Descumprimento das cláusulas 9º e 10 do Termo de referência e 11º do contrato 49/2013.

### Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90006 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE  
Data Aplicação: 14/06/2023  
Número do Processo: 4089-79.2023 Número do Contrato: Contrato nº 12/2022  
Descrição/Justificativa: Penalidade de advertência aplicada à empresa ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ n. 71.208.516/0001-74, pela inexecução parcial dos serviços, com fundamento no subitem 8.5 do Contrato nº 12/2022, causada pela interrupção parcial dos serviços contratados, no mês de março de 2023.

### Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90006 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - CE  
Data Aplicação: 18/07/2023  
Número do Processo: 4089-79.2023 Número do Contrato: Contrato nº 37/2022  
Descrição/Justificativa: Penalidade de advertência aplicada à empresa ALGAR TELECOM S/A, inscrita no CNPJ n. 71.208.516/0001-74, pela inexecução parcial dos serviços, com fundamento no subitem 8.5 do Contrato nº 37/2022, causada pela interrupção parcial dos serviços contratados, no mês de maio de 2023.

### Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 160440 - 23 BATALHAO DE INFANTARIA - SC  
Data Aplicação: 25/09/2013  
Número do Processo: 42012 Número do Contrato: 332012  
Descrição/Justificativa: A empresa não vem cumprindo com as cláusulas contratuais referentes a valores preestabelecidos. Mesmo sendo orientada, a empresa não se adequou e não vem tomando as medidas necessárias para sanar os problemas.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 393018 - SUP. REG. DO DNIT NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
Data Aplicação: 24/07/2012  
Número do Processo: 50617002069201240 Número do Contrato: 17.1.0.00.0115.2012  
Descrição/Justificativa: Inexecução parcial do contrato nº 17.1.0.00.0115/2012.

### Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 277001 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE  
Data Aplicação: 15/10/2010  
Número do Processo: 507700002112010  
Descrição/Justificativa: O DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE RESOLVE APLICAR ADVERTÊNCIA À CONTRATADA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CONTRATO 015/2010, COM BASE NO INCISO I, DO ARTIGO 87 DA LEI 8.666/93 E NA ALÍNEA "A" DO ITEM 21.1 DA CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DO REFERIDO CONTRATO.

### Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 148002 - CORREIOS SEDE  
Data Aplicação: 26/03/2014  
Número do Processo: 53101007333201311 Número do Contrato: 213/2010.  
Descrição/Justificativa: Aplicação de penalidade Advertência conforme descrita na Cláusula Oitava - Das Penalidades, subitem 8.1.1. do Contrato nº. 213/2010 pelo descumprimento do subitem 2.3. da Cláusula Segunda - Das Obrigações da Contratada ( Descumprimento da Cláusula Segunda - Das Obrigações, subitem 2.3. e alíneas. Especificamente a não entrega das notas fiscais nos prazos pactuados entre a contratada e contratante).

### Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 925937 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO INTERIOR  
Data Aplicação: 14/12/2015  
Número do Processo: 53174001340201517  
Descrição/Justificativa: Desclassificação no Pregão Eletrônico 15000121. Motivo: Após a sessão pública apresentou sua proposta e documentos de habilitação, ofertando lance final abaixo do valor global previsto no Edital.  
Ocorre que na mesma proposta econômica financeira foi ofertado valor total do Item 1 maior que o permitido em Edital, sem interesse por parte da empresa em reduzir os valores propostos.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 120039 - MAER-GRUPAMENTO DE APOIO/RJ  
Data Aplicação: 12/09/2022  
Número do Processo: 67246.026821/2020 Número do Contrato: Contrato nº17/GAP-RJ/2021  
Descrição/Justificativa: Considerando os fatos e documentos comprobatórios contidos no PAAI nº 001/GAP-RJ/2022, a contratada descumpriu o prazo de assinatura de contrato com início de vigência em 02 de janeiro de 2022, conforme Carta nº 9/SEC/8122, Protocolo COMAER nº 67246.008296/2021-38 de 30/12/2021 e Carta nº 2/SEC/50, Protocolo COMAER nº 67246.000047/2022-85 de 04/01/2022, conforme previsto no Termo de Referência, decorrente do Pregão Eletrônico nº 017/GAP-RJ/2021. Sendo assim, diante dos fatos apurados aplicou-se advertência.

### Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 160291 - CENTRO TECNOLOGICO DO EXERCITO/RJ  
Data Aplicação: 16/09/2021  
Número do Processo: PA nº 014/2021 Número do Contrato: Contrato nº 021/2020-CTEx  
Descrição/Justificativa: Após conclusão do Processo Administrativo nº 014/2021-OD, respeitados o contraditório e a ampla defesa, foi punida com a sanção administrativa de Advertência, prevista no subitem 20.2.1 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2020-CTEx c/c o inciso I do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

### Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO  
Data Aplicação: 30/04/2009  
Número do Processo: PG-030/2007  
Descrição/Justificativa: O ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DESTE TRIBUNAL, DETERMINOU A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, PREVISTA NO ART. 87 DA LEI 8.666/93, PELO DESCUMPRIMENTO DE CLAÚSULA CONTRATUAL.



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO  
Data Aplicação: 08/06/2009  
Número do Processo: PG-030/2007  
Descrição/Justificativa: O ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DESTE TRIBUNAL, DETERMINOU A APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, PREVISTA NO ARTIGO 87 DA LEI 8.666/93, PELO DESCUMPRIMENTO DE CLAÚSULA CONTRATUAL.

### Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 148002 - CORREIOS SEDE  
Data Aplicação: 02/12/2016  
Número do Processo: PGE 197/2010 Número do Contrato: 000000000000  
Descrição/Justificativa: Advertida por meio da Carta 2266/2016-CPL/CECOM, por ensejar o retardamento do certame ao enviar os documentos de habilitação após o prazo de até três dias úteis previsto no edital.

### Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ  
Data Aplicação: 28/05/2010  
Número do Processo: RJ-2009-10851  
Descrição/Justificativa: APLICAR, COM BASE NA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 11.1, ALÍNEA "A" DO CONTRATO Nº 071/2007, E TAMBÉM, COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 87 DA LEI 8.666/93, A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

### Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ  
Data Aplicação: 24/06/2010  
Número do Processo: RJ-2010-9195  
Descrição/Justificativa: APLICAR COM BASE NA CLÁUSULA ONZE, ITEM 11.1, ALÍNEA "A", DO CONTRATO CVM Nº 005/2008 E TAMBÉM COM FUNDAMENTO NO INCISO I, DO ART. 87 DA LEI 8.666/93, A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90028 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO  
Data Aplicação: 10/04/2019  
Número do Processo: TRF2-EOF-2017/81 Número do Contrato: 064/2018  
Descrição/Justificativa: Aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA descrita no artigo 87, I da Lei 8.666/93 c/c o subitem 6.3.1 da Cláusula Sexta do Contrato,, conforme r. despacho TRF2-DES-2019/14279 da Direção Geral do TRF-2º Região.

### Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 200050 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 2A. REGIAO - SP  
Data Aplicação: 25/11/2016 Valor da Multa: R\$ 8,64  
Número do Processo: 021917/2016-38 Número do Contrato: 11/2016  
Descrição/Justificativa: Não cumprimento da prestação do serviço

### Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 200050 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 2A. REGIAO - SP  
Data Aplicação: 18/01/2017 Valor da Multa: R\$ 17,32  
Número do Processo: 024689/2016-58 Número do Contrato: 11/2016  
Descrição/Justificativa: Não prestação dos serviços

### Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II  
Motivo: Outros  
UASG Sancionadora: 40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA  
Data Aplicação: 19/08/2022 Valor da Multa: R\$ 499,20  
Número do Processo: 02607/2022 Número do Contrato: 28/2021  
Descrição/Justificativa: Em razão atraso de 40 (quarenta) dias na resolução do chamado quanto à interrupção parcial nos serviços e problemas para realizar chamadas ou para receber chamadas.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **928082 - SECRETARIA DE EST.DE ADMINIST.PENITENCIÁRIA**  
Data Aplicação: **19/10/2023** Valor da Multa: **R\$ 2.788,64**  
Número do Processo: **0402611600202342** Número do Contrato: **002/2022 - SEAPE/DF**  
Descrição/Justificativa: **pelo DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL (interrupção da prestação do serviço de telefonia), conforme orientação do inciso V, do art. 4ª; do Decreto Distrital nº 26.851/2006.**

### Ocorrência 49:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **200121 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-GO**  
Data Aplicação: **25/02/2011** Valor da Multa: **R\$ 19,44**  
Número do Processo: **08662001034201010** Número do Contrato: **009/20010**  
Descrição/Justificativa: **Não cumprimento total das obrigações assumidas onde a 1ª SRPRE/GO não deu causa, necessitando assim de aplicação da multa fundamentada no item 13.1.2.4 da cláusula 13º do Contrato nº 009/2010 e do item 18.1.2.4 do edital do Pregão Eletrônico nº 16/2009 e no inciso II do art. 87 da Lei 8666/93.**

### Ocorrência 50:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **201014 - BANCO NACIONAL DE DESENVOL.ECONÔMICO E SOCIAL**  
Data Aplicação: **13/09/2012** Valor da Multa: **R\$ 1.658,01**  
Número do Processo: **12.21.01.297/2006** Número do Contrato: **297/2006**  
Descrição/Justificativa: **O BNDES comunica que, em 13/09/2012, foi proferida decisão, pelo Sr. Superintendente da Área de Administração, no âmbito do Processo Administrativo Punitivo n 12.21.01.297/2006, no sentido de aplicar a penalidade de MULTA, no valor de R\$ 1.658,01, correspondente a 0,5% do valor global anual do Contrato para cada uma das 05 notificações feitas perante à Contratada. As razões que motivaram tal posicionamento estão pormenorizadas no referido Processo Administrativo, cujos autos se encontram disponíveis no Departamento Jurídico da Área de Administração (AA/DEJUR/GEJUR2), localizado na Av. República do Chile, nº 330, Torre Oeste, 18ª andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.**



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 51:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **200054 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 9A. REGIAO- PR**  
Data Aplicação: **19/10/2020** Valor da Multa: **R\$ 140,16**  
Número do Processo: **1587.900-2020** Número do Contrato: **021.2019**  
Descrição/Justificativa: **DECISÃO nº 8.2020. Faturas não atenderam ao previsto no contrato, desde o início, impossibilitando o pagamento. Reiteradas vezes a empresa notificada, não se adequou.**

### Ocorrência 52:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **255019 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/RJ**  
Data Aplicação: **02/09/2013** Valor da Multa: **R\$ 7.241,40**  
Número do Processo: **25245025891201126** Número do Contrato: **003/2012**  
Descrição/Justificativa: **A FUNASA/SUEST/RJ, resolve aplicar a MULTA MORATÓRIA, de acordo com a Cláusula Décima Quarta, incisos I e II constantes do Instrumento Contratual.**

### Ocorrência 53:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **253002 - AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - DF**  
Data Aplicação: **05/10/2021** Valor da Multa: **R\$ 827,33**  
Número do Processo: **25351914611202111** Número do Contrato: **CT 04/2021**  
Descrição/Justificativa: **Atraso no início da prestação do serviço objeto do contrato, e pelo atraso na apresentação da garantia contratual**

### Ocorrência 54:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**  
Data Aplicação: **08/09/2022** Valor da Multa: **R\$ 17.436,29**  
Número do Processo: **25410.013129/2021** Número do Contrato: **90/2021**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento de obrigações contratuais/editais.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 55:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **253003 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/MS**  
Data Aplicação: **25/09/2013** Valor da Multa: **R\$ 155,11**  
Número do Processo: **33902647213201319** Número do Contrato: **49/2013**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas 9º e 10º do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico 27/2012, e 11º do contrato 50/2013.**

### Ocorrência 56:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **253003 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/MS**  
Data Aplicação: **25/09/2013** Valor da Multa: **R\$ 583,45**  
Número do Processo: **33902647213201319** Número do Contrato: **50/2013**  
Descrição/Justificativa: **Descumprimento das cláusulas 9º e 10º do Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico 27/2012, e 11º do contrato 50/2013.**

### Ocorrência 57:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **200049 - PROCURADORIA DA REPUBLICA - SP**  
Data Aplicação: **19/04/2021** Valor da Multa: **R\$ 2.864,00**  
Número do Processo: **34001003176201998** Número do Contrato: **57/2016**  
Descrição/Justificativa: **Penalidade de multa no valor de 10% do valor do Contrato nº 57/2016, com fundamento na Cláusula Décima Quarta, Parágrafo Primeiro, alínea "b".**

### Ocorrência 58:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **510677 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL NORDESTE**  
Data Aplicação: **28/07/2017** Valor da Multa: **R\$ 1.507,05**  
Número do Processo: **35662000018201678** Número do Contrato: **17/2016**  
Descrição/Justificativa: **Multa de 0,4% do valor do contrato tendo este o valor global o quantitativo de R\$. 376.761,60, de modo que a multa se perfaz no montante de R\$. 1.507,05 (Um mil, quinhentos e sete reais e cinco centavos)**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 59:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **277001 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE**  
Data Aplicação: **21/10/2010**  
Número do Processo: **507700002112010**  
Descrição/Justificativa: **O DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTER RESOLVE APLICAR À EMPRESA A PENALIDE DE MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DO CONTRATO, POR DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS 19º - DA GARANTIA E 13º - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, INCISOS VI, VIII, IX E X, CONFORME PREVISTO NA ALÍENA "C" DA CLÁUSULA 21º - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, DO CONTRATO 015/2010. RESPEITADO O PRAZO DA AMPLA DEFESA, FICA CONCEDIDO O PRAZO DE 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS.**

### Ocorrência 60:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**  
Data Aplicação: **03/07/2012** Valor da Multa: **R\$ 194,70**  
Número do Processo: **53101002706201286** Número do Contrato: **213/2010**  
Descrição/Justificativa: **FORNECEDOR MULTADO POR MEIO DA CARTA 06259/2012 - CECOM EM DECORRÊNCIA DE ATRASO NO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS NO DIA 27/07/2011 DO CONTRATO Nº. 213/2010. FUNDAMENTAÇÃO: ALÍNEA "B" DO SUBITEM 8.1.2.1. DA CLÁUSULA OITAVA DO CONTRATO Nº. 213/2010**

### Ocorrência 61:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**  
Data Aplicação: **09/10/2013** Valor da Multa: **R\$ 296,99**  
Número do Processo: **531012897/2012-86** Número do Contrato: **213/2010**  
Descrição/Justificativa: **CONTRATO Nº 213/2010 - MULTA APLICADA POR MEIO DA CARTA 12716/2013-GGCS/CECOM, EM DECORRÊNCIA DE ATRASO DE 3 HORAS NO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA NAS MODALIDADES LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN E LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL (LDI, INTERROMPIDOS NO DIA 12/07/2011, EM BRASÍLIA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: SUBITEM 8.1.2.1., ALÍNEA "b", CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES.**



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 62:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **925936 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO METROPOLIT**  
Data Aplicação: **21/08/2018** Valor da Multa: **R\$ 493,19**  
Número do Processo: **53177034202201837** Número do Contrato: **0300/2013-SE/MG**  
Descrição/Justificativa: **Em decorrência do descumprimento do subitem 11.1. da Cláusula Décima Primeira do mesmo instrumento.**

### Ocorrência 63:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**  
Data Aplicação: **17/10/2018** Valor da Multa: **R\$ 1.911,86**  
Número do Processo: **53180000838201745** Número do Contrato: **146/2016**  
Descrição/Justificativa: **fornecedor multado, por meio da Carta 3318859/2018-GCOE/DCOMS/VIPAD/CS de 01/10/2018 em face de irregularidades na execução do contrato 146/2016, com amparo no subitem 16.1.2.2. alínea "b" da Cláusula Décima Sexta - Das Penalidades.**

### Ocorrência 64:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**  
Data Aplicação: **14/01/2019** Valor da Multa: **R\$ 1.911,86**  
Número do Processo: **53180001243201715** Número do Contrato: **146/2016**  
Descrição/Justificativa: **fornecedor multado por meio da carta 4040429/2018-GCOE/DCOMS/VIPAD/CS de 19/11/2018 em face das irregularidades de atraso no atendimentos do contrato 146/2016, com amparo nos subitens 16.1.2.1, alínea "b" e subitem 16.1.2.2, alínea "b" da Cláusula décima sexta - Das penalidades**

### Ocorrência 65:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **148002 - CORREIOS SEDE**  
Data Aplicação: **22/06/2020** Valor da Multa: **R\$ 1.086,60**  
Número do Processo: **53180012439202022** Número do Contrato: **146/2016**  
Descrição/Justificativa: **Fornecedor multado através da Carta nº 15355629/2020 - GCEC-CEGES, devido a descumprimento do subitem 10.16. das Condições Gerais da Contratação, penalidade de multa prevista na alínea "b" do subitem 16.1.2.2. Demais Multas.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 66:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **925936 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO METROPOLIT**  
Data Aplicação: **13/04/2022** Valor da Multa: **R\$ 151,86**  
Número do Processo: **53191006659202179** Número do Contrato: **12/2018 - SE/GO**  
Descrição/Justificativa: **Multa R\$ 151,86, motivada por inexecução do SLA contratado, na execução do Contrato 12/2018 - SE/GO, fundamentação alínea "k", "l" subitem 16.1.2.2, Cláusula Décima Sexta do Contrato.**

### Ocorrência 67:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **413008 - ESCRITORIO REGIONAL 7**  
Data Aplicação: **08/08/2011** Valor da Multa: **R\$ 608,04**  
Número do Processo: **535480001832011** Número do Contrato: **005/2010**  
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa em virtude de infração do item 8.4.2.1, do Contrato 005/2010.**

### Ocorrência 68:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **373085 - INCRA/SUPERINTENDENCIA ESTADUAL SR-26/TO**  
Data Aplicação: **15/05/2020** Valor da Multa: **R\$ 7.031,78**  
Número do Processo: **54400.000697/2016** Número do Contrato: **2.000/2016**  
Descrição/Justificativa: **INEXECUÇÃO PARCIAL do CRT INCRA/TO n 2.000/2016, por descumprimento das obrigações assumidas no Termo de Referência e Edital, em especial em relação a obrigação de fatura com exatidão, conforme a proposta licitada e contratada, os valores cobrados pelos serviços de telefonia longa distância (LDN), a saber: fixo-fixo D1, D2, D3 e D4 e fixo-móvel VC2 e VC3. Os preços praticados são diversos daqueles constantes na proposta vencedora da licitação em percentuais significativos, superior a 79% em algumas chamadas. Constatou-se, pois, que a contratada não aplicou a proposta licitada às faturas, referente aos meses de maio, junho e julho/2016. Conforme processos 54400000415201594 e 54400000697201619.**

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 69:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **90016 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - RJ**  
Data Aplicação: **09/02/2010**  
Número do Processo: **EOF2010/128.01**  
Descrição/Justificativa: **O JUIZ FEDERAL DIRETOR DO FORO DECIDE APLICAR À EMPRESA A PENALIDADEDE MULTA COMPENSATÓRIA DE 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR GOOBAL DOCONTRATO, POR INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO, NOS TERMOS DOS SUBITENS9.2.B E 9.4.1 DA CLÁUSULA NONA DO TERMO DE CONTRATO Nº 22/2008 C/C OSARTIGOS 78, INCISO II E 87, INCISO II, DA LEI 8.666/93.**

### Ocorrência 70:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **70018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO**  
Data Aplicação: **22/12/2017** Valor da Multa: **R\$ 4.127,70**  
Número do Processo: **PAD 7441/2017** Número do Contrato: **PEF 83/2016**  
Descrição/Justificativa: **Atraso no início da prestação dos serviços.**

### Ocorrência 71:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **70018 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO**  
Data Aplicação: **13/03/2019** Valor da Multa: **R\$ 1.816,19**  
Número do Processo: **PAD 9267/2018** Número do Contrato: **PEF 83/2016**  
Descrição/Justificativa: **descumprimento do prazo previsto nas letras “i” e “j” da cláusula II do contrato.**

### Ocorrência 72:

Tipo Ocorrência: **Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**  
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**  
UASG Sancionadora: **200050 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 2A. REGIAO - SP**  
Âmbito da Sanção: **Órgão Sancionador**  
Prazo: **Determinado**  
Prazo Inicial: **18/01/2017** Prazo Final: **17/01/2019**  
Número do Processo: **024689/2016-58** Número do Contrato: **11/2016**  
Descrição/Justificativa: **“A penalidade de suspensão temporária de participação e impedimento de contratar é restrita à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ªRegião, excepcionados outros órgãos da Administração Pública”.**



## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 73:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato  
UASG Sancionadora: 200121 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-GO  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 20/08/2013 Prazo Final: 11/06/2014  
Número do Processo: 08662001034201010 Número do Contrato: 009/2010  
Descrição/Justificativa: Não cumprimento total das obrigações assumidas onde a 1ª SRPRE/GO não deu causa, necessitando assim de aplicação da suspensão fundamentada no item 13.1.3.2 da cláusula 13º do Contrato nº 009/2010 e do item 18.1.3.2 do edital do Pregão Eletrônico nº 16/2009 e no inciso III do art. 87 da Lei 8666/93.

### Ocorrência 74:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
Motivo: Comportamento inidôneo ou fraude fiscal  
UASG Sancionadora: 90017 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - SP  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 03/07/2019 Prazo Final: 02/08/2019  
Número do Processo: 0006750-22.2018 Número do Contrato: PE nº 025/2017  
Descrição/Justificativa: Aplicada a penalidade de impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período de um (01) mês em razão de a empresa ter participado do Pregão Eletrônico nº 025/2017 mesmo estando impedida de licitar e de contratar com órgãos da União.

### Ocorrência 75:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato  
UASG Sancionadora: 510677 - SUPERINTENDENCIA REGIONAL NORDESTE  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo: Determinado  
Prazo Inicial: 28/07/2017 Prazo Final: 27/11/2017  
Número do Processo: 35662000018201678 Número do Contrato: 17/2016  
Descrição/Justificativa: Descumprimento contratual.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 76:

Tipo Ocorrência:	Outros Tipos de Ocorrência		
UASG Sancionadora:	200050 - PROCURADORIA REG.DO TRABALHO 2A. REGIAO - SP		
Âmbito da Sanção:	Órgão Sancionador		
Prazo:	Determinado	Impeditiva:	Sim
Prazo Inicial:	18/01/2017	Prazo Final:	17/01/2019
Número do Processo:	024689/2016-58	Número do Contrato:	11/2016
Descrição/Justificativa:	Rescisão Unilateral com base nos artigos 78, I e V, e 79, I, da Lei 8.666/03		

### Ocorrência 77:

Tipo Ocorrência:	Legado
UASG Sancionadora:	253003 - AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR/MS
Número do Processo:	339021610550846
Descrição/Justificativa:	ADVERTÊNCIA POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONTRATUAL.

### Ocorrência 78:

Tipo Ocorrência:	Legado
UASG Sancionadora:	277001 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE
Número do Processo:	507700002112010
Descrição/Justificativa:	APÓS ACOLHIMENTO DOS ARGUMENTOS DA EMPRESA, O DEPARTAMENTO DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE RESOLVE REVOGAR A APLICAÇÃO DE MULTA, REGISTRADA POR DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO 015/2010.

### Ocorrência 79:

Tipo Ocorrência:	Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.
UASG Sancionadora:	200115 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MG
	Impeditiva: Não
Número do Processo:	08656001146201483
	Número do Contrato: PE 10/2012
Descrição/Justificativa:	penalidade de multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, conforme descrita no item 25.2.1.1.1. do Edital de Pregão Eletrônico n.º 10/2012, em seu item "25 - Das Infrações e Sanções Administrativas", nos termos dos art. 86 e 109 da Lei 8.666/93, com base nas conclusões elencadas no Relatório Conclusivo do NUAT-MG, (Doc. SEI n.º 1277754), as quais acolho parcialmente.

## Relatório de Ocorrências Ativas

### Ocorrência 80:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**  
UASG Sancionadora: **170153 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - PR**  
Impeditiva: **Não**  
Número do Processo: **11697000385201444** Número do Contrato: **2016TL0006**  
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade MULTA no valor de R\$ 2.692,56 (dois mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos), por descumprimento contratual previsto na Cláusula Quinta - do Preço, conforme Ofício nº 17/2017/DRL/SAMF-GAB/SE/MF-PR.**

### Ocorrência 81:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**  
UASG Sancionadora: **925937 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO INTERIOR**  
Impeditiva: **Não**  
Número do Processo: **5310104454201734** Número do Contrato: **154/2016**  
Descrição/Justificativa: **Atraso no início da prestação dos serviços, cfe.cláusula 16.1.2.1, alínea a.**

### Ocorrência 82:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**  
Motivo: **Multa - Lei 13.303/2016, art. 83, inc. II**  
UASG Sancionadora: **925936 - ECT - DIRETORIA REGIONAL SAO PAULO METROPOLIT**  
Impeditiva: **Não**  
Prazo Inicial: **28/02/2020**  
Data Aplicação: **28/02/2020**  
Número do Processo: **53191014659201928** Número do Contrato: **0012/2018 - SE/GO.**  
Descrição/Justificativa: **DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULAS CONTRATUAIS - R\$ 17,47**





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

#### Dados do Fornecedor

---

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor**



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Vínculo 1: Fornecedor 05.872.814/0001-30 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0001-30:
019.946.508-85	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (29/06/2023 08:56).
031.277.386-25	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 09:00).	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 14:45).
095.598.868-35	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
145.821.828-79	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
211.672.306-04	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (29/06/2023 08:56).
665.591.546-53	Responsável Legal e Sócio/Admin.	Responsável Legal e Sócio/Admin.
691.647.036-49	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
755.817.016-87	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

#### Ocorrência do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
UASG Sancionadora: 925909 - COMPANHIA DE TEC. DA INFOR. E COMUNICAÇÃO/PR  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo Inicial: 02/06/2023 Prazo Final: 01/01/2025

#### Vínculo 2: Fornecedor 05.872.814/0010-20 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0010-20:
019.946.508-85	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (04/07/2023 11:12).
031.277.386-25	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 09:00).	Sócio/Admin inativo (19/09/2023 12:31).
095.598.868-35	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

# Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

## Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

## Vínculo 2: Fornecedor 05.872.814/0010-20 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0010-20:
145.821.828-79	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
211.672.306-04	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (04/07/2023 11:12).
665.591.546-53	Responsável Legal e Sócio/Admin.	Responsável Legal e Sócio/Admin.
691.647.036-49	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
755.817.016-87	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

## Ocorrência do vínculo 2:

Tipo da Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
UASG Sancionadora: 200129 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-AL  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo Inicial: 16/02/2024 Prazo Final: 16/06/2024





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

#### Vínculo 1: Fornecedor 05.872.814/0001-30 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0001-30:
019.946.508-85	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (29/06/2023 08:56).
031.277.386-25	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 09:00).	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 14:45).
095.598.868-35	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
145.821.828-79	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
211.672.306-04	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (29/06/2023 08:56).
665.591.546-53	Responsável Legal e Sócio/Admin.	Responsável Legal e Sócio/Admin.
691.647.036-49	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
755.817.016-87	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

#### Ocorrência do vínculo 1:

Tipo da Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III  
UASG Sancionadora: 925909 - COMPANHIA DE TEC. DA INFOR. E COMUNICAÇÃO/PR  
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador  
Prazo Inicial: 02/06/2023 Prazo Final: 01/01/2025

#### Vínculo 2: Fornecedor 05.872.814/0010-20 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0010-20:
019.946.508-85	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (04/07/2023 11:12).
031.277.386-25	Sócio/Admin inativo (13/09/2023 09:00).	Sócio/Admin inativo (19/09/2023 12:31).
095.598.868-35	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

# Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

## Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUNS®: 901279422  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado

## Vínculo 2: Fornecedor 05.872.814/0010-20 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.

CPF/CNPJ comum:	Vínculo com 71.208.516/0001-74:	Vínculo com 05.872.814/0010-20:
145.821.828-79	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
211.672.306-04	Sócio/Admin inativo (08/06/2023 05:27).	Sócio/Admin inativo (04/07/2023 11:12).
665.591.546-53	Responsável Legal e Sócio/Admin.	Responsável Legal e Sócio/Admin.
691.647.036-49	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.
755.817.016-87	Sócio/Admin.	Sócio/Admin.

## Ocorrência do vínculo 2:

Tipo da Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª  
UASG Sancionadora: 200129 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-AL  
Âmbito da Sanção: União  
Prazo Inicial: 16/02/2024 Prazo Final: 16/06/2024

Ao

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

**Assunto: Esclarecimento sobre Ocorrências Impeditivas Indiretas –**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 90003/2024**

A empresa **ALGAR TELECOM S.A** ("**Algar Telecom**"), inscrita no CNPJ sob o nº 71.208.516/0001-74 propensa licitante do processo licitatório em epigrafe, vem através de seu representante subscrevente, **ESCLARECER SOBRE OCORRENCIA IMPEDITIVA INDIRETA** nos seguintes termos.

A propensa licitante do certame em curso, foi questionada pelo ilustre pregoeiro condutor do processo licitatório, afim de esclarecer a Ocorrência Impeditiva Indireta localizada nos registros do SICAF, tal registro, atingiu por vinculação empresa coligada denominada VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA S.A ("**VOGEL**"), conforme pesquisa desse órgão licitante.

Cumpre esclarecer que o relatório de prováveis ocorrências impeditivas indiretas da propensa licitante/fornecedora que se apresenta, **não aplica qualquer penalidade de impedimento de licitar ou contratar** à empresa ALGAR TELECOM, o que afasta de imediato qualquer discriminação de participação no certame publico que apresenta.





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 71.208.516/0001-74 DUN\$@: 90\*\*\*\*\*22  
Razão Social: ALGAR TELECOM S/A  
Nome Fantasia: ALGAR TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 27/08/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	28/08/2024	Automática
FGTS	Validade:	27/03/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	31/08/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	22/04/2024
Receita Municipal	Validade:	30/04/2024

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade:	31/05/2024
-----------	------------

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 06/03/2024 16:08

CPF: 814.XXX.XXX-53 Nome: JOHN CLEMMER DE MATTOS

Ass:

1 de 1

[illegible]

Cumpre informar que a empresa VOGEL é uma controlada do grupo ALGAR TELECOM que é composto por outras empresas, que não se confundem entre si.

Trata-se de registro de uma penalidade de suspensão de licitar da empresa VOGEL apenas e tão somente com a CELEPAR-Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, não atingindo nenhum outro órgão ou esfera pública, ou seja, não se trata de restrição com o Poder Público, apenas com a companhia de tecnologia do Paraná.

O registro nas ocorrências impeditivas indiretas encontrado no SICAF **não pode ser interpretado como exceção ao inciso XLV do artigo 5º da CF/88**, que determina petrificadamente **o princípio da intranscendência da pena** que assegura ser apenas a pessoa física ou jurídica objeto da sanção quem responderá pelos seus efeitos. Devem ser observados os postulados do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e, ainda, da presunção de inocência, insculpidos no artigo 5º, incisos LIV, LV e LVII, da Constituição Federal, sob pena de completa mitigação de tais princípios.

Neste sentido inexistente a **comunicabilidade ou repercussão dos efeitos da penalidade aplicada** na VOGEL para a empresa ALGAR TELECOM.

Concomitante à baliza constitucional e esclarecimento da finalidade do registro no SICAF, a Corte de Contas da União firmou ser preciso levar em consideração na análise das ocorrências impeditivas indiretas a data de constituição das empresas, o ramo de atividade e a eventual transferência de acervo técnico, humano e/ou operacional, não sendo suficiente a simples identidade societária, tomada de forma isolada, para concluir que houve tentativa de fraude ou abuso de forma praticado pelos sócios.

Na relação havida entre ambas as empresas, no que pese a ALGAR TELECOM e a VOGEL pertencerem ao mesmo grupo econômico, cada qual se especializa em ramos econômicos distintos. A identidade econômica da empresa dá-se pelo estatuto social, atendendo ao princípio da legalidade cujo lastro é o art. 997, inciso II, do Código Civil, e por sua atividade preponderante.



Donde ser inconteste que não houve manobras de fuga aos efeitos da sanção, não houve atuação fora do ramo econômico da ALGAR TELECOM, não há migração de acervo técnico e está comprovado nos autos do Processo Licitatório que esta executará os serviços com recursos próprios e independentes de qualquer outra entidade que se lhe vincule pelo conceito de grupo econômico.

Ressalta-se, em síntese, que nem para a licitação e seu consequente Contrato, não haverá, a utilização de quaisquer recursos ou acervo técnico o que está plenamente contido nos autos administrativos respectivos, fatos que demonstram por si a total independência.

Sendo assim, não existe ato empresa licitante, que possa ser qualificado nos verbos descritos do tipo objetivo da pena, não podendo o alcance da sanção prevista em uma tipificação fechada, impor uma abrangência maior para a ALGAR TELECOM. Afinal, em tipos penais fechados não se admitem interpretações por analogia, por extensão ou a mera presunção.

Por fim, resta esclarecer que a VOGEL discorda frontalmente da penalidade sofrida, havendo entrado com a ação judicial, na busca de decisão favorável pode retirar desta o peso da penalidade.

Ao final, esperamos haver esclarecido que a empresa ALGAR TELECOM não está impedida de licitar e contratar em nenhuma esfera, e por nenhum ângulo de análise, existindo somente o registro impeditivo indireto, que serve apenas de alerta para o órgão contrante, e jamais como base para obstar a participação e a contratação.

*"Nessa senda, o registro no Sicafe de Provável Ocorrência Impeditiva Indireta deve ser interpretado como um alerta, "o que exigirá da equipe de licitação a realização de diligências para investigar se a constituição da pessoa jurídica teve como objetivo burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa com quadro societário comum" (TCU - Acórdão 2914/2019-Plenário; Processo nº 013.390/2017-1; relator: ministro Benjamin Zymler; Sessão de 4/12/2019)".*



E que inexistem elementos que indiquem indícios de fraude à sanção sofrida, sendo que a ação fraudulenta não se presume. Assim, eventual interpretação equivocada (transfigurando suspeita em precipitada constatação de fraude, o que viola a garantia constitucional da presunção de inocência) sobre o registro de Provável Ocorrência de Impeditiva Indireta pode ocasionar prejuízos a empresa licitante.

Assim, nos colocando à disposição para eventuais esclarecimentos, protestamos nosso elevado respeito e interesse na participação do processo licitatório e contratação.

Nestes termos, pede deferimento.

Uberlândia/MG, 10 de abril de 2024.

MARIANA BERNARDES	Assinado de forma
FERREIRA DE	digital por MARIANA
SOUZA:10836400623	BERNARDES FERREIRA
	DE SOUZA:10836400623

---

**Algar Telecom S.A**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**TERMO DE JULGAMENTO**

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**PREGÃO 90003/2024**

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800)		
Entrega de propostas:	De 11/03/2024 às 08:00 até 26/03/2024 às 13:30		
Abertura da sessão pública:	Dia 26/03/2024 às 13:30 (horário de Brasília)		

**Mensagens do chat da compra**

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 às 13:30:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 às 13:31:05	Boa tarde Srs. Licitantes.
Sistema	26/03/2024 às 14:01:29	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/03/2024 às 15:24:22	Telefone do Pregoeiro: 71-99946-9195 email: gilsonconceicao95@gmail.com
Sistema	26/03/2024 às 17:09:37	Srs. Licitantes, em razão do final do expediente a sessão será suspensa. Sendo reaberta no dia 01/04/2024 às 13:30 (Horário de Brasília). Obrigado pela participação e boa tarde.
Sistema	01/04/2024 às 14:18:16	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	01/04/2024 às 15:00:17	Srs. Licitantes permaneçam conectados.
Sistema	01/04/2024 às 16:29:46	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 02/04/2024, às 10h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	02/04/2024 às 10:25:56	Bom dia, senhores licitantes, em razão de falha na conexão na máquina do pregoeiro, a abertura da sessão fica adiada para as 13h
Sistema	02/04/2024 às 13:04:42	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	02/04/2024 às 14:04:30	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	02/04/2024 às 17:32:56	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 03/04/2024, às 13h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver

15/04/2024 14:55

1 de 9



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	03/04/2024 às 15:58:30	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 04/04/2024, às 10h30min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	04/04/2024 às 10:40:35	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 11:37:03	Srs. licitantes a sessão será suspensa para análise das propostas, retornaremos as 15:30 desta data.
Sistema	04/04/2024 às 15:34:40	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 16:34:24	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 05/04/2024, às 09h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	05/04/2024 às 09:24:07	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 13:05:05	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 15h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	05/04/2024 às 15:09:24	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 15:33:16	Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 02, de R\$ 81.500,00, está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta.
Sistema	08/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 12:21:25	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	08/04/2024 às 14:11:38	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 14:18:02	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	08/04/2024 às 16:29:28	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 09/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	09/04/2024 às 11:31:24	Bom dia Ss. licitantes, estamos iniciando os trabalhos relativos ao pregão 90003/2024, atuaremos na fase de habilitação das propostas continuem conectados.
Sistema	09/04/2024 às 12:06:21	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	09/04/2024 às 14:10:07	Boa tarde Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante Verbio Telecom Ltda. será habilitada. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet”

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro emitiu a Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:51	Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.
Sistema	09/04/2024 às 17:33:45	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 10/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	10/04/2024 às 10:55:29	Bom dia Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	10/04/2024 às 12:09:49	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	10/04/2024 às 15:01:14	Srs. licitantes boa tarde, em razão de inconsistência no sistema, não foi possível abrir a sessão no horário agendado. Continuamos na fase de habilitação permaneçam conectados.
Sistema	10/04/2024 às 15:36:34	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 11/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	11/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	11/04/2024 às 17:30:15	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 12/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	12/04/2024 às 13:09:21	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 15/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	15/04/2024 às 13:52:00	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante será habilitada para os itens 1 e 4. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet” foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:41	Quanto ao impedimento indireto de licitar a empresa se manifestou através do enviar anexo do comprasnet. Mediante análise do SICAF o Pregoeiro constatou que a empresa licitante foi aberta em 30/04/1993 e a empresa sancionada em 06/04/2018; não sendo crível inferir que a empresa vencedora fora aberta com o fito de burlar a sanção imposta a VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:56	Até porque quando licitante vencedora fora aberta a empresa sancionada sequer existia. Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 às 13:30:01	Abertura da sessão pública
26/03/2024 às 14:01:28	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Taxa de Instalacao/Habilitação de Serviço de Telefonia STFC

Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixo-móvel e LDN (Longa Distância Nacional) para o Edifício-Sede, seus anexos e CAT, com instalação de tronco SIP e faixa de numeração de 1000 (mil) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.1 do Anexo B e Anexo C do Termo de Referência, anexo ao Edital

Valor estimado:	R\$ 141.275,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200		
Situação:	Aberto para recursos		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.614.\*\*\*-0 - GILSON SOARES DA CONCEICAO para ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, melhor lance: R\$ 64.500,0000, valor negociado: R\$ 63.973,1600

Propostas do Item 1

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
71.208.516/0001-74 - ALGAR TELECOM S/A Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 64.500,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 141.275,0000	Valor negociado: R\$ 63.973,1600	Quantidade ofertada: 1
40.432.544/0001-47 - CLARO S.A. Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 115.347,4700	-
Valor proposta: R\$ 150.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 140.144,8400	-
Valor proposta: R\$ 141.275,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
39.669.334/0001-98 - VERBIO TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 135.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 141.275,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
37.168.895/0001-88 - ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 200.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 200.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
06.043.786/0001-00 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 141.275,0161	-
Valor proposta: R\$ 141.275,0161	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:36:09	39.669.334/0001-98	R\$ 141.274,9800
26/03/2024 13:42:16	00.903.429/0001-99	R\$ 141.273,8400
26/03/2024 13:44:31	40.432.544/0001-47	R\$ 141.196,3500
26/03/2024 13:44:58	39.669.334/0001-98	R\$ 140.270,0000
26/03/2024 13:45:17	00.903.429/0001-99	R\$ 140.269,8400



Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:45:22	39.669.334/0001-98	R\$ 140.250,0000
26/03/2024 13:46:19	00.903.429/0001-99	R\$ 140.249,8400
26/03/2024 13:46:23	39.669.334/0001-98	R\$ 140.225,0000
26/03/2024 13:48:29	00.903.429/0001-99	R\$ 140.224,8400
26/03/2024 13:48:32	39.669.334/0001-98	R\$ 140.150,0000
26/03/2024 13:50:01	00.903.429/0001-99	R\$ 140.149,8400
26/03/2024 13:50:04	39.669.334/0001-98	R\$ 140.145,0000
26/03/2024 13:52:09	40.432.544/0001-47	R\$ 115.347,4700
26/03/2024 13:52:21	71.208.516/0001-74	R\$ 64.500,0000
26/03/2024 13:52:51	00.903.429/0001-99	R\$ 140.144,8400
26/03/2024 13:53:38	39.669.334/0001-98	R\$ 135.000,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 13:30:01	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 13:31:01	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:31:01	Algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:52:02	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 140.145,0000 e R\$ 141.275,0161 poderá enviar um lance único e fechado até às 13:57:02 do dia 26/03/2024.
Sistema	26/03/2024 13:57:03	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 64.500,0000, R\$ 115.347,4700, R\$ 135.000,0000 e R\$ 140.144,8400.
Sistema	26/03/2024 13:57:03	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:22:25	Sr, licitante considerando a condição 10.5 do edital considera-se indício de inexecuibilidade, lance com valor inferior a 50% do valor estimado pela Administração. O Sr. confirma que o valor ofertado de R\$ de 64.500,00 para o item 1 é suficiente para a prestação do serviço pelo prazo de 24 meses, nos termos descritos no anexo I do Edital Termo de Referência? Aguardo resposta.
pelo participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:23:51	Sr Pregoeiro, estimo que esteja bem. Confirmamos que temos total condições para prestação do serviço, considerando 24 meses.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:26:07	Ok. Sr. licitante muito obrigado pela resposta.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:26:25	Permaneça conectado.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:35:00	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:34:00 do dia 26/03/2024. Justificativa: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 1 e 4, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, conforme anexos II e III do Edital..
Sistema para o participante 40.432.544/0001-47	26/03/2024 15:29:07	Sr. licitante estou a disposição.
pelo participante 40.432.544/0001-47	26/03/2024 15:37:33	Obrigada Sr. Pregoeiro.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 16:23:14	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:23:14 de 26/03/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	02/04/2024 14:25:04	Sr. licitante favor entrar em contato com o pregoeiro.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	02/04/2024 16:14:41	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:14:00 do dia 02/04/2024. Justificativa: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para o(s) item(ens) 1, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, ajustada ao lance final, conforme anexos II e III do Edital...
pelo participante 71.208.516/0001-74	02/04/2024 17:47:30	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 17:47:30 de 02/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	04/04/2024 10:44:14	Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1. Nessa oportunidade, também, pontuamos que o preço mensal com impostos da Assinatura mensal de 2 troncos SIP (10 Mbps) R\$ 2.650,00 está acima do valor de R\$ 1.632,35 cotado pela Administração. Solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com os ajustes propostos. Importante salientar que o valor da proposta não deve superar o valor do lance ofertado.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	04/04/2024 10:45:37	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:44:00 do dia 04/04/2024. Justificativa: Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1. Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com os ajustes propostos. Importante salientar que o valor da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
pelo participante 71.208.516/0001-74	04/04/2024 10:48:33	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:48:33 de 04/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	05/04/2024 15:11:08	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:11:00 do dia 05/04/2024. Justificativa: Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1. Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com os ajustes propostos. Importante salientar que o valor da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	05/04/2024 15:35:40	Sr. licitante desconsidere a mensagem enviada nesta data as 15:11
pelo participante 71.208.516/0001-74	05/04/2024 15:52:55	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:52:55 de 05/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:01:24	Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1, constatamos que na referida proposta, o preço mensal com impostos da Assinatura mensal de 2 troncos SIP (10 Mbps) R\$ 1.760,00 está acima do valor de R\$ 1.632,35 cotado pela Administração.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:01:54	Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com o ajuste proposto. Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:04:46	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 17:04:00 do dia 08/04/2024. Justificativa: Solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com o ajuste proposto, segundo mensagem no chat do pregão Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
pelo participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:11:39	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 15:11:39 de 08/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:52:20	Considerando a proposta do licitante para o item 1, e após a devida análise, o pregoeiro manifesta-se pela sua aceitação, contudo a fim de compatibilizar o valor do lance de R\$ 64.500,00 ofertado nesta data, com a proposta padrão ora enviada essa será aceita pelo valor R\$ 63.973,16.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:53:20	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Considerando a proposta do licitante para o item 1, e após a devida análise, o pregoeiro manifesta-se pela sua aceitação, contudo a fim de compatibilizar o valor do lance de R\$ 64.500,00 ofertado nesta data, com a proposta padrão ora enviada essa será aceita pelo valor R\$ 63.973,16. .

Responsável	Data/Hora	Mensagem
pelo participante 71.208.516/0001-74	08/04/2024 15:57:08	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, tendo informado R\$ 63.973,1600.
Sistema	08/04/2024 16:01:38	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 08/04/2024 16:21:38.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	11/04/2024 16:04:09	Sr(a). Licitante Após análise do SICAF, constatamos Ocorrência Impeditiva Indireta vinculando o CNPJ 056.872.814/0010-20 - VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A. Ao CNPJ - 71.208.516/0001-74 da licitante ALGAR TELECOM S.A. vencedora do Certame.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	11/04/2024 16:04:39	Entretanto cumpre informar que a Vogel Telecom sofreu nova punição, aplicada pela Superintendência REG. da Pol. Rodoviária Federal, cujo âmbito de aplicação situa-se na esfera da União, segundo art 7ª da lei 10.520/2002 essa empresa está impedida de licitar e contratar com a União.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	11/04/2024 16:04:57	Diante do exposto, solicito ao licitante vencedor do certame que se manifeste, através do enviar anexo no comprasnet, no prazo de 24 horas corridas sobre a ocorrência apontada no SICAF.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	11/04/2024 16:06:01	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 16:05:00 do dia 12/04/2024. Justificativa: Diante do exposto, solicito ao licitante vencedor do certame que se manifeste, através do enviar anexo no comprasnet, no prazo de 24 horas corridas sobre a ocorrência apontada no SICAF. .
pelo participante 71.208.516/0001-74	12/04/2024 11:57:31	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:57:31 de 12/04/2024. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:20:31	Sr(a). Licitante Durante a análise do Contrato de Concessão para prestação de serviço telefônico fixo comutado nº 216, 297 e 298 firmado entre a ANATEL e a empresa prestadora do serviço, constata-se que o referido contrato tem como signatário a ANATEL e a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTB TELECOM CNPJ 25.759.572/0001-80, portanto trata-se de empresa distinta da ALGAR TELECOM S.A.,
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:20:47	Desse modo, solicito manifestação da licitante sobre a citada divergência, em caso de alteração da razão social, ou qualquer ocorrência que justifique a mudança, solicito enviar a documentação respectiva.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:21:04	Aguardo manifestação.
pelo participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:40:29	Sr. Pregoeiro, A CTBC Telecomunicações é a antiga Algar Telecom. É a mesma empresa
pelo participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:45:03	é o mesmo cnpj a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC)
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:48:22	Momento estou pesquisando no estatuto
pelo participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:49:40	provavelmente, por ser uma mudança de nome antiga, não estará nas novas atas do estatuto. Se permitir, encaminho as versões mais atuais do Termo de Autorização Anatel.
pelo participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:50:27	Na versão que posso lhe enviar, tem a mudança da razão social
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:52:43	Vou abrir o anexo para receber a versão atualizada.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 11:56:59	Sr. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:56:00 do dia 15/04/2024. Justificativa: Desse modo, solicito manifestação da licitante sobre a citada divergência, em caso de alteração da razão social, ou qualquer ocorrência que justifique a mudança, solicito enviar a documentação respectiva. Através do enviar anexo no prazo de 2 horas. conf. dialogo no chat. .
pelo participante	15/04/2024 12:08:21	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:08:21 de 15/04/2024. 2 anexos

15/04/2024 14:55

7 de 9



Responsável	Data/Hora	Mensagem
71.208.516/0001-74	15/04/2024 12:08:21	foram enviados pelo fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74.
pelo participante 71.208.516/0001-74	15/04/2024 12:12:40	Sr Pregoeiro, nos arquivos de Autorização Anatel, exemplo: Local, no Aditivo 02 , clausula primeira menciona a mudança de cnpj. No arquivo do LDN, clausula primeira também mostra a mudança de CNPJ. No arquivo de LDI, no Aditivo 03 clausula primeira também mostra. Encaminhei Oficio e Ato que mostra a mudança de CTBC para Algar Telecom.
Sistema	15/04/2024 13:54:41	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 15/04/2024 14:14:41.
Sistema	15/04/2024 14:55:27	A fase de recurso do item 1 está aberta até 18/04/2024.

Eventos do Item 1

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 13:31:01	Item aberto para lances.
26/03/2024 13:52:02	Item com etapa aberta encerrada.
26/03/2024 13:52:02	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 140.145,0000 e R\$ 141.275,0161.
26/03/2024 13:57:03	Item com etapa fechada encerrada.
26/03/2024 13:57:03	Item encerrado para lances.
26/03/2024 14:35:00	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 26/03/2024 16:34:00. Motivo: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 1 e 4, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, conforme anexos II e III do Edital..
26/03/2024 16:23:14	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
02/04/2024 16:14:41	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 02/04/2024 18:14:00. Motivo: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para o(s) item(ens) 1, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, ajustada ao lance final, conforme anexos II e III do Edital...
02/04/2024 17:47:30	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
04/04/2024 10:45:37	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 04/04/2024 12:44:00. Motivo: Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1. Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com os ajustes propostos. Importante salientar que o valor da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
04/04/2024 10:48:32	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
05/04/2024 15:11:08	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 05/04/2024 17:11:00. Motivo: Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 1. Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com os ajustes propostos. Importante salientar que o valor da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
05/04/2024 15:52:55	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
08/04/2024 15:04:46	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 08/04/2024 17:04:00. Motivo: Solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com o ajuste proposto, segundo mensagem no chat do pregão Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
08/04/2024 15:11:39	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
08/04/2024 15:53:20	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para negociação de valor.
08/04/2024 15:57:08	Negociação encerrada. Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 informou R\$ 63.973,1600.
08/04/2024 16:01:38	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 64.500,0000, valor negociado: R\$ 63.973,1600. Motivo: Após conferência da proposta com as especificações do edital, e considerando que o preço ofertado R\$ 63.973,16, está inferior ao estimado pela Administração, a proposta será aceita..

Data/Hora	Descrição
11/04/2024 16:06:01	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 12/04/2024 16:05:00. Motivo: Diante do exposto, solicito ao licitante vencedor do certame que se manifeste, através do enviar anexo no comprasnet, no prazo de 24 horas corridas sobre a ocorrência apontada no SICAF. .
12/04/2024 11:57:31	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
15/04/2024 11:56:59	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 15/04/2024 13:56:00. Motivo: Desse modo, solicito manifestação da licitante sobre a citada divergência, em caso de alteração da razão social, ou qualquer ocorrência que justifique a mudança, solicito enviar a documentação respectiva. Através do enviar anexo no prazo de 2 horas. conf. dialogo no chat. .
15/04/2024 12:08:21	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 finalizou o envio de anexo.
15/04/2024 13:54:41	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 foi habilitado.
15/04/2024 14:08:35	Fornecedor CLARO S.A., CNPJ 40.432.544/0001-47 registra a intenção de recurso na fase habilitação.
15/04/2024 14:55:27	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**TERMO DE JULGAMENTO**

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**PREGÃO 90003/2024**

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021  
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto  
Compra emergencial: Não  
Objeto da compra: Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800)  
Entrega de propostas: De 11/03/2024 às 08:00 até 26/03/2024 às 13:30  
Abertura da sessão pública: Dia 26/03/2024 às 13:30 (horário de Brasília)

**Mensagens do chat da compra**

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 às 13:30:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 às 13:31:05	Boa tarde Srs. Licitantes.
Sistema	26/03/2024 às 14:01:29	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/03/2024 às 15:24:22	Telefone do Pregoeiro: 71-99946-9195 email: gilsonconceicao95@gmail.com
Sistema	26/03/2024 às 17:09:37	Srs. Licitantes, em razão do final do expediente a sessão será suspensa. Sendo reaberta no dia 01/04/2024 às 13:30 (Horário de Brasília). Obrigado pela participação e boa tarde.
Sistema	01/04/2024 às 14:18:16	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	01/04/2024 às 15:00:17	Srs. Licitantes permaneçam conectados.
Sistema	01/04/2024 às 16:29:46	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 02/04/2024, às 10h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	02/04/2024 às 10:25:56	Bom dia, senhores licitantes, em razão de falha na conexão na máquina do pregoeiro, a abertura da sessão fica adiada para as 13h
Sistema	02/04/2024 às 13:04:42	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	02/04/2024 às 14:04:30	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	02/04/2024 às 17:32:56	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 03/04/2024, às 13h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver

15/04/2024 14:55

1 de 6



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	03/04/2024 às 15:58:30	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 04/04/2024, às 10h30min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	04/04/2024 às 10:40:35	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 11:37:03	Srs. licitantes a sessão será suspensa para análise das propostas, retornaremos as 15:30 desta data.
Sistema	04/04/2024 às 15:34:40	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 16:34:24	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 05/04/2024, às 09h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	05/04/2024 às 09:24:07	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 13:05:05	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 15h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	05/04/2024 às 15:09:24	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 15:33:16	Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 02, de R\$ 81.500,00, está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta.
Sistema	08/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 12:21:25	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	08/04/2024 às 14:11:38	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 14:18:02	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	08/04/2024 às 16:29:28	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 09/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	09/04/2024 às 11:31:24	Bom dia Ss. licitantes, estamos iniciando os trabalhos relativos ao pregão 90003/2024, atuaremos na fase de habilitação das propostas continuem conectados.
Sistema	09/04/2024 às 12:06:21	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	09/04/2024 às 14:10:07	Boa tarde Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante Verbio Telecom Ltda. será habilitada. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet”

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro emitiu a Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:51	Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.
Sistema	09/04/2024 às 17:33:45	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 10/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	10/04/2024 às 10:55:29	Bom dia Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	10/04/2024 às 12:09:49	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	10/04/2024 às 15:01:14	Srs. licitantes boa tarde, em razão de inconsistência no sistema, não foi possível abrir a sessão no horário agendado. Continuamos na fase de habilitação permaneçam conectados.
Sistema	10/04/2024 às 15:36:34	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 11/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	11/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	11/04/2024 às 17:30:15	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 12/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	12/04/2024 às 13:09:21	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 15/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	15/04/2024 às 13:52:00	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante será habilitada para os itens 1 e 4. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet” foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:41	Quanto ao impedimento indireto de licitar a empresa se manifestou através do enviar anexo do comprasnet. Mediante análise do SICAF o Pregoeiro constatou que a empresa licitante foi aberta em 30/04/1993 e a empresa sancionada em 06/04/2018; não sendo crível inferir que a empresa vencedora fora aberta com o fito de burlar a sanção imposta a VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:56	Até porque quando licitante vencedora fora aberta a empresa sancionada sequer existia. Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 às 13:30:01	Abertura da sessão pública
26/03/2024 às 14:01:28	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 4 - Taxa de Instalacao/Habilitação de Serviço de Telefonia STFC

Prestação do Serviço de Discagem Direta Gratuita (0800), com possibilidade de ativação eventual, temporária ou definitiva durante períodos eleitorais ou em qualquer outro período mediante solicitação prévia do Tribunal, nos termos do subitem 1.4 do Anexo B e Anexo F. A ativação, bem como a desativação do serviço, deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas da solicitação formal da Fiscalização ou do Gestor do contrato

Valor estimado:	R\$ 55.599,8400	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.614.\*\*\*-0 - GILSON SOARES DA CONCEICAO para ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, melhor lance: R\$ 19.500,0000

Propostas do Item 4

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
71.208.516/0001-74 - ALGAR TELECOM S/A Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 19.500,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 55.599,8400      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		
06.043.786/0001-00 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 55.599,8552	-
Valor proposta: R\$ 55.599,8552      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		
37.168.895/0001-88 - ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 100.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 100.000,0000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		
39.669.334/0001-98 - VERBIO TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 55.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 55.599,8400      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		
00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 55.539,8400	-
Valor proposta: R\$ 55.599,8400      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		
40.432.544/0001-47 - CLARO S.A. Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 87.190,4000	-
Valor proposta: R\$ 87.190,4000      Valor negociado: Não informado      Quantidade ofertada: 1		

Lances do Item 4

Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:36:57	39.669.334/0001-98	R\$ 55.599,8000
26/03/2024 13:43:12	00.903.429/0001-99	R\$ 55.598,8400
26/03/2024 13:45:05	39.669.334/0001-98	R\$ 55.580,0000
26/03/2024 13:46:00	00.903.429/0001-99	R\$ 55.579,8400
26/03/2024 13:46:02	39.669.334/0001-98	R\$ 55.560,0000



Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:47:07	00.903.429/0001-99	R\$ 55.559,8400
26/03/2024 13:47:11	39.669.334/0001-98	R\$ 55.550,0000
26/03/2024 13:48:32	00.903.429/0001-99	R\$ 55.549,8400
26/03/2024 13:48:42	39.669.334/0001-98	R\$ 55.545,0000
26/03/2024 13:50:04	00.903.429/0001-99	R\$ 55.544,8400
26/03/2024 13:50:06	39.669.334/0001-98	R\$ 55.540,0000
26/03/2024 13:52:44	71.208.516/0001-74	R\$ 19.500,0000
26/03/2024 13:52:53	00.903.429/0001-99	R\$ 55.539,8400
26/03/2024 13:53:33	39.669.334/0001-98	R\$ 55.000,0000

Mensagens do chat do Item 4

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 13:30:03	A abertura do item 4 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 13:31:03	O item 4 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:31:03	Algumas propostas do item 4 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:52:12	A etapa fechada foi iniciada para o item 4. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 55.540,0000 e R\$ 55.599,8552 poderá enviar um lance único e fechado até às 13:57:12 do dia 26/03/2024.
Sistema	26/03/2024 13:57:13	A etapa fechada do item 4 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 19.500,0000, R\$ 55.539,8400 e R\$ 55.000,0000.
Sistema	26/03/2024 13:57:13	O item 4 está encerrado.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:23:29	Sr, licitante considerando a condição 10.5 do edital considera-se indício de inexecuibilidade, lance com valor inferior a 50% do valor estimado pela Administração. O Sr. confirma que o valor ofertado de R\$ de 19.500,00 para o item 4 é suficiente para a prestação do serviço pelo prazo de 24 meses, nos termos descritos no anexo I do Edital Termo de Referência? Aguardo resposta.
pelo participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:24:29	Sr Pregoeiro, estimo que esteja bem. Confirmamos que temos total condições para prestação do serviço, considerando 24 meses.
Sistema para o participante 71.208.516/0001-74	26/03/2024 14:26:57	OK.
Sistema	08/04/2024 16:02:54	O item 4 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 08/04/2024 16:22:54.
Sistema	15/04/2024 13:55:47	O item 4 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 15/04/2024 14:15:47.

Eventos do Item 4

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 13:31:03	Item aberto para lances.
26/03/2024 13:52:12	Item com etapa aberta encerrada.
26/03/2024 13:52:12	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 55.540,0000 e R\$ 55.599,8552.
26/03/2024 13:57:13	Item com etapa fechada encerrada.

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 13:57:13	Item encerrado para lances.
08/04/2024 16:02:54	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 19.500,0000. Motivo: Após conferência da proposta do item 4 com as especificações do edital, e considerando que o preço ofertado R\$ 19.500,00, está inferior ao estimado pela Administração, a proposta será aceita..
15/04/2024 13:55:47	Fornecedor ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74 foi habilitado.
15/04/2024 14:55:27	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO**  
(Instrução processual - fase de habilitação)

<b>FORNECEDOR:</b>	<b>VERBIO TELECOM LTDA</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>39.669.334/0001-98</b>
<b>CONTATO (telefone e e-mail):</b>	<b>(61) 3532-3120</b>
<b>ITEM(ENS):</b>	<b>2 e 3</b>

	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>NA</b>
1. Extrato de declarações do COMPRASNET	X		
<b>2. Habilitação jurídica</b>			
a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário		X	
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores	X		
c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício		X	
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir		X	
d.1) alvará de funcionamento, expedido pelo órgão municipal competente;		X	
d.2) Deverá ser apresentado extrato do Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização ou documento(s) equivalente(s) na forma da Lei, fornecido pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, dentro do prazo de validade, publicado no Diário Oficial da União, atestando que a mesma está autorizada para a prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC).	X		
<b>3. Regularidade fiscal</b>			
a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)	X		
b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)	X		
c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014	X		
d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente.		X	





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

	SIM	NÃO	NA
e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.	X		
<b>4. Regularidade trabalhista</b>			
a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		
a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.	X		
b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014)		X	
b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência)		X	
<b>6. Qualificação técnica</b>			
a) Apresentação de no mínimo 1 atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, para os quais tenha prestado, com êxito e com a melhor qualidade técnica, serviços de locação do item.		X	
<b>7. Consulta restrições (empresa e sócios majoritários)</b>			
a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico <a href="http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php">www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php</a>	X		
b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&amp;direcao=asc">http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&amp;direcao=asc</a>	X		
c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93	X		
d) Ocorrências Fornecedores		X	
e) Ocorrências Impeditivas indiretas		X	



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 39.669.334/0001-98  
Razão Social: VERBIO TELECOM LTDA  
Nome Fantasia: VERBIO TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/07/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "\*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	26/08/2024	Automática
FGTS	Validade:	27/04/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	27/08/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	29/03/2024 (*)
Receita Municipal (Isento)		

##### V - Qualificação Técnica

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025

Emitido em: 09/04/2024 15:30

CPF: 187.XXX.XXX-20 Nome: GILSON SOARES DA CONCEICAO

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**

ATO Nº 13230, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

**O GERENTE DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 183, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela [Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013](#), e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 1.919, de 20 de setembro de 2019, que delega competência à Gerência de Outorga e Licenciamento de Estações para outorgar autorização para exploração de serviços de telecomunicações e de autorização de uso de radiofrequências, não decorrentes de procedimentos licitatórios, bem como decidir pela adaptação, prorrogação e extinção, exceto por caducidade, e

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela [Resolução nº 73, de 25 de novembro de 1998](#);

CONSIDERANDO que, conforme dispõe o § 1º do art. 3º do Regulamento Geral de Outorgas, aprovado pela [Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020](#), a autorização para a exploração de serviço de telecomunicações será expedida por prazo indeterminado e a título oneroso, e independerá de licitação, salvo em caso de impossibilidade técnica ou, excepcionalmente, quando o excesso de competidores puder comprometer a prestação de uma modalidade de serviço de interesse coletivo;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.305774/2022-73,

**RESOLVE:**

Art. 1º Expedir autorização à VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 39.669.334/0001-98, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Parágrafo único. O uso de radiofrequência, quando necessário, tendo ou não caráter de exclusividade, dependerá de prévia outorga da Agência, mediante autorização, nos termos da regulamentação e da respectiva consignação, que se dará mediante ato da Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação desta Agência.

Art. 2º Estabelecer que o preço devido pelo direito de exploração do serviço de que trata o art. 1º deste Ato é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), de acordo com a [Resolução nº 720, de 10 de fevereiro de 2020](#), da Anatel.

Art. 3º Estabelecer que os equipamentos que compõem as estações de telecomunicações do serviço devem ter certificação expedida ou aceita pela Anatel, segundo as normas vigentes.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações**, em 20/09/2022, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.

A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>,





informando o código verificador **9129366** e o código CRC **17256B3F**.

---

---

Referência: Processo nº 53500.305774/2022-73

SEI nº 9129366

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE RELACIONAMENTO COM OS CONSUMIDORES

ATO Nº 13.309, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Expedir autorização à LJ PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº \*\*.\*\*\*.011/0001-\*\*, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO  
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 13.154, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Decretar a extinção do Serviço de Interesse Restrito (Fistel 50428119409), declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço Limitado Móvel Aeronáutico, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade VIEIRA DE SOUZA HOLDING PATRIMONIAL EIRELI, Fistel 50416943543.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO  
Gerente

ATO Nº 13.261, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequência a Marcio Van Melis, CPF nº \*\*\*.197.648-\*\*, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO  
Gerente

ATO Nº 13.255, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Outorgar autorização de uso de radiofrequência à RADIO PIONEIRA DE DELMIRO GOUVEIA LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 12.949.277/0001-44, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas em Delmiro Gouveia/AL, até 29/09/2028.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO  
Gerente

ATO Nº 13.303, DE 19 DE SETEMBRO DE 2022

Decretar a extinção do serviço de Interesse Restrito, declarando, também, notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas da entidade JUVELINO BENEDITO ROMAO DA SILVA, CPF: XXX.244.718-XX

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO  
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

ATO Nº 12.941, DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o item 186 do Ato nº 9115, de 13 de outubro de 2021, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2021, Seção 1, página 49. Proc. 53500.066241/2021-80. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/>

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES  
Superintendente

ATO Nº 13.174, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o item 66 do Ato nº 9346, de 21 de outubro de 2021, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 27 de setembro de 2021, Seção 1, página 37. Proc. 53500.071256/2021-60. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/>

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES  
Superintendente

ATO Nº 13.010, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o item 19 do Ato nº 1678, de 31 de janeiro de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 04 de fevereiro de 2022, Seção 1, página 16. Proc. 53500.001898/2022-82. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/>

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES  
Superintendente

ATO Nº 13.029, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022

Revoga o item 44 do Ato nº 6195, de 04 de maio de 2022, Anexo I: Alteração de Canais, que teve extrato publicado no Diário Oficial da União em 06 de maio de 2022, Seção 1, página 12. Proc. 53500.031503/2022-76. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/>

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES  
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 5 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 12.583 Processo nº 53500.309161/2022-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Aparecida do Taboado/MS.

Nº 12.584 Processo nº 53500.309165/2022-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Bataguassu/MS.

Nº 12. 585 Processo nº 53500.309166/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Batayporã/MS.

Nº 12. 586 Processo nº 53500.309167/2022-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Cassilândia/MS.

Nº 12. 587 Processo nº 53500.309168/2022-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Eldorado/MS.

Nº 12. 588 Processo nº 53500.309170/2022-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Iguatemi/MS.

Nº 12. 589 Processo nº 53500.309171/2022-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Inocência/MS.

Nº 12. 590 Processo nº 53500.309172/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ivinhema/MS.

Nº 12. 591 Processo nº 53500.309173/2022-30. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Ladário/MS.

Nº 12. 592 Processo nº 53500.309174/2022-84. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Mundo Novo/MS.

Nº 12. 593 Processo nº 53500.309176/2022-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Nioaque/MS.

Nº 12. 594 Processo nº 53500.309177/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Rita do Pardo/MS.

Nº 12. 595 Processo nº 53500.309178/2022-62. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sete Quedas/MS.

Nº 12. 596 Processo nº 53500.309179/2022-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Sonora/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR  
Gerente

ATOS DE 16 DE SETEMBRO DE 2022

Nº 13.227 Processo nº 53500.301551/2022-37. Expede autorização à DEMETRIO TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 43.787.564/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.228 Processo nº 53500.305041/2022-39. Expede autorização à 4T TELECOM PROVEDOR DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 43.935.861/0001-74, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 13.230 Processo nº 53500.305774/2022-73. Expede autorização à VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 39.669.334/0001-98, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR  
Gerente





## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias**

**CERTIFICAMOS** que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 22/03/2024, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**VERBIO TELECOM LTDA**  
39.669.334/0001-98

### **OBSERVAÇÕES:**

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em [www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

**A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT ([www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.**

Emitida gratuitamente pela internet em: 22/03/2024

Selo digital de segurança: **2024.CTD.SA5C.GG67.W5IR.UUB5.EQYE**

\*\*\* VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\*





# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (09/04/2024 às 15:44) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 39.669.334/0001-98.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6615.8C7E.3A43.A254 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (09/04/2024 às 15:45) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 360.471.998-44.**

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6615.8CD9.373A.0345 no seguinte endereço: [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/autenticar\\_certidao.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php)

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 39669334000198

LIMPAR

Data da consulta: 09/04/2024 15:38:53  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 36047199844

LIMPAR

Data da consulta: 09/04/2024 15:38:53  
Data da última atualização: 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 04/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 04/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 04/2024 (Diário Oficial da União - CEAF)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 39.669.334/0001-98  
Razão Social: VERBIO TELECOM LTDA  
Nome Fantasia: VERBIO TELECOM  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/07/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 50.000,00 Data de Abertura da Empresa: 04/11/2020  
CNAE Primário: 6110-8/03 - SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM

CNAE Secundário 1: 1821-1/00 - SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO  
CNAE Secundário 2: 1822-9/99 - SERVIÇOS DE ACABAMENTOS GRÁFICOS, EXCETO  
CNAE Secundário 3: 4761-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LIVROS  
CNAE Secundário 4: 5811-5/00 - EDIÇÃO DE LIVROS  
CNAE Secundário 5: 6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC  
CNAE Secundário 6: 6120-5/01 - TELEFONIA MÓVEL CELULAR  
CNAE Secundário 7: 6141-8/00 - OPERADORAS DE TELEVISÃO POR ASSINATURA POR CABO  
CNAE Secundário 8: 6190-6/01 - PROVEDORES DE ACESSO ÀS REDES DE COMUNICAÇÕES  
CNAE Secundário 9: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR  
CNAE Secundário 10: 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS  
CNAE Secundário 11: 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
CNAE Secundário 12: 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS  
CNAE Secundário 13: 6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE  
CNAE Secundário 14: 6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS  
CNAE Secundário 15: 7311-4/00 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE  
CNAE Secundário 16: 7490-1/04 - ATIVIDADES DE INTERMEDIACÃO E AGENCIAMENTO DE

#### Dados para Contato

CEP: 71.919-540  
Endereço: RUA COPAIBA, 1 - TORRE B SALA 1015 PARTE 131 - NORTE (AGUAS  
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal  
Telefone: (61) 35323120  
E-mail: sac@verbio.com.br

# Relatório de Credenciamento

## Dados do Responsável Legal

CPF: 360.471.998-44  
Nome: AMANDA CARINA SANCHES

## Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 360.471.998-44  
Nome: AMANDA CARINA SANCHES  
E-mail: amanda@verbio.com.br

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 360.471.998-44 Participação Societária: 100,00%  
Nome: AMANDA CARINA SANCHES  
Número do Documento: 03985802974 Órgão Expedidor: detran sp  
Data de Expedição: 14/02/2022 Data de Nascimento: 22/12/1986  
Filiação Materna: LUCIA APARECIDA DOS SANTOS ESPADA  
Estado Civil: Casado(a)

### Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 008.745.591-97  
Nome: KENDON ARNDT ROJAS  
Carteira de Identidade: 02526832835 Órgão Expedidor: detran df  
Data de Expedição: 20/09/2017

CEP: 15.290-000  
Endereço: RUA FRANCISCO MARANGONI, 437 - CASA - CENTRO  
Município / UF: Buritama / São Paulo  
Telefone: (18) 36911863  
E-mail: amanda@verbio.com.br

## Linhas Fornecimento

### Serviços

230 - Estudos e Projetos de Instalação Telefônica  
582 - Estudos e Projetos de Telecomunicações - Transmissão  
590 - Estudos e Projetos de Comutação Telefônica  
620 - Estudos e Projetos de Redes de Telecomunicações  
1554 - Instalações Prediais Telefônicas  
1988 - Manutenção / Instalação / Montagem / Ampliação - Equipamen-tos de Telecomunicações  
2143 - Instalação e Montagem de Redes Aéreas - Telecomunicações  
2151 - Instalação e Montagem Redes Subterrâneas - Telecomunicações



## Relatório de Credenciamento

### Serviços

4065 - Locação de Equipamentos de Telecomunicações
4251 - Comunicação Telefônica - Locação / Serviço
5576 - Banco de Dados - Programa ( Software ) de Gerenciamento
5673 - Rede - Programa ( Software ) de Gerenciamento
13447 - Prestação de Serviços de Telefonista
14176 - Telemarketing
18104 - Consultoria e Assessoria - Telecomunicação
18112 - Teleconferência / Videoconferência
18627 - Instalação / Manutenção / Expansão / Programação / Locação Equipamento Telefônico
19739 - Instalação / Manutenção - Rede Telefônica
20605 - Teleatendimento
21148 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação
21644 - Consultoria e Assessoria - Internet
21652 - Consultoria e Assessoria - Teleinformática
21873 - Telefonia Fixa Comutada / Convencional
22110 - Locação Equipamento / Produção Gravação - Espera Telefônica
22128 - Manutenção / Instalação / Desenvolvimento Software
22365 - Serviços de Telecomunicações
23132 - Pagamento Fatura Telefônica
24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática
25739 - Prestação de Serviços de Técnico de Telecomunicações
26000 - Sustentação de Software
26077 - Software como Serviço - Saas
26085 - Taxa de Instalação/Habilitação de Serviço de Telefonia STFC
26107 - Assinatura de Ramal Telefônico
26263 - Outros Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC - Outros)
26352 - Mensagens de Texto (SMS)
26999 - Serviços de Gerenciamento de Redes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27006 - Serviços de Gerenciamento de Sistemas Computacionais
27014 - Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27022 - Outros Serviços de Gerenciamento de Infraestrutura De Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27073 - Outros Serviços de Hospedagem em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27081 - Serviços de Integração de Sistemas em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27090 - Outros Serviços para a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27120 - Serviços de Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados e Comutação Telefônica
27260 - Serviços Auxiliares de Tecnologia Informação e Comunicação
27324 - Serviços de Pesquisa, Análise e Desenvolvimento em Tecnologia Informação e Comunicação (TIC)
27332 - Serviços de Consultoria em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27340 - Serviços de Consultoria em Segurança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)
27359 - Serviços de Projeto de Redes de Tecnologia da Informação E Comunicação (TIC)
27421 - Locação de Equipamento de Telecomunicações- Arrendamento Mercantil Operacional De Maquinas E Equipamentos, Sem Operador
27537 - Outros Contratos de Transferência de Tecnologia



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**TERMO DE JULGAMENTO**

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**PREGÃO 90003/2024**

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800)		
Entrega de propostas:	De 11/03/2024 às 08:00 até 26/03/2024 às 13:30		
Abertura da sessão pública:	Dia 26/03/2024 às 13:30 (horário de Brasília)		

**Mensagens do chat da compra**

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 às 13:30:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 às 13:31:05	Boa tarde Srs. Licitantes.
Sistema	26/03/2024 às 14:01:29	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/03/2024 às 15:24:22	Telefone do Pregoeiro: 71-99946-9195 email: gilsonconceicao95@gmail.com
Sistema	26/03/2024 às 17:09:37	Srs. Licitantes, em razão do final do expediente a sessão será suspensa. Sendo reaberta no dia 01/04/2024 às 13:30 (Horário de Brasília). Obrigado pela participação e boa tarde.
Sistema	01/04/2024 às 14:18:16	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	01/04/2024 às 15:00:17	Srs. Licitantes permaneçam conectados.
Sistema	01/04/2024 às 16:29:46	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 02/04/2024, às 10h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	02/04/2024 às 10:25:56	Bom dia, senhores licitantes, em razão de falha na conexão na máquina do pregoeiro, a abertura da sessão fica adiada para as 13h
Sistema	02/04/2024 às 13:04:42	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	02/04/2024 às 14:04:30	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	02/04/2024 às 17:32:56	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 03/04/2024, às 13h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver

15/04/2024 14:55

1 de 6

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	03/04/2024 às 15:58:30	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 04/04/2024, às 10h30min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	04/04/2024 às 10:40:35	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 11:37:03	Srs. licitantes a sessão será suspensa para análise das propostas, retornaremos as 15:30 desta data.
Sistema	04/04/2024 às 15:34:40	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 16:34:24	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 05/04/2024, às 09h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	05/04/2024 às 09:24:07	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 13:05:05	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 15h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	05/04/2024 às 15:09:24	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 15:33:16	Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 02, de R\$ 81.500,00, está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta.
Sistema	08/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 12:21:25	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	08/04/2024 às 14:11:38	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 14:18:02	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	08/04/2024 às 16:29:28	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 09/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	09/04/2024 às 11:31:24	Bom dia Ss. licitantes, estamos iniciando os trabalhos relativos ao pregão 90003/2024, atuaremos na fase de habilitação das propostas continuem conectados.
Sistema	09/04/2024 às 12:06:21	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	09/04/2024 às 14:10:07	Boa tarde Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante Verbio Telecom Ltda. será habilitada. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet”



Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro emitiu a Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:51	Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.
Sistema	09/04/2024 às 17:33:45	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 10/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	10/04/2024 às 10:55:29	Bom dia Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	10/04/2024 às 12:09:49	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	10/04/2024 às 15:01:14	Srs. licitantes boa tarde, em razão de inconsistência no sistema, não foi possível abrir a sessão no horário agendado. Continuamos na fase de habilitação permaneçam conectados.
Sistema	10/04/2024 às 15:36:34	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 11/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	11/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	11/04/2024 às 17:30:15	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 12/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	12/04/2024 às 13:09:21	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 15/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	15/04/2024 às 13:52:00	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante será habilitada para os itens 1 e 4. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet” foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:41	Quanto ao impedimento indireto de licitar a empresa se manifestou através do enviar anexo do comprasnet. Mediante análise do SICAF o Pregoeiro constatou que a empresa licitante foi aberta em 30/04/1993 e a empresa sancionada em 06/04/2018; não sendo crível inferir que a empresa vencedora fora aberta com o fito de burlar a sanção imposta a VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:56	Até porque quando licitante vencedora fora aberta a empresa sancionada sequer existia. Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 às 13:30:01	Abertura da sessão pública
26/03/2024 às 14:01:28	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Taxa de Instalacao/Habilitação de Serviço de Telefonia STFC

Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixo-móvel e LDN (Longa Distância Nacional) para atender os Cartórios do Interior relacionados no Anexo B, com instalação de tronco SIP (na sede do tribunal) e faixa de numeração de 55 (cinquenta e cinco) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.2 do Anexo B e Anexo D do Termo de Referência, anexo ao Edital

Valor estimado:	R\$ 96.414,9200	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.614.\*\*\*-0 - GILSON SOARES DA CONCEICAO para VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, melhor lance: R\$ 82.000,0000, valor negociado: R\$ 81.500,0000

Propostas do Item 2

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.669.334/0001-98 - VERBIO TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 82.000,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 96.414,9200	Valor negociado: R\$ 81.500,0000	Quantidade ofertada: 1
00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 96.159,8400	-
Valor proposta: R\$ 96.414,9200	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
06.043.786/0001-00 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 96.414,9389	-
Valor proposta: R\$ 96.414,9389	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
37.168.895/0001-88 - ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 150.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 150.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
40.432.544/0001-47 - CLARO S.A. Porte MeEpp/Equiparada: Não	R\$ 190.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 190.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:36:24	39.669.334/0001-98	R\$ 96.414,9000
26/03/2024 13:42:36	00.903.429/0001-99	R\$ 96.414,8400
26/03/2024 13:45:03	39.669.334/0001-98	R\$ 96.400,0000
26/03/2024 13:45:30	00.903.429/0001-99	R\$ 96.399,8400
26/03/2024 13:45:37	39.669.334/0001-98	R\$ 96.340,0000
26/03/2024 13:46:38	00.903.429/0001-99	R\$ 96.339,8400
26/03/2024 13:46:40	39.669.334/0001-98	R\$ 96.330,0000
26/03/2024 13:48:30	00.903.429/0001-99	R\$ 96.329,8400

Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:48:33	39.669.334/0001-98	R\$ 96.200,0000
26/03/2024 13:50:02	00.903.429/0001-99	R\$ 96.199,8400
26/03/2024 13:50:05	39.669.334/0001-98	R\$ 96.170,0000
26/03/2024 13:53:06	00.903.429/0001-99	R\$ 96.169,8400
26/03/2024 13:53:10	39.669.334/0001-98	R\$ 96.160,0000
26/03/2024 13:58:15	39.669.334/0001-98	R\$ 82.000,0000
26/03/2024 14:00:31	00.903.429/0001-99	R\$ 96.159,8400

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 13:30:02	A abertura do item 2 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 13:31:02	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:31:02	Algumas propostas do item 2 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:55:32	A etapa fechada foi iniciada para o item 2. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 96.160,0000 e R\$ 96.414,9389 poderá enviar um lance único e fechado até às 14:00:32 do dia 26/03/2024.
Sistema	26/03/2024 14:00:33	A etapa fechada do item 2 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 96.159,8400 e R\$ 82.000,0000.
Sistema	26/03/2024 14:00:33	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:39:00	Sr. licitante com fundamento na condição 9.1 do edital, solicito reduzir o valor do lance ofertado para os itens 2 e 3. Aguardo resposta .
pelo participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:49:16	Boa tarde Sr. Pregoeiro. Podemos negociar o valor global do item 2 por R\$ 81.500,00 e para o item 3 por R\$ 128.000,00.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:51:10	ok. permaneça logado.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:53:21	Sr. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Valor da proposta negociada com o licitante através do chat para R\$ 81.500,00 .
pelo participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:54:13	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98. A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, tendo informado R\$ 81.500,0000.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	02/04/2024 13:11:50	Sr. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 15:11:00 do dia 02/04/2024. Justificativa: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 2, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, ajustada ao lance final, conforme anexos II e III do Edital..
pelo participante 39.669.334/0001-98	02/04/2024 13:24:44	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:24:44 de 02/04/2024. 5 anexos foram enviados pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98.
Sistema	05/04/2024 15:38:34	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 05/04/2024 15:58:34.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	09/04/2024 14:32:45	Sr(a) Licitante, após a devida análise da proposta de preços para o item 2 e 3, constatamos que na referida proposta, o preço da Taxa de instalação dos 2 (dois) troncos SIP e faixas DDR de R\$ 2.600,00 está acima do valor de R\$ 1.498,76 cotado pela Administração.
Sistema para o	09/04/2024 14:33:07	Desse modo, solicitamos o envio da proposta de preços no prazo de 2 horas com o ajuste

Responsável	Data/Hora	Mensagem
participante 39.669.334/0001-98	09/04/2024 14:33:07	proposto. Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	09/04/2024 14:35:10	Sr. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item 2. Prazo para encerrar o envio: 16:35:00 do dia 09/04/2024. Justificativa: Solicitamos o envio da proposta de preços, Itens 2 e 3, conforme mensagem do chat, no prazo de 2 horas com o ajuste proposto. Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
pelo participante 39.669.334/0001-98	09/04/2024 14:42:41	O item 2 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 14:42:41 de 09/04/2024. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98.
Sistema	09/04/2024 16:07:58	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 09/04/2024 16:27:58.

Eventos do Item 2

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 13:31:02	Item aberto para lances.
26/03/2024 13:55:32	Item com etapa aberta encerrada.
26/03/2024 13:55:32	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 96.160,0000 e R\$ 96.414,9389.
26/03/2024 14:00:33	Item com etapa fechada encerrada.
26/03/2024 14:00:33	Item encerrado para lances.
26/03/2024 14:53:21	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 convocado para negociação de valor.
26/03/2024 14:54:13	Negociação encerrada. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 informou R\$ 81.500,0000.
02/04/2024 13:11:50	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 02/04/2024 15:11:00. Motivo: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 2, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, ajustada ao lance final, conforme anexos II e III do Edital..
02/04/2024 13:24:42	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 finalizou o envio de anexo.
05/04/2024 15:38:34	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 82.000,0000, valor negociado: R\$ 81.500,0000. Motivo: Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 02, de R\$ 81.500,00, está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta..
09/04/2024 14:35:10	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 09/04/2024 16:35:00. Motivo: Solicitamos o envio da proposta de preços, Itens 2 e 3, conforme mensagem do chat, no prazo de 2 horas com o ajuste proposto. Importante salientar que o valor atualizado da proposta não deve superar o valor do lance ofertado..
09/04/2024 14:42:41	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 finalizou o envio de anexo.
09/04/2024 16:07:58	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 foi habilitado.
15/04/2024 14:55:27	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**TERMO DE JULGAMENTO**

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

**PREGÃO 90003/2024**

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SISPP - Tradicional
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não		
Objeto da compra:	Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800)		
Entrega de propostas:	De 11/03/2024 às 08:00 até 26/03/2024 às 13:30		
Abertura da sessão pública:	Dia 26/03/2024 às 13:30 (horário de Brasília)		

**Mensagens do chat da compra**

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 às 13:30:01	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 às 13:31:05	Boa tarde Srs. Licitantes.
Sistema	26/03/2024 às 14:01:29	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	26/03/2024 às 15:24:22	Telefone do Pregoeiro: 71-99946-9195 email: gilsonconceicao95@gmail.com
Sistema	26/03/2024 às 17:09:37	Srs. Licitantes, em razão do final do expediente a sessão será suspensa. Sendo reaberta no dia 01/04/2024 às 13:30 (Horário de Brasília). Obrigado pela participação e boa tarde.
Sistema	01/04/2024 às 14:18:16	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	01/04/2024 às 15:00:17	Srs. Licitantes permaneçam conectados.
Sistema	01/04/2024 às 16:29:46	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 02/04/2024, às 10h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	02/04/2024 às 10:25:56	Bom dia, senhores licitantes, em razão de falha na conexão na máquina do pregoeiro, a abertura da sessão fica adiada para as 13h
Sistema	02/04/2024 às 13:04:42	Boa Tarde! senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	02/04/2024 às 14:04:30	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	02/04/2024 às 17:32:56	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 03/04/2024, às 13h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver

15/04/2024 14:55

1 de 6

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/04/2024 às 13:20:27	solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação do objeto e documento de aceitação via chat.
Sistema	03/04/2024 às 15:58:30	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 04/04/2024, às 10h30min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	04/04/2024 às 10:40:35	. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 11:37:03	Srs. licitantes a sessão será suspensa para análise das propostas, retornaremos as 15:30 desta data.
Sistema	04/04/2024 às 15:34:40	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação
Sistema	04/04/2024 às 16:34:24	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 05/04/2024, às 09h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	05/04/2024 às 09:24:07	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 13:05:05	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 15h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	05/04/2024 às 15:09:24	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	05/04/2024 às 15:33:16	Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 02, de R\$ 81.500,00, está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta.
Sistema	08/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 12:21:25	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	08/04/2024 às 14:11:38	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase Julgamento das propostas. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca de especificação.
Sistema	08/04/2024 às 14:18:02	Srs. licitantes permaneçam conectados.
Sistema	08/04/2024 às 16:29:28	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 09/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	09/04/2024 às 11:31:24	Bom dia Ss. licitantes, estamos iniciando os trabalhos relativos ao pregão 90003/2024, atuaremos na fase de habilitação das propostas continuem conectados.
Sistema	09/04/2024 às 12:06:21	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	09/04/2024 às 14:10:07	Boa tarde Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante Verbio Telecom Ltda. será habilitada. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet”

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	09/04/2024 às 16:06:27	foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro emitiu a Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	09/04/2024 às 16:06:51	Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.
Sistema	09/04/2024 às 17:33:45	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 10/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	10/04/2024 às 10:55:29	Bom dia Senhores(a) licitantes. Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	10/04/2024 às 12:09:49	Tendo em vista o intervalo para almoço, a sessão será suspensa, sendo reaberta nesta data, às 14h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações.
Sistema	10/04/2024 às 15:01:14	Srs. licitantes boa tarde, em razão de inconsistência no sistema, não foi possível abrir a sessão no horário agendado. Continuamos na fase de habilitação permaneçam conectados.
Sistema	10/04/2024 às 15:36:34	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 11/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	11/04/2024 às 11:12:13	Estamos reiniciando os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, continuando com a fase de habilitação da proposta. Permaneçam logados, pois pode haver solicitação de informação pelo pregoeiro acerca dos documentos de habilitação via chat.
Sistema	11/04/2024 às 17:30:15	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 12/04/2024, às 11h00 (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	12/04/2024 às 13:09:21	Senhores Licitantes Em razão do final do expediente, a sessão será suspensa, sendo reaberta dia 15/04/2024, às 11h00min (horário de Brasília) para continuação dos trabalhos. Senhores, obrigado pelas suas participações. Boa tarde!
Sistema	15/04/2024 às 13:52:00	Srs. Licitantes, confirmada as exigências do edital, a licitante será habilitada para os itens 1 e 4. Cientificamos que as informações não encaminhadas através do “enviar anexo do comprasnet” foram extraídas do SICAF. Nessa esteira intelectual, cumpre informar que o pregoeiro confirmou a autenticidade da Certidão de Falência e Concordata nos termos da condição 11.7 do Edital.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:41	Quanto ao impedimento indireto de licitar a empresa se manifestou através do enviar anexo do comprasnet. Mediante análise do SICAF o Pregoeiro constatou que a empresa licitante foi aberta em 30/04/1993 e a empresa sancionada em 06/04/2018; não sendo crível inferir que a empresa vencedora fora aberta com o fito de burlar a sanção imposta a VOGEL SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E INFORMATICA S.A.
Sistema	15/04/2024 às 13:52:56	Até porque quando licitante vencedora fora aberta a empresa sancionada sequer existia. Outrossim, informo que os documentos de habilitação das empresas serão publicados no portal da TRE-BA.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 às 13:30:01	Abertura da sessão pública
26/03/2024 às 14:01:28	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 3 - Taxa de Instalacao/Habilitação de Serviço de Telefonia STFC

Prestação do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC), na modalidade local fixo-fixo, local fixo-móvel e LDN (Longa Distância Nacional) para atender os Cartórios do Interior relacionados no Anexo C, com instalação de tronco SIP (na sede do tribunal) e faixa de numeração de 125 (cento e vinte e cinco) ramais DDR, englobando infraestrutura (interconexão de troncos) e tráfego telefônico local, nos termos do subitem 1.3 do Anexo B e Anexo E do Termo de Referência, anexo ao Edital

Valor estimado:	R\$ 131.207,0000	Critério de julgamento:	Menor Preço
Quantidade:	1	Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,0200		
Situação:	Aguardando adjudicação		

Aceito e Habilitado por CPF \*\*\*.614.\*\*\*-0 - GILSON SOARES DA CONCEICAO para VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, melhor lance: R\$ 129.000,0000, valor negociado: R\$ 128.000,0000

Propostas do Item 3

(D) Declarante MeEpp/Equiparada (Art. 3ª da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
39.669.334/0001-98 - VERBIO TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 129.000,0000	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R\$ 131.207,0000	Valor negociado: R\$ 128.000,0000	Quantidade ofertada: 1
00.903.429/0001-99 - WORLD TELECOM LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 131.049,8400	-
Valor proposta: R\$ 131.207,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
37.168.895/0001-88 - ORBITEL TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 185.000,0000	-
Valor proposta: R\$ 185.000,0000	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1
06.043.786/0001-00 - RNL TRADE AND FACILITIES LTDA Porte MeEpp/Equiparada: Sim (D)	R\$ 131.207,0277	-
Valor proposta: R\$ 131.207,0277	Valor negociado: Não informado	Quantidade ofertada: 1

Lances do Item 3

Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:36:37	39.669.334/0001-98	R\$ 131.206,9800
26/03/2024 13:42:48	00.903.429/0001-99	R\$ 131.206,8400
26/03/2024 13:45:04	39.669.334/0001-98	R\$ 131.200,0000
26/03/2024 13:45:38	00.903.429/0001-99	R\$ 131.199,8400
26/03/2024 13:45:45	39.669.334/0001-98	R\$ 131.198,0000
26/03/2024 13:46:51	00.903.429/0001-99	R\$ 131.197,8400
26/03/2024 13:46:53	39.669.334/0001-98	R\$ 131.100,0000
26/03/2024 13:48:31	00.903.429/0001-99	R\$ 131.099,8400
26/03/2024 13:48:35	39.669.334/0001-98	R\$ 131.050,0000
26/03/2024 13:49:50	00.903.429/0001-99	R\$ 131.049,8400



Data/hora	Participante	Lance
26/03/2024 13:51:39	39.669.334/0001-98	R\$ 129.000,0000

Mensagens do chat do Item 3

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	26/03/2024 13:30:02	A abertura do item 3 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	26/03/2024 13:31:02	O item 3 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:31:02	Algumas propostas do item 3 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	26/03/2024 13:49:13	A etapa fechada foi iniciada para o item 3. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 131.050,0000 e R\$ 131.207,0277 poderá enviar um lance único e fechado até às 13:54:13 do dia 26/03/2024.
Sistema	26/03/2024 13:54:14	A etapa fechada do item 3 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 129.000,0000 e R\$ 131.049,8400.
Sistema	26/03/2024 13:54:14	O item 3 está encerrado.
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:54:57	Sr. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, você foi convocado para negociação de valor do item 3. Justificativa: Valor da proposta negociada com o licitante através do chat para R\$ 128.000,00 .
Sistema para o participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 14:57:21	Sr. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, você foi convocado para enviar anexos para o item 3. Prazo para encerrar o envio: 16:57:00 do dia 26/03/2024. Justificativa: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 2 e 3, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, conforme anexos II e III do Edital...
pelo participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 15:01:29	O item 3 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98. A negociação do item 3 foi aceita pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, tendo informado R\$ 128.000,0000.
pelo participante 39.669.334/0001-98	26/03/2024 16:30:42	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:30:42 de 26/03/2024. 5 anexos foram enviados pelo fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98.
Sistema	05/04/2024 15:39:32	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 05/04/2024 15:59:32.
Sistema	09/04/2024 16:08:35	O item 3 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 20 minutos a partir de agora - até 09/04/2024 16:28:35.

Eventos do Item 3

Data/Hora	Descrição
26/03/2024 13:31:02	Item aberto para lances.
26/03/2024 13:49:13	Item com etapa aberta encerrada.
26/03/2024 13:49:13	Convocados os fornecedores para a 1ª etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 131.050,0000 e R\$ 131.207,0277.
26/03/2024 13:54:14	Item com etapa fechada encerrada.
26/03/2024 13:54:14	Item encerrado para lances.
26/03/2024 14:54:57	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 convocado para negociação de valor.
26/03/2024 14:57:21	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 26/03/2024 16:57:00. Motivo: Sr. licitante nos termo da condição 10.1 a 10.3 do edital, solicito para os itens 2 e 3, no prazo de 2 horas proposta padrão com a discriminação dos preços unitários, conforme anexos II e III do Edital...
26/03/2024 15:01:29	Negociação encerrada. Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 informou R\$ 128.000,0000.
26/03/2024 16:30:42	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 finalizou o envio de anexo.

Data/Hora	Descrição
05/04/2024 15:39:32	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 129.000,0000, valor negociado: R\$ 128.000,0000. Motivo: Sr(a) Licitante, após a análise da proposta pelo Pregoeiro, constata-se que o preço ofertado para o item 03, de R\$ 128.000,00 está inferior ao valor estimado pela Administração, bem como a especificação do objeto atende as exigências do Edital, o Pregoeiro opinou pela aceitação da proposta..
09/04/2024 16:08:35	Fornecedor VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98 foi habilitado.
15/04/2024 14:55:27	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

## **RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP**

**SEI N. 0007995-73.2023.6.05.8000**

**Pregão 90003/2024**

### **RELATÓRIO PARCIAL**

Instada a realizar licitação, na modalidade, Pregão Eletrônico, para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800).

O Pregoeiro Oficial, por meio da SELIC, observando o interstício legal de 10 (dez) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação no Diário Oficial da União e no site do Portal de Compras do Governo Federal, bem como disponibilizou o edital no portal da transparência do TRE-BA.

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 13h30 (horário de Brasília), o Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria n.º 829, de 24 de outubro de 2023, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente certame.

Aberta a sessão, o sistema iniciou a fase de lances, conforme termo de julgamento acostada aos autos (doc. 2775644, 2775648).

Encerrada a supramencionada etapa, com a classificação com a provisória das empresas abaixo:

Algar Telecom S/A. CNPJ 71.208.516/0001-74 sagrou-se vencedora para os itens 1 e 4; pelo valor de R\$ 64.500,00 e R\$ 19.500,00 respectivamente. Considerando indício de inexequibilidade dos preços ofertados, posto que, o valor do lance ofertado é inferior a 50% do valor estimado pela Administração. Conforme previsto na condição 10.5 do edital. Nessa situação o pregoeiro indagou a licitante se o valor do lance ofertado é suficiente para execução do serviço durante o prazo da contratação. O licitante se manifestou através do chat do pregão declarando que tem total condição de prestar o serviço; em seguida o pregoeiro solicitou, no prazo de 2 horas a proposta de preço, conforme consta na condição 10.1 a 10.3 do edital, recebida tempestivamente o documento em pauta, o pregoeiro verificou sua conformidade com o edital, constatando que o documento enviado pelo licitante consignava valores unitários superiores aqueles previsto no instrumento convocatório. Nessa

oportunidade o pregoeiro solicitou envio de nova planilha devidamente ajustada. Na proposta (doc 2772900) ajustada o valor do item 1 cujo lance vencedor foi de R\$ 64.500,00 foi reduzido para R\$ 63.973,16, a proposta desse item foi aceita nessa quantia. O item 4 foi aceito por 19.500,00 conforme veremos mais adiante.

A licitante Verbio Telecom Ltda., CNPJ 39.669.334/0001-98, vencedora dos itens 2 e 3 nos valores de R\$ 82.000,00 e R\$ 129.000,00 respectivamente, foi instada a reduzir o valor da proposta de acordo com a condição 9.1 do edital, a empresa vencedora decidiu aderir a negociação do pregoeiro reduzindo o valor do item 2 em R\$ 500,00 e do item 3 em R\$ 1.000,00.

Ato contínuo, o pregoeiro solicitou a proposta de preços a qual foi enviada tempestivamente, no prazo de 2 horas. Após análise do documento, o pregoeiro convocou a empresa através do chat para efetuar a correção dos valores unitários que estavam acima do teto proposto pela Administração. Estando a proposta em consonância com o edital ela foi aceita pelos valores abaixo:

· Algar Telecom S/A.

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	R\$ 63.973,16	<b>R\$ 63.973,16</b>
4	1	R\$ 19.500,00	<b>R\$ 19.500,00</b>
<b>Valor Total por Fornecedor</b>			<b>R\$ 83.473,16</b>

· Verbio Telecom Ltda.

Itens	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	1	R\$ 81.500,00	<b>R\$ 81.500,00</b>
3	1	R\$ 128.000,00	<b>R\$ 128.000,00</b>
<b>Valor Total por Fornecedor</b>			<b>R\$ 209.500,00</b>
<b>Valor Total da Contratação</b>			<b>R\$ 292.973,16</b>

Superada a fase de julgamento com aceitação da proposta, o Pregoeiro passou a fase de habilitação. Após análise do SICAF e consulta aos sites de que tratam a condição 11.10 do edital. O pregoeiro confirmou a autenticidade dos seguintes documentos: Certidão Negativa de Falência e Concordata, Outorga e Licenciamento da Verbio Telecom (docs 2775648) e os Contratos de Autorização para Prestação de Serviços de Telefone da Algar Telecom (doc 2774690, 2774721 e 2774725).

Os Contratos de Autorização para Prestação de Serviços de Telefone da Algar Telecom acima citados, bem como a publicação no DOU foram emitidos em nome da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – CTBC. O pregoeiro ao perceber a divergência entre o nome da vencedora da licitação e a detentora do contrato para exploração dos serviços de telefone fixo comutado chamou a Algar Telecom para se manifestar sobre a divergência em pauta. A empresa esclareceu que a Algar Telecom



S/A. e a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central trata-se da mesma pessoa jurídica inclusive com o mesmo CNPJ. Visando a comprovação das alegações ora citadas enviou ofício expedido pela ANATEL (doc 2774803) no qual consta que a ALGAR TELECOM S/A é a antiga Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC.

Durante a conferência dos documentos de habilitação constata-se através do SICAF ocorrência impeditiva indireta de licitar em nome da Algar Telecom vencedora do certame. Instada a se manifestar, a empresa dentre outras alegações relatou através do (doc 2775644 pág 56) que:

*"Concomitantemente à baliza constitucional e esclarecimento da finalidade de registro no SICAF, a Corte de Contas da União afirmo ser preciso levar em consideração na análise das ocorrências impeditivas indiretas a data de constituição das empresas, o ramos de atividade e a eventual transferência de acervo técnico humano e/ou operacional, não sendo suficiente a simples identidade societária, tomada de forma isolada, para concluir que houve tentativa de fraude ou abuso de forma praticado pelos sócios."*

De fato não existe impedimento direto de licitar em nome da licitante vencedora. Analisando a ocorrência em pauta o pregoeiro constatou que a empresa sancionada, VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A., foi constituída em 06/04/2018, ao passo que a constituição da Algar Telecom ocorreu em 30/04/1993, portanto não razoável concluir que a licitante vencedora foi aberta com a finalidade de burlar punição imposta a outra empresa que foi constituída em data posterior.

Isso posto, não havendo inconsistências na documentação apresentada as empresas foram habilitadas no certame, sendo declaradas vencedoras para os itens disputados. Destacamos ainda, que os documentos de habilitação não enviados junto à proposta já constavam do SICAF.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, houve apresentação de intenção de recorrer feita pela licitante CLARO S/A., decorrido o prazo para juntada da peça respectiva a recorrente declinou de apresentá-la, como se pode ver no espelho do cadastro (doc 2773957) a sessão foi encerrada às 14:55 do dia 15.04.2024.

É o Relatório que submeto à apreciação da Diretoria Geral deste Regional.

De ordem, encaminho os autos à Assessoria Especial do Diretor-Geral.

Salvador, em 23 de abril de 2024.

Gilson Soares da Conceição

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 23/04/2024, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **2780010** e o código CRC **835B32CE**.

---

0007995-73.2023.6.05.8000

2780010v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0007995-73.2023.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA CAPITAL  
**ASSUNTO** : Análise de regularidade da licitação

**PARECER nº 39 / 2024 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma do art. 28, I, da Lei 14.133/2021, para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800), conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90003/2024 (doc. n.º 2704954).

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão inicial que autorizou a abertura da licitação (doc. n.º 2543076).

Houve necessidade de alterar o edital, bem como de revogar o Pregão n.º 31/2023 (doc. n.º 2613210), publicado inicialmente. Compulsando os autos, verifica-se que foram emitidas novas autorizações para abertura de certame, conforme documentos n.ºs 2613210, 2620647 e 2672583).

Ressalte-se que as decisões da Autoridade Administrativa foram lastreadas nos Pareceres n.ºs 336, 484, 553, 590 e 595/2023 (docs. n.ºs 2438249, 2537008, 2582843, 2606106, 2312031); e 57/2024 (doc. n.º 2667161), emitidos pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1.

Houve designação de Pregoeiro e equipe de apoio (doc. n.º 2674396), nomeados por meio da Portaria n.º 829/2022 (doc. n.º 2548275).

O edital foi republicado no sistema Portal de Compras, DOU e em jornal de grande circulação (docs. n.ºs 2704980, 2704984 e 2704994).

Considerando a alteração na estimativa de preços e no exercício financeiro (docs. n.ºs 2651873 e 2651877), foi acostada nova informação de disponibilidade orçamentária (doc. n.º 2659830).

Aberta a sessão pública, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade das propostas e dos documentos de habilitação.

Foram anexados aos autos os Termo de Julgamento do Pregão, juntamente com os documentos de habilitação das empresas declaradas vencedoras, conforme documento n.º 2774690 e seguintes, bem como o Relatório Final do Pregão (doc. n.º 2780010).

De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, e corroborando conclusão emitida pelo Pregoeiro em seu relatório final, abaixo transcrita, verifica-se que as referidas empresas não possuem impedimentos de licitar.

[...]

Durante a conferência dos documentos de habilitação constata-se através do SICAF ocorrência impeditiva indireta de licitar em nome da Algar Telecom vencedora do certame. Instada a se manifestar, a empresa dentre outras alegações relatou através do (doc 2775644 pág 56) que:

*“Concomitantemente à baliza constitucional e esclarecimento da finalidade de registro no SICAF, a Corte de Contas da União afirmo ser preciso levar em consideração na análise das ocorrências impeditivas indiretas a data de constituição das empresas, o ramos de atividade e a eventual transferência de acervo técnico humano e/ou operacional, não sendo suficiente a simples identidade societária, tomada de forma isolada, para concluir que houve tentativa de fraude ou abuso de forma praticado pelos sócios.”*

De fato não existe impedimento direto de licitar em nome da licitante vencedora. Analisando a ocorrência em pauta o pregoeiro constatou que a empresa sancionada, VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A., foi constituída em 06/04/2018, ao passo que a constituição da Algar Telecom ocorreu em 30/04/1993, portanto não razoável concluir que a licitante vencedora foi aberta com a finalidade de burlar punição imposta a outra empresa que foi constituída em data posterior.

Isso posto, não havendo inconsistências na documentação apresentada as empresas foram habilitadas no certame, sendo declaradas vencedoras para os itens disputados. Destacamos ainda, que os documentos de habilitação não enviados junto à proposta já constavam do SICAF.

[...]

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, houve manifestação da empresa CLARO S/A, que deixou de apresentar as respectivas razões recursais, conforme documento n.º 2773957.

Deste modo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

*Maria Regina Ribeiro Santana*  
Analista Judiciário



De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

*Ronildo Dantas*

Assessor Especial do Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 24/04/2024, às 17:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 24/04/2024, às 17:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **2783380** e o código CRC **28039D94**.

0007995-73.2023.6.05.8000

2783380v23



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0007995-73.2023.6.05.8000  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA CAPITAL  
**ASSUNTO** : Homologa a licitação

**DECISÃO nº 2783383 / 2024 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma do art. 28, I, da Lei 14.133/2021, para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), bem como para prestação imediata, eventual ou temporária do serviço telefônico de discagem direta gratuita (0800), conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90003/2024 (doc. n.º 2704954).
2. Considerando o Parecer n.º 39/2024 da ASSED (doc. n.º 2783380), o qual acolho, com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições constantes do no art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 26/2022, **ADJUDICO os itens 1 e 4** do certame à empresa ALGAR TELECOM S/A, CNPJ 71.208.516/0001-74, pelo valor total de R\$ 83.473,16 (oitenta e três mil quatrocentos e setenta e três reais e dezesseis centavos); e os **itens 2 e 3** à empresa VERBIO TELECOM LTDA, CNPJ 39.669.334/0001-98, pelo valor total de R\$ 209.500,00 (duzentos e nove mil e quinhentos reais).
3. Por consequência, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90003/2024, determinando a contratação das referidas empresas.
4. Isso posto, encaminhe-se, simultaneamente:
  - à SOF, para emissão de nota de empenho.
  - à SGA, para as demais providências.

**RAIMUNDO VIEIRA**

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 24/04/2024, às 18:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **2783383** e o código CRC **83E1ACA0**.

---

0007995-73.2023.6.05.8000

2783383v12